

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores Programa de Pós-Graduação em História Social

Frederico Cícero Pereira de Oliveira

Uma História do "Esquadrão da Morte": Mitos, símbolos, indícios e violência no Rio de Janeiro (1957- 1969)

Frederico Cícero Pereira de Oliveira

Uma História do "Esquadrão da Morte": Mitos, símbolos, indícios e violência no Rio de Janeiro (1957- 1969)

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em História Social – FFP/ UERJ: Mestrado. Área de concentração: História Social do Território. Linha de pesquisa: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão **Coorientador**: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

Frederico Cícero Pereira de Oliveira

Uma História do "Esquadrão da Morte": Mitos, símbolos, indícios e violência no Rio de Janeiro (1957- 1969)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 30 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Coorientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca – UFRJ

Universidade do Federal do Rio de Janeiro



AGRADECIMENTOS

Agradeço à Regina Célia Dias dos Santos, oficial de cartório, responsável pela biblioteca da Acadepol (RJ) que muito me ajudou na consulta às obras daquele pouco conhecido acervo, sempre com contagiante simpatia e interesse;

Agradeço à historiadora e professora, doutora Célia Cristina da Silva Tavares, coordenadora do PPGHS-UERJ na época do meu ingresso no programa, pelo empenho que viabilizou a obtenção de uma bolsa;

Agradeço ao historiador e professor, doutor Marcos Luiz Bretas da Fonseca pelo incentivo sincero, pela fala coloquial e desmistificadora em torno da temática e pela inspirada cortesia na crítica certeira aos meus muitos equívocos;

Agradeço ao historiador e professor, doutor Gelsom Rozentino de Almeida pela leitura crítica e ao estímulo a repensar o papel do Estado em torno da temática abordada;

Agradeço aos amigos e amigas, que conheci ao longo do mestrado, bem como a todos os professores e pesquisadores do PPGHS-UERJ pelo apoio, troca de ideias, conselho, sugestões bibliográficas, apontamentos e incentivo ao longo de todo o processo de elaboração dessa pesquisa.

Agradeço calorosamente ao meu orientador, o historiador e professor, doutor Rafael Vaz da Motta Brandão, pelo interesse, confiança, sensibilidade, apoio diligente, atenção e respeito para com as minhas inúmeras limitações em relação à tarefa de elaboração e realização dessa pesquisa e pela paciência sempre serena e sempre pronta a compartilhar o melhor conselho.

Agradeço finalmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ pela generosa bolsa concedida para auxílio durante a maior parte do desenvolvimento dessa dissertação.



RESUMO

OLIVEIRA, Frederico Cícero Pereira de. Uma História do "Esquadrão da Morte": Mitos,

Símbolos, Indícios e Violência no Rio de Janeiro (1957- 1969). 2016, 173 f. Dissertação

(Mestrado em História) Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do

Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

Essa pesquisa se situa no âmbito temático da história da polícia e da criminalidade e tem por

objetivo investigar o surgimento do "Esquadrão da Morte" no Rio de Janeiro. Inicialmente

analisamos a bibliografia mais pertinente sobre o objeto "Esquadrão da Morte" elencando

algumas obras e fazendo uma leitura comparada com a narrativa clássica existente sobre o

fenômeno. Pretendendo situar o fenômeno no tempo, preliminarmente são abordados alguns

aspectos da história da polícia do antigo Distrito Federal, sua organização, sua transformação

em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e a ação violenta da polícia carioca

no passado, procurando identificar naquelas práticas a emergência e a difusão de uma

discricionariedade, geradora de abusos e crimes, que teria no fenômeno "Esquadrão da

Morte", surgido no final da década de 1950, a sua mais notória manifestação. Por fim são

abordadas a popularização do fenômeno e sua relação com o "mito" Le Cocq, a Scuderie, que

o homenageia, e os "Homens de Ouro" da polícia carioca.

PALAVRAS-CHAVE: Esquadrão da Morte, polícia, violência, criminalidade

ABSTRACT

OLIVEIRA, Frederico Cícero Pereira de. The History of the "Death Squad": Myths,

Symbols, Clues and Violence in Rio de Janeiro (1957-1969). 2016, 173 f. Thesis (Master

in History) Faculdade de Formação de Professores - Universidade do Estado do Rio de

Janeiro, São Gonçalo, 2016.

This research theme is related to the police history and crime and its main goal is investigate

the emergence of the "Death Squad" in Rio de Janeiro. Initially we analyze the most relevant

literature regarding the "Death Squad" in some works, and then we made a comparative

reading between some stories with the existing classic narrative about these phenomenon.

Intend to place the phenomenon in time, historicizing it preliminarily some aspects of the

Police history of the former Federal District were discussed, as its organization, its

transformation into a Federal Department of Public Safety (FDPS) and the violent action of

the Rio police in the past, trying to identify in those practices the emergency and the diffusion

of a discretion, generating abuses and crimes, which would have the phenomenon "Death

Squad", emerged in the late 1950s, its most visible manifestation. Finally we were addressed

the popularization of the phenomenon and its relation with the "myth" Le Cocq, with the

Scuderie that honors them, and the "Golden Men" of the Rio police.

KEYWORDS: Death Squad – Police, Violence, Urban Crime

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Notícias sobre a "Pega-Boi"	50
Figura 2 – "Choque" da Polícia Especial na década de 1940	56
Figura 3 - Motociclistas da Polícia Especial com Fidel Castro durante sua visita ao Rio de Janeiro, em 1956.	59
Figura 4 - De cima para baixo: Eurípedes Malta de Sá, Salvador Corrêa Gonçalves, Itagiba José de Oliveira e João de Deus Dorneles.	115
Figura 5 - Cara de Cavalo em foto para a polícia tirada no ano de 1963	141
Figura 6 - Polícia promete dez bandidos por cada policial morto	143
Figura 7 - O cadáver de "Cara de Cavalo"	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas narrativas sobre o "Esquadrão da Morte"	36
Quadro 2 - A organização do Departamento Federal de Segurança Pública.	68
Quadro 3 - A polícia na época de surgimento do "Esquadrão da Morte"	94
Quadro 4 - Mortes de policiais e de supostos bandidos com maior repercussão no Ultima Hora, Tribuna da Imprensa, Luta Democrática e O Globo (1957-1959)	97
Quadro 5 - Chefias de polícia e respostas ao crime	118
Quadro 6 - Nomes atribuídos ao grupo de Malta até "Esquadrão da Morte"	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - NARRATIVAS SOBRE O "ESQUADRÃO DA MORTE"	14
1.1 - Breves considerações sobre a polícia civil do Rio de Janeiro	15
1.2- "Esquadrão da Morte", polícia e tempo presente	23
1.3 - Narrativas sobre o "Esquadrão da Morte" no Brasil	25
2 - A VIOLÊNCIA POLICIAL NO DISTRITO FEDERAL: DA "PEGA-BOI" AOS "COMANDOS POLICIAIS"	43
2.1 – A "Pega-Boi"	44
2.2 – A Polícia Especial	55
2.3 - Os "Comandos Policiais"	64
3 – A ORIGEM DO "ESQUADRÃO DA MORTE"	75
3.1 - Polícias, bandidos, imprensa e violência na "República Bossa Nova" de JK	76
3.2 - O "Esquadrão da Morte": um início	88
3.3 - As "muitas" mortes do "Esquadrão da Morte"	104
4 – "ESQUADRÃO DA MORTE": DA "INVERNADA" AOS "HOMENS DE OURO"	129
4.1 - A Invernada de Olaria e o "auto de resistência" no Estado da Guanabara	132
4.2 – Le Cocq e o renascimento do "Esquadrão da Morte"	138
4.3 - "Cara de Cavalo" e o mito do "inimigo público nº 1"	146
4.4 - A polícia desorientada e o rito da vingança	151
4.5 - A Scuderie Detetive Le Cocq e os "Homens de Ouro"	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
FONTES E BIBLIOGRAFIA	164
ANEVOC	171

INTRODUÇÃO

Existiu um "Esquadrão da Morte"? O que foi o "Esquadrão da Morte"? O "Esquadrão da Morte" e a violência a ele atribuída foram uma excepcionalidade na história da polícia carioca?

A narrativa "clássica" sobre o "Esquadrão da Morte", o situa como um fenômeno surgido no Rio de Janeiro dos "anos dourados" quando a cidade ainda era a capital. As histórias ouvidas, no entanto, revelam a existência de inúmeros "Esquadrões..." de origens e personagens nem sempre coincidentes.

Mesmo nas histórias mais amenas que se possa ouvir nas ruas sobre o fenômeno, sempre fica no ar uma aura de perigo, receio e temor. Na verdade o "Esquadrão da Morte", ao que parece, tornou-se uma sombra, parte de uma memória que a sociedade brasileira perpetua e transforma, sem perceber, e cuja simples menção em público, em qualquer cidade do país, ainda hoje, evoca da audiência a mesma sensação incômoda comum a tantos assuntos proibidos.

Para isso talvez tenha contribuído a pouca atenção que o fenômeno recebera dos historiadores. Salvo umas poucas citações e artigos, nada há na historiografia sobre o "Esquadrão da Morte". Nesse sentido podemos mesmo dizer que o "Esquadrão da Morte", que tanta repercussão social teve nas décadas posteriores a de seu surgimento, paradoxalmente não entrou na história. A emergência do "Esquadrão da Morte" se encontra, em muitas das leituras sobre o assunto no Brasil, associada à atividade extralegal de agentes da polícia.

O "Esquadrão da Morte" surgiu no transcorrer da política de segurança conduzida pelo chefe de polícia do Distrito Federal, o general Amaury Kruel, no final da década de 1950. Segundo outras narrativas¹, porém, o "Esquadrão da Morte" foi formado durante a ditadura instaurada em 1964 e sua gênese envolveu os imperativos repressivos do novo regime, tendo como catalisador o assassinato do detetive Milton Le Cocq.²

O jornalista Zuenir Ventura, no livro *Cidade Partida*, revitalizou a curiosidade em torno do assunto. Segundo a narrativa de Ventura, na época da polêmica envolvendo a cúpula

¹ VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994; BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte*: um mal necessário? Rio de Janeiro: Editora Mandarino, 1971.

² LOPES, Adérito. *O Esquadrão da Morte*: São Paulo 1968-1971. Lisboa: Prelo Editora, 1973.

da segurança pública da capital, o general Amaury Kruel fora acusado de ser o responsável pela "invasão do crime nos quadros do Departamento Federal de Segurança Pública".³

Para o autor, muito pautado sobre o que escreveu Adriano Barbosa, no seu *Esquadrão da morte: um mal necessário?*, na década de 1970, foi Kruel quem, após a queixa feita por representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro sobre o clima de insegurança na cidade, teria autorizado aos seus comandados "o extermínio puro e simples dos malfeitores". Dito de outra forma, cobertos "pela impunidade institucional, cada policial passava a acumular nas próprias mãos o poder originário de várias outras instâncias da justiça: investigação, julgamento, decretação da pena e sua execução".⁴

Mas aquele "Esquadrão da Morte" não teve carreira longa. Logo seus integrantes foram descobertos e acusados de assassinar um inocente. O tempo passou e alguns anos depois, já no Estado da Guanabara, um bandido inexpressivo até então, alcunhado de "Cara de Cavalo" matou, no desdobramento de uma perseguição, o detetive Le Cocq. "Cara de Cavalo" foi caçado e assassinado, em meio a um pandemônio de violências que a sanha vingativa dos companheiros do policial promoveu pela cidade. Viria daquela época o mito que perdura ainda hoje entre os mais antigos da corporação.

A Scuderie Detetive Le Cocq, fundada em 1965, manteve o nome do detetive vivo na crônica policial da cidade. A associação era uma forma de clube que tinha no passado de alguns de seus membros e na caveira atravessada por duas tíbias dois símbolos associados a ela de forma muito marcante. Assim sua criação também ajudou a perpetuar o "Esquadrão da Morte". Assim nascia também mais uma narrativa e nela o "Esquadrão da Morte" ganharia outra referência obrigatória: Le Cocq.

Para polemizar com os fatos e saciar os leitores, mais uma vez a imprensa se valeu do acaso. Entre os membros da *Scuderie*, havia muitos ex-integrantes do Esquadrão de Motociclistas, grupo da extinta Polícia Especial, dos tempos de Filinto Muller e de Getúlio Vargas e as iniciais eram as mesmas do "Esquadrão da Morte". Jornais e revistas, claro, não deixariam passar e não deixaram...

A criminalidade novamente parecia atingir o intolerável e as autoridades, visando sanear a situação, determinaram a criação de um grupo seleto de policiais para dar combate ao crime. Em novembro de 1969, sob o influxo do Ato Institucional número 5 e da crescente

³ VENTURA, Zuenir. Op. cit., p. 49.

⁴ VENTURA, Zuenir. Op. cit., p. 35.

agitação política em curso, a Guanabara, segundo o jornalista Ubirajara Roulien⁵, por determinação do governo federal, sofreu uma *intervenção branca*⁶ na Secretaria de Segurança, sendo então nomeado para sua chefia o general Luís de França Oliveira.

Mais uma vez coube à imprensa e ao povo popularizar a iniciativa com outro nome... Eram os "Homens de Ouro". Repetiu-se o que já se vira outrora na história da polícia carioca. Os "Homens de Ouro" foram mais uma iniciativa *ad hoc* para a solução de um problema que era na verdade muito mais profundo. Tal como ocorrera com a *Scuderie*, a imprensa, logo confundiu o grupo com o "Esquadrão da Morte".

Mas somente afirmar os feitos sangrentos do "Esquadrão da Morte" e identificar a sua permanência e difusão pelo país seria, de certa forma, apenas endossar um ineditismo que a história da polícia do Rio de Janeiro desautoriza. Com efeito, com o propósito de seguir um caminho diferente do difundido pelas narrativas que tem tratado do "Esquadrão da Morte" e de sua emergência em meados do século XX, no Brasil, faremos uma breve incursão, meramente exploratória, ao tempo da "Pega-Boi", de Mário Limoeiro, entre 1915 e 1917, da Polícia Especial, tristemente celebrizada pelas violentas intervenções na Era Vargas, e dos "Comandos Policiais", do general Lima Câmara, cujo policiamento preventivo revelava na escolha dos alvos laivos de um autoritarismo nunca completamente superado na polícia.

A pesquisa que originou essa dissertação teve por objeto o fenômeno "Esquadrão da Morte" e como fontes privilegiadas os jornais (com ênfase no Última Hora, Luta Democrática e O Globo), a Coleção de Leis do Brasil e os Boletins de Serviço da polícia do antigo Distrito Federal e do Estado da Guanabara. O fenômeno aqui estudado se insere em duas áreas temáticas ainda pouco exploradas pela historiografia recente, a saber, a história da polícia ou, a história da criminalidade, e se realiza no domínio mais amplo da História Social.

Enfim, em face da complexidade das transformações ocorridas na sociedade brasileira contemporânea, no período em tela, desenvolvemos aqui nesta síntese apenas o esboço de um estudo que permitirá intuir, para além do que aqui se afirma e se apresenta, o extenso escopo de conexões que o objeto da pesquisa possibilita conectar e operar.

⁶ O deputado Valdir Simões, presidente do MDB, também havia utilizado a expressão "intervenção branca" no auge da polêmica em torno da federalização da política de remoções de favelas, apoiada pelo então governador Negrão de Lima. Cf. CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1968.

⁵ A referida *intervenção* na polícia do estado é mencionada pelo jornalista Ubirajara Roulien ao se referir à imposição de Brasília à nomeação do general Luiz de França Oliveira para a Secretaria de Segurança no Estado da Guanabara. Cf. O GLOBO, *Os três pecados do general*, Repórter de Crime, Rio de Janeiro, 17 de setembros de 2010. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2010/09/17/reporter-veterano-conta-como-corrupcao-se-criou-na-policia-do-rio-325178.asp Acesso em 20 set. 2015.

CAPÍTULO 1

NARRATIVAS SOBRE O "ESQUADRÃO DA MORTE"

Escrever história contemporânea tem, sem dúvida, seus riscos de autenticidade. Mas não tão deformadores quanto aqueles que envolvem o historiador do passado remoto. Na realidade, depois que o tempo já reduziu os testemunhos a proporções manipuláveis — por um processo de interpretação e desgaste — torna-se muito difícil garantir a preponderância dos mais fidedignos.

- Edward Hallett Carr 7

História e memória partilham uma mesma feição de ser: são ambas narrativas, formas de dizer o mundo, de olhar o real. São discursos, Falas que discorrem, descrevem, explicam, interpretam, atribuem significados à realidade. Como narrativas sobre algo, são representações, ou seja, são discursos que se colocam no lugar da coisa acontecida. Correspondem a elaborações mentais que expressam o mundo do vivido e que mesmo se substituem a ele. Mais do que isto, história e memória são discursos portadores de imagens, que dão a ver aquilo que dizem através da escrita ou da fala. Nesta medida, são, ambos, presentificação de uma ausência, atributo de toda a representação que, em essência, é um "estar no lugar de"

- Sandra Jatahy Pesavento 8

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado.* In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Debates, 2006.

⁷ CARR, Edward E. A Revolução Bolchevique (1917-1923). Porto: Edições Afrontamento, 1984, vol. 3.

1. 1 - Breves considerações sobre a polícia civil do Rio de Janeiro

Uma leitura da história da polícia carioca nos leva à constatação de que desde a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil por d. João VI, através do Alvará de 10 de maio de 1808, até os dias atuais, não é possível constatar um período extenso no qual houve boa convivência da sociedade com a instituição policial. Geralmente, o que se tem verificado, é um misto de desconfiança e tensão que fortes impressões deixaram nos registros de ocorrência, na narrativa dos cronistas e nas notícias sobre polícia e criminalidade produzidas pela imprensa em diversos momentos de nossa história.

Sobressai de tal constatação uma memória de excessos e violência que, se pouco lembram a urbanidade pretendida e anunciada na formalidade dos decretos e portarias exarados pelo poder constituído, muito revelam sobre o caráter autoritário que envolve a discricionariedade do poder de polícia, os limites da ideia de cidadania entre nós e a precariedade que sempre envolveu a instituição policial no Brasil na contradição permanente entre suas alegadas pretensões formais e a exequibilidade cotidiana dos seus objetivos mais imediatos.

Na reportagem "Historiador diz que o passado condena a polícia do Rio", que fazia referência à execução sumária infringida a um assaltante, diante das câmeras, por um policial militar, em frente ao maior shopping da zona sul carioca, o historiador Marcos Bretas chamou atenção para o fato de que a polícia continuava "agindo judiciariamente sem poder". E sentenciava: "É uma tradição: a polícia sempre abusou das suas prerrogativas e foi arbitrária." Thomas Holloway, em reportagem intitulada, "A violência como uma missão histórica", no mesmo sentido, disse que os problemas com a segurança pública da cidade vinham desde a criação das polícias no século XIX e que a "polícia sempre foi violenta, contra os escravos e depois contra o proletariado e os pobres em geral." ¹⁰

No entanto, ainda que a violência da nossa polícia seja reconhecida como prática de antanho, a formação de grupos, conotados como sendo de extermínio ou congêneres, aparece somente a partir de meados do século XX.

De fato, não conhecemos estudos que associem tais iniciativas a atuação da polícia em anos anteriores. Mas a existência da "Pega-Boi" demonstra que a atuação de tais grupos não foi uma novidade proporcionada somente pelos "anos dourados". Mesmo sendo difícil

⁹ O GLOBO, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1996, p. 33.

¹⁰ O GLOBO, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1997, p.24.

resgatar para exame todas as suas ações, a própria dinâmica de atuação da turma comandada inicialmente por Mário Limoeiro e a conduta revelada pelos poucos depoimentos disponíveis não estão muito distantes do que se veria décadas depois.

Certamente é difícil aferir as ocorrências situadas na ponta da relação entre a polícia e o público, tornando-se muito difícil determinar com precisão aspectos mais profundos desse contato. Fosse a articulação de pequenas clientelas, a segmentação da violência por interesses diversos ou ainda a eventual locupletação de algum agente envolvido. Muita coisa não deixa registro. De qualquer forma a instituição policial certamente não esteava imune à corrupção.

Mesmo reconhecendo que a polícia do Distrito Federal em 1930, já dispunha de "um elevado nível de burocratização institucional", Marcos Bretas lembra que as forças policiais em atividade tinham pouco treinamento formal, aprendendo o trâmite exigido pela função na prática, no contato diário com os mais experientes, numa expertise que nas palavras do autor "se baseava na maior parte no lidar com a rotina." ¹¹

A rotina da polícia sempre esteve sujeita a um universo de circunstâncias sobre o qual incidiam e prosperavam situações muito variadas e imprevisíveis, onde relações fluídas e o poder proporcionado à autoridade policial, nem sempre dotada dos melhores escrúpulos, possivelmente acresciam ao cumprimento do dever a possibilidade de alguns auferirem a si mesmo eventuais compensações. Embora cumpridores da lei e agindo em seu nome, a informalidade sempre esteve presente nas atividades da polícia, mesmo após as reformas e mudanças de regulamento ocorridas desde os primeiros anos da república.

O aumento da burocratização institucional de fato ocorreu e a criação da 4ª Delegacia Auxiliar e, posteriormente, a da Polícia Especial, bem como a reconfiguração distrital que segmentou de 28 para 30 as circunscrições cobertas pela polícia da capital representaram alguns exemplos desse agigantamento.

Por essas razões e também por cuidar da segurança pública da sede do governo federal a polícia carioca sempre esteve fadada a ser beneficiária e vítima de tal proximidade, fosse por ter sua chefia interrompida à revelia de projetos em curso, fosse pela precariedade de quadros ou material que aliada à descontinuidade operacional acabava diluindo a determinação contida no ato exarado pelo poder constituído no longo percurso entre a formalidade do decreto até a sua efetivação na prática cotidiana dos agentes da polícia local.

_

BRETAS, Marcos. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 78 e 145

O que a evidência histórica da ação de setores da polícia como a "Pega-Boi", a Polícia Especial e os "Comandos Policias" parece indicar é que o controle efetivo da atividade policial cotidiana nunca esteve inteiramente nas mãos do Estado. Em decorrência da ausência do referido controle efetivo por parte do Estado, o que se viu foi a paulatina cristalização da discricionariedade dos que ostentavam o poder de polícia. Com o tempo aquela liberdade de decidir ganhou contornos de permissividade, corrupção e violência.

Michel Misse, sobre a questão do uso legítimo da violência por parte do Estado, diz:

O problema é que, no Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. O que significa que o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. 12

O autor, aliás, identifica no mesmo período de surgimento do "Esquadrão da Morte" a emergência da violência urbana no Brasil e, no fenômeno, "o início de um processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro que, depois, espalhou-se para todas as grandes cidades brasileiras", resultado de uma mudança lenta, gradual e significativa "nos padrões de criminalidade em grandes cidades" brasileiras.¹³

Misse, porém, esclarece que a sua abordagem não se refere à criminalidade em geral mas sim aos crimes violentos. Assim, ele delimita historicamente o referido processo entre a década de 1950 e a época atual, circunscrevendo-o à cidade do Rio de Janeiro mas podendo "alcançar outras cidades do estado, algumas capitais de outros estados e outras cidades brasileiras, como já aconteceu, adquirindo potencial abrangência nacional." 14

Grosso modo, a circunscrição da tese e a sua delimitação geográfica evocam a própria trajetória do fenômeno "Esquadrão da Morte" que, já no final da década de 1960, aparecia em outros estados da federação vinculado às mesmas barbaridades que o haviam tornado tristemente famoso no Rio de Janeiro.

¹² MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: Civitas. Porto Alegre, v. 8, nº 3, p. 371-385, set.-dez., 2008, p. 374.

¹³ Idem, p. 375-376.

¹⁴ Idem, p. 378.

Tendemos neste trabalho a considerar, conjuntamente com a contribuição dos autores já citados, também alguns aspectos da tese da "acumulação social da violência" proposta por Michel Misse.¹⁵

A questão levantada por Michel Misse anteriormente, suscita outra que se refere à questão de se avaliar o quanto o Rio de Janeiro como capital, vetor cultural e centro decisório das questões nacionais, teria exercido influência, ou servido de modelo, para as polícias dos demais estados da federação.

Inicialmente tendemos a reconhecer que abrigar a sede do poder central tornava o Rio um lugar privilegiado em relação aos demais entes federativos. Porém, mesmo que algumas inciativas depois reproduzidas em outras polícias estaduais tenham como origem o Distrito Federal, como por exemplo, a polícia política, a Polícia Especial, as "Caravanas Policiais", as subseções de vigilância e o exemplo limítrofe do "Esquadrão da Morte", no final da década de 1950, não se deve ignorar nas análises a modernização da polícia paulista.

O exacerbado "Riocentrismo" de algumas análises sobre a história da polícia carioca reflete uma concepção segundo qual "a cidade é a matriz para as experiências institucionais promovidas pelo Estado brasileiro, exportadas para o resto do país." Exemplo da postura criticada por Bretas pode ser identificado no livro *A escalada da insegurança*¹⁷, no qual Sandra Cavalcanti diz que tudo o que ocorre no Rio de Janeiro vira notícia nacional ou, com o mesmo sentido, no livro *Paraíso Armado*¹⁸, no qual Muniz Sodré afirma que o Rio "sempre foi uma caixa de ressonância" ou em *História da Polícia no Rio de Janeiro*, no qual Marcos David Salem, ao explicar porque escolheu a cidade como pano de fundo para a sua pesquisa, também descreve a cidade "como 'caixa de ressonância' para o resto do país (...) ditando modas e costumes, e exportando regras (...)" O para esta de ressonância para o resto do país (...) ditando modas e costumes, e exportando regras (...)" O para esta de ressonância para o resto do país (...)

Michel Misse desenvolveu a tese da "acumulação social da violência" a partir da noção de "circularidade causal cumulativa", como ele mesmo esclarece, desenvolvida originalmente por Gunnar Myrdal no livro O valor na teoria social. São Paulo: Pioneira, 1961. O teoria da "causalidade cumulativa" foi desenvolvida originalmente por Gunnar Myrdal no livro An American dilemma: The Negro Problem and Moderny Democracy. New York: Harper & Brother, 1944, p. 75-77.

¹⁶ BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1997, p. 16-17

¹⁷ CAVALCANTI, Sandra. A escalada da insegurança. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002, p.173, 180.

¹⁸ FILHO, Aziz; FILHO, Francisco Alves (Org). *Paraíso Armado*: interpretação da violência no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Garçoni, 2003, p. 189.

¹⁹ SALEM, Marcos David. História da Polícia no Rio de Janeiro – 1808 a 1930: Uma instituição a serviço das classes dominantes. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris: 2007. p. xvii- xviii

O Estado de São Paulo modernizou pioneiramente a sua Força Pública sendo, na época, inclusive, acusado pela imprensa do Rio de ser "a Prússia brasileira" e pretender "a hegemonia no concerto da Federação."²⁰

A polícia paulista também foi pioneira na institucionalização do serviço de polícia feminina e, antes do Distrito Federal, operou um eficiente serviço de Rádio Patrulha vinculado à sua Guarda Civil.²¹ O Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) só conseguiu inaugurar seu serviço de Rádio Patrulha no final da década de 1940 e a inserção das mulheres no âmbito institucional de uma polícia feminina se configurou numa promessa inúmeras vezes adiada até a extinção daquele órgão.

1. 2 - O "Esquadrão da Morte" e a polícia

Pensar sobre o fenômeno "Esquadrão da Morte" no Brasil conduz, invariavelmente, a pensar em polícia e no poder de polícia. Ao situar a reflexão sobre o poder de polícia no âmbito das sociedades contemporâneas, José Cretella Júnior²² considera que a ideia de Estado é uma construção inseparável da ideia de polícia, podendo-se inferir, a partir de tal constatação, que o autor observa no *poder de polícia* o fundamento mesmo da própria ação policial.

Álvaro Lazzarini, por exemplo, considera que o exame da questão não deve ser feito desvinculado da compreensão do conceito de *ordem pública*, de cujo principal aspecto é a *segurança pública*. Segundo o autor, sendo a noção de *ordem pública* incerta, variando no tempo e no espaço e segundo o país e até mesmo em um mesmo país de uma época para outra "a ordem pública é mais fácil de ser sentida do que definida" sendo compreendida sempre segundo "um critério contingente, histórico e nacional" e, em todo caso, como "uma situação oposta à desordem, sendo, portanto, essencialmente de natureza material e exterior".

Para o autor, a *ordem pública* é efeito da causa *segurança pública*, que é "o conjunto de processos, políticos e jurídicos, destinados a garantir a ordem pública, sendo esta o objeto

²⁰ FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e Segurança*: Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos históricos-sociais. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Alfa Ômega, 1974, p. 161. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, Série: 1ª, Sociologia v.3)

²¹ DIÁRIO CARIOCA, Uma visita à Guarda Civil de São Paulo, Rio d e Janeiro, domingo, 1 de março de 1942, p.10.

²² CRETELLA JÚNIOR, José. Conceituação do Poder de Polícia. In: Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo, nº 17, abril, 1985; CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia. In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 162:10-34, out./dez. 1985.

daquela". ²³ Assim, segundo Álvaro Lazzarini, caberia então à polícia, ungida, por assim dizer, com o *poder de polícia*, a função de assegurar a *segurança pública*.

No mesmo sentido José Cretella Júnior define *polícia* como um "conjunto de poderes coercitivos exercidos pelo Estado sobre as atividades do cidadão mediante restrições legais impostas a essas atividades, quando abusivas, a fim de assegurar-se a ordem pública", acrescentando que:

A análise de nossa definição de polícia revela o ângulo que nos situamos ao conceituar, ou seja, aceitamos a colocação material ou concreta, que vê, na organização policial, pessoas e meios que atuam, *in concreto*, na prática, para atingir fins de segurança coletiva. ²⁴

Robert Reiner, no livro *A política da Polícia*, n'outro enfoque, caracteriza as sociedades modernas pelo que denomina de "fetichismo da polícia", ou seja, "a pressuposição ideológica de que a polícia é um pré-requisito essencial para a ordem social, e que, sem a força policial formal" o caos iria instalar-se. O autor, no entanto, procura distinguir a ideia de *polícia* da de *policiamento*, salientando que *polícia* se referiria a um tipo de instituição social, enquanto policiamento implicaria em "um conjunto de processos com funções sociais específicas". ²⁵ Nesse sentido, complementa Reiner:

Nem toda a sociedade tem "polícia", e as organizações policiais e o pessoal da polícia pode assumir uma variedade de formas intercambiáveis. Já o "policiamento" é, com certeza, uma necessidade de qualquer ordem social, e pode ser levado a efeito por inúmeros processos e feições institucionais diferentes. ²⁶

Reiner afirma que a *polícia*, sendo um órgão especializado, organizado pelo Estado, é apenas um dos muitos exemplos de *policiamento* possíveis e este seria somente "um aspecto do conceito mais geral de controle social".

Sobre o *controle social*, o autor salienta que "tanto em sua interpretação ampla como na mais específica, a ideia de controle social pode ser avaliada positiva ou negativamente, segundo diferentes interesses ou posições políticas".²⁷

²³ LAZZARINI, Álvaro. *Limites do poder de polícia*. In: Justitia, São Paulo, v.57, n°170, abr./jun. 1995, p.75-76.

²⁴ CRETELLA JÚNIOR, José. *Polícia e poder de polícia*. In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 1985, p. 12.

REINER, Robert. A Política da Polícia. Trad. Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. p. 19.

²⁶ Idem, p. 20.

²⁷ Idem.

David Bayley, ao pensar a inserção da polícia na questão da manutenção da ordem põe em pauta o que ele denomina de "limites da liberdade numa sociedade organizada". Para o autor:

A manutenção da ordem é a função essencial do governo. Não apenas a própria legitimidade do governo é em grande parte determinada por sua capacidade de manter a ordem, mas também a ordem funciona como critério para determinar se existe de fato algum governo. Tanto conceitual quanto funcionalmente, governo e ordem andam juntos. Embora os cientistas políticos tenham reconhecido a importância de se estudar contribuições do governo – seu *output* – eles frequentemente têm ignorado sua responsabilidade central. Isto se reflete no fato de que há numerosos estudos sobre legislações, cortes, exércitos, gabinetes, partidos políticos e burocracia geral, mas dificilmente um sobre a polícia. As atividades policiais também determinam os limites da liberdade numa sociedade organizada, algo essencial para se determinar a reputação de um governo.²⁸

Luiz Eduardo Soares, refletindo sobre a segurança pública sob outro enfoque, nos proporciona uma imagem interessante ao inserir na discussão o problema da invisibilidade do conceito e o seu impacto sobre a realidade daquilo que é pensado:

O tema da segurança, do controle social e das instituições policiais está a exigir um grande e urgente esforço de ousadia e imaginação conceitual. Quando o conceito é invisível e seu objeto é impensável, a realidade acaba se tornando politicamente intocável, vale dizer, imutável.²⁹

Nesse sentido, o "Esquadrão da Morte", de certa maneira, é um objeto ainda a procura de um conceito. Embora a violência, os cadáveres, as chacinas, o crime, estejam diariamente presentes nos jornais e noticiários que acompanhamos ao longo da vida, a escassa produção historiográfica sobre o "Esquadrão da Morte" o revela como um não assunto ou algo que não tem relevância alguma para a sociedade brasileira atual, ou, no limite, um exemplo da realidade "politicamente intocável" citada por Luiz Eduardo Soares.

O "Esquadrão da Morte" carece de pesquisas no campo da história, de uma historiografia. Inserido como está no âmbito temático da polícia e da criminalidade, teve das pesquisas em história o mesmo tratamento que ambas as temáticas e foi igualmente relegado ao exotismo dos estudos supostamente desimportantes ou inconvenientes.

Toda pesquisa começa a partir de perguntas. O processo de uma pesquisa acontece no diálogo das nossas impressões e experiências com as impressões e experiências desenvolvidas

²⁸ BAYLEY, David H.. *Padrões de policiamento*: uma análise internacional comparativa. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 17.

²⁹ SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade Libertária*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006, p. 407.

por quem explorou, com método e critério, antes de nós os mesmos objetos e questões. É a partir desse diálogo que se vão aos poucos construindo as afinidades "teóricas", por assim dizer, que, explícitas ou não, orientam o olhar de quem impõe a si o desafio de conhecer. Outro ponto que achamos conveniente salientar, é que mesmo não sendo os autores consultados necessariamente coincidentes no que tange às suas proposições, apropriações e abordagens, acreditamos que seja possível, a partir da heterogeneidade de seus olhares e interpretações, aprender com eles e com a sua reflexão enriquecer a nossa.³⁰

A primeira referência é Paulo Sérgio Pinheiro. Ainda que não endossemos inteiramente a tese segundo a qual vigeria no Brasil um "estado de exceção paralelo" que invariavelmente sempre puniu a maioria da população em benefício de interesses vinculados às classes dominantes, tendemos a concordar inteiramente com sua afirmação de que "o aparelho policial no Brasil jamais se deixou permear pela democratização" e que o descolamento, efetuado nos períodos de democracia limitada, entre a repressão política e a repressão ao crime comum permitiria "fazer crer que o nível geral da repressão diminuiu". A afinidade com a reflexão de Paulo Sérgio Pinheiro incide principalmente na ênfase do autor para com elementos de continuidade verificados nas práticas repressivas das polícias, existentes ainda hoje, e em relação ao seu ponto de vista sobre a questão da distinção entre "as operações de uma polícia civil e as atividades de polícia abertamente política". 32

A outra referência é o historiador Marcos Luiz Bretas da Fonseca, que reconhece que para "compreender como as forças policiais desenvolveram seus procedimentos é necessário analisar sua ação como um dos principais elementos de ligação entre o estado – e as elites dominantes – e os cidadãos", acrescentando que "na maioria das vezes, essa tríade desaparece numa interpretação juridicista que considera a polícia como parte do estado; situação nunca alcançada uma vez que ambas as partes jamais se comprometeram de fato com essa

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: Civitas. Porto Alegre, v. 8, nº 3, p. 371-385, set.-dez. 2008; HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997; SOARES, Luiz Eduardo. Legalidade Libertária. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006; BRETAS, Marcos. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da Ilusão. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência e Cultura In: LAMOURNIER, Bolivar; WEFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victoria. (Org.) Direito, cidadania e participação. São Paulo: T.A. Queroz, 1981, p. 54-55

³² PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e Crise Política*. O caso das polícias militares. In: Violência Brasileira. São Paulo: Brasileinse, 1982, p.65.

identidade."³³ A obra de Bretas, embora muito voltada para últimos anos do império e, principalmente, para a primeira república, aponta a todo o momento para inúmeras práticas que permaneceram presentes na história da polícia carioca ao longo de todo o século XX.

1. 2 - "Esquadrão da Morte, polícia e Tempo Presente

Os trabalhos que tem sido produzidos abarcando recortes cuja periodização esteja situada dos anos 50 do século XX para o dias atuais quando não englobados na periodização que se convencionou denominar de História Contemporânea, que para uns está delimitada pelo ano de 1914 e para outros se estenderia até 1945 ou 1989, são geralmente rotuladas como "história recente" ou, numa denominação que nos arriscamos a denominar de bedaridaniana, de "história do tempo presente".

Tem-se aqui a ciência dos inconvenientes de tal proposta, de suas insuficiências, mas poderia ser advogado em seu favor o fato de serem todas as demais periodizações e, notadamente, a História Contemporânea, sob os mais variados vieses, também problemático.

Com efeito, a perspectiva de uma História do Tempo Presente, ou seja, de uma história que abarque o tempo recente em relação ao sujeito que a produz, não configuraria nenhuma novidade. Marieta de Morais Ferreira, por exemplo, diz:

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa.³⁴

Carlos Fico, por exemplo, aludindo ao que denominou de "eventos traumáticos", considera que estes se situem no contexto dos debates teóricos envolvendo a noção de "história do tempo presente". Para ele a "história do tempo presente" teria como única particularidade a possibilidade de o conhecimento vir a ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos narrados exercendo sobre o historiador o que ele denomina de "pressão dos contemporâneos".

³³ BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.207.

³⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: Desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, 2000, p 111.

³⁵ FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro.* Varia História, Belo Horizonte, 2012, p. 44.

Corroboramos as preocupações de Carlos Fico, quanto à consideração de estarem, sujeito e objeto, imersos em uma mesma temporalidade em se tratando de uma "história do tempo presente". Da mesma forma procuramos ficar atentos para os desdobramentos epistemológicos que tal circunstância poderia auferir ao conhecimento histórico, notadamente naquilo que o historiador trata como "estatuto do testemunho". 36

Sobre a história da polícia, dizem os historiadores Marcos Bretas e André Rosemberg que até os anos sessenta era ainda muito incipiente a produção bibliográfica sobre o tema e o pouco material disponível que havia, tinha sido produzido em sua maioria por antigos policiais.³⁷

> Do ponto de vista acadêmico, a polícia era subsumida em grandes esquemas explicativos, onde se fazia instrumento dócil. Numa perspectiva liberal Numa perspectiva liberal, fazia parte das instituições do progresso moderno, parte pouco significativa da história de um Estado que se fazia melhor, mais racional e democrático.³

Bretas e Rosemberg, considerando a época, esclarecem que:

Numa perspectiva marxista, fazia parte do arsenal repressivo, agindo sob as ordens de um Estado ou de uma burguesia opressora. A crise destes grandes modelos explicativos permite uma aproximação maior do objeto policial, mas ainda limitada pela visão profundamente negativa que o mundo universitário tinha (ou tem?) do mundo policial.³⁹

Embora o ambiente social no Brasil nos anos sessenta tenha contribuído para uma aproximação maior das Ciências Sociais e a História a essa área temática, o fato é que todo o processo ocorreu de maneira lenta e pouco expressiva se comparado à abordagem dos mesmos campos de estudos em relação a outros temas e objetos.

Assim, os autores entendem que:

As conjunturas conflituosas dos anos 1960 não ajudavam a imagem da polícia, e isto talvez de forma mais radical num país como o Brasil, sob o controle de uma ditadura militar. (...) A possibilidade de estudar a história da polícia, além de indesejada, parecia também muito limitada. No quadro da ditadura, a aproximação universidade/ polícia era recusada de ambos os lados. Mesmo em países democráticos, a polícia via a aproximação acadêmica com enorme desconfiança, dificultando muito o acesso à informação.⁴⁰

³⁷ BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. In Topoi -Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

40 Idem

³⁶ FICO, Carlos. Op. cit. p. 45.

³⁸ BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. Op. cit. p. 163.

³⁹ Idem

A partir das considerações formuladas pelos autores, no artigo, podemos concluir que em relação ao período, existe de fato um verdadeiro hiato historiográfico em relação ao estudo da polícia dos anos mais próximos à época atual.

Assim, pensando sobre o "Esquadrão da Morte", fenômeno ainda mais específico vinculado àquele nicho temático, as observações anteriores nos permitem compreender melhor as circunstâncias e as razões, no tempo, que possivelmente contribuíram para o seu quase completo esquecimento como objeto relevante para as pesquisas no campo da história.

1. 3 - Narrativas sobre o "Esquadrão da Morte" no Brasil

Sendo o "Esquadrão da Morte" composto na sua origem por policiais, seria mais apropriado estudá-lo a partir de que perspectiva? Pensado a partir do campo da História, o "Esquadrão da Morte", fenômeno limítrofe, se inseriria no nicho temático de uma história da criminalidade ou no de uma história da polícia?

Superando o questionamento, podemos pensar que algumas abordagens do tema parecem sugerir que na história das sociedades contemporâneas a polícia e a criminalidade de certo modo caminhariam juntas, parecendo a existência de uma justificar, e até exigir, a existência da outra.

Outro problema enfrentado incide sobre a inexistência de uma historiografia sobre o "Esquadrão da Morte" no país. Existe uma bibliografia sobre o "Esquadrão da Morte". A quase totalidade dos estudos sobre o fenômeno é obra de sociólogos, antropólogos, juristas e jornalistas que em determinado momento se interessaram pela explosão de violência sugerida pelo seu nome. E mesmo a bibliografia existente é escassa. Isso se torna ainda mais evidente quando tentamos selecionar somente as obras que abordam o fenômeno apenas na sua versão brasileira e, mais especificamente ainda, na sua versão surgida no antigo Distrito Federal nos últimos anos da década de 1950.

Na ausência de uma historiografia ou um cânone sobre o objeto "Esquadrão da Morte" nos impomos a pretensão de esboçar o nosso. Com esse objetivo, selecionamos alguns autores cujas narrativas representam diversas etapas do que foi pensado e escrito sobre o fenômeno em sua forma mais específica de manifestação, no Rio de Janeiro, nos "anos dourados" até o final da década seguinte.

O "clássico" aludido não está aqui adjetivando a narrativa como mais ou menos verdadeira do que as outras, mas apenas como a narrativa mais comum e reproduzida quando se procura conhecer o fenômeno "Esquadrão da Morte" no Brasil. Seria, por assim dizer, uma referência matriz, a qual se reportaram outras narrativas mesmo quando dela muito se distanciam em enfoque ou elementos constitutivos.

Um dos elementos constitutivos dessa narrativa "clássica" mais interessante, é que embora fragmentada, parece evidenciar uma dificuldade ou uma recusa em conciliar o aumento da criminalidade, a delinquência da chamada juventude transviada, a corrupção e a formação do "Esquadrão da Morte" com a memória mais difundida posteriormente sobre a capital na época dos chamados "anos dourados".

Em Adriano Barbosa, na cidade impera o crime e a desorganização da polícia. Sabemos de que época se fala mas o aspecto é negativo. Em Zuenir Ventura a cidade é apresentada como partida, e ainda que haja "no ar" o *élan*⁴¹ nostálgico da zona sul, a violência que se insinua parece pertencer a outra secção daquela mesma cidade.

Em ambos os casos o Rio dos "anos dourados" não parece a ser a mesma cidade do "Esquadrão da Morte", de certa forma extrapolando para a cidade algo da famosa frase atribuída ao assaltante Lúcio Flávio ao distinguir polícia e bandido: "são como água e óleo, não se misturam".

Convém deixar registrado que o pioneirismo na abordagem sobre o fenômeno "Esquadrão da Morte" não pertenceu nem a Adriano Barbosa, nem a Zuenir Ventura. A primeira obra sobre o fenômeno, em sua versão carioca, foi publicada pelo jornalista Henrique Bernardo, em 1963.⁴² O autor de *Mineirinho - Um erro de todos nós* e *O Assalto ao Trem Pagador*, publicou naquele ano *Esquadrão da Morte*, livro que de certa forma inaugurava, provavelmente sem essa intenção, toda uma vertente narrativa sobre o assunto.

A abordagem de Henrique Bernardo sobre o "Esquadrão da Morte", porém, não enfatiza os mesmos elementos que Adriano Barbosa em *Esquadrão da Morte: Um mal necessário?*. No livro de Henrique Bernardo o fenômeno surge inserido na trama envolvendo a morte do "intrujão" russo Rudolf Karousos no Leblon e a corrupção na polícia. Embora contemporâneo de muitos dos personagens envolvidos com o fenômeno em seu período de surgimento, o livro de Bernardo associa ao "Esquadrão da Morte", na sua origem, um grupo

⁴¹ Élan. (Francês élan). S.M. O mesmo que elã. Significados. 1) Arrebatamento súbito e efêmero; impulso. Cf. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

⁴² BERNARDO, Henrique. *Esquadrão da Morte*. Guanabara: Edibrás, 1963.

mais numeroso de policiais que o apontado por Adriano Barbosa e faz referência a Le Cocq, ainda que marginalmente. Por essa razão, embora lhe reconheçamos o pioneirismo, não o inserimos como pertencendo à narrativa clássica, consoante o cânone aqui esboçado.⁴³

Adriano Barbosa é o autor que consideramos como o principal nome da narrativa "clássica" sobre o fenômeno. Foi jornalista, ex-editor de *O Globo* e professor de jornalismo na antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1971 publicou *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* no qual o autor já polemizava no título. Pode ser dito que o livro condensa em grande medida todos os elementos que conformam a narrativa "clássica" sobre o fenômeno, lhe proporcionando uma genealogia que se estende de sua formação no antigo Distrito Federal até a sua manifestação em terras paulistas (QUADRO 1).

O livro possui onze capítulos, todos direta ou indiretamente abordando algum aspecto do fenômeno "Esquadrão da Morte". Entende-se aqui o aspecto de coragem e os riscos aos quais se expôs o autor abordando tal assunto quando o fenômeno "Esquadrão da Morte" parecia onipresente na autoria de chacinas e assassinatos nas grandes cidades do país.

No início da década seguinte, Adriano Barbosa publicou o livro *Violência - Do Esquadrão ao Mão Branca*. Publicado em 1980, em parceria com o também jornalista José Monteiro, a obra reunia um conjunto de pequenas "biografias" de policiais e delegados em atividades nas décadas de 1960 e 1970, além de duas breves reflexões sobre a condição da polícia carioca, a instituição, nas quais o autor procura compreender quais foram as razões que levaram a instituição policial ao ponto em que ela chegara. Michel Misse viu na obra um viés apologético.⁴⁴

Na narrativa de Adriano Barbosa, estão presentes o chefe de polícia de Juscelino Kubstcheck, o general Amaury Kruel, o Grupo de Diligências Especial (sic), o detetive Eurípedes Malta de Sá, como chefe do referido grupo, a ideia de que o grupo foi feito para "dar combate ao pistoleirismo e às quadrilhas organizadas de assaltantes", a rápida ascensão da má-fama do grupo e o incidente que prenunciou o seu fim e, principalmente, a associação

4

⁴³ Henrique Bernardo Veltman nos concedeu uma entrevista em janeiro de 2016. Estava com 79 anos.

⁴⁴ Cf. MISSE, Michel. Tradições do banditismo urbano no Rio: invenção ou acumulação social. In: MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006. Diz Misse sobre a obra: "Em 1980, esse jornalista lançou, em co-autoria com José Monteiro, Do Esquadrão ao Mão Branca, que consistia na biografia apologética de 65 policiais ligados à Scuderie Le Cocq."

feita pelo autor, jornalista, entre os referidos personagens e o fenômeno que no livro nomeia de "Esquadrão da Morte". 45

A narrativa de Zuenir Ventura, sobre o "Esquadrão da Morte" no livro *Cidade Partida*, se resume a algumas poucas páginas e é sem dúvida devedora de muito do que Adriano Barbosa escreveu anteriormente. Estão na obra de Ventura as mesmas imagens, o mesmo contexto de formação, a mesma temporalidade e os mesmos personagens, mas a ênfase sobre o protagonismo de Amaury Kruel na corrupção acusada no período é muito mais presente. Além disso, coube ao livro de Ventura, por causa do seu sucesso editorial e ampla divulgação, proporcionada também pela notoriedade do autor, resgatar o assunto "Esquadrão da Morte", e os contornos da interpretação de Adriano Barbosa que se encontravam esquecidos, pra as novas gerações de leitores. Podemos verificar isso na profusão de citações ao autor nos trabalhos mais recentes sobre o fenômeno.

Adriano Barbosa, diferente de Zuenir Ventura, não acusa Amaury Kruel de ter inaugurado a corrupção na polícia. Segundo Barbosa a criminalidade na cidade estava ocorrendo num nível muito elevado e o chefe de polícia criou o Grupo de Diligências Especiais, uma tropa de choque, como salienta, para dar combate a quadrilhas e assaltantes que pululavam por todos os bairros da capital. A missão do GDE, liderado por Malta, seu componente mais conhecido, seria reservada.

De acordo com esse relato, o "Esquadrão da Morte", ora denominado Serviço de Diligências Especiais, em Zuenir Ventura, ou Grupo de Diligências Especiais, em Adriano Barbosa, às vezes de "Homens de Ouro" ou, de "Esquadrão Motorizado" e Scuderie Detetive Le Cocq fora o responsável por inúmeros assassinatos de marginais na antiga capital da república e no Estado da Guanabara.

O "Esquadrão da Morte", no livro de Zuenir Ventura, aparece com mais ênfase no capítulo 2 (*O direito de matar*), capítulo 3 (*Seja marginal, seja herói*), no capítulo 4 (*Dois tiras da pesada*), no qual Milton Le Cocq, Perpétuo, Cara de Cavalo e outros são citados e no capítulo 5 (*Um escândalo precursor*).⁴⁸

⁴⁷ Possivelmente uma corruptela de Esquadrão de Motociclistas, que era o nome do corpo de batedores da Polícia Especial.

⁴⁵ BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte:* um mal necessário? Rio de Janeiro: Editora Mandarino, 1971, p. 31

⁴⁶ VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

⁴⁸ VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 34

Para este autor, (consoante a leitura do capítulo 2) foi sob as ordens do então Chefe de Polícia do Distrito Federal, Amaury Kruel, que Cecil Borer criou "uma organização de combate aos marginais, o Serviço de Diligências Especiais (SDE)", com carta branca para aplicar meditas drásticas para conter a criminalidade. O autor diz também que o SDE "reuniu homens violentos e decididos a exterminar os bandidos do Rio" mas em sequência cita como equivalentes os "Homens de Ouro", a "Turma da Pesada" e o "Esquadrão da Morte". 49

Na leitura que Ventura apresenta sobre aquele contexto, Kruel é não só criador do "Esquadrão da Morte", mas também o pioneiro responsável pela emergência da corrupção policial na cidade. Para sustentar a afirmação o autor cita "uma série de reportagens para o Mundo Ilustrado" de autoria do jornalista Edmar Morel, nas quais o responsável pela polícia do Distrito Federal foi acusado de conivência com a existência de "caixinhas" pagas pelo "jogo do bicho, lenocínio, hotéis, ferro-velho, economia popular, cartomantes, aborto, drogas e cassinos clandestinos"50

Ventura diz também que a criação do Serviço de Diligência Especiais (sic) institucionalizou o "Esquadrão da Morte" e que coube a Malta, o veterano detetive, a chefia daquele serviço. Na ocasião o autor menciona também o caso da execução de um funcionário da TV Tupi, em Vigário Geral (sic) que teria levado o líder do "Esquadrão..." a ser preso.

Convém salientar que para Ventura, a partir de 1955 a "violência urbana começou se fazer sentir com mais ênfase na imprensa."51 O referido ano, ainda consoante o autor, teria representado uma inflexão na percepção da violência no Distrito Federal, ainda que mais adiante venha a concluir que "os problemas políticos econômicos preocupavam mais do que a criminalidade" pois, segundo observa, a "violência política estava mais presente do que a violência urbana" já que em 1954, com o caso do espancamento do repórter Nestor Moreira, do jornal A Noite, "a política chegou a virar caso de polícia" e originou grande comoção popular.⁵²

Para Adriano Barbosa, foi a imprensa que batizou o grupo de "Esquadrão da Morte" ou, dito de outro modo, mas ainda consoante o autor, "a imprensa foi fixando uma ideia e projetou a sombra do Grupo de Diligências Especiais sob a forma de "Esquadrão da Morte". O assassinato de um funcionário da TV Tupi, interrompeu as atividades do grupo. Em

⁵¹ Idem, p. 20 ⁵² Idem, p. 21

⁴⁹ Os "Homens de Ouro", no entanto, como veremos no último capítulo dessa dissertação, só foi formado em 1969, durante a chefia da então Secretária de Segurança pelo general Luís de França Oliveira.

⁵⁰ Idem, p. 48.

Barbosa assim como em Ventura, o detetive Milton Le Cocq não é apontado como "líder do Esquadrão" naquele primeiro momento.⁵³

As obras de Zuenir Ventura e Adriano Barbosa, assim, constituiriam, segundo o cotejo de citações, a bibliografia básica da narrativa "clássica" sobre o "Esquadrão da Morte", posto que, nas referidas narrativas, são encontrados elementos diversos enformando em obras posteriores, de maneiras as mais diversas, diferentes combinações daquelas mesmas referências. Em ambos os autores a origem do "Esquadrão" está associada ao Distrito Federal e à polícia civil, no período em que esteve na chefia de polícia o general Amaury Kruel.

Embora Adriano Barbosa⁵⁴ seja considerado aqui o principal autor sobre o fenômeno carioca, tal como Hélio Bicudo o é para o caso de São Paulo ou Ewerton Montenegro Guimarães seria para o caso do Espírito Santo, é possível que a narrativa mais difundida atualmente sobre o fenômeno seja a que tem o livro *Cidade Partida*, do jornalista Zuenir Ventura, como referência.⁵⁵

Essa percepção se ampara nas reiteradas reimpressões e reedições da obra e na sua presença na bibliografia de quase todos os trabalhos recentes consultados nos quais o "Esquadrão da Morte" é citado, ainda brevemente. Dos dois livros publicados por Adriano Barbosa, um em 1971 e outro em 1982, um respectivamente abordando diretamente o assunto e o outro apenas o evocando no título, pouco foi possível saber sobre as tiragens e reedições. ⁵⁶

Assim, a narrativa "clássica" conformaria alguns pontos em comum entre si relacionados a fatos, sujeitos e periodização, como por exemplo, a afirmação do surgimento do "Esquadrão da Morte" no Brasil, Distrito Federal, sob a chefia da polícia por Amaury Kruel. Deve ser lembrado que a contemporaneidade do fenômeno e a pouca produção bibliográfica sobre o assunto não autoriza outro sentido ao "clássico" acima referido.

A narrativa "clássica" sobre o "Esquadrão da Morte", porém, não é a única que tem sido reproduzida sobre o fenômeno. Outras narrativas, mais ou menos vinculadas àquela, circulam na literatura, na crônica policial e até, e*n passant*, na historiografia sobre a ditadura

⁵³ BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte:* um mal necessário? Rio de Janeiro: Ed. Mandarino, 1971, p.32

⁵⁴ Idem.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. A Chancela do Crime: A verdadeira história do Esquadrão da Morte. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições LTDA, 1978; BICUDO, Hélio Pereira. Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros. São Paulo: Editora Paulinas, 1988; BICUDO, Hélio Pereira. Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

⁵⁶ Sobre o livro publicado em 1971 se conhece apenas a publicação de uma segunda edição mas do livro publicado em 1981 não se obteve noticia sobre nenhuma reedição ou reimpressão. Para ambas as publicações não foram encontrados números referentes à tiragem.

implantada no Brasil a partir de 1964, e a repressão política decorrente da necessidade de afirmação do regime.

É na obra de Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, ⁵⁷ publicado em 1976, fartamente documentado, que o "Esquadrão da Morte" em sua manifestação paulista aparece com mais ênfase. O livro é o relato do trabalho do promotor nos processos movidos contra os acusados de pertencerem ao "Esquadrão..." naquele estado. Bicudo descreve em detalhes os perigos vividos e as dificuldades enfrentados à frente do caso. ⁵⁸ Quase todas as narrativas que tendem a relacionar ou a circunscrever as manifestações do fenômeno "Esquadrão da Morte" ao estado de São Paulo são devedoras da obra do jurista e promotor

O autor, de certa forma confirmando um ponto comum a essa narrativa, aponta o assassinato do investigador da polícia civil paulista David Romeiro Paré pelo jovem Carlos Eduardo da Silva, o "Saponga", em novembro de 1968, como um momento que marca o início da difusão do fenômeno "Esquadrão da Morte" em São Paulo. ⁵⁹ Tal como ocorrera no caso da morte de Milton Le Cocq, em agosto de 1964, no antigo Estado da Guanabara, em Bicudo também ocorre a pergunta se teria sido mesmo *Saponga* o autor de fato do referido assassinato.

A morte, o velório, o cortejo e o enterro de Paré⁶⁰, na tarde de 19 de novembro, no cemitério de Campo Grande, em Santo Amaro, mobilizou mais de duzentas pessoas entre parentes, policiais, delegados e demais autoridades da cúpula daquela instituição. Os desdobramentos da morte de Paré e a celeuma que provocou na polícia paulista nos dias seguintes ao enterro do policial evocam por mais de uma semelhança o alarido que ocorrera na polícia carioca em agosto de 1964, quando foi assassinado Milton Le Cocq.

Ao citar o papel da imprensa e a sua importância para o desenrolar das investigações e mesmo para o processo contra o "Esquadrão" em São Paulo, o autor, inadvertidamente ou não, cita "os homens de ouro do Esquadrão" na mesma frase, amalgamando em uma imagem distintas referências associadas em contextos os mais variados ao fenômeno "Esquadrão da Morte".⁶¹ Bicudo nesse caso comete em menor escala, deslize semelhante ao cometido por

DIÁRIO DA NOITE, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1968, p. 4

LUTA DEMOCRÁTICA, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1970, p. 5

⁵⁷ BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002

⁵⁸ Publicada originalmente em outubro, a obra teve nos anos seguintes diversas reedições e reimpressões.

⁵⁹ A FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 10 de janeiro 1969 p. 8

⁶⁰ David Romeiro Paré morreu ao dar entrada no Hospital das Clínicas de São Paulo às 21hs.

⁶¹ Op. cit. p. 53

Martha Huggins em seu livro sobre a cooperação de agências governamentais estadunidenses e órgãos polícias de países da América Latina. 62

O livro *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* aborda exclusivamente o fenômeno em São Paulo. A origem do fenômeno ou, ainda, o local de origem da primeira manifestação daquele fenômeno genericamente denominado de "Esquadrão da Morte" não é problematizado pelo autor. Centrais nessa leitura do "Esquadrão" são o delegado Sérgio Paranhos Fleury, os investigadores Fininho, "Correinha", João Carlos Tralli, entre outros. O "Esquadrão da Morte" investigado por Hélio Bicudo aparece como inserido informalmente ao aparelho repressivo do Estado e, por mais de uma manobra ou omissão de autoridades do governo daquele estado, foi aparentemente acobertado por parcela daqueles que deveriam denunciá-lo. Hélio Bicudo foi afastado das investigações em 1971.

Em livro publicado quase duas décadas depois, intitulado *Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros*, o jurista esboçou alguma teorização sobre o fenômeno, formulando algumas questões, esparsas, é verdade, sobre a criminalidade e o fenômeno "Esquadrão da Morte". ⁶³ Bicudo, por exemplo, citando Yves Materne, diz que o "Esquadrão" surgiu em 1964 após a morte de Le Cocq e que prosperou por causa da impunidade. ⁶⁴

Em São Paulo, segundo o autor, a luta contra o "Esquadrão..." era "parte da luta contra o arbítrio militar e, em última análise, desmascarava a forma de atuar dos órgãos de segurança – o SNI e os DOI-CODI" posto que aquele fenômeno "só pôde existir na medida em que contou com o apoio daqueles que, à época, representavam o poder, quer a nível federal, quer a nível estadual." A fronteira de atuação do "Esquadrão..." nessa narrativa extrapola assim aquela narrativa da "clássica", que o confina ao extermínio de bandidos locais e do delito comum, sem objetivos políticos imediatos.

De acordo com a narrativa de Hélio Bicudo, o "Esquadrão...", comandado pelo delegado Sérgio Fleury, do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), teria eliminado Carlos Marighela, o chefe da *Aliança de Libertação Nacional* (ALN)⁶⁷ levando assim a questão para uma seara muito mais abrangente e complexa relacionada com o aparelho de segurança do regime.

⁶⁵ Idem, p. 16

⁶² HUGGINS, Martha Knisely. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. - São Paulo: Cortez, 1998, p.113-114.

⁶³ BICUDO, Hélio Pereira. Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros. São Paulo: Editora Paulinas, 1988, p.79

⁶⁴ Idem, p. 80

⁶⁶ Idem, p. 19

⁶⁷ Idem, p. 85

Adérito Lopes, em *O Esquadrão da Morte: São Paulo 1968-1971*, também volta sua análise para o estudo da ditadura imposta ao país a partir de 1964 e, embora mencione o caso carioca do "Esquadrão da Morte", tende a circunscrever o surgimento e a ação do fenômeno à cidade de São Paulo a partir do ano de 1968, ano da morte do investigador David Romeiro Paré. Assim, o foco da análise de Adérito Lopes, em *O Esquadrão da Morte*, é o fenômeno em sua vertente paulista, com ênfase no empenho do promotor Hélio Bicudo nas investigações sobre o grupo e nos processos nos quais este atuou procurando a condenação dos supostos membros daquele grupo.

Adérito Lopes, após tecer algumas considerações sobre o imbrincamento de alguns setores da policia com os aparelhos da repressão eminentemente política, concorda que o assassinato de Carlos Marighela deu uma nova dimensão ao "Esquadrão da Morte". No desenrolar da sua narrativa Adérito Lopes afirma, em consonância com o que se verificará ao longo desse trabalho, que o fenômeno não se constituiu em "um monopólio da ditadura brasileira"69, existindo já naquela época "esquadrões" no Uruguai, na Argentina e em outros países nas Américas, segundo o autor.

Para o jornalista, foi quando "o Brasil vivia o período mais democrático de sua existência", que, diante do aumento constante da violência na cidade, o Chefe de Polícia, general Amaury Kruel decidiu criar o Grupo de Diligências Especiais. Este, então sob a direção de Cecil Borer, constituiu-se naquilo que mais tarde "poderia já chamar-se de um Esquadrão da Morte".⁷⁰

Mais adiante, entretanto, o autor, retorna a um argumento anterior e reitera aquela outra afirmação segundo a qual o surgimento do "Esquadrão" estaria relacionado à instauração do novo regime no país⁷¹, sendo os métodos utilizados na sua ação de algum modo a reedição de práticas já vivenciadas anteriormente durante o Estado Novo varguista. ⁷²

O livro de Adérito Lopes, é, segundo o próprio autor "uma longa reportagem sobre as atividades de um dos grupos de policiais que praticam, na maior parte das cidades brasileiras, a liquidação sumária e sem julgamento de pessoas 'caídas em desgraça' nos meios policiais". A obra, publicado em Portugal em 1973, dilata um pouco mais a área de manifestação do

_

⁶⁸ Idem. p. 75

⁶⁹ Idem. p. 19

⁷⁰ Idem. p. 29

⁷¹ Idem. p. 39

⁷² Idem. p. 33

⁷³ LOPES, Adérito. *O Esquadrão da Morte*: São Paulo 1968-1971. Lisboa: Prelo Editora, 1973

fenômeno "Esquadrão da Morte". Para o autor o fenômeno surge com a Ditadura instaurada em 1964, embora reconheça existir no Brasil todo "um longo passado de 'violência de classe'."74

Nas narrativas associadas a de Adérito Lopes, costumam ganhar destaque a figura do delegado Fleury, a repressão à dissidência política, o assassinato de Carlos Marighela e outros assuntos não necessariamente correlatos.

A atuação do "Esquadrão da Morte" nesse caso, ocorre geralmente como sendo parte da atuação de órgãos do aparelho repressivo e de informação do Estado, como CENIMAR, DOI-CODI e outros, a serviço do regime na década de 1970.

É essa modalidade de relato sobre o fenômeno que geralmente tende a situar o surgimento de "Esquadrão da Morte" ao período de Le Cocq ou mesmo a o considerarem como um criação do regime militar instaurado em 1964.75 Nessas narrativas, a figura de Le Cocq geralmente tem participação de destaque na liderança do grupo, sendo o detetive às vezes situado no período Kruel e liderando a turma de policiais que agia no âmbito do Serviço de Diligências Especiais.

Quanto a periodização envolvendo a emergência do fenômeno, Adérito Lopes, diz textualmente que o "Esquadrão da Morte surgiu sob essa forma que o tornou célebre, imediatamente após o golpe de estado de 1964", inaugurando "o longo período de ditadura militar" 76

A narrativa mais abrangente sobre o fenômeno na verdade escapa bastante das características ao qual se refere a narrativa "clássica", a exceção, do último autor, mas é importante menciona-la pois conhecê-la permite identificar algumas especificidades da ocorrência do fenômeno "Esquadrão da Morte" em outros lugares.

Sobre essa vertente mais ampla da narrativa sobre o "Esquadrão da Morte", o livro da documentarista e ativista francesa, Marie Monique Robin, Los Escuadrones de la Muerte, é imprescindível.

Nessa linha narrativa, há uma razoável produção em países de língua espanhola, que geralmente atribui à emergência do fenômeno ou à atuação estadunidense na região infiltrada em governos e polícias, considerando os "Esquadrões da Morte" como um subproduto dos

⁷⁴ Idem. p.19 ⁷⁵ Idem,p. 33-34.

⁷⁶ Idem.

interesses e manipulações daquela política externa. Ou tendo no fenômeno, como no caso de Marie Monique Robin, a exportação de uma tática estrangeira para combate no âmbito que fora denominado de guerra revolucionária.

Essa terceira narrativa sobre o "Esquadrão da Morte" geralmente entende o fenômeno como sendo de natureza eminentemente paramilitar, se distanciando assim daquela da forma de manifestação verificada na narrativa "clássica".

Essa abordagem da narrativa sobre o "Esquadrão da Morte", geralmente é enunciada no plural, como no livro da Marie Monique Robin, tira a centralidade do surgimento do fenômeno do caso brasileiro e o insere numa perspectiva mais ampla no qual a manifestação do fenômeno no Brasil se torna marginal àquele tratado nas Américas, seja pela via da estratégia ideológica estadunidense para impor os seus interesses em alguns países da região, seja pela influência do pensamento tático francês disseminado após a Guerra da Argélia por vários países da América Latina.⁷⁷

Embora essas narrativas tratem do fenômeno "Esquadrão da Morte" em suas manifestações nacionais, em diversos países das Américas, a caracterização do fenômeno o apresenta como um produto ideológico estrangeiro, geralmente de modelo francês, notadamente inspirada nas táticas da chamada guerra revolucionária utilizadas durante a Guerra da Argélia nos anos 50, na qual atuaram os oficiais Gabriel Bonnet, André Beaufre, Chàteau-Joubert, Jacques Massu, Roger Trinquier e Paul Aussaresses.

 $^{^{77}}$ ROBIN, Marie Monique. Los Escuadrones de la Muerte: La escuela francesa. Editorial Sudamericana, 2004.

QUADRO 1 – Algumas narrativas sobre o "Esquadrão da Morte"

Bibliografia	Seção de Diligências Especiais (SDE)	Contexto social de formação	Definições	Origem	Observações
Henrique Bernardo (Esquadrão da Morte, 1963) ¹⁴		O Esquadrão é composto pelos policiais que investigaram o Caso Kagousos, no final da década de 50		O Esquadrão surge no antigo Distrito Federal	Obracita Le Cooq.mas.em contexto diferente da obra de Adriano Barbosa. Os personagens aparecem em torno da morte do russo "intrujão"
Adriano Barbosa Esquadrão da Morte. Um mal necessário ² , 1971) ¹⁵	Amaury Kruel criou o Grupo de Diligências Especiais, 1958, p.31; Imprensa "projetou a sombra do Grupo de Sombra do Grupo de Diligências Especiais sob a forma de Esquadrão da Morte", p.32	Aumento da criminalidade; bandos armados; pistoleirismo; banditismo; quadrilhas organizadas;	"() tropa de choque subordinada ao seu gabinete ()", Policiais com a missão reservada de matar bandidos de alta periculosidade e irrecuperáveis, cita Malta e Itagiba; p.31.	Foco da análise: EM do RJ (Distrito Federal); Surge em 1958; Esquadrão da Morte "nasceu da inconsequência de poucos e cresceu da indiferença de muitos", p. 153; Imprensa batizou o grupo, p. 31; razões sociais, p. 153	Morte do motorista da TV Tupi, como marco do fun do Esquadrão da Morte, p. 36; 'virou mentalidade", p.36; Absolvição dos acusados (Malta, Itagiba, Salvador e Domeles), provas deixavam dúvidas, p.36
Adriano Barbosa/ José Monteiro (Violência: do Esquadrão ao Mão Branca, 1980) ⁶	Amaury Knel criou o Grupo de Diligências Especiais, em 1958, e entregou a chefia a Eurípedes Malta, p.85	"o Rio vivia dias muito difficeis em termos de segurança pública. Homens perigosos, numa até então desconhecida ousadia, as saltavam, roubavam e ainda enfrentavam a policia."	O grupo "operava em silêncio", p.85	Os fatos pressionaram o Chefe de Policia a criar o grupo que viria a ser conhecido posteriormente como Esquadrão da Morte, p.85; "ação de emergência para "consertar" as coisas () em termos de prevenção contra o crime.", p.86;	A imprensa batizou o grupo de "Esquadrão da Morte", p.86; Morte do motorista da TV Tupi, como marco do fum o Esquadrão da Morte, p.86; fala em "primeira vez", p.86;
Zuenir Ventura (Cidade Partida, 1994) ¹⁷	Serviço de Diligências Especiais, criado, por Amaury Kruel e Cecil Boter, p. 34-52	Aumento da violência desde a década de 1940, percebida na imprensa a partir de 1953, p.20, violência política > violência urbana, p.21; período de transição, p.32, violência não era prática estranha a polícia, p.35	"homens violentos e decididos a eliminar bandidos", p.35; "organização de combate aos marginais", p.34, "com carta branca para aplicar tais 'medidas drásticas ", p34;	Foco da análise: EM do RJ (Distrito Federal); Surge em 1958 após reclamações dos comerciários; Amaury Kruel criou o Esquadrão da Morte e a corrupção (cita Edmar Morel), p.48-49.	Autor reproduz parcialmente a versão do JB contra Kruel, p.52; confunde Malta e Manga, p.50-52; Malta executou Edgar Faria, p.52. Homens de Ouro e Turma da Pesada citados como equivalentes a Esquadrão da Morte, p.33.

QUADRO 1 - (cont.)

Adérito Lopes (O Esquadrão da Morte. São Paulo, 1968-1971, 1973)		Policia paulista		Foco da análise: EM, am SP., Não credita a origam do Esquadrão da Morte a Amaury Exugi; situa origam em 1964 e a um "longo passado de 'violências de classe"; p.19	Princípios do Esquadrão da Morta se incorporaram à filosofia repressiva da Ditadura, p. 18
Ettore Riocca (Estratégia do Terror. A face oculta e repressiva do Brasil, 1974) ¹⁹		Aumento da rapina; insegurança das camadas, cicas estimulacam maior rigor policial, p.211	"instrumentos da estratégia do teggg", p. 210; "doença social", p. 218; "grupo de extermínio", p. 218; Erupo de extermínio", p. 218; Euripedes Malta e Milton Le Caga juntos, p. 213; organização da policia para combater bandidos, p. 213; Esquadrão da Morte composto por policiais, p. 219; distingue "Esquadrões da Morte "Esquadrões da Morte "verdadeiros" daqueles formados exclusivamente por bandos de malfeitores." p. 219	O Esquadrão da Morte surgiu com Amaury Eguel (precursor) em 1958, p.213; EM como uma reação das camadas ricas ao sumento da criminalidade, p.211;	Cecil Bocer responsável pelo Setor de Vigilância da Policia, p.213; O Esquadrão da Morte tornou-se perigos o para a própria policia, cartazes surgiram a partir de 1958, p.216; em 1964 Le Cocquain e consolidou o Esquadrão da Morte "nas bases que até hoje perduram"; p.214; cartazes surgiram em janeiro 1968, p.216.
Robert S. Rose (The Unpast, A violência das elites e o controle social no Brasil de 1954- 2000, 2010)20	Amaury Kruel aprova recomendação de Cecil Baser para criação do "Grupo", p. 293; Malta como chefe do Grupo de Diligências Especiais; Baser ligado ao Esquadrão da Morte no Estado da Granabasa governado por Carlos Lacerda, p. 302; Le Cago como chefe do novo Esquadrão da Morte, p. 295.	"segurança da elite sempre foi mantida através do uso seletivo da violência escancarada"; p.291.	"unidade tinha autorização para eliminar todo marginal que circulasse pela cidade", p. 294.	Foco da análise: EM do RJ (Distrito Federal, Guanabara) e SP. Comportamento arbitrário da policia, p. 294; Diz que Amado Ribeiro não foi, p. 294 e (na página seguinte) que foi o primeiro a denominar o grupo de Esquadrão da Morte, p. 295; Malta como aximategials; a repórteres eram comunicados das atividades do Esquadrão da Morte e até acompanhavam Malta (7), p. 294;	Cecil Bozer promovido a Chefe da Seção de Trânsito, p. 293 (fonte não mencionada); morte de Edgar Faria como divisor de águas na carreira do grupo; Edgar como sendo de classa mais privilegiada (?) – razão do processo ser instaurado.; Morte de Le Coga como evento mais significativo na história do Esquadrão da Morte, p. 303.
Hélio Bicudo (Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros, 1988) ²¹	Grupo Especial de Combate contra a Delinquência, organizado por Amaury Eguel, p. 82	"arsenal das soluções de. Violência trazidos aos conflitos atuais", p.95	"fascinosas", p.40; "criminosos em nome da lei" (citando Ives Mategne), p.80; "policiais na ativa", p.80; "violência praticada em nome da lei", p.95; "negócio de Estado no Brasil", p.94.	Foco de análise: EM. am SP; Esquadrão da Morte como iniciativa da polícia civíl, p.12; jornais como tendo parcela de responsabilidade, p.15; Esquadrão da Morte contou com apoio do	Esquadrão da Morte está presente em todo corpo social contemporâneo, p.95; o Esquadrão da Morte, "sem dúvida, é primeiramente brasileiro", p.94.

QUADRO 1 - (cont.)

				poder, p.15; 1964: "inspetores" que juraram vingar Le Cocq fundaram Esquadrão da Morte, p.80;	
(Violência. O Brasil cruel e sem maquiagem, 1994}²		Resposta da polícia à violência popular, p.32	"organismos extralegais", p.12	Foco da análise: EM em SP; Esquadrão da Morte nasceu em SP no final da década da 1960, p.32; iniciativa da policia civil, p.33;	
Martha K. Huggins (Policia e Politica: Relações Estados Unidos/América Latina, 1998,23	Serviço de Diligências Especiais dentro do Esquadrão Motorizado, p.113 (?)	Criminos os percebidos como inimigo interno, p.113; aumento de furtos e roubos no comércio, p.113; ajuda dos Estados Unidos da América "dava degenerescência do sistema policial brasileiro", p.115	"Forma ilegais de práticas policiais" (Cf. Prefácio, p. XV); "grupo de policia especial"; p.113; atuavam dentro da instituição policial; objetivo era "caçar bandidos", p.114;	Foco da análise. EM do RJ (Distrito Federal e Estado da Cuanabara) e SP, No final da década de 1950, Amaury Kruel instituiu no RJ os primeiros "esquadrões da morte", p.145.	Le Cocq na equipe de homicidios de Kruel, p.114; cartazes sobre mortos no tempo de Kruel (com Langgutt), p.114; diz que em 1969 (?) o grupo de Kruel matou uma pessoa por semana, a partir de 1963 (?), p.159; consultores dos EUA cooperaram com governo e policiais do EM, p.115;
Percival de Souza (A maior violência do mundo. Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, 1980) ²⁴	ē:	Violência no Estado da Guanabara		Foco da análise (na obra citada): EM do RJ (Estado da Guanabara); início do EM ocorreu com o fuzilamento de Cara de Cavalo; certeza da impunidade, p.121	"Ritual" nasceu com os tíros dados um após o outro em <i>Cara</i> <i>de Cavalo</i> , palo <u>psópsios</u> executores, p.120
Cláudio Bojunga (JK: o artista do impossível, 2010) ²⁵	Serviço de diligências Especiais; O Esquadrão da Morte existiu no Serviço de Diligências Especiais, p. 717	Radicalização política, p.717	"Resposta boçal e primitiva ao ine-vitavel aumento da criminalidade, provocada pelo acelarado processo de urbanização da época", p.717; União Democrática Nacional (UDN) vs Krual	Foco da smálise: EM do RJ (Distrito Federal); Amaury Kruel e Cecil Borer inauguraram o Esquadrão da Morte, p.717; Policia Civil do Distrito Federal no final da década de 1950	Cita corrupção na polícia e o caso Amaury Kruel y, Menezes Cortes
Arthur John Langguth (A Face Oculta do Terror, 1979) ²⁶				Foco da análisa: EM do RJ (Estado da Guanabara) e SP; "prática do assassinato nas horas de lazer não chegou a ser eliminadas foi canalizada para novos fins.", p.106; o Esquadrão da Morte surgiu em 1964, com Le Çoog	Sérgio Flaury é o principal expoente do Esquadrão da Morte em SP

A narrativa sobre o "Esquadrão da Morte" também encontra em Arthur John Langguth, no livro *A Face Oculta do Terror*⁷⁸ uma dimensão internacional onde, por exemplo, a Escola das Américas⁷⁹, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁸⁰, a Agência Central de Inteligência (CIA)⁸¹ e outras iniciativas voltadas para os interesses de Washington na região exerceram sobre a América Latina um protagonismo que elide para um segundo plano a excepcionalidade daquele fenômeno visto somente como o descrito pela narrativa "clássica".

No caso de Arthur Langguth, em relação a narrativa de Marie Monique Robin, o "Esquadrão da Morte" deixa de ser um subproduto de matriz francesa, que não é ignorada pelo autor, e se torna, por assim dizer, o resultado também da atividade de espionagem e treinamento das forças policiais por parte de Washington. Dan Mitrione, biografado pelo autor, era um dos agentes estadunidenses que ensinava técnicas de interrogatório e tortura para os órgão de segurança de vários países da região.

O "Esquadrão da Morte" em Langguth, surge em 1964, e embora o autor reconheça a anterioridade da prática do "assassinato nas horas de lazer" é a morte de Milton Le Cocq o marco de surgimento do fenômeno.⁸² O autor também identifica a formação do "Esquadrão da Morte" paulista e a associa a atuação, naquele estado, do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Assim, extrapolando a atuação meramente local e comum à sua função originária, as polícias de vários países das Américas central e sul foram instrumentalizadas na razão direta de interesses externos e muito embora tal instrumentalização correspondesse também as ambições de grupos políticos locais, o desdobramento do processo proporcionou o surgimento de organizações de caráter paramilitar denominados de "Esquadrão da Morte".

O livro de Martha Knisely Huggins, *Polícia e política*: *relações Estados Unidos/América Latina*, voltado para um recorte bem mais extenso que o investigado por Arthur Langhutt, trata da "evolução histórica da cooperação policial entre os Estados Unidos

⁷⁹ Criada pelo governo dos Estados Unidos, em 1949, em Fort Gulik, Canal do Panamá, para dar assistência e proporcionar cursos para as policiais de países da América Latina.

-

⁷⁸ LANGGUTH, A. J. A Face Oculta do Terror. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Documentos de História Contemporânea) v. 75

⁸⁰ A United States Agency for International Development foi uma agência estadunidense, criada em 1961, pelo então Presidente John F. Kennedy, que assim unificou diversos instrumentos assistenciais voltados para os interesses externos daquele país.

⁸¹ A Central Intelligence Agency, criada em 1947, durante a presidência de Harry S. Truman, atua secretamente em atividades diversas de acordo com interesses do governo estadunidense geralmente abordados sob a égide da segurança nacional.

⁸² LANGGUTH, A. J. A *Face Oculta do Terror*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Documentos de História Contemporânea) v. 75, p.106.

e a América Latina" e aponta as suas consequências.⁸³ Tal como em Langhutt, é o treinamento das polícias locais para identificar e eliminar possíveis riscos ou hostilidades ao interesse de Washington que transparece no contexto de abordagem do "Esquadrão da Morte" naquela leitura.

A autora cita Amaury Kruel e vários elementos que geralmente pertencem à narrativa "clássica" sobre o assunto, mas em Huggins o Serviço de Diligências Especiais, o Esquadrão Motorizado aparecem de maneira anacrônica e como sendo partes relacionadas. Em determinado trecho diz a autora que:

Os caçadores de bandidos de Kruel não atuavam fora da instituição policial formal. Eram membros de um órgão oficialmente instituído e burocraticamente paralelo, o "Serviço de Diligências Especial" — uma unidade especializada dentro do "Esquadrão Motorizado" da polícia civil, que era uma unidade de patrulha motorizada, popularmente conhecida como "E.M." ⁸⁴

Em outros trechos do livro a autora cita Le Cocq como sendo integrante do grupo de "homens corajosos, de Kruel ou ainda que a "Turma da Pesada" teria sido um "novo esquadrão". A narrativa de Martha Huggins sobre o tópico reproduz elementos da narrativa "clássica" mas, assim como outras narrativas, mistura diversas referências fornecidas por aquela em um amontoado de grupos onde tudo de alguma forma pode vir a ser nomeado de ""Esquadrão da Morte". Evidentemente que esse tópico em relação ao livro da autora é mínimo e em nada compromete as muitas virtudes da obra.

O antropólogo italiano Ettore Biocca, professor da Universidade de Roma, abordou o fenômeno "Esquadrão da Morte" no estudo que realizou sobre o Brasil do regime militar, mais especificamente daquilo que denominou de "estratégia do terror". 85 Segundo a narrativa de Biocca, tal como a tortura os "Esquadrões..." constituiriam uma patologia social, a qual ele analisa num recorte mais amplo no qual empreende uma critica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). 86 De acordo com o autor o "esquadrão da morte, como todos os bandos homicidas – qualquer que seja o nome assumido – seriam, como a tortura, os instrumentos da estratégia do terror". 87

0

⁸³ HUGGINS, Martha Knisely. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. - São Paulo: Cortez, 1998, p.X

⁸⁴ Idem, p.114.

⁸⁵ BIOCCA, Ettore. Estratégia do Terror: A face oculta e repressiva do Brasil. Portugal-Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974, p.13

⁸⁶ Idem, p.19.

⁸⁷ Idem. p.20

Sobre a origem do "Esquadrão da Morte" no Brasil, a narrativa de Biocca circunscreve a primeira manifestação do fenômeno ao espaço carioca quando este era ainda o Distrito Federal e a policia da capital era chefiada por Amaury Kruel. Ettore Biocca chega, inclusive, a sugerir para a implementação daquele o protagonismo de Cecil de Macedo Borer como principal ideólogo da iniciativa.88

A narrativa de Ettore Biocca, por exemplo, distingue-se das encontradas em outros autores ao colocar no mesmo cenário Malta e Le Cocq como lideres do que denominara de "grupo de extermínio". 89 Para tal afirmação, o autor se baseia numa fonte da qual mais tarde o historiador Robert Rose, leitor do livro de Biocca, no seu The Unpast, também se utilizaria. Se trata provavelmente de uma reportagem publicada por Eduardo Barbosa, intitulada "As 1200 mortes do Esquadrão da Morte".90

Os "Esquadrões da Morte", nessa leitura, não são só um instrumento de luta contra os 'marginais' e os delinquentes comuns, mas estão se tornando cada vez mais, instrumentos políticos da estratégia do terror". 91

Para ilustrar, o autor elenca o exemplo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e completa afirmando que a Lei de Segurança Nacional (LSN) procurou eliminar "qualquer interferência das estruturas judiciárias civis na administração da 'justiça' aos reatos de tipo político, que passaram ao controle e jurisdição dos tribunais militares e das leis especiais que ab-rogaram o direito de *habeas corpus*."92

Não há como não ver nas narrativas elaboradas sobre o "Esquadrão da Morte" a partir da década de 1970 a necessidade implícita de se procurar relacionar a sua finalidade e atuação ao aparelho repressivo da ditadura militar que governava o país. Realmente é possível acusar o nexo, principalmente após 1969, notadamente no caso paulista sob a figura do delegado Sérgio Paranhos Fleury, mas sustentamos que o mesmo não vale para todos os casos envolvendo a polícia.

⁸⁹ Idem. p. 212

⁸⁸ Idem. p. 213

⁹⁰ Grande parte do que ambos os autores afirmam sobre esse primeiro momento do "Esquadrão da Morte" tem origem na referida fonte. Haja vista a divergência do que informa em relação à narrativa "clássica" sobre o fenômeno seria interessante conhecer o seu contexto de produção. O problema desse fonte é a dificuldade de aferir a sua procedência. Biocca a menciona mas as referência que fornece sobre ela não nos permitiram encontra publicação original. Rose possivelmente apenas a reproduziu de Biocca e endossou aquilo que ela informa. Os dados fornecidos são os mesmos disponibilizados por Ettore Biocca.

⁹¹ Idem. p. 232

⁹² Idem. p.238

De qualquer modo, como veremos mais à frente, identificar a origem do "Esquadrão da Morte" com o regime não procede mas é compreensível que, em vista das circunstâncias em que viveu o país após 1964, tal entendimento tenha adquirido alguma substância e permanecido numa certa memória sobre o assunto ou na associação marginal de uma coisa e outra nas narrativas mais amplas sobre o período.

Dito de outro modo, entendemos que o nexo Esquadrão-Ditadura, embora realmente prevaleça na maioria das leituras posteriores sobre o assunto, diluiu-se na extensa narrativa sobre o período pós 1964, subsumida, como ocorreu com a própria história da polícia, à grande narrativa da ditadura no Brasil a partir de 1964.

Para o que se pretendeu aqui, ao esboçar alguns exemplos de narrativas sobre o "Esquadrão da Morte", foi demonstrar sumariamente que o fenômeno não comporta apenas uma narrativa mas diversas, incidindo mesmo sobre a sua natureza, composição e objetivos.

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA POLICIAL NO DISTRITO FEDERAL: DA "PEGA-BOI" AOS "COMANDOS POLICIAIS"

A polícia da república, como toda gente sabe, é paternal e compassiva no tratamento das pessoas humildes que dela necessitam; e, sempre, quer que se trate de humildes, quer de poderosos, a velha instituição cumpre religiosamente a lei. Vem-lhe daí o respeito que aos políticos os seus empregados tributam e a procura que ela merece desses homens, quase sempre interessados no cumprimento das leis que discutem e votam.

- Lima Barreto, 1914⁹³

Neste capítulo abordaremos a história da polícia do antigo Distrito Federal procurando perceber em três casos elementos de uma discricionariedade geradora de abusos e violências, que de certo modo teria antecipado em décadas aquela verificada na época da emergência do "Esquadrão da Morte" em meados do século XX. Com o intuito de ilustrar o nosso entendimento sobre a questão e percebendo na história da polícia carioca um sem número de "continuidades em ritmos diferentes", segundo a expressão de Paulo Sérgio Pinheiro, veremos brevemente o caso da "Pega-Boi", turma de policiais que atuou na capital na época da chefia de polícia de Aurelino Leal, a Polícia Especial, criada por João Alberto Lins de Barros em 1932, e os "Comandos Policiais", que atuaram na capital, sob a chefia do general Lima Câmara, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra.

⁹³

⁹³ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário do Hospício: o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988 (Biblioteca Carioca, v.8), p. 197.

2. 1 - A "Pega-Boi"

A "Pega-Boi" surgiu no tempo de Aurelino Leal, chefe de polícia do Distrito federal, nomeado pelo presidente da República Venceslau Brás em 1914. A gestão de Aurelino Leal costuma ser apontada por autores como Martins Alonso, como tendo sido "muito proficua" em se tratando de um período de crescente agitação popular na cidade que de certa forma anunciava as tensões com as greves que ocorreriam a partir de 1917. Costuma ser citada a forte repressão policial que sofreram o jogo e o lenocínio no período. Sua gestão se prolongou até o final da presidência interina de Delfim Moreira em 1919.

"Pega-Boi" foi o nome com o qual a população da capital denominou a turma de agentes da polícia criada por Aurelino Leal para prover de policiamento mais ostensivo as regiões da Saúde, Cais do Porto e, mais tarde, o centro da cidade. 95

Na época da "Pega-Boi" os valentes da cidade eram os "da Lira", da "Mão Negra" e alguns malandros como "Geraldo da Praia" (Moleque Petrônio" e "Antônio Branco". No auge da atuação da turma, em 1915, "Arthur Mulatinho", "Leão da Noite" e "Camisa Preta" já haviam morrido. O primeiro, vítima de um linchamento e, os outros dois, alvejados por tiros na rua.

Ainda que Armando Pereira considere que a popularização do revólver só tenha ocorrido após 1930, tendemos a ver no assassinato de alguns daqueles bambas, se não um efeito, ao menos o indício de que mudavam-se os tempos e o assobio da navalha aos poucos se via abafado pelo estampido das armas de fogo.⁹⁹

A polícia fazia o que podia e é possível que isso tenha sido determinante para o início das atividades de homens como o tenente Mário Limoeiro à frente de turmas como a "Pega-Boi" por ordem da chefia de polícia. Diante daquelas circunstâncias, armada a turma e autorizadas as incursões pela cidade, a "Pega-Boi" logo ganhou alguma notoriedade entre a população do Rio. A fama se deu pela má-fama. Em pouco tempo a truculência empreendida contra quem fosse começou a aparecer nas notas da imprensa.

⁹⁴ ALONSO, Annibal Martins. *Organização Policial*. História, legislação, administração. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959, p.35

⁹⁵ Cf. JORNAL DO BRASIL, A turma "Pega Boi", Rio de Janeiro, quarta-feira, 8 de dezembro de 1915, p.9.

⁹⁶ Em algumas notas da imprensa é chamado de Geraldo Machado Dias ou Antônio Geraldo dos Santos.

⁹⁷ Arthur Pereira de Novaes, Arthur Teixeira de Novaes ou Arthur José de Oliveira.

⁹⁸ Alfredo Soares dos Santos.

⁹⁹ PEREIRA, Armando. *Bandidos e favelas*: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você Editora, 1984, p.57

Sobre a criação do grupo os jornais não fornecem muitos detalhes mas é mais provável que a "Pega-Boi" tenha existido somente durante a gestão de Aurelino Leal. Várias referências ligam a atuação daquela turma a gestão do chefe de polícia. O jornal *A Noite*, numa edição de 1917, proporciona um interessante registro do começo da turma liderada por Limoeiro. Diz a notícia:

Logo que o Sr. Aurelino Leal tomou conta da chefatura, a pedido de íntimos, chamou para auxiliá-lo no serviço de capturas o famigerado tenente Limoeiro, actual commandante da Guarda Civil. Esse official, que foi afastado da Brigada Policial, não se couformou somente com a sua situação privilegiada. Chamou elle para auxiliá-lo os não menos famigerados sargento Gouvêa e cabo Elpidio, que também foram afastados da Brigada mas recebem por ella o respectivo soldo e etapa. Com esses e outros elementos perniciosíssimos, organizou o tenente ferrabraz a celebre turma "Pega boi". 100

É possível supor que a composição daquela turma tivesse somente agentes cedidos por outros órgão para aquele trabalho, como uma notícia datada de agosto de 1915 leva a crer:

Enquanto o diminuto effectivo da Brigada Policial é desfalcado, dia para dia, a turma do "Pega Boi" cresce, trocando os seus membros, o "casse-tete", pelo revólver e a carabina e a espada pelas afiadíssimas "pernambucanas" e "sardinhas", denominação que eles dão, respectivamente, às facas e navalhas. ¹⁰¹

O tenente Mário Limoeiro, da Brigada Policial, foi o primeiro responsável pela turma e, ao que tudo indica, a sua principal referência. A própria permanência ao longo dos anos da figura de Limoeiro como ligada àquela turma revela que se reconhecia no tenente o principal agente do grupo. A insistência da imprensa em vinculá-lo ao grupo sobreviveu ao próprio desaparecimento da "Pega-Boi" e em algumas oportunidades a crônica chegou a se referir aos seus membros como "limoeiros".

A "Pega-Boi" e Mário Limoeiro, praticamente ausentes da historiografia sobre a polícia no período, foram resgatados pelo historiador Marcos Bretas no livro *Ordem na Cidade*. Na obra, o autor cita brevemente a turma de Limoeiro ao abordar a existência na antiga capital de equipes "ligadas à polícia central que podiam agir nas diversas regiões", estando livres dos limites de uma determinada circunscrição.¹⁰²

A RUA, A turma do "Pega-Boi" tem mais um laçador, domingo, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1915, p. [2]

¹⁰⁰ A NOITE, Reapparece a turma "pega boi", Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1917, p.3.

BRETAS, Marcos. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.119.

Esse aspecto da atuação da "Pega-Boi" revelado por Bretas trata de um expediente que se repetiria na atuação da polícia nas décadas seguintes, ainda que sob outras circunstâncias e imperativos.

Chamou-nos a atenção também que as reclamações da população contra as práticas perpetradas por Limoeiro e seus subalternos aparentemente não alteraram a sua rotina de truculência e não fizeram cessar as incursões efetuadas pela turma às circunscrições indicadas, exceto por um breve período. Logo depois voltou a "Pega-Boi" a efetuar as suas incursões por diversas localidades da cidade.

Sobre o retorno das atividades do grupo diz uma notícia:

Taes cousas fez, taes crimes praticou, que o próprio Dr. Aurelino, embora a contragosto, viu-se na contingência de dlssolve-la. Mas os protectores dessa quadrilha de espancadores continuaram a trabalhar por elles, conseguindo-lhes as gratificações pela verba secreta, embora sem "trabalhar". Isso era um abuso, mas felizmente tinha o bando cessado as suas tropéliàs. Agora, porém, surgiu de novo a célebre turma e houten deu mostra das suas disposições sanguinárias no Estácio de Sá. ¹⁰³

Na verdade essa postura ambígua e distante das chefias de polícia e delegados em relação às denuncias de abusos cometidos por subalternos contra a população também se repetiriam em outros casos. Como veremos mais a frente, poucas vezes elas surtiram o efeito esperado do reclamante. Era mais comum que a apuração dos fatos ocorresse somente quando era a vítima alguém de nome ou bem relacionada. A queixa de populares sobre eventuais excessos não tinha das autoridades a atenção devida. Essa somente ocorria quando a queixa conseguia alguma repercussão na imprensa, o que ensejava como resposta da autoridade policial algum ensaio de apuração.

Outra característica da relação do povo com a polícia que se veria reproduzida em várias circunstâncias seria a forma como a população ou a imprensa rapidamente associava determinadas turmas, seções ou iniciativas de policiamento a um nome ou expressão, geralmente eivado de uma conotação subjacente, às vezes debochada, mas que imediatamente os marcava com um sentido particular porém compreendido quase universalmente pelas ruas.

Mesmo a poderosa 4ª Delegacia Auxiliar, por exemplo, foi em determinado momento, denominada de "departamento da Morte", a Polícia Especial terá seus truculentos agentes chamados de "Cabeças de Tomate", as "Caravanas" autorizadas por Lima Câmara serão nomeadas de "Comandos Policiais" pelos populares, as duplas de policiais militares criadas

. .

¹⁰³ A NOITE, Reapparece a turma "pega boi", Riode Janeiro, 31 de janeiro de 1917, p.3.

pelo coronel João Ururhay em 1954 se tornarão "Cosme e Damião" e, na década de 1950, uma turma de detetives e investigadores seria rotulada de "Esquadrão da Morte". ¹⁰⁴ (ATENÇÃO)

"Pega-Boi" foi a alcunha atribuída pelo povo ao grupo e de fato perpetuou sua memória por alguns anos, como podemos ver nas raras referências a Mário Limoeiro feitas nos jornais da cidade na década de 1930.

À respeito do silêncio do chefe de polícia em torno dos abusos acusados nos jornais contra a "Pega-Boi", podemos perguntar se não teria o chefe de polícia pesado as consequências e talvez avaliado se uma diminuição das queixas contra os baderneiros na região do Cais do Porto, por causa da ação de seus agentes, não valeria o ônus de eventualmente ter de responder à imprensa por algum excesso.

Curiosamente algumas reclamações sobre a "Pega-Boi" pareciam colocar em questão a própria eficiência do policiamento da capital sob Aurelino Leal:

Assim é que se está fazendo policia na administração do Sr. Aurelino! Ao passo que as ruas da capital vivem entregues á sanha dos ladrões e malfeitores, o chefe de policia dessa mesma capital retira da verba secreta dinheiro para sustentar essa caflla de bandidos, que só mesmo a pacátez deste povo consente que exista, pois que, como verdadeiros facínoras que são, não tem crime quem os abater em defesa própria. Quisesse o povo e não haveria no Rio de Janeiro, em plena capital da República, desses espectaculos infames proporcionados pelos Gouvêas, Elpídio e outros discípulos do famigerado tenente "pega boi". 105

Sobre essa questão, uma notícia que cita Limoeiro, anos mais tarde, quando ele já era capitão e atuava na proteção dos interesses da Brahma contra uma massa grevista, nos proporciona algumas pistas da relação daquele policial com a chefia de polícia:

O capitão Limoeiro é uma pessoa conhecida da população carioca. Menos por se haver candidatado várias vezes a uma cadeira de intendente, onde nunca conseguiu se assentar, do que pelo papel saliente com que distinguiu a sua subserviência na turma do "pega-boi" ao tempo do negregado fontourismo. Pois esse capitão Limoeiro de tão triste memória, deu para se envolver na greve dos cocheiros e "chauffeurs" da Brahma. (...) O capitão Limoeiro providencia para o guarnecimento por praças dos carros da Brahma. O capitão Limoeiro, providencia para prisão dos grevistas. O capitão Limoeiro providencia para a substituição dos "chauffeurs" da polícia. Elle está, emfim esquecido dos seus deveres de capitão da polícia e envereda por atribuições com um interesse e um empenho que surpreendem e fazem desconfiar. Dir-se-ia que a sua função passou da tarimba para os alambiques da poderosa empresa. E o que mais surpreende, disseram-nos os operários que nos

¹⁰⁴ CRÍTICA, Cerca de trezentos proprietários já se declaram favoráveis aos justos reclamos dos grevistas, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de abril de 1929, p. 8.

¹⁰⁵ A NOITE, *Reapparece a turma "pega-boi"*, quarta-feira, 31 de janeiro de 1917, p.3

visitaram, é que o chefe de polícia esteja entrando na combinação, pois aquella alta autoridade auxilia poderosamente as manobras daquele capitão (...)¹⁰⁶

De qualquer forma não há como não ver na conduta da policia do Rio, acusada por algumas vítimas da "Pega-Boi", aquela mesma truculência que seria atribuída à Polícia Especial nas décadas de 1930 e 1940. Uma denúncia contra a "Pega-Boi" endereçada ao chefe de polícia, diz:

Fomos hontem procurados pelo pedreiro Manoel Bispo, que nos contou o seguinte: no dia 1º de março foi preso pela célebre turma do "Pega Boi", levado para a Central de Polícia, remetido para a Detenção, e, dali, enviado para a Colônia Correcional, tudo isso sem sequer saber o motivo de sua prisão, pois que é operário trabalhador e nada havia contra ele...¹⁰⁷

E o pedreiro Manoel Bispo continuou:

Desde o momento da sua prisão começou a sofrer mãos tratos e pancadas, sendo que estas faziam parte diária do tratamento na referida Colonia. Já temos reclamado diversas vezes contra as arbitrariedades praticadas pela turma do "Pega Boi", e, especialmente contra as violências cometidas por praças de polícia e guardas civis contra os presos que conduzem. Levamos mais uma vez esses factos ao conhecimento do dr. Aurelino Leal. ¹⁰⁸

À queixa de Manoel Bispo possivelmente se somariam outras tantas sobre a atuação da "Pega-Boi" que não chegaram às páginas de matutinos e vespertinos da capital. É difícil, por exemplo, exceto no caso de Limoeiro, Elpídio e Gouvêa, traçar um perfil da composição da "Pega-Boi" porque não dispomos de dados sobre os outros integrantes daquela turma.

O que é possível saber com alguma segurança, é que as incursões da "Pega-Boi" geraram esporádicos protestos de populares, que acusavam desde a falta de cordialidade na abordagem e roubos praticados pelos próprios agentes até, nos casos mais graves, agressões e tentativa de homicídio. A despeito das nossas suspeitas, no entanto, convém salientar que pela imprensa não foi encontrada notícia sobre processos imputados ao grupo por assassinato.

No entanto, se levarmos em conta a circunstancia acusada por Marcos Bretas, de que na época "ameaças inibiam queixas sobre o abuso de autoridade", não é exagero imaginarmos algumas ocorrências do tipo. ¹⁰⁹ De fato, a ocorrência de alguma morte provocada pela atuação

¹⁰⁶ A NOTÍCIA, Que é que tem o capitão Mário Limoeiro, da turma do "Pega Boi", com a greve da Brahma? Rio de Janeiro, sábado, 5 de janeiro de 1929, p.

¹⁰⁷ CORREIO DA MANHÃ, *A turma do "Péga Boi"*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 30 de junho de 1916, p. 3

BRETAS, Marcos. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.139.

da "Pega-Boi" bem poderia não vir ao conhecimento público tendo em vista o interesse de setores da sociedade que algumas notas dão a entender que a protegiam.

São poucos os registros de uso de arma de fogo com noticia de vítima, mas pelo que as poucas referências encontradas permitem supor não deve ter sido incomum que os homens de Limoeiro as usasse com certa frequência, e não só para intimidação dos suspeitos.

Sobre até onde pode ter ido a atuação da "Pega-Boi", a abordagem ao ex-guarda civil Ernani Hilário de Oliveira, em 1917, no Estácio, é reveladora:

O sargento e seus comparsas indagaram o que elle fazia. Disse que ia vender o papel na fabrica. O covarde Gouvêa, valente porque estava acompanhado, deu-lhe sem mais aquella uma bofetada. Ernani tentou reagir, mas os bandidos atacaram-no a pao, e deram-lhe tanto que o sangue lhe jorrou do braço, já bastante ferido. Como era dia claro, os curiosos correram ao local e já se agglomeravam. Os "limoeiros" perceberam que tamanha violência estava sendo testemunhada e temendo as consequências metteram os revólveres no rosto de Ernani e determinaram: — Foge, bandido! Foge, senão te estouramos os miolos a bala. 110

A sequência explicita elementos daquela discrionariedade sobre a qual falamos e dá indícios de até aonde pode ter chegado a "Pega-Boi" em incursões onde não havia o inconveniente de testemunhas:

Entre os populares correu um frêmito de indignação. Um delles não pode conter-se e gritou: - Isso é um banditismo! Foi o quanto bastou para que se ouvisse uma descarga. A corja policial dera de mão aos gatilhos. Um dos populares disse que estava ferido. Foram vê-lo e encontraram-no com o braço a jorrar sangue. Uma bala dos sicários o havia atingido! Pois nem assim a turma "Pega boi" poz termo aos seus crimes. Vendo esse popular ferido acercaram-se delle dizendo: — E' um ladrão conhecido e perigoso! "Esteje" preso. E o ferido, que é um. preto, moço ainda, foi removido para a Policia Central com a nota de ter resistido á prisão. 111

¹¹⁰ A NOITE, Reapparece a turma "pega boi", Riode Janeiro, 31 de janeiro de 1917, p.3.

¹¹¹ A NOITE, Reapparece a turma "pega boi", Riode Janeiro, 31 de janeiro de 1917, p.3.

FIGURA 1. – Notícias sobre a "Pega-Boi"

A malta do terror está nos sububurbios commettendo os majores desatinos

[Fonte: A RUA, Rio de Janeiro, quinta-feira, 3 de fevereiro de 1916, p.3]

A turma «Pega-Boi» prende ille galmente e espanca um pequeno operario

Será possivel que o chefe de policia ignore estas cousas ?

[Fonte: A RUA, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de novembro de 1915, p.3]

O Engenho de Dentro em polvorosa!

A turma do "Pega boi" em neção naquelle suburbio Prepara-se a reacção contra a celebre turma

[Fonte: A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 3-4 de fevereiro, p.2]

Note-se que Limoeiro não saiu da "Pega-Boi" por causa das queixas contra a turma. Na verdade a sua saída ocorreu para que ele assumisse interinamente o comando da Guarda Civil, novamente por indicação de Aurelino Leal, em 1916. O que foi certamente uma promoção. Na ocasião Limoeiro substituiu no comando da Guarda Civil o "general" Laurentino Pinto.

A imprensa deixou de dar destaque ao grupo por algum tempo depois da saída de Limoeiro em 1916, mas há notícias sobre a atuação do grupo até 1918, atuando com nova formação e afastado do centro da cidade. Ou seja, após a saída de Limoeiro, já no início de 1917 a "Pega-Boi" voltou à cena.

E muito embora a sua atuação tenha migrado da região da Saúde e do Centro, em 1916, para outras localidades, como o Estácio e os subúrbios da cidade, que na época eram constituídos por Piedade, Encantado e Engenho de Dentro, o *modus operandi* ao que tudo indica permaneceu o mesmo.

Logo que voltaram as suas incursões, o retorno da "Pega-Boi" foi assim anunciado por um jornal: "Reapparece a turma "pega boi" – Um grupo de bandidos da polícia põe o Estácio de Sá em estado de sítio". A esse retorno mais uma vez foi atribuída a iniciativa de Aurelino Leal. O jornal *Lanterna* se dirigiu ao chefe de polícia em termos duros:

Parece incrível que o sr. Aurelino Leal, para fazer polícia, ainda se socorra dessa famigerada tropa de indivíduos que constituem a turma "Péga Boi". Gente, na sua maioria, da pior espécie, sem a menor parcela de responsabilidade e ainda por cima prestigiada pela alta administração policial, era de prever o que poderia ser o seu serviço. Essa previsão, porém, foi muito além de toda a expectativa, levantando, os mais justos protestos. Apesar disso ella continua em seus desatinos, em que o chefe de policia tome uma providência qualquer. 113

Um fato revelador sobre os objetivos pretendidos pela chefia de polícia com as liberdades concedida àquela turma que tão rapidamente angariou má fama pode ser presumido pelas referências atribuídas a um dos substitutos do tenente Limoeiro à frente da "Pega-Boi".

No seu retorno, a "Pega-Boi" passou a ser liderada pelo sargento Gouvêa e o "cabo Elpídio". Para quem não soubesse, o "cabo Elpídio" era Elpídio Ribeiro da Rocha ninguém menos que o assassino confesso de dois célebres malandros da cidade: Valentutte, o "Leão da Noite" e Alfredo Francisco Soares, o lendário "Camisa Preta".

LANTERNA, É preciso acabar com essa immoralidade, Rio de Janeiro, segunda-feira, 12 de fevereiro de 1917, p.4.

¹¹² A NOITE, *Reapparece a turma "pega boi"*, Riode Janeiro, 31 de janeiro de 1917, p.3.

Os crimes ocorreram em 1911 e 1912, portanto antes da "Pega-Boi", e Elpíldo fora absolvido em ambos os casos. A imprensa porém não deixou de lembrar o que ocorrera. Comentando aquela indicação, uma notícia publicada em 1916 dizia:

Collocado na Guarda o tenente Limoeiro, o chefe da então pega-boi, ficou esta sem chefe. Sabem os leitores quem lhe dirige agora as selvagerias? E' o "cabo Elpidio", o famoso cabo que o coronel Pessoa muito presava e "Elle" até condecorou com uma medalha humanitária. Sabem os leitores quaes são os actos humanitários do "cabo Elpidio"? São os assassinatos de Pedro Vattetute, o "Leão da Noite", e de Alfredo Soares, o "Camisa Preta", na rua Visconde do Rio Branco. 114

A opinião sobre a atividade da turma, porém, não era unânime, o que deixa margem para se procurar uma razão circunstancial, conveniente para que a chefia de polícia respaldasse aquela inciativa.

Exemplo da ambiguidade em torno do olhar da imprensa, em relação as atividades da turma liderada por Limoeiro, e depois pelo sargento Gouvêa, é uma notícia encontrada no *Jornal do Brasil*, subintitulada "Mais um excelente serviço da turma do "Pega-Boi" na qual é defendida a necessidade daquele serviço:

O Jornal do Brasil por várias vezes tem feito sentir a necessidade de ser feita uma campanha muito certa e severa contra os malfeitores de toda a espécie, que fazem da Saúde, Gamboa, Santo Christo e adjacências, um bairro perigoso e um refúgio dos maiores criminosos, de modo que ultimamente era uma temeridade passar alguém por ali a qualquer hora do dia ou da noite. Foi por isso que fizemos sentir ao Sr. Dr. Chefe de Polícia a necessidade de mandar para aquella zona a turma do "Pega Boi", porque ainda é a única coisa que os criminosos respeitam. [grifo nosso]¹¹⁵

O trecho revela, primeiro, que a opinião negativa sobre a atuação da "Pega-Boi" não era um consenso na imprensa ou em setores da imprensa; segundo, que a periculosidade de algumas localidades deve ter sido de fato um dos fatores que veio a motivar a continuidade daquelas incursões e, terceiro, que a demanda da segurança pública, no caso, teria sido levada por representantes do jornal ao chefe de polícia.

Poder-se-ia inferir a partir do exposto, a tolerância para algumas arbitrariedades de agentes da polícia se esse fosse o preço a pagar pela supressão do perigo das ruas. Não há como saber se essa posição do jornal era compartilhada pelo povo, assim como também é

JORNAL DO BRASIL, *Até que afinal! A prisão do perigoso "Resaca"*, Rio de Janeiro, sábado 4 de novembro de 1916, p. 9.

-

O SÉCULO. A turma "Pega-Boi". O substituto do tenente limoeiro. Rio de Janeiro, Sábado, 18 de Março de 1916, p. 1.

muito difícil avaliar, como diz Marcos Bretas, "se um policial concordava com os valores por trás de uma ordem ou se simplesmente tinha de obedecer."¹¹⁶

É interessante considerarmos também, que talvez o "grande medo" citado por Eduardo Silva, no seu livro *As queixas do povo*, ainda estivesse presente na memória da cidade e da população e que, tendo em vista aqueles receios, tais excessos da polícia em alguma medida pudessem ser tolerados como um preço a ser pago pela manutenção da ordem.¹¹⁷

Diferente do assassinato imputado pela imprensa ao "cabo Elpídio", a maior parte das acusações encontradas contra Mário Limoeiro, primeiro chefe da "Pega-Boi", se referiam à reputação do citado. Segundo a pena ferina de um cronista, que não se contentara com a sua indicação para inspetor da Guarda Civil, o tenente "se notabilizou nas limpezas dos bolsos alheios, a pretexto de evitar gente armada nas ruas" e não teria a habilitação esperada para ocupar do cargo para o qual havia sido indicado:

O novo inspector da Guarda Civil não reúne nenhum requisito de idoneidade profissional, não se notabilizou por actos de sagacidade ou de dedicação à segurança pública, no cargo de chefe dos apalpadores de transeuntes incautos, antes ganhou o título de homem levianamente violento, incapaz de conter os seus subalternos nos abusos contra a propriedade alheia. 118

Mário Limoeiro foi uma figura controversa. Consta que tenha participado das operações militares contra Canudos. Na polícia do Distrito Federal sua ascensão está irremediavelmente vinculada à gestão de Aurelino Leal. Foi durante a gestão deste que o tenente Limoeiro rapidamente passou de integrante da Brigada Policial a líder da temida "Pega-Boi" e depois comandante da Guarda Civil.

Não há muitas informações disponíveis sobre os demais componentes daquela turma mas é possível que como eles Limoeiro também estivesse no grupo por cessão de outros órgão da polícia do Distrito Federal. A composição heterogênea da turma e o aparente improviso que cercava as suas operações, bem como seus propósitos, não estão muito distantes da rotina que se veria na criação da Seção de Diligências Especiais ou na formação do Grupo Especial de Combate à Delinquência em Geral, respectivamente, nas décadas de 1950 e 1960.

BRETAS, Marcos. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 146.

¹¹⁷ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 121.

¹¹⁸ A NOTÍCIA, *A nomeação do tenente Limoeiro*, Rio de Janeiro, 17-18, fevereiro, nº 48, Anno XXIII.

Mário Limoeiro, anos depois da "Pega-Boi", comentou numa entrevista a um jornal, sobre a sua atuação à frente daquela turma que atuou em diversas localidades da cidade durante a gestão de Aurelino Leal.

Disse Limoeiro:

De que me acusam? Eu lh'o direi. Em primeiro lugar que fui, na polícia, o chefe da chamada turma "pega boi". É exacta. Mas que fez essa turma? Expurgou a cidade do convívio de ladrões, desordeiros, facínoras e vadios. Já disse e repito agora: se exercer vigilância sobre desordeiros, ladrões e facínoras, procurando afastá-los sempre do contacto com o povo incauto, é ser mao, é ser violento, é ser desumano, então melhor seria não os combater, deixa-los impunes. E isso é lá possível? Tive de expurgar a cidade de taes elementos e, no desempenho dessa missão nunca exorbitei. Sempre soube cumprir com dignidade esse meu dever. (...)¹¹⁹

Se a "Pega-Boi", pelo rol de tarefas que lhe era demandada, se defendeu de toda acusação, pela fala do seu chefe, se dizendo mero cumpridor de ordens. Não veríamos nas décadas a frente atitude diferente em outras iniciativas oficiais ou oficiosas das forças de segurança pública da cidade.

Com a saída de Aurelino Leal da chefia de polícia em 1919 não se encontra mais citações nos jornais quanto a continuação das atividades da "Pega-Boi". Mário Limoeiro morreu em 1943, com a patente de major. 120

Embora apenas esboçado, o caso da "Pega-Boi" é interessante porque demonstra já na Primeira República, elementos de uma discricionariedade que seria cada vez mais explorada pela polícia da capital no trato diário com a população.

No mesmo sentido, as resposta aos problemas cotidianos, envolvendo segurança pública e a manutenção da ordem também não teriam das autoridades policiais da capital décadas depois soluções muito diferentes daquela do tempo de Aurelino Leal.

Poder-se-ia mesmo dizer que, já distantes os quadrilheiros e suprimidas as maltas de capoeiras, no final do século XIX, o povo passou a temer as turmas e setores da autoridade policial que muitas vezes se excediam no trato diário com a população, fomentando uma máfama que permaneceria na memória, reproduzida pela crônica e pela imprensa, ao longo dos anos, como vira a ocorrer no caso da Polícia Especial.

¹¹⁹ A NOTÍCIA, Á margem da política do Districto Federal, Rio de Janeiro, sábado, 20 de outubro de 1928.

¹²⁰ O GLOBO, *Falecimentos*, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1943, Geral, p. 2.

2. 2 - A Polícia Especial

A história das transformações ocorridas na organização da polícia carioca começou muito antes da reformulação que criaria o Departamento Federal de Segurança Pública em 1944. Na verdade, segundo Annibal Martins Alonso, a polícia da capital já havia passado por reformas significativas antes de 1930, como as efetuadas por Antônio Augusto Cardoso de Castro (1902-1905) e Alfredo Pinto Vieira de Melo (1906-1909) quando ocuparam a chefia da Polícia do Distrito Federal.

As chefias de policia, constantemente criticadas pelos excessos ou pela crescente sensação de insegurança na cidade, invariavelmente expressaram no decorrer do exercício de suas funções interesse em fazer alguma mudança visando a melhoria dos serviços da polícia, fosse para angariar simpatias ou para reforçar laços clientelísticos articulados aos interesses da política local.

Ainda que se perceba na organização da polícia da década de 1930, por exemplo, a presença de uma já significativa burocratização institucional, contingências materiais e mesmo as mudanças ocorridas na política nacional esporadicamente podiam vir a afetar a continuidade de algumas iniciativas e da própria operacionalidade do órgão por algum tempo.

O momento de transição no comando do país ocorrido em outubro de 1930 é exemplar nesse sentido. Logo que a Junta governativa, composta pelos, generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto, e pelo almirante Isaías de Noronha, assumiu o poder, em 24 de outubro daquele ano, rapidamente foi determinado ao coronel José Sotero de Menezes que assumisse chefia de polícia da capital para prevenir qualquer insurreição ou atentado contra o novo governo. Há dias as atividades da policia da capital estavam praticamente paradas e somente com a aparente vitória dos revolucionários as rotinas voltaram a ser efetuadas novamente com alguma normalidade.

Sob Getúlio Vargas, exceto o primeiro chefe de polícia e seu sucessor, o coronel Bertoldo Klinger, não tiveram tempo de propor reformas no órgão. Vários dos demais ocupantes da função esboçaram ao menos a intenção de elaborar algum projeto reorganizando os serviços da polícia do Distrito Federal.

Batista Luzardo (1932), chegou a constituir uma comissão para viabilizar uma reestruturação da policia. Questões vinculadas às tensões entre as facções vencedoras em outubro o levaram a se demitir do comando da policial da capital.



FIGURA 2 – "Choque" da Polícia Especial na década de 1940.

[Fonte: n.e.]

O então capitão João Alberto Lins de Barros (1932-1933), um dos "tenentes da revolução", assumiu a Chefia de polícia em 1932, sucedendo a Joaquim Pedro Salgado Filho (1932), que ocupara interinamente aquela função. Mal tomou posse e em pouco tempo já estava envolvido com a ideia de uma reforma nos órgãos policiais. É fato que algumas diretrizes já tinham sido delineadas por Luzardo e teve João Alberto para o seu projeto a assessoria do então 2º Delegado Auxiliar, Manoel de Freitas Cesar Garcez, que aliás colaborara também para a iniciativa anterior.

Cândido Álvaro de Gouveia, delegado, ao se referir sobre a gestão de João Alberto, destacou os seguintes pontos, contidos do Decreto nº 22.332 de 1933: 1º) a extinção da 4ª Delegacia Auxiliar; 2º) a extinção do quadro de suplentes de Delegados; 3º) a criação de Comissariados, em substituição aos antigos postos policiais; 4º) a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social; 5º) a criação das Diretorias Gerais de Expediente e Contabilidade, de Investigações, e de Publicidade, Comunicações e Transportes, esta depois transformada em Diretoria Geral de Comunicações e Estatística; 6º) a criação da Inspetoria Geral de Polícia.¹²¹

Porém, apesar das modificações anunciadas, João Alberto, como tantos outros ocupantes do cargo, não conseguiu levar adiante a pretendida reforma. De sua gestão permaneceu apenas a Polícia Especial, criada por ele através da publicação de uma simples portaria, em 5 de agosto de 1932.

Das polícias que atuaram no Distrito Federal a mais polêmica foi a Polícia Especial. O primeiro "quartel" da tropa não foi o do Morro de Santo Antônio, localização que sua presença tornaria "célebre" nas décadas seguintes, mas no antigo Palácio das Festas, na Avenida das Nações. A formatura inaugural da "tropa" ocorreu em outubro do mesmo ano. A PE foi criada para ser uma tropa de choque capaz de intervir em desordens públicas e proporcionar uma proteção mais ostensiva ao presidente, autoridades e chefes de estado em visita ao país.

Após a exoneração à pedido de João Alberto, o capitão Filinto Strubing Müller, na época inspetor da Guarda Civil, foi o escolhido para comandar a policia do Distrito Federal. A atuação da polícia da capital sob a chefia de policia de Filinto Muller bem pode ser

GOUVEIA, Cândido Álvaro de. *A Reforma da Polícia Civil do Distrito Federal* In Revista de Direito Administrativo, v.1, n°1, janeiro, 1945, p. 320-30.

considerada como um capítulo à parte na história da polícia carioca. Toda a gestão de Filinto ocorreu numa conjuntura interna e externa de muita tensão política e radicalismo ideológico.

Se, todavia, se escreveu muito sobre a atuação da polícia política entre 1933 e 1942, ano da exoneração de Filinto, as narrativas sobre aquela praticamente ocultaram da história o cotidiano da polícia civil nas suas rotinas comuns à prevenção do crime e à manutenção da ordem. O fechamento do regime em 1937 também contribuiu para esse apagamento da história do cotidiano da polícia civil no período.

As narrativas geralmente tratam, quase todas, das intervenções policiais efetuadas no período como associadas estritamente à polícia política e ainda que essa mesma polícia estivesse organizada no quadro da polícia civil de fato se consolidou nas análises a visão que lhe concede um tratamento à parte. Por isso, talvez, mais que as outras administrações da polícia da capital, a gestão de Filinto Muller exemplifique as injunções a que estavam circunscritas a ação policial naquele período.

O primeiro comandante da Policia Especial, o tenente Euzébio de Queiroz Filho, foi quem de fato organizou a nova corporação. Devido ao uniforme cáqui e o quepe vermelho os membros da Polícia Especial foram com o passar dos anos jocosamente denominados pelos cariocas de "Cabeças Vermelhas", "Quepes Vermelhos" e "Cabeças de Tomate".

Inicialmente a Polícia Especial contava com um efetivo pequeno, constituído de cerca duzentos homens da Guarda Civil, da Polícia Militar e jovens de boa constituição física convocados nos clubes da cidade. Com o passar dos anos, porém, o efetivo foi seguidas vezes aumentado, de certa forma descaracterizando o intuito original de João Alberto, que era a de uma polícia com efetivo reduzido e bem treinada.

O efetivo da corporação dividía-se em cinco grupos, também chamados de esquadrões, compostos de quatro "choques" (com vinte e cinco policiais cada), tendo no comando um chefe, um subchefe, dois motoristas, doze dos chamados "vanguardeiros", homens de frente, três granadeiros e seis policiais armados com submetralhadoras. As notícias da época dão conta da boa constituição física de seus integrantes e do asseio verificado no fardamento e na compostura da tropa nos primeiros anos de atuação.

Concomitante ao processo de centralização imposto pelo aparato repressivo do Estado, mesmo antes do golpe que instauraria o Estado Novo, a polícia teve cada vez mais as suas seções voltadas para a identificação e neutralização de possíveis ameaças ao regime.

FIGURA 3 - Motociclistas da Polícia Especial com Fidel Castro durante sua visita ao Rio de Janeiro, em 1956.



[Fonte: n.e.]

Assim, o "choque", nome que mais tarde seria imediatamente associado à corporação do Morro de Santo Antônio, cumprindo as ordens que lhe eram dadas e, depois, mesmo se sobrepondo a elas, quase diariamente debelava manifestações, invadia domicílios suspeitos e paulatinamente passou a espancar suspeitos publicamente e não demoraria muito para estender esse tratamento a simplórios transeuntes.

Cumprindo o seu papel de "choque" naquele contexto, a Polícia Especial, criada no momento de afirmação do novo governo, ficou com a sua história indelevelmente marcada pela autoritária, vigilante e centralizadora Era Vargas e ao papel de *polícia política*, o que de fato e formalmente não era. É necessário chamar a atenção para o momento político. São Paulo preparava a sua "revolução constitucionalista" e a possibilidade de alguma ação armada contra o governo estabelecido era uma possibilidade que o tempo veio a confirmar.

Na gestão de Filinto Muller foram enfrentadas e debeladas as insurreições comunista (1935) e integralista (1938) que, de certo modo, ressignificadas pelo poder constituído acabaram servindo de pretexto para as pretensões de um maior fechamento do regime. Naquele contexto, a polícia não se omitiu do cumprimento de sua missão e o custo foi o sacrifício da cidadania e das liberdades de vários segmentos inadvertidamente associados à subversão.

A Polícia Especial emergiu daquele cenário como a corporação que caçou e prendeu Prestes, Olga Benário, Harry Berger e tantos outros comunistas ou não, se destacando em toda uma literatura posterior que se lembraria dessa "façanha" e circunscreveria sua existência praticamente ao período. 122

Tendemos a nos associar à reflexão de Paulo Sérgio Pinheiro, no livro *Estratégias da Ilusão*, que se referindo ao período diz que as "funções de polícia se confundem com as militares, no despacho dos prisioneiros e na organização dos campos de internamento." ¹²³

A polícia de Filinto Muller não poupou esforço para calar a dissidência, fosse ela real ou inventada. Devemos lembrar que ao tempo de Filinto foram muitas as solicitações por mais verba para a polícia. A cada nova "ameaça" se argumenta a necessidade de mais verba

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia da Letras, 1991, p.13.

Harry Berger era o codinome de Arthur Ernest Ewert, militante comunista preso e torturado no quartel da Polícia Especial, até ser extraditado para a Alemanha.

para o *Quadro Móvel*, dirigido por Civis Muller, sobrinho do chefe de polícia e responsável por aquele "departamento" da polícia do Distrito Federal sobre o qual tão pouco se sabe. 124

Ainda que alguns autores procurem salientar a atuação mais intensa da atividade persecutória da polícia a partir de 1937, tendemos a considerar aqui, mais uma vez, o ponto de vista de Paulo Sérgio Pinheiro segundo o qual a "implantação da violência aberta como instrumento da política de Estado não esperou a transformação do regime constitucional em ditadura."¹²⁵

Ainda de pleno acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, no sentido de ver na história da polícia muitas "continuidades em ritmos diferentes" consideramos o agravante de que "na ação policial, o regime de exceção unifica a luta contra o crime comum e o crime político" Assim, a polícia, inserida na luta contra os inimigos do Estado não teve muita opção ao cumprir as determinações emanadas pelo poder constituído.

No que se refere a uma possível excepcionalidade criada pela chefia de polícia da capital no período, Paulo Sérgio Pinheiro vai mais além, e afirma enfaticamente que "Filinto Müller não fez nenhuma inovação no exercício do poder, pois, desde 1889 pelo menos" pois o Estado sempre teria funcionado daquela maneira no tratamento dispensado às classes populares." 128

O historiador Gelsom Rozentino, também salienta o aspecto da continuidade no período, ao dizer que a revolução "nada mais foi do que o *aperfeiçoamento* burocrático do aparelho repressor movido contra os trabalhadores". ¹²⁹

A visão de Pinheiro também encontra eco no depoimento de Luiz Carlos Prestes, que sustentou a tese de que o terrorismo do regime começou em 1935, tendo perdurado por todo o ano seguinte e só vindo a terminar em maio de 1937 com a "macedada", que determinou a soltura dos "presos que não tinham processo formado."¹³⁰

¹²⁶ Op. cit. p.110.

¹²⁴ NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d., p.32-52.

¹²⁵ Op. cit. p.87.

¹²⁷ Op. cit. p.112.

¹²⁸ Op. cit. p.322

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Memória serve para quê? Uma análise "do que deve ser esquecido" e "do que pode ser lembrado" na História*. XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, Rio de Janeiro: UNIRIO, 19 a 23 de julho de 2010. (Simpósio)

PRESTES, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: Depoimento de Luiz Carlos Prestes In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, v. 1, p.93.

Com efeito, são de Luiz Carlos Prestes e do repórter David Nasser, de *O Cruzeiro*, algumas das mais contundentes acusações de violências e crimes contra a polícia da capital entre as décadas de 30 e 40. É de se notar que as denuncias feitas por David Nasser mesmo tendo sido posteriormente confirmadas e reiteradas nos depoimentos prestados por vítimas a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1946, pouca atenção tiveram as denuncias do jornalista na historiografia sobre a polícia da capital.

A primeira tentativa de se passar a limpo o crimes praticados pela repressão estadonovista se deu com a propositura de duas comissões. Primeiro foi a *Comissão Encarregada de*examinar os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública.¹³¹ Não tendo
continuidade a primeira, posteriormente foi instalada uma segunda comissão, intitulada
Comissão de Inquérito sobre os atos delituosos da Ditadura, que também não obteve nenhum
resultado prático além dos enfáticos depoimentos acusatórios contra a polícia da capital.

Segundo José Murilo de Carvalho, a iniciativa de propor as comissões partiu do general Euclides Figueiredo, na época deputado udenista. Figueiredo, que havia conhecido de perto o clima repressivo do período ditatorial, conseguiu angariar algumas simpatias para a proposta durante a Constituinte e no Parlamento mas com transcorrer do tempo e a pressão exercida pelos partidários de Vargas o entusiasmo de alguns participantes foi se dispersando. Ambas as *Comissões* terminaram de forma inconclusiva.

Na época, prestaram depoimento, confirmando atrocidades cometidas pela polícia, Carlos Marighela e Luiz Carlos Prestes, entre outros. O relato de Luiz Carlos Prestes sobre as práticas testemunhadas no quartel da Polícia Especial, no Morro de Santo Antônio, é surpreendente:

Eu fui preso em março de 36 e levado para a Polícia Especial que era o centro da tortura e do assassinato. Assim, do lugar em que estava preso, ouvia, todas as noites, os gritos dos torturados e daqueles que eram assassinados. (...) O governo do Getúlio torturou muita gente, assassinou mesmo muita gente. E os próprios guardas me contavam a respeito dos assassinatos cometidos na Polícia Especial (...) Muitos homens morreram ali, porque, ao serem espancados, sem estarem amarrados, batiam com a cabeça nos caminhões da polícia que la se encontravam e nas ferragens, vindo a falecer em consequência disso. 133

BRASIL. Comissão encarregada de examinar os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, Requerimento nº 109, de 30 de abril de 1946. 53ª Sessão, Anais da Assembleia Constituinte.

BRASIL. *Comissão de inquérito sobre os atos delituosos da ditadura*. Requerimento s/nº, de 12 de novembro de 1946, Diário do Congresso Nacional, 10 de dezembro de 1946, p. 1.571. Ambas as iniciativas não concluíram os trabalhos.

¹³² CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.172-176

PRESTES, Luiz Carlos. *Getúlio Vargas: Depoimento de Luiz Carlos Prestes* In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, v. 1, p.92-93.

David Nasser fala da Polícia Especial em termos semelhantes e acrescenta um elemento pouco mencionado até então nas críticas mais diretas feitas à polícia em geral: a prevaricação e o enriquecimento por meio de ilícitos, assuntos com os quais a crônica policial se fartaria décadas mais tarde.¹³⁴

Com a redemocratização instituída após a deposição de Getúlio em outubro de 1945 a Polícia Especial aos poucos foi tendo as suas atividades reduzidas. A necessidade de uma polícia de choque numa sociedade democrática deveria se revestir de cuidados que os anos de brutalidades não assimilaram facilmente. A partir de meados da década de 1940 várias propostas legislativas de extinção da PE chegaram a ser discutidas no parlamento mas nenhuma prosperou. Na verdade, ao longo da década de 1950 já tinham começado a surgir notícias nos jornais da cidade de que a corporação passara a desejar sua própria extinção.

Outra circunstância que também serviu para minar o protagonismo da Polícia Especial foi a presença cada vez maior da Polícia Militar nas ruas, embora naquele tempo a PM ainda não tivesse por prerrogativa a função de polícia ostensiva, adquirida somente a partir de 1969.

A verdade é que a Polícia Especial era uma polícia aparentemente deslocada dentro dos novos tempos. Embora o fardamento de gala produzisse ainda alguma admiração e o Esquadrão de Motociclistas da corporação, com seus indômitos acrobatas, fossem uma atração à parte nos desfiles cívicos ou como batedores na escolta de alguma autoridade, o tempo da corporação havia passado.

Sintoma do referido deslocamento da Polícia Especial sob o regime democrático, sustentado pela Constituição de 1946, pode ser compreendido a partir de um questionamento feito pelo cronista de polícia Epitácio Timbaúba na sua coluna no Diário Carioca, em 1948:

Será o polícia-especial soldado? Em absoluto. Trata-se de servidor público, com direitos assegurados em lei, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Público e sem qualquer dependência de qualquer regulamento ou código militares. (...) Mas não é esta a única anormalidade que tem lugar naquela corporação policial. Seu Boletim diário, contendo as ordens de serviço, faz referência ao "Acantonamento no Morro de Santo Antônio". Então um serviço público civil, constituído exclusivamente por elementos estranhos à militância, tem acantonamento, expressão tipicamente militar (...)? É lógico que não. A própria organização, que arbitrariamente o ex-comandante deu à corporação e que está publicada (...) dá aos vários cargos da Polícia Especial postos militares, como o de coronel ao comandante; de tenente-coronel ao subcomandante; de major ao fiscal administrativo; de capitães ao ajudante e tesoureiro; de tenentes ao secretário, almoxarife e ao encarregado dos transportes. 135

-

¹³⁴ NASSER, David. Falta alguém em Nuremberg. Torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d., p.33-34

¹³⁵ DIÁRIO CARIOCA, *A Polícia Especial*, Rio de Janeiro, sábado, 16 de outubro de 1948, p. 1.

Do final dos anos 40 ao início da década de 50 a corporação até chegou a conseguir algum protagonismo novamente nos jornais ao basear junto às suas instalações, no Morro de Santo Antônio, o serviço de Rádio Patrulha. A Polícia Especial cuidou do serviço por um curto período, tendo sob sua responsabilidade a logística do serviço e o provimento de pessoal. O comando da Rádio Patrulha ficara subordinado ao comandante daquela corporação. 136

Porém, com a regulamentação do serviço, conforme a Lei 1.047, de 2 de janeiro de 1950, a Rádio Patrulha se desvinculou em definitivo da PE, voltando essa corporação a viver um certo ostracismo na força policial da cidade que a acompanharia até a sua extinção.¹³⁷

A Polícia Especial continuou aquartelada no Morro de Santo Antônio até o final da década de 50 quando ocorreu o desmonte de parte daquela área e foi sancionada a Lei 3.780, em 12 de julho de 1960, que reorganizou e reclassificou as carreiras e cargos do serviço civil do poder executivo, extinguindo o ato a Polícia Especial.

A memória sobre a Polícia Especial no entanto foi preservada por aqueles que ao deixar a corporação foram integrados pelo Plano de Reclassificação nos serviços policiais do nascente Estado da Guanabara. Vários ex-polícia especial vieram com o passar dos anos a se tornar delegados ou chefes de serviço das forças policiais do estado. Encontramos registros de vários encontros de membros daquela extinta corporação até anos recentes, sempre procurando manter vivo o espírito de corpo, o orgulho e os brios que caracterizaram aquela unidade.

Sairiam da Polícia Especial, em momentos diferentes, policiais como Milton Le Cocq d'Oliveira, o "Gringo", Lincoln Monteiro, Hélio Ghuayba Nunes, o "Guaíba", José Guilherme Godinho Ferreira, o "Sivuca", Euclides Nascimento, o "Garotão", Ivo Americano, entre muitos outros. Duas décadas depois da sua extinção, pela trajetória desses e de outros ex-componentes, ecos da Polícia Especial ainda podiam ser encontrados na polícia carioca.

2. 3 - Os "Comandos Policiais"

Em 1944, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal foi reorganizada e deu lugar ao *Departamento Federal de Segurança Pública* (DFSP). Coube ao sucessor de Alcides

¹³⁶ BRASIL, Distrito Federal, Portaria 7.198, de 13 de janeiro de 1948, Boletim de Serviço do Departamento Federal de Segurança Pública.

¹³⁷ DIÁRIO CARIOCA, *Plano de regulamentação para a Rádio Patrulha*, Rio de Janeiro, sábado, 14 de janeiro de 1950, p.8.

Etchegoyen, o coronel Nélson de Melo, fazer a transição da antiga Polícia Civil do Distrito Federal para o DFSP.¹³⁸ Tal como o anterior, o novo órgão era dirigido por um chefe de polícia escolhido e nomeado em comissão pelo presidente da república e submetido hierarquicamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.¹³⁹

As mudanças produzidas, porém, não alteraram a área jurisdicional das delegacias, permanecendo as mesmas constantes no *Regulamento* de 1934, a saber: 1º Distrito – Gávea, 2º Distrito - Copacabana, 3º Distrito – Botafogo, 4º Distrito – Catete, 5º Distrito – Lapa, 6º Distrito - Mem de Sá e o Comissariado de Santa Teresa, Dependente do Distrito de Mem de Sá, 7º Distrito – Candelária, 8º Distrito - São Francisco, 9º Distrito – Mauá, 10º Distrito – Tiradentes, 11º Distrito – Saúde, 12º Distrito - Santo Cristo, 13º Distrito – Mangue, 14º Distrito - Rio Comprido, 15º Distrito - Engenho Velho, 16º Distrito - S. Cristóvão, 17º Distrito – Tijuca, 18º Distrito - Vila Isabel, 19º Distrito - Engenho Novo, 20º Distrito – Bonsucesso, 21º Distrito – Penha, 22º Distrito – Meier, 23º Distrito – Encantado, 24º Distrito – Madureira, 25º Distrito - Marechal Hermes, 26º Distrito – Jacarepaguá, 27º Distrito – Bangu, 28º Distrito - Campo Grande, 29º Distrito - Santa Cruz e 30º Distrito - Ilhas da Baía de Guanabara. Essa divisão, com eventuais mudanças, foi mantida até a transferência da sede do Governo Federal para Brasília.

Embora o Departamento Federal de Segurança Pública, originalmente, dispusesse de um Serviço de Polícia Marítima e Aérea (SPM) e uma Seção de Segurança de Fronteiras (SSF.), evocando assim o caráter nacional sugerido pelo "federal" em sua denominação, o que ocorreu de fato foi que, tais competências continuaram sujeitas a parcerias eventuais com as polícias dos estados.¹⁴¹

A se dar credibilidade a algumas reclamações sobre as más condições das delegacias, xadrezes, viaturas e sobre a má remuneração dos agentes de polícia, encontrados na crônica dos jornais da época, há de se corroborar o entendimento e que a mera criação do DFSP não trouxera mudanças significativas ao quadro da segurança pública da capital num primeiro momento.

138 Nélson de Melo colaborou com os funcionários do DASP no planejamento para a criação do DFSP.

1

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de Março de 1944. Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil - 1944, p. 260 Vol. 3

¹⁴⁰ Jurisdição especial com sede na Ilha do Governador.

Reclamações e eventuais depoimentos sobre as más condições das delegacias, xadrezes, viaturas e sobre a má remunerações dos agentes de polícia da Capital foram encontrados na crônica dos jornais em datas anteriores a criação do DFSP.

O momento político mais uma vez paralisou o processo de implementação do recémcriado departamento, situação que permaneceu praticamente inalterada até o início da gestão do órgão pelo general Lima Câmara, em 1946.

Não foi possível, ainda, determinar se a questão tratar-se-ia de problemas relacionados ao repasse de recursos para o órgão pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores ou se a questão seria especificamente resultado da má gestão dos mesmos.

De qualquer forma, ao menos segundo a letra dos decretos e portarias, a criação do DFSP pareceu anunciar o alcance maior do poder de polícia emanado a partir do Distrito Federal. Isso de fato não ocorreu, embora a determinação normativa existisse. O Decreto-Lei 9.353, no seu artigo 2º considerava, por exemplo, que competia ao Departamento Federal de Segurança Pública:

- I no Distrito Federal, os serviços de polícia e segurança Pública;
- II em todo o território nacional:
 - a) os serviços de polícia marítima aérea de fronteiras;
 - b) a apuração das seguintes frações penais e da sua autoria.
- 1 que atentarem contra a personalidade internacional a estrutura e a segurança do Estado a ordem social e a organização do trabalho;
- 2 referentes à entrada permanência ou saída de estrangeiros do território nacional;
- 3 as definidas nos Títulos X e XI da Parte Especial do Código Penal, quando interessada a Fazenda Nacional;
- 4º comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes. 142

Consoante determinou o legislador originário, o DFSP era formalmente um órgão "federal". Na prática, no entanto, a sua ostensividade não ultrapassou o âmbito local, permanecendo o poder daquele órgão na maioria dos casos circunscrita ao Distrito Federal.

Conforme informa Martins Alonso:

A essa época, toma incremento o problema das favelas agravado pelas migrações nordestinas e, assim, vai crescendo a criminalidade que encontra uma polícia sem organização definida e balda de recursos humanos e materiais. Os estabelecimentos penais estavam superlotados, o que impunha à polícia o dever de guardar, em suas prisões inadequadas, inclusive os presos processados. A criação da Rádio-Patrulha poderia melhorar a vigilância urbana se houvesse planejamento para a sua implantação imediata. Somente mais tarde era adquirido o material, mas não havia o adestramento dos homens para tais atividades. Ainda por falta de recursos para instalar as inspetorias regionais, que afinal foram suprimidas, não se cumpriu, de modo algum, a parte relativa à superintendência dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras. 143

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.353, de 13 de junho d 1946. *Dispõe sobre as atribuições do Departamento Federal de Segurança Pública*. Coleção de Leis do Brasil - 1946, p. 204 Vol. 3.

ALONSO, Annibal Martins. *Organização Policial*. História, legislação, administração. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959, p. 58.

A reforma da estrutura da polícia carioca mais uma vez não demonstrava preocupação com uma política de segurança de caráter preventivo voltado para a cidade e as pessoas que moravam na cidade, ficando as soluções para os muitos problemas dependendo ainda da iniciativa do chefe de polícia e da conjuntura. Isso foi visto, com gradações de ênfase e diferentes abordagens, durante as gestões da polícia dos generais Antônio José de Lima Câmara, Amaury Kruel e do coronel Geraldo de Menezes Cortes, por exemplo.

Claudio Bojunga escreveu que "no Rio as questões locais engoliam as questões nacionais", mas em relação à polícia talvez o mais certo fosse considerarmos que a escolha do chefe de polícia pelo presidente da República e a vinculação hierárquica do órgão gestor da polícia da capital ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, além de deixar claro os limites e interesses aos quais se via atada a segurança pública da cidade, fez com que o tempo da administração do DFSP estivesse constantemente em descompasso com o tempo das demandas sociais emergentes.

As "Caravanas de Ataque Conjugado" foram criadas pelo chefe de policia Antônio José de Lima Câmara em 1947, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. Tão logo surgiram, foram logo apelidadas de "Comandos Policiais". A proposta de fato poderia ser compreendida como uma iniciativas de viés saneador no sentido de atender a uma necessidade da cidade que diariamente anunciava pelos seus jornais o aumento de assaltos, roubo e vadiagem em todos os distritos. O viés saneador também é sugerido pela linguagem utilizada nas falas sobre as incursões dos "Comandos Policias".

A imprensa logo se interessou pelas incursões policias dos "Comandos..." que tanta gente prendia na calada da noite em vielas, inferninhos e arrabaldes. Logo os "Comandos..." ganharam espaço na crônica de polícia.

Em 1948, uma revista, em reportagem intitulada "Guerras do Crime", anunciava assim aquela iniciativa: "Por ideia do General Lima Câmara foi organizado um sistema de combate, até hoje inédito na história das polícias". A reportagem cobria o trabalho de uma caravana dos "Comandos Policiais" em várias incursões por ruas, becos e vielas da cidade ao longo de um dia. ¹⁴⁴ Entre críticas e elogios a reportagem apontava os inúmeros problemas verificados pela empreitada, sendo o mais inusitado aquele que informava que um dos veículos da referida diligência havia apresentado defeito ao longo do trajeto dificultando o serviço.

¹⁴⁴ O CRUZEIRO, *Guerras do Crime*, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1948, p.58

O aspecto "sanitário" verificado em alguns artigos e reportagens sobre a atuação dos "Comandos Policiais" continuava presente ao avaliar a ação e a "missão" da polícia e associálas a palavras como "saneamento" e "limpeza" combinados com "ordem pública". Havia na época um outro serviço com aquelas características e objetivos, atuando em diversas localidades da cidade, mas ele não tinha relação com a atividade policial realizada pelos "Comandos".

A atuação dos "Comandos" ocorreu com maior ênfase nos bairros mais pobres. Talvez por isso quase não apareça na história da polícia carioca. Os jornais publicaram poucas notícias sobre os "Comandos..." mas não deixaram de registrar as centenas de prisões realizadas em incursões noturnas nos bairros mais afastados do centro do Distrito Federal. Segundo consta sobre aquele serviço idealizado pelo chefe de polícia, "o sistema adotado (...) foi o de ataque conjunto, levado a efeito por turma de investigadores, sob a direção de um delegado, com a supervisão geral de um dos assistentes mais ligados ao chefe de polícia." ¹⁴⁵

De qualquer modo, embora a presença de assessores próximos ao chefe de polícia, como os homens do gabinete Luís Cantuária Dias Medronho, o coronel Rossini Raposo e o delegado Gabino Bezouro, possa ter impedido a reprodução de abusos tais como os imputados à Polícia Especial ou à "Pega-Boi", as prisões em massa registradas pela imprensa revelam certa semelhança na discricionariedade que decidia quem, quando e como prender.

Outro indício de que nem tudo em torno da atuação dos "Comando Policiais" era visto com bons olhos, é a crítica à proposta de Lima Câmara publicada em *O Cruzeiro*:

fala demais o General, dá muitas entrevistas, promete demais, e enquanto fala pelos jornais seus comandados agem por conta própria, provocando cenas revoltantes no centro do Rio, batendo, esbofeteando, atirando (...)."

QUADRO 2 – A organização do Departamento Federal de Segurança Pública

¹⁴⁵ O CRUZEIRO, *Guerras do Crime*, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1948, p. 74.

DOCUMENTO (de referencia)	Decreto-Lei n° 6.378, de 18 de Março de 1944; Transforma a Policia Civil do Dizorio Federal em Departamento Federal de Segurança Pública e dá ouvas providências.	Decreto-Lein 6.378, de 18 de Março Decreto-Lein 7.887, de 11 de Agosto Decreto-Lein 8.168, de 9 de de 1944. Transforma a Politia Civil do Dizorio Dizpõe sobre a organização do Segurança Publica e dá oura comas providências. Providências. Art. 3 A estrutura e atribuições dos providências. Orgãos compomentes do D. F. S.P., serão objeto de regimento aprovado pelo Presidente da República.	Decreto Lei n° 8.168, de g de Novembro de 1945 Altera a redação do art. 2° do Decreto-Lei n. 7857, de 21 de agosto de 1945, Esprinse, exita, cargos itolados, de provimento em comissão e dá outras providências.	Decreto n° 37.008, de 8 de Março de 1955* Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.
DOCUMENTO (citado abaixo)	Decreto	Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública	Decreto	Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública
DFSP (organização)	Art. 3° O D.F.S.P. compõe-se de: Divisão de Policia Política e Social (DPS.) Divisão de Policia Técnica (DPT) Divisão de Policia Marítima, Aéras e de Fronteiras (DPM.) Divisão de Intercâmbio e Coordenação (DIC.)	Art. 2° O D.F.S.P. compõe-se de: Divisão de Policia Técnica (DPT) Divisão de Policia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPM) Divisão de Intercâmbio e Coordenação (DIC) Corregedoria (C) Delesacia de Costumas e Diversões	Art. 1° O art. 2° do Decreto-lei número 7.887, de 28 de agosto de 1945, vigorar com a seguinte redação. GGCP; Divisão de Policia Técnica (DPT) Divisão de Policia Maritima, Aéras e de Serviço Geral de Commicaçã Serviço Geral de Commicaçã Divisão a Intercâmbio e Coordenação Divisão a Intercâmbio e Coordenação Divisão de Administração (D.º)	Art. 5° O D.F.S.P. compresede: Chefia de Policia (CP) com Gabinete (GCP); Central de Dúreção, Coordenação e Controle da Policia (CDCC); Serviço Geral de Commicações (SGC). Corregedoria(C) Divisão de Administração(DA)

[Fonte: Elaborado pelo autor]

Não consta nenhuma referência à Seção de Diligências Especiais.

. Não consta nanhuma referência à Seção de Diligênciaz Expeciais: O Regimento do Departamento Federal de Segurança Pública, citado no art. 3°, foi aprovado pelo Decreto nº 19.476 de 21 de agosto de 1945, publicado no Diário Oficial de 28 de agosto de 1945.

³ Não consta nembuma referência à *Seção de Diligências Especiais.* ⁴ A *Seção de Diligências Especiais* aparece pela primeira vez na organização do Departamento Federal de Segurança Pública.

i "Pavágrafo único. Na execução dos serviços de polícia e segurança pública o D.F.S.P. prestará co operação aos serviços de polícia estaduais, especialmente quando interessada a segurança do Estado e a estrutura das instituições".

6 "Art. 1º O Departamento Federal de Segurança Pública (D.F.S.P.), órgão diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, terá a seu cargo, no Distrito Federal, os serviços de polícia e segurança pública e no território nacional, os de polícia maritima, aérea e de fronteiras. Parágrafo único. Na execução dos serviços de polícia e segurança pública o D.F.S.P. prestará cooperação aos serviços de polícia estaduais, especialmente quando interessada a segurança nacional ou a estrutura das instituições."

Além de aprovar o Regulamento Geral do DFSP, o Decreto nº 37.008 determinou que ficas sem (Art. 2º) "mantidos o s regulamentos dos diversos órgãos e serviços, americomente aprovedos, no que não contrariem disposições dêsta, espalamento Geral, cabendo ao Chefe de Polícia baixar instruções em substituição aqueles regulamentos ou complementares do presente Regulamento Geral"; e (Art. 3º) que ficavam "integralmente ravogados os seguintes Deccetos; nº 19.476 de 21 de agosto de 1945, nº 20.532-A. de 25 de janeiro de 1946, n°28.552 de 28 de agosto de 1950, n°29.150 de 16 de janeiro de 1951, n°29.471 de 14 de abril de 1951, n°29.876 de 13 de agosto de 1951, n°20.483 de 24 de janeiro de 1946 (com exceção do Capítulo XV dêste último e no que não contrarie o presente regulamento Geral) e n°32.333 de 26 de fevereiro de 1953". Nota-se na crítica feita pela revista algo muito semelhante ao que a imprensa em determinado momento diria sobre a política de segurança do general Amaury Kruel quando na chefia da polícia da capital anos depois. Os "Comandos Policiais" continuaram atuando na cidade até a regulamentação da Rádio- Patrulha em 1950. 146

Após a saída de Lima Câmara, com o término do governo Dutra, a chefia de polícia da capital novamente viu a sua gestão sofrer com as tensões da política nacional. Três chefias se sucederam entre 1952 e 1954. Assumiram o cargo por curto período sucessivamente os generais Ciro Riopardense de Resende (fevereiro de 1951 a dezembro de 1952), Armando de Morais Âncora (dezembro de 1952 a agosto de 1954) e o coronel Paulo Francisco Torres (de 10 a 26 de agosto de 1954).

Nesse período, pouco se fez pela organização policial da cidade e a situação do DFSP se deteriorara. Começa a surgir com mais frequência na imprensa reclamações sobre salário, falta de equipamento, escassez de carceragens e más condições das instalações distritais em geral.

Tendo em vista o referido contexto, consideramos que a reforma da Polícia Civil do Distrito Federal, que havia criado o Departamento Federal de Segurança Pública, só veio a se completar com a publicação do Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, publicado por Menezes Cortes, em 1955 (QUADRO 2).¹⁴⁷

Não queremos dizer com isso que esse Regulamento tenha sanado os muitos problemas do órgão mas sim que ele definiu rotinas que questionáveis ou não se mantiveram quase inalteradas até mudança da capital. Epitácio Timbaúba chegou questionar em sua coluna no Diário Carioca a legalidade de alguns serviços criados por aquele Regulamento, como por exemplo, a criação da Seção de Diligências Especiais, a serviço do gabinete da chefia de polícia, sobre o qual falaremos mais a frente.

Logo após a publicação do novo Regulamento a polícia carioca mais uma vez se viu paralisada por uma nova crise política instaurada a partir da contestação udenista da legitimidade do resultado da eleição presidencial de 1955, que deu vitória ao ex-governador mineiro Juscelino Kubitschek.¹⁴⁸

-

¹⁴⁶ A Rádio-Patrulha do Distrito Federal, pelo que se pode verificar pela imprensa, já atuava mesmo antes da formalização do ato de sua criação.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 37.008, de 8 de março de 1955. *Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública*. Coleção de Leis do Brasil, 1955, p. 343 Vol. 2.

¹⁴⁸ A União Democrática Nacional (UDN) questionava o resultado das eleições, que deram a vitória a Juscelino Kubitscheck, alegando a "tese da maioria absoluta".

QUADRO 2 – (cont.)

	Serviço de Tráfego (ST) Instituto Félix Pacheco (IFP) Instituto Médico Legal (ML) Corregadoria (C) Delegacia de Defrandações e Falsificações (DDF) Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) Delegacia de Costumas, Tóxicos e Mistificações (DTM) Delegacia de Jogos e Diversões (DID) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Menores (DM) 30 Distritos Policiais. Serviço de Transportes (STD) Serviço de Administração (SA) Serviço de Administração (SA)	Delegacia de Roubos e Falsificações (DRF) Delegacia de Economia Popular (DEP) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Manoras (DM) Delegacia de Ordem Política, e Social (D.O.P.) 7 Delegacias Regionais (DR) Serviço de Trânsito (ST) Guarda Civil (GC) Polícia Especial (P.E.) Instituto Félix Pacheco (IFP) Instituto Médico Legal (ML) Serviço Médico (SM) Serviço de Administração (SA) Serviço de Administração (SA)	Corregadoria (C) Corregadoria (C) Delegacia de Costumes e Diversões (DCD) Delegacia de Roubos e Falsificações (DRF) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Memores (DR) Delegacia Regionais (ST) Serviço de Trânsito (ST) Folicia Especial (PE) Instituto Fálix Pacheco (IFP) Instituto Médico Legal (ML) Serviço de Transporte (STp) Serviço de Administração (SA) Serviço de Administração (SA)	Fronteiras (DPM) Divisão de Polícia Política e Social (DPS) Divisão de Polícia Técnica (DPT) Delegacia de Costumas e Diversões (DCD) Delegacia de Roubos e Falsificações (DRF) Delegacia de Bonomia Popular (DED) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Vigilância (DV) Delegacia de Memores (DM) Serviço de Trânsito (S.T.) Trinta Distritos Policiais (DP) Instituto Médico (BP) Instituto Médico (BP) Instituto Médico (BM) Serviço de Transportes (S.Dp) Serviço de Censura e Diversões públicas (SCDP) () Capítulo III Competência e Estrutura dos Diversos Orgãos Seção I Gabinete do Chefe de Polícia () Art. 9º O Gabinete comprende: ()
FONTE	Diário Oficial da União - Seção 1, 6 de abrilde 1944, p.6126; Coleção de Leis do Brasil, 1944, p.260, vol. 3	Diário Oficial da União - Seção 1, 24 de agosto de 1945, p.13805.	Diário Oficial da União, Seção 1, 14 de novembro da 1945, p.17457	Diário Oficial da União - Seção 1, 22 de março de 1955, p.6791; Coleção de Leis do Brasil, 1955, p.343, vol. 2.
PRESIDENTE	Getúlio Vægas	Getúlio Vægas	José Linharas	João Café Filho
CHEFE DE POLÍCIA	Nálson de Malo	João Alberto Lins de Barros	Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa	Geraldo de Menezes Côrtes

Àquela crise somou-se o caso disciplinar envolvendo o coronel Jurandir de Bizarria Mamede para o qual o general Henrique Dufles Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, solicitou providências ao Presidente Carlos Luz.

Antevendo na recusa a possibilidade de radicalização que poderia levar ao impedimento da posse do presidente eleito, Lott resolveu agir. ¹⁴⁹ No dia 11 de setembro de 1955 vários prédios do governo e instalações militares foram ocupados. As tropas cercaram o Ministério da Guerra, a Central do Brasil, a sede do Departamento de Correios e Telégrafos. As áreas dos Ministérios da Marinha e do Ministério da Aeronáutica, no centro da cidade, o acesso à Base Aérea do Galeão e os acessos para a ilha do Governador, foram isolados

O Batalhão de Guarda ocupou o Palácio do Catete e o comércio e os bancos foram avisados para não darem expediente naquele dia. Ordens de prisão foram emanadas pelo general Lott do seu centro de operações para todas as localidades.

Na sede do Departamento Federal de Segurança Pública, na Rua da Relação, o chefe de polícia, coronel Geraldo de Menezes Cortes, foi preso e conduzido à presença do general Zenóbio da Costa. Na ocasião Cecil Borer, chefe da Seção Trabalhista da Polícia Política, subordinado ao chefe de polícia, também foi preso.

Na madrugada do dia 12, o general Magessi Pereira assumiu o DFSP. A primeira nota distribuída à imprensa procurou dar conhecimento à população carioca da presença da autoridade policial atuando sobre a cidade a partir da Rua da Relação:

À Chefia de Polícia cumpre o dever de informar ao povo desta capital, que está inteiramente capacitada para manter a segurança e a tranquilidade de todos os cidadãos, bem como resguardar a propriedade privada de seus habitantes. Apela, ao mesmo tempo, para que todos se mantenham calmos e confiantes, cooperando assim, para a mais rápida normalização da situação. ¹⁵¹

Carlos Luz, Carlos Lacerda, Mamede e outros conspiradores fugiram. Como o Presidente não havia dado solução ao caso e ainda havia a possibilidade do mesmo colaborar para o impedimento do eleito no pleito contestado pelos udenistas o Ministro da Guerra resolveu interferir no desenrolar dos fatos. Por todo o país as tropas foram mobilizadas. O general Fiúza de Castro e o coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen foram detidos na manhã da sexta-feira, dia 11 de setembro. O jornalista Carlos Lacerda, para o qual também havia uma ordem de prisão, evadiu-se da cidade com o Presidente em exercício e outros no cruzador Tamandaré. O impedimento de Carlos Luz pelo Congresso foi, na prática, ratificado pela confirmação de Nereu Ramos como presidente. Em 7 de janeiro de 1956 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proclamou os resultados oficiais da eleições presidencial realizada em 3 de outubro de 1955. Juscelino Kubitscheck de Oliveira assumiu a Presidência da República em 31 de janeiro de 1956. O general Magessi Pereira foi mantido à frente do DFSP.

O coronel Felisberto Batista Teixeira e o tenente-coronel Protásio de Oliveira teriam, segundo nota da imprensa, efetuado a prisão. Consta que o prefeito do Distrito Federal, Alim Pedro, por ordem de Lott, foi mantido no cargo.

¹⁵¹ DIÁRIO CARIOCA, *Nota da Chefia de Polícia*, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1955, p.3

O novo chefe de polícia, após ouvir a reclamação de alguns delegados, críticos da descentralização dos serviços da Delegacia de Roubos e Falsificações (DRF) produzidos pela Portaria76, publicada por Menezes Côrtes, reviu algumas iniciativas de seu antecessor. ¹⁵²

Quando o general Magessi Pereira deixou a chefia de polícia em setembro de 1956, a situação política já estava estabilizada e o governo JK parecia imprimir um certo otimismo aos rumos a serem trihados pelo país.

Batista Teixeira, coronel e chefe de gabinete do demissionário, foi escolhido por Juscelino para ocupar a chefia do DFSP. O coronel tinha experiência na polícia. Havia sido responsável pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no tempo de Filinto Müller. Empossado, Batista Teixeira reviu algumas decisões que haviam levado à demissão do antecessor.

No início de sua gestão Batista Teixeira demonstrou algum interesse em revitalizar a Polícia Especial mas isso não se concretizou. Conta um jornal que ao visitar o "Esquadrão de Choque", da Polícia Especial, aquartelado nas imediações do DFSP, o chefe de polícia ouviu do comandante daquela corporação, major Hermes da Fonseca Junior, que não transformasse "aqueles robustos rapazes em meninos de recado". 154

A atuação da Seção de Diligências Especiais, criado pelo Regulamento de 1955, foi ampliada durante a gestão de Batista Teixeira, passando a cuidar não só de ocorrências relacionadas a roubos de automóveis mas também investigando casos de falsificação. Até a demissão de Batista Teixeira é possível constatar pela imprensa o crescimento significativo nas denúncias de corrupção na polícia e nas reclamações sobre assaltos em várias localidades da cidade, bem como o emergente protagonismo na criminalidade de algumas quadrilhas, como a do marginal "Bitinha". 155

Se em meados da década de 1950 o Diretor da Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública, Annibal Martins Alonso, dizia que a polícia do Rio trazia, ao findar o século passado, uma organização assaz deficiente, poder-se-ia dizer que não foram as parciais iniciativas reformadoras implementadas ao longo do século XX na

¹⁵² Cf. ULTIMA HORA, *JK reúne jornalista s em jantar e explica*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1956, p. 2

David Nasser, em seu livro *Falta alguém em Nuremberg*, retratou Batista Teixeira como um dos principais responsáveis pela repressão e brutalidades praticadas pela polícia varguistas.

¹⁵⁴ TRIBUNA DA IMPRENSA, *Batista assumiu a Chefia de Polícia interessado pelos choques da PE*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1956, p. 6

O "caso dos selos" foi o primeiro escândalo envolvendo a *Seção de Diligências Especiais*. O investigador Eurípedes Malta de Sá teve papel destacado na investigação e na polêmica que provocou a sua transferência. O caso ocorreu durante a Chefia de Polícia de Felisberto Batista Teixeira.

segurança pública da Capital que sanearam satisfatoriamente as suas muitas deficiências. ¹⁵⁶ Na verdade poucas reformas foram além de uma reorganização pontual de setores ou atividades, ora centralizando as questões operacionais da atividade de policiamento, ora descentralizando-as.

As críticas sobre atuação da polícia permeiam todo aquele período. A brutalidade da Polícia Especial ultrapassou o fim do Estado Novo e embora a presença daquela corporação no policiamento da cidade definhasse a cada dia desde então, poderíamos especular que certos hábitos são difíceis de mudar e essa constatação, sem exagero, talvez possa ser estendida para o histórico das atividades da polícia da cidade desde a data de sua primeira intervenção junto ao povo.

-

ALONSO, Annibal Martins. Organização Policial. História, legislação, administração. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959, p. 17

CAPÍTULO 3

A ORIGEM DO "ESQUADRÃO DA MORTE"

Dizem que ela existe/
Pra ajudar!/
Dizem que ela existe/
Pra proteger!/
Eu sei que ela pode/
Te parar!/
Eu sei que ela pode/
Te prender!.../
Polícia!/
Para quem precisa/

- Polícia, Titãs

A história do "Esquadrão da Morte" começou e se difundiu a partir da "República Bossa Nova" ¹⁵⁷ ou "anos dourados", segundo as denominações idealizadas sobre o período de governo de Juscelino Kubistchek. Dito assim, essa afirmação ainda hoje produz ao discernimento algum estranhamento. Mas embora a imagem que prevaleça sobre aquela época oculte dos "anos dourados" o "Esquadrão da Morte", o marco original do aparecimento do fenômeno se situa nos seus limites.

Ainda que a tese da *Cidade Partida*, de Zuenir Ventura, enunciada na década de 1990, tenha sido substituída nas narrativas sobre o Rio de Janeiro por outras interpretações que procuraram abarcar a complexidade da dinâmica da cidade em sua variedade social, cultural e política, o que se percebe é que uma certa memória ainda conota em grande medida aquela cidade na qual qualquer "senhora respeitável nada tinha a temer dos destituídos, que raramente ousariam assustá-la". Ou ainda na qual as ruas da Zona Sul eram "da classe média e acima", como escrevera Paulo Francis sobre a época no seu livro *O afeto que se encerra*. ¹⁵⁸

DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco F. M.. A República bossa nova: a democracia populista: 1954-1964, São Paulo: Atual, 1991

¹⁵⁸ Apud. VENTURA, Zuenir. Cidade Partida, São Paulo: Companhia da Letras, 1994, p. 17

3. 1 - Polícias, bandidos, imprensa e violência na "República Bossa Nova" de JK

Ao se pensar na história da polícia, muito do que se diz e se escreve sobre o Rio de Janeiro dos chamados "anos dourados" parece evocar consciente ou inconscientemente outra cidade, ainda que na mesma cidade. Foi por certa crônica popularizada uma imagem do Rio dos anos 50 na qual "as diferenças de classe faziam rir" tal como escreveu Zuenir Ventura aludindo ao *Primo Rico e Primo Pobre*, da antiga Rádio Nacional. ¹⁵⁹ Para a *socialite* Carmem Mayrink Veiga, aquela década foi uma época em que se vivia "realmente um clima de constante festa na cidade" e a vida "era bem mais risonha e franca entre nós". ¹⁶⁰

Joaquim Ferreira dos Santos, em *Feliz 1958*, cujo subtítulo "o ano que não devia terminar" muito revela sobre a idealização de que falamos aqui sobre aquele período, elenca uma miríade de fatos de um Rio quase idílico, ao qual dificilmente se associaria como sendo o lugar de formação do "Esquadrão da Morte".

Na fantasia dos "anos dourados" ¹⁶¹, a "Copa" era nossa, e a "Bossa" era "Nova". ¹⁶² Joaquim Ferreira dos Santos, porém, faça-se justiça, não ignora o surgimento do "Esquadrão da Morte" mas o cita quase como um epifenômeno marginal, um acidente, ocorrido em um Rio edificado como ideal.

No entanto, Ventura admite que a cidade que emerge dessa visão, "romântica e nostálgica", era na verdade "uma reconstrução ideal." Se concordamos com o autor nessa última constatação, nos distanciamos dele ao dissentir da tese das "duas cidades" ou da "cidade partida." 164

Uma leitura do período a partir dos jornais (*Ultima Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Luta Democrática*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *A Noite* e outros) e revistas (*Flan*, *O Cruzeiro* e *O Mundo Ilustrado*) sugere a permeabilidade das relações naquela sociedade e o trânsito indefinido, entre as classes, pelas ruas do Distrito Federal sem a secção que a tese parece pretender insinuar.

O quadro, criado por Max Nunes, era protagonizado pelos atores Brandão Filho e Paulo Gracindo. Em 1968 o programa migrou do rádio para a TV Globo mas o sucesso

SANTOS, Joaquim Ferreira. *Feliz 1958*: o ano que não devia terminar. Rio de Janeiro: Record, 1997, p.87

DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco F. M.. *A República bossa nova*: a democracia populista: 1954-1964, São Paulo: Atual, 1991, p.21

Em relação à cultura, Renato Ortiz diz que o período que vai de 1945 a 1964 "trata de um momento de grande efervescência e de criatividade cultural" atenuado, no entanto, "pela impossibilidade de desenvolvimento econômico mais generalizado" Cf. ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural - 2ªed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p.101.

¹⁶³ VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*, São Paulo: Companhia da Letras, 1994, p.11

¹⁶⁴ Idem.

Mesmo na zona sul a convivência nunca foi amena e ordeira, e tampouco as classes mais privilegiadas estavam totalmente apartadas das tensões da sociedade carioca. "Copacabana vive sob o complexo do medo" foi o título de uma reportagem sobre a "degradação" do bairro, já em 1952. 66 "Copacabana caiu em desgraça" destacava a reportagem do *Diário Carioca* em 1957, dizendo no subtítulo que o bairro praiano e aristocrático havia se transformado em um ninho de bandidos. 67

Assim, se Zuenir Ventura ao referir-se àqueles anos, considera que "havia um ovo de serpente chocando no paraíso", o olhar que norteia esse estudo, aproveitando a metáfora, considera que o referido "ovo de serpente" já havia eclodido desde as torturas e sevícias praticadas pela polícia carioca nos "porões" da Rua da Relação, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Nesse sentido, os "anos dourados" e a "cidade partida" mais parecem ficções mutuamente excludentes, se consideradas como compondo uma mesma e única narrativa acerca daquele tempo. A "república bossa nova", com todo o desenfreado otimismo ainda hoje evocado, aparentemente incorre na mesma contradição.

Zuenir Ventura, em seu *Cidade Partida*, mesmo lembrando que a capital "tinha suas zonas de risco" diz em certo momento que o "Rio estava longe de ser uma cidade realmente perigosa"¹⁶⁹ e que "Copacabana, berço da Bossa Nova, continuava, porém um bairro tranquilo, a exemplo de toda a Zona Sul.¹⁷⁰

De acordo com a referida imagem, tal leitura desconsideraria todo um complexo de relações e problemas antigos e novos, reiterados e crescentes, como, por exemplo, o aumento da população e da desigualdade, o inchaço urbano, a relativa estagnação econômica frente ao dinamismo paulista, a corrupção, a violência e cada vez mais a manifestação, na nobre zona sul, de demandas e problemas geralmente associadas somente às favelas, subúrbios e arrabaldes.¹⁷¹

¹⁶⁵ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1952, p.6

¹⁶⁹ VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. 17ª reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 1994, p.30

O chefe de polícia, general Ciro de Rezende, numa mesa redonda promovida pelo *Ultima Hora* respondia a questões sobre a proibição do *trotois*, de *boites* e o trânsito de menores em horário escolar.

¹⁶⁷ DIÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1957, p.10

¹⁶⁸ Op. cit, p. 11

¹⁷⁰ Idem, p.34: De qualquer modo, o relato de Ventura deve ser sobremaneira relativizado em suas conclusões pois ao longo de todo o texto o autor oscila entre duas cidades tal como a visão proposta no título do livro reconhecendo a certa altura que o "paraíso de longe às vezes é, de perto, o inferno

Utilizamos a noção apenas em sentido derivativo. Para uma elaboração conceitual sofisticada de capitalidade, ver: NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros* In: Museu de Astronomia. Rio de Janeiro: MAST, 1991, p.53-65.

A iminente perda, real ou presumida, da capitalidade sugerida pela mudança da sede governo federal para Brasília decerto trazia ao período mais um componente de tensão para a vida política local. Assim, propensas a não reconhecer a polícia e a criminalidade como assuntos adequados ao otimismo preconizado àquele momento, outras narrativas sobre o fenômeno arbitrariamente procuraram situar a origem do "Esquadrão da Morte" não com as supostas "luzes" do período kubistchekiano mas sim com as "trevas" da ditadura instaurada em 1964.¹⁷²

Quando Juscelino Kubitscheck tomou posse como presidente da República, a policia da Capital, em todas as suas instâncias, estava organizada sob a estrutura do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Apesar das mais de dez polícias da cidade, pululavam o lenocínio, as *gangs*, a prostituição, os assaltos à mão armada, a postos de gasolina, a biroscas, residências, taxistas, e já deixavam de ser incipientes os assaltos a bancos.¹⁷³

Uma leitura da crônica policial da época dá a impressão de que a criminalidade aumentava em presença e intensidade a cada dia.

O Rio das primeiras décadas conheceu tipos lendários de uma sociabilidade popular há muito extinta.¹⁷⁴ Homens como "Leão da Noite", "Geraldo da Praia", Alfredo Francisco Soares, o "Camisa Preta", Carlos José Pinheiro, o "Sete Coroas", Octávio José Pinto, o "Meia Noite", Bebiano Francisco da Silva, o "Moleque Bebiano", João Francisco dos Santos, o "Madame Satã", Antônio de Oliveira Lima, o "Antônio Mulatinho" e Luciano José da Silva, o "Galeguinho da Saúde" que, hoje, existem somente em um diluído imaginário popular.

A década de 1940 talvez tenha representado um período de transição no qual já se diluíam as antigas práticas e somente na memória dos mais velhos ainda se preservava algo das lendas apócrifas dos velhos capoeiras. Vivendo um momento no qual a imprensa se readaptava às liberdades democráticas e ao exercício pleno de suas prerrogativas, Alfredo Batista Junior, o "Paulo Carvoeiro", José Bernardino de Oliveira, o "Zé Pretinho", Manoel Soares dos Santos, o "Sombra", Benedito de Lima César, o "Sete Dedos", João da Costa

¹⁷³ Guarda Civil, Polícia de Vigilância (da Prefeitura), Guarda Noturna, Polícia Especial, Polícia Militar, Polícia do Cais do Porto, Polícia do Exército, Polícia da Marinha, Polícia da Aeronáutica, Polícia Marítima, Guarda da Alfândega, Polícia Rodoviária (da Prefeitura), entre outras.

٠

Cf. LOPES, Adérito. O Esquadrão da Morte: São Paulo 1968-1971. Portugal/ Lisboa: Prelo Editora, 1973; BICUDO, Hélio Pereira. Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros. São Paulo: Editora Paulinas, 1988; LANGGUTH, Arthur John. A Face Oculta do Terror. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Documentos de História Contemporânea) v. 75

¹⁷⁴ Sobre a distinção de entre tipos sociais Cf. MISSE, Michel. *Tradições do banditismo urbano no Rio*: invenção ou acumulação social. In: MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

Rezende, o "Carne Seca", Carlos José Castilhos, o "Brabo do Caju"¹⁷⁵ ou "Carlos da Candinha", José da Silva Rosa, o "Zé da Ilha", Murilo Alves dos Santos, o "Murilinho" etc, tiveram as suas trajetórias de crime mais esmiuçadas e dramatizadas pela crônica policial da época do que aqueles da década precedente.

O período entre 1950 e 1960, foi a época das *curras*¹⁷⁶ e das irresponsabilidades burguesas da *juventude transviada*, do *Crime do Sacopã*, do *Crime do Professor Goulart*, ¹⁷⁷ da chacina no mercado *Peg Pag*, do assalto ao banco *Lowndes*, a *Chacina do Caju* e, no limite, da ousadia que levou ao assalto ao *Trem Pagador*. ¹⁷⁸ Tornaram-se célebres alguns crimes passionais ou misteriosos, cujos desdobramentos, inconclusões ou brutalidade preencheram por semanas as páginas dos jornais, como o assassinato da jovem Aída Curi, o rapto de Sérgio Haziot, o assassinato de Helena Amoroso, o latrocínio das Cajazeiras, o desaparecimento de Dana de Teffé (Dana Edita Fitscherova), a Curra do Pasmado, o assassinato de Luz del Fuego (na verdade Dora Vivacqua), a execução de Taninha pela "Fera da Penha" etc. ¹⁷⁹

A bandidagem tão temida, ao menos no relato dos periódicos, era composta por nomes como Hélio Carlos do Nascimento, o "Helinho" José Francisco de Souza, o "Bidá", Jerônimo da Silva Santos, o "Carne Crua", João Alves Nascimento, o "João Vagabundo", Juventino Caetano dos Santos, o "Falcão Negro", José Afonso de Jesus, o "Mino", Bartolomeu Pereira da Silva, o "Bartinho" Pedro José de Lima, o "Buck Jones', Ismael Rodrigues da Silva, o "Sabará" Wellington Barroso Lisboa Bastos, o "Puruca", Adelino da Silva Silvino, o "Buda", Francisco Paulo dos Santos, o "Francisquinho", Antônio da Silva, o "Fogueirinha", Rubens de Almeida, o "Arubinha", Frederico de Oliveira, o "China Preto", Aldemir da Silva Silvino, o "Coisa Ruim", Valdemar Cardoso dos Santos, o "Coringa", Manoel Mendonça Sereno, o "Lilico", José da Silva, o "Marujo", Valter Pereira dos Santos, o "Caveirinha", Ari Cardoso de Albuquerque, o "Pavão", Jacques Jorand, o "Diabo Louro", Bento Balbino dos Santos, o "Bigode", Gerson de Oliveira Nascimento, o "Bonga", Jorge de Sousa, o "Jorge Negrão", José Rodrigues da Cruz, o "Paraibinha", Gerson de Oliveira

. .

¹⁷⁵ Também conhecido como Carlos da Candinha e Gangster do Cajú

¹⁷⁶ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1959, p. 8

¹⁷⁷ A NOITE, Condenado o prof. Goulart, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1955, p.1

O assalto planejado e executado com sucesso pela quadrilha de Tião Medonho, no início dos anos 1960, antecipou aquele outro assalto a trem de mesma natureza ocorrido no Reino Unido.

¹⁷⁹ Neide Maia Lopes matou e depois queimou o corpo da criança Tânia Maria, filha de seu amante, por ciúmes da esposa de fato.

¹⁸⁰ Responsável pela morte do policial Aprígio Virgílio de Mendonça, em novembro de 1955.

¹⁸¹ Conforme o jornal e o repórter lê-se: Bartinho, Valtinho, Batinho, Baltinho etc.

¹⁸² Cf. LEMOS, Silbert dos Santos. *O Negro Sabará*. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

Nascimento, o "Bonga", Wilson dos Santos, o "Bitinha", Luís Carlos da Silva Silvino, o "Praga de Mãe", José Nilton Diniz, o "Colombo", Ilton Gomes de Sousa, o "Maluco", Rodrigues de Carvalho, o "Tarzan", João Evaristo da Silva, o 'Mexicano'¹⁸³, Getúlio Carneiro Prado, o "Getulinho", Gessi de Lima e Sousa, o "Sabonete", Manuel Caetano de Santana, o "Manuel Olhão", Moacir Luís da Silva, o "Mangueirinha", Miguel Alexandre, o "Miguelito", Edésio Martins da Silva, o "Pena Branca", Itamar da Silva, o "Turiba", Murilo Alves dos Santos, o "Murilão" e José da Silva, o "Glostora" e inúmeros outros. Nas páginas do *Ultima Hora* a polícia protagonizou e, às vezes coadjuvou, a fama imputada pela imprensa a alguns egressos do *Serviço de Assistência aos Menores* (SAM), na figura dos *gangsteres de pés descalços*. ¹⁸⁴

De tantos nomes e alcunhas, somente uns poucos desfrutaram de triste celebridade. ¹⁸⁵ Marginais ou marginalizados, bandidos ou vítimas, os seus delitos, as suas trajetórias, a sua prisão e a sua morte, não foram ignorados em seu potencial trágico, fosse esse verdadeiro ou inventado, pelo viés sensacionalista da imprensa da época.

Nesse sentido ganharam as manchetes dos jornais figuras como Mauro Guerra de Melo, Pedro José de Lima, Milton Santos de Almeida, o "Micuçu"¹⁸⁶, Luiz Bernardino da Silva Cardoso, o "Cabeleira", José Rosa Miranda, o "Mineirinho"¹⁸⁷, Sebastião de Sousa, o "Tião Medonho", Edson Sousa de Oliveira, o "Edson Prêto" e Manuel Moreira, o "Cara de Cavalo".

Naqueles anos já não era novidade a atuação de um "Sindicato da Morte" agindo desde os anos 40 em Alagoas, uma "Polícia Preta" e um "Sindicato do Crime" na capital da

¹⁸³ Os quatro últimos, integrantes de uma *Quadrilha da Morte*, presa em março de 1957.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de Novembro de 1941. *Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1941, p.21338. Esse decreto transformou o antigo Instituto Sete de Setembro (criado pelo decreto nº 21.548, de 13 de junho de 1932, e reorganizado pelo decreto-lei n. 1.797, de 23 de novembro de 1939) em Serviço de Assistência a Menores. O SAM estava diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores em estreita colaboração com o Juízo de Menores do Distrito Federal. Conforme o Decreto, o SAM. tinha por fins: "a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas."

Usamos a palavra com o sentido de "pessoa de quem se fala, sobre quem se escreve (...)". Cf. OLIVEIRA, José Carlos. *O Rio é assim*: a crônica de uma cidade (1953-1984), organizador Jason Tércio.- Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 243

¹⁸⁶ Citado por Elizabeth Bishop no poema *The burglar of Babylon*.

¹⁸⁷ Homenageado por Clarice Lispector.

república. ¹⁸⁸ Em meados da década de 50, quando os "Comandos Policiais", do general Lima Câmara já não invadiam mais as vielas e subúrbios da cidade, Chicago, ainda lembrava-se da atuação dos "Esquadrões Vermelhos" da polícia estadunidense (QUADRO 3).

No final dos anos 50 um dos últimos grandes da história da polícia da capital se aposentou. Após quarenta e quatro anos de serviços prestados à cidade, Silvio Terra deixou a polícia pobre e sob ameaça de despejo do imóvel no qual residia¹⁸⁹. Manoel Vidal Martins, o "Martins Vidal", havia morrido e César Garcez¹⁹⁰ e Pelayo Martins, não ocupavam mais a titularidade de nenhuma delegacia da cidade.

Muitos policiais tombaram em confronto. Foram pranteados pelos colegas o guarda Antônio Maria Abel, os detetives e investigadores Luciano Maciel, Osvaldo José da Cunha, Nilton Ornelas da Costa, Augusto César Araújo de Oliveira, Aprígio Virgílio de Mendonça, Matias Antônio dos Santos, Ademar Correia da Silva, Oscar Vicente da Silva, Jansen do Nascimento Cruz, Lázaro Montalvão, Raul de Campos Gay¹⁹¹, Antônio Americano da Silva Rêgo, José Augusto de Melo, o Melinho, Eugênio Parada, Silvano da Silva Ferreira, Valdir Pereira de Faria.¹⁹²

Na época, algumas notícias sobre casos de investigadores e detetives que foram gravemente feridos ou incapacitados por ferimentos sofridos em diligências e incursões pela cidade provocaram muita comoção no meio policial. Policiais como Rivadávia Leite Cavalcanti, Floriano Queigas¹⁹³, Fernando Ruiz Bastos, Ernani Vidal, Antônio Carlos da Silva Tindó, Élcio Quaresma, Hilton Manuel Antônio...

Os que sucederam a geração de Terra, Garcez e Vidal foram, ao tempo de JK, os detetives Cícero Gomes Ribeiro, Manoel Francisco Lopo, o "Manolo", Antenor Lírio Coelho, Perpétuo Freitas da Silva, o "Cabra", também chamado de "Índio", Eurípedes Malta de Sá e

DIÁRIO DA NOITE, Ao surpreender a esposa em adultério. Morto o delegado Bonilha e ferido o comissário Gay. Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de maio de 1953, 1ª seção, [nº ilegível]; DIÁRIO CARIOCA, Dois valores. Rio de Janeiro, quarta-feira, 3 de julho de 1953, p.8.

-

ULTIMA HORA, *Descoberto em Recife um Sindicato do crime*, Rio de Janeiro, terça feira, 8 de abril de 1952, p.2; ULTIMA HORA, *Assaltado E espancado na delegacia de Meriti*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de julho de 1951, p.5; ULTIMA HORA, *Sindicato do Crime agindo em São Cristóvão*, Rio de Janeiro, segunda feira, 27 de abril de 1952, p.10; ULTIMA HORA, *Descoberto em Recife um Sindicato do crime*, Rio de Janeiro, terça feira, 8 de abril de 1952, p.2; ULTIMA HORA, Trezentos cruzeiros diários para o "*Sindicato do crime*", Rio de Janeiro, terça feira, 21 de junho de 1955, p.8;

¹⁸⁹ Diário da Noite, *Silvio Terra deixa a polícia pobre e ameaçado de despejo*, 10 de junho de 1959, Rio de Janeiro, Primeira Seção.

¹⁹⁰ Faleceu em 1960.

¹⁹² Baleado por Edson Sousa de Oliveira, "Edson Prêto". Cf. Luta Democrática, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1964, p.2

¹⁹³ Ferido em um tiroteio contra Buck Jones. Cf. LUTA DEMOCRÁTICA, "Buck Jones" tocaiou a polícia, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1957, p.2

Fernando Milton dos Santos, o "Manga", que após assumir o comando da 4ª subseção de vigilância, na Invernada de Olaria, também obteve alguma notoriedade.

Ao polêmico comissário Deraldo Padilha, a truculência, a severidade e a intransigência ficaram para a posteridade associadas. No final dos anos 50 o detetive Milton Le Cocq d'Oliveira ainda não se tornara uma lenda.

Epitácio Timbaúba, cronista de polícia do Diário Carioca, já em 1950, diagnosticava que o índice de criminalidade na cidade aumentara consideravelmente. Alertava, que não era apenas "a miséria, a ignorância, o alcoolismo, o desajustamento econômico, o após a guerra causas de tantos crimes". 194

Henrique Bernardo, autor do primeiro livro sobre o "Esquadrão da Morte" no Brasil, no entanto, diz que o Rio de Janeiro da década de 1950:

> era a cidade maravilhosa. Eu e minha turma jogávamos vôlei no clube Hebraica, da Rua das Laranjeiras, sempre às quartas-feiras à noite. Saiamos do clube por volta de meia-noite, subíamos a pé a Rua Alice, cantando e brincando. Atravessávamos o túnel, descíamos a Rua Barão de Petrópolis e caminhando e cantando chegávamos à Praça Afonso Pena, ali do lado da sede do América. Continuávamos cantando e brincando, até o raiar do dia. Nenhum medo, nenhum receio, nenhum assaltante no pedaço. O Rio continuou lindo e maravilhoso até 1970, pelo menos. Havia bandidos, criminosos? Claro, como jornalista, especialmente no período em que chefiei a seção de Polícia da Última Hora e, mais adiante, editor de O Globo, acompanhei as histórias de todos esses marginais que você cita. Mas era um submundo distante do meu mundo. No tempo de O Globo, a partir de 1966, saiamos da Redação por volta de meia noite, uma hora da madrugada, íamos para a praça XV (Angu do Gomes) ou para o Lamas, no largo do Machado. Traçávamos um bife à milanesa, jogávamos uma sinuca no salão do Lamas, às vezes rumávamos para Copacabana, para o beco das garrafas. Na maior tranquilidade possível, sem sustos, medos, receios. 195

Como podemos deduzir das impressões sobre a violência naquela época, a adesão ou não à tese de que o Rio vivia um aumento da criminalidade e da violência não é uma questão simples. Entretanto, a constituição de séries de dois ou três jornais de determinado período e a comparação das suas primeiras páginas, revelam um progressivo aumento de certas palavras que podem ser indícios de um aumento real da criminalidade e da violência na cidade. 196

Podemos pensar que em uma cidade com tantos jornais, vinculados a interesses divergentes (Ultima Hora e a Tribuna da Imprensa, por exemplo), como era a capital nos anos 1950, é admissível supor que fossem apenas dois ou três jornais a alardear em reportagens e

¹⁹⁴ DIÁRIO CARIOCA, O Crime, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1950, p.1

¹⁹⁵ Entrevista concedida pelo jornalista em janeiro de 2016, a este autor.

¹⁹⁶ Embora o conjunto de indícios coletados esteja na origem de tal entendimento, temos clareza que é problemático criterizar, ainda mais na ausência de estatísticas consolidadas.

colunas, parágrafos, expressões e palavras, que no seu conjunto denotassem aumento de criminalidade e violência, se poderia argumentar a ausência de um consenso ou mesmo o peso do contraditório, ou o crivo inevitável da subjetividade. Entretanto o que a leitura de vários dos jornais publicados no período indica é que a maioria das reportagens sobre crime e polícia, independentemente de seus dissensos em relação a outros temas, apontam quase em sua totalidade para o crescimento da criminalidade e da violência na cidade.

O criminalista Virgílio Luiz Donnici, diz que no "período dos anos 50 e dos anos 60 a criminalidade urbana e a oficial cresciam numa monotonia exaustiva, com uma permanente ausência de direitos humanos". Lembrava também o autor, que no "Brasil "nunca se considerou a criminalidade como fenômeno importante e nacional".

O historiador Marcos Bretas, ao falar da importância dos processos criminais para o estudo de grupos sociais sobre os quais não se tem muitas opções de registros, propõe uma discussão sobre se a referida documentação permitiria ou não "pensar o Rio de Janeiro do início do século XX como uma cidade violenta"197 e alerta para outro problema a ser enfrentado que é a definição do que será compreendido como "violência", dizendo que "a questão não é simples, permitindo diferentes respostas que encaminhariam a pesquisa em direções as mais diversas."198 Argumenta Marcos Bretas que:

> Quando pensamos se o Rio de Janeiro do início do século seria uma sociedade violenta, estamos nos referindo a um conceito nosso de violência – ou a padrões produzidos pelo historiador - ou estamos discutindo dentro das categorias do período, se os cariocas de então pensavam viver numa cidade violenta? Mesmo sem hierarquizá-los, é preciso reconhecer que se tratam de dois problemas diferentes. 199

Para o que pretendemos aqui, é importante ressaltar também o papel da imprensa na difusão do que se dizia sobre o crime e a polícia.

Carlos Chagas aponta como possível catalisador da crescente produção mais apelativa, o fato que de "1946 até 1953 não havia Lei de Imprensa, e o texto votado naquele ano pelo Congresso revelou-se falho, fraco e inócuo para punir excessos praticados pelos meios de comunicação", pois valia tudo, "fosse nas manchetes, nas fotos às vezes montadas e nos textos agressivos, cheios de ódio e aleivosias (...)". 200

¹⁹⁷ BRETAS, Marcos Luiz. As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro In: Acervo v.15, nº 1, p. 7-22, jan/jun 2002, p.8

¹⁹⁸ Idem, p.11

²⁰⁰ CHAGAS, Carlos. O Brasil sem retoque (1808-1964): a História contada por jornais e jornalista. v.1, Rio de Janeiro: Record, 2001, p..590

Para o autor a democracia e as eleições eram algo novo para o país e a imprensa exultava e se exaltava, "querendo cobrar em poucas semanas os oito anos de obscurantismo em que havia sido lançada" pelo Estado Novo.²⁰¹

Assim, a paulatina visibilidade proporcionada ao noticiário sobre polícia e criminalidade pela imprensa recém-emancipada da vigilância e do dirigismo imposto pela ditadura varguista parecia também corresponder a uma demanda das próprias redações. ²⁰² Se durante a ditadura estadonovista o controle exercido sobre os órgãos de imprensa impedia ou limitava a abordagem de algumas pautas, a derrubada do regime em 1945 e as liberalidades autorizadas pela constituição de 1946 proporcionaram o surgimento de um jornalismo cada vez mais apelativo. ²⁰³

Deve-se considerar que anos antes, um possível constrangimento provocado a um ministro ou mesmo ao Presidente por uma reportagem negativa envolvendo a polícia da capital seria motivo para censura. Com a Constituição de 1946, no entanto, embora a mesma notícia ainda pudesse provocar alguma tensão nas redações, o empastelamento de um jornal numa democracia produziria inconvenientes ainda maiores do que aquele reclamado pelo ofendido. O caso da apreensão da revista *Maquis* é ilustrativo quanto a esse novo contexto.

Isso correspondia também a um momento de desenvolvimento de uma imprensa que, politizada, passional, tendenciosa, cada vez mais noticiava de tudo com alarde, drama e destaque. Entre 1945 e 1957 se percebe que os acidentes, crimes passionais, assassinatos, suicídios, curras e corpos mutilados paulatinamente migraram das pequenas notas aleatórias soltas na confusa diagramação de alguns jornais para páginas e colunas específicas que o leitor passou a identificar como o lugar da crônica sobre polícia e criminalidade.

No início dos anos 50, o *Diário Carioca* promoveu sua reforma. *O Dia* e *Última Hora* foram fundados em 1951. A *Luta Democrática*, foi inaugurada em 1954.²⁰⁴

²⁰¹ CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque (1808-1964)*: a História contada por jornais e jornalista. v.1, Rio de Janeiro: Record, 2001, p.522

Fica-nos a impressão que mesmo após o fim daquele regime de exceção, nas redações, como um hábito talvez, prevaleceu durante ainda algum tempo uma espécie de autocensura em relação a alguns assuntos. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), partir de 1939, ano de sua criação, se tornou o órgão do regime responsável por fiscalizar a produção de todos meios de comunicação. O DIP podia autorizar ou vetar qualquer conteúdo.

BRASIL. Decreto nº 24.776, de 14 de Julho de 1934. *Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências*. Coleção de Leis do Brasil - 31/12/1934, p. 1.

²⁰⁴ Circulavam no Distrito Federal e no estado do Rio entre 1945 e 1955 os seguintes jornais: Última Hora, Tribuna da Imprensa, O Dia, Luta Democrática, Diário Carioca, Jornal do Commercio, O Globo, Jornal do Brasil, Diário de Notícias, O Jornal, Diário da Noite, A Manhã, O Radical, Correio da Manhã, Correio da

Carla Siqueira diz que a evolução das tiragens desses jornais não só atestava a "entrada em cena de uma imprensa de largo consumo, em níveis até então inéditos na imprensa brasileira" mas também o "nascimento de uma imprensa popular, associada a nomes como Ademar de Barros, Chagas Freitas, Tenório Cavalcanti e Getúlio Vargas."²⁰⁵

A modernização do produto jornalístico porém não significou uma modernização das relações dos donos de jornais com os governos, sendo ainda a "distribuição da publicidade oficial", segundo Ana Ribeiro, "feita a partir de um critério político".²⁰⁶

Os traços de continuidade, no entanto, iam muito além das relações entre o empresariado dos veículos de comunicação e os governos. A violência de um modo geral, ao lado da ineficiência do policiamento e da brutalidade das polícias, ganhou mais espaço na cobertura jornalística, mesmo naqueles jornais que tradicionalmente não davam destaque para aqueles assuntos, como o *Correio da Manhã*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*.²⁰⁷

A *Ultima Hora* cobriu ostensivamente a administração do Departamento Federal de Segurança Pública no período de Amaury Kruel, e pelas suas páginas é possível identificar uma transformação operada em relação à figura do bandido, sem no entanto redundar na constatação de Michel Misse, segundo a qual:

É comum na literatura especializada (tanto quanto na representação social) opor-se "o" malandro e "o" bandido ou "marginal", segundo alguns critérios mais ou menos consensuais, de uma perspectiva normalizadora (...) Embora essa distinção seja geralmente aceita, ela é muito mais matizada quando saímos do universo normalizador e passamos para o universo social do "mundo do crime". Aqui as

²⁰⁵ SIQUEIRA, Carla. *A novidade que faltava*: sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954). ECO-PÓS- v.8, n.2, ago-dez, 2005, p.46

-

Noite, A Batalha, A Nação, A Nota, Vanguarda, Democracia, O Imparcial, A Gazeta de Notícias, Imprensa Popular, O Fluminense, Voz Operária, etc

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? Revista Ciberlegenda, UFF, nº 8, 2002. Sobre as fontes de recursos dos jornais e a sua saúde financeiro a autora relata que: "Um periódico poderia contar basicamente com quatro fontes de recurso no Rio de Janeiro dos anos 1950: a venda avulsa ou por assinatura, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e o apoio de grupos privados." (...) "Apesar disso, a maioria das empresas jornalísticas ainda era deficitária e utilizava de técnicas de administração e gestão extremamente tradicionais. Em muitos casos, os velhos métodos de clientelismo e chantagem e o apoio do governo ainda garantiam a sobrevivência da empresa."

Pelo que é possível supor do cotejo entre as fontes, pouco havia mudado até maio daquele ano. Pelo que a imprensa permite identificar, o Distrito Federal vivia uma crescente sensação de aumento da violência, geralmente descrito como acirramento da criminalidade e cada vez mais visível no destaque da foto ou nas letras em caixa alta das manchetes. A questão da aferição do aumento da criminalidade na Capital é controversa. Embora geralmente se afirme a ocorrência de fato de um aumento da criminalidade violenta no período compreendido pelas décadas de 1950 e 1960, não existem, assim o afirmam alguns estudiosos da questão, estatísticas consolidadas e consensualmente aceitas sobre a questão. Deve ser levado em consideração para uma melhor compreensão do problema não só inexistência de uma série estatística consolidada sobre as possíveis variações da criminalidade no período como também o pouco espaço que a criminalidade tinha na imprensa durante o Estado Novo e mesmo nos anos de democracia relativa que conformam os anos posteriores.

categorias se confundem e o que o universo normalizador chamará de "marginal" raramente comparecerá com esse nome no "mundo do crime". A persistência do malandro nas nomeações invariavelmente sobre passam suas diferenças em relação ao tipo social do malandro tradicional em referência ao qual a perspectiva normalizadora crivara os critérios de diferenciação. ²⁰⁸

Como no caso dos "gangsters de pés descalços, a transformação operada relacionou o marginal da periferia daquela sociedade com a figura do "gangster" filmico de origem estadunidense, que nessa configuração enfrentava a polícia como se provocado a um duelo e tinha a sua relação com o aparato repressivo do Estado narrados pela imprensa como uma performance cujas palavras destoavam sob vários aspectos daquilo de que falavam as notícias.

Na expressão "gangsters de pés descalços", por exemplo, o complemento parecia deturpar parte daquilo que de algum modo se pretendeu dizer ao atribuir a alcunha. Nessa configuração, a cobertura do *Ultima Hora* do embate daqueles "gasgsters" contra a polícia parecia ultrapassar a leitura sobre a "metamorfose do malandro em marginal", mencionada por Michel Misse, não comprometendo, no entanto, o valor de sua reflexão.²⁰⁹

O sensacionalismo não era um fenômeno novo na imprensa carioca mas após a morte do jornalista Nestor Moreira, espancado numa delegacia em Copacabana dias antes pelo guarda civil Paulo Ribeiro Peixoto, parece ter ganhado impulso inesperado.²¹⁰ O caso mobilizou até Tancredo Neves, Ministro da Justiça na época.²¹¹ Nesse sentido o sensacionalismo intenso, passional, urgente, da cobertura pela imprensa da morte de Nestor Moreira celebrizou a vítima e em contraponto produziu aquele que pode ser apontado como o primeiro "inimigo público n°1" da crônica policial carioca: o "Coice de Mula".²¹²

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos - a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*.
 Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999, p.189.
 Idem. p. 190.

²¹⁰ TRIBUNA DA IMPRENSA, *Comissão de inquérito para apurar a corrupção na polícia*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1954, p.6.

Em 12 de maio de 1954, o repórter do jornal A Noite, Nestor Moreira, foi levado para uma delegacia, interrogado, espancado. Dias depois de internado, Nestor Moreira morreu. A morte de Nestor Moreira fez com que o Sindicato dos Jornalistas formalizasse uma resolução que propunha entre outras coisas uma reunião com o Presidente da República "para manifestar a revolta da classe", uma convocação para que todos os jornais "verberem as violências policiais", a demissão do chefe de polícia e do Ministro da Justiça e passeata de protesto da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) até o Catete. O comissário Gilberto Alves Siqueira era o responsável pela 2ª DP onde ocorreu o espancamento do repórter.

²¹² Alcunha atribuída a Paulo Ribeiro Peixoto. No decorrer do rumoroso processo pelo qual veio a ser condenado como culpado das acusações que lhe foram imputadas angariou a repulsa, a ira e a revolta da imprensa e de grande parte da população.

Em relação ao caso Nestor Moreira, Ernani do Amaral Peixoto, em depoimento, disse que viu na cobertura da imprensa "uma campanha organizada contra o governo".²¹³

José Amaral Argolo aponta, na imprensa da época, o surgimento de um protagonismo dos repórteres "para a construção dos ícones criminais que conquistaram espaço no imaginário popular".²¹⁴ Assim, com efeito, poder-se-ia compreender já no alarido em torno da morte do jornalista Nestor Moreira elementos da criação do sensacional operada por quem produzia a notícia em um novo contexto mais democrático que o que havia no período anterior.

Danilo Angrimani, ao definir o que compreende como sensacionalismo, escreveu que "trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso."²¹⁵ Para o autor, o sensacionalismo "é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato.²¹⁶ E completa:

O sensacionalismo está intimamente ligado ao homicídio, à morte e ao sangue derramado. O sangue representa simbolicamente esse gênero de imprensa. Os franceses, quando querem se referir a um jornal sensacionalista, utilizam a expressão "sang à la une" (sangue na primeira página); no Brasil, em São Paulo, fala-se em jornal "espreme que sai sangue". ²¹⁷

Nesse sentido, o que se seguiu à morte de Nestor Moreira, nos parece, foi a produção de notícias cada vez mais apelativas em relação a alguns temas, podendo aquela ocorrência ser vista talvez como uma inflexão, verdadeira ou aparente, numa tendência que já vinha se consolidando no relato jornalístico da imprensa carioca no enfoque sobre a violência, a polícia e o crime.

Não se está dizendo que no passado não tenha a crônica policial forçado nas tintas para cativar o interesse dos leitores, mas que a velocidade dos eventos e a amplitude do clamor público por um quase desconhecido são muito reveladores sobre alguns aspectos daquela imprensa que aos pouco reinventava à sua maneira a produção do sensacional. Acreditamos que tais aspectos da imprensa, em suas estratégias editoriais, colaboraram na

²¹⁷ Idem, p. 64

[&]quot;No caso desse jornalista, eu me recordo que elementos da imprensa que eram meus amigos não deram importância no começo. porque achavam que era um homem desmoralizado, que tinha sido preso sem ser identificado como jornalista. Morto, surgiu o problema. Nestor Moreira passou a ser herói" Cf. CAMARGO, Aspásia et alli. Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC-FGV,UFF, 1986, p.365

²¹⁴ ARGOLO, José do Amaral. *Sparsae*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. p. 236

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue*: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47), p.16

²¹⁶ Idem.

elaboração da imagem e, posteriormente, na difusão e consolidação das muitas narrativas que existem sobre o "Esquadrão da Morte".

3. 2 - O "Esquadrão da Morte": um início

Kruel foi nomeado para a chefia de polícia do Departamento Federal de Segurança Pública do Distrito Federal em 11 de maio de 1957. A posse ocorreu dois dias depois, no gabinete do Ministro da Justiça.²¹⁸ Ele substituiu Felisberto Batista Teixeira, que havia pedido demissão do cargo.²¹⁹ A nomeação do general para a chefia do DFSP manteve a rotina de grande parte das escolhas efetuadas desde os anos 40.

Após breve discurso traçando as linhas de ação e objetivos à frente do DFSP, recebeu o cargo das mãos do general Batista Teixeira, no prédio da Polícia Central, no chamado Palácio da Rua da Relação. Empossado, Amaury Kruel logo anunciou a sua equipe. Nomeou como Chefe do seu gabinete o coronel Hugo Garrastazu, o coronel Danilo Lima para a direção da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) e o major Meton Gadelha, oficial de gabinete.²²⁰

O motivo da saída do antecessor de Kruel da chefia do DFSP é controversa.²²¹ As versões em torno da demissão do general geralmente se referem à sua decisão de proibir a realização de um comício do PTB no centro da cidade.²²² Algumas notícias citaram o desagrado do presidente Juscelino Kubitscheck com o local que já havia sido previamente determinado pela Chefia de Polícia para o evento.²²³

O coronel Felisberto Batista Teixeira foi promovido a general-de-brigada em 27 de março de 1957, quando ainda exercia o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal. Cf. DIÁRIO CARIOCA, *Etchegoyen e Batista promovidos*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1957, p.1
 As portarias com as exonerações de todas as autoridades em cargos de confiança foram publicadas no

²¹⁸ Pasta na época ocupada por Nereu de Oliveira Ramos

As portarias com as exonerações de todas as autoridades em cargos de confiança foram publicadas no Boletim de Serviço do Departamento Federal de Segurança Pública.

²²¹ Cf. O DIA, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1957, p. 1.

Em carta divulgada pelo JORNAL DO BRASIL de 12 de maio de 1957, p.6, Batista Teixeira diz: "Em virtude de haver surgido as mais diversas interpretações sobre os motivos do meu afastamento da Chefia de Polícia, dando lugar a que se criasse confusão no espírito público, sinto-me no dever de esclarecer os fatos, concorrendo assim para desfazer rumores e desanuviar os espíritos. Há tempos dei ciência ao Sr. Presidente da República de que minha saúde se achava um tanto comprometida, requerendo tratamento contínuo e especializado e que em face disso, eu colocava meu cargo à sua disposição para que preenchesse por pessoa que, além de outros requisitos, estivesse em melhores condições físicas. Agora Sua Excelência, levando em conta aquelas ponderações, resolveu aceitá-las, demonstrando o desejo de não exigir de mim maiores sacrifícios. Em face disso, como é lógico, reafirmei imediatamente ao Sr. Presidente da República meus propósitos de deixar o cargo e transmitir-lhe meus sinceros agradecimentos pelo seu interesse por minha saúde."

²²³ As autorizações eram protocoladas pelos partidos junto diretamente no gabinete da Chefia de Polícia.

No calor dos acontecimentos a Tribuna da Imprensa noticiou que a saída do general ocorreu por causa da pressão feita por João Goulart e pelo general Mendes de Morais, junto ao presidente. Segundo disseram, tudo se deu com a colaboração do diretor da Divisão de Polícia Política, coronel Luna Pedrosa, que contrariando a praxe envolvendo tais autorizações, deixou o seu superior na situação delicada de poder vir a provocar um confronto entre agentes da polícia caso desse contra ordem para que o comício fosse disperso. Diante da patente afronta de seu subordinado, não restou alternativa ao general Batista Teixeira senão apresentar a JK o pedido de demissão "em caráter irrevogável". 224

O nome de Amaury Kruel parecia a escolha natural para o cargo. O próprio Batista Teixeira em entrevista sobre a sua saída parece ciente da escolha do seu sucessor. Em outra nota da imprensa foi aventado que o nome do general chegou ao presidente Juscelino Kubitschek por indicação do seu Chefe da Casa Militar, o general Nelson de Melo. Outras notícias falam que somente João Goulart pressionara o governo pela sua indicação.

Sobre Amaury Kruel, que antes da indicação, exercia o comando da Divisão Blindada da 1ª Região Militar, Juscelino Kubitschek sabia que o general era tido entre a oficialidade do Exército como um "livre atirador". Ernani do Amaral Peixoto, conta que Kruel, no tempo de capitão, fora comandante da Guarda Municipal do Distrito Federal.²²⁶ Em 1954 ele foi um dos militares que assinou o manifesto dos coronéis mas na durante a crise de agosto do mesmo ano o militar já demonstrava apoio a Vargas.

No entanto é bom lembrar que assim como o general Nelson de Melo, Kruel ficou ao lado de Lott e defendeu a posse de JK nos eventos de novembro de 1955.²²⁷

As razões que levaram o general Kruel a aceitar o convite para a chefia do DFSP não são claras mas podem estar relacionadas com a visibilidade que o cargo proporcionava aos

²²⁵ TRIBUNA DA IMPRENSA, Jango e Mendes de Morais demitiram Batista Teixeira, Rio de Janeiro, 11-12 de maio de 1957, p. 2.

Ao que consta Batista Teixeira foi pressionado pelo Presidente da República para que o comício do PTB fosse realizado na Praça Floriano, no centro, "de qualquer maneira". O partido pressionara Batista Teixeira para que o evento ocorresse na Cinelândia. Ao Presidente o chefe de polícia comunicou que já havia sido assinada uma portaria determinando o local para o evento como sendo a Praça Barão do Rio Branco, na Esplanada do Castelo. Desse modo, diante do impasse, Batista Teixeira teria solicitado demissão.

²²⁴ As autorizações eram protocoladas pelos partidos junto diretamente no gabinete da Chefia de Polícia.

²²⁶ CAMARGO, Aspásia et alli. Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC-FGV,UFF, 1986, Idem, p. 115: "A Guarda Municipal foi formada com a fusão das antigas Guardas Noturnas e da Guarda de Parques, e ficou maior do que a Polícia Militar, que era federai. Era comandada por um oficial do Exército. Primeiro foi o Zenóbio da Costa, depois, no tempo do padre Olímpio, foi o Amauri Kruel!"

Surgiram na época algumas especulações sobre se a indicação do general não teria sido o primeiro sinal de uma reforma ministerial a ser anunciada pelo Presidente, que estava em Belo Horizonte. Cf. TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1957, p.2

seus titulares na imprensa da capital, podendo pela proximidade com a Presidência influir sobre alguma pretensão futura. Não era raro na história da polícia a indicação de ocupantes do cargo para outras funções privilegiadas ou mesmo promoções imediatas.

Em todo caso, a titularidade daquela função implicava em tal nível de responsabilidade que o papel da chefia de polícia não conseguia se manter à parte das paixões políticas no efervescente Distrito Federal. ²²⁸

Logo que assumiu a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública, Kruel procurou estabelecer com a imprensa uma relação de cooperação e cordialidade.²²⁹ Ele adotou o binômio "trabalho e justiça" como as linhas a serem trilhadas pela sua administração.

Mas os objetivos ambiciosos, inicialmente declarados, e a retórica autoritária do general, no entanto, expuseram a uma imprensa ávida por notícia um pensamento que mais tarde seria tido como o endosso do general ao cometimento de qualquer transgressão por parte da polícia do Distrito Federal.

Nos primeiros meses o general procurou exibir uma postura diligente e acessível mas sob alguns aspectos mais aplicável à caserna do que a chefia da segurança pública da cidade. Ainda nos primeiros meses de sua gestão, Kruel recebeu o apoio da *Associação Comercial do Distrito Federal*.²³⁰ Na ocasião, como faria outras vezes, declarou:

Não mato e nem dou ordens para matar, ordeno apenas que os policiais hajam da mesma forma que os criminosos. Somente a certeza dessa ação previne. E a função da polícia deve ser mais preventiva que repressiva.²³¹

Em várias entrevistas Kruel insistiu que dentro "de curto prazo" acabaria definitivamente com os assaltos.²³² As falas de Kruel, no mesmo tom, se sucederiam, em diversas ocasiões. Sua falas alimentavam a imprensa com declarações como: "Serei intransigente executor da lei"²³³, "Não darei descanso aos facínoras!"²³⁴, "Polícia não é bico: é

²³² Idem, p.9

²³³ O DIA, Fala do chefe de polícia, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1957, p.2

Foi assim durante o longo comando de Filinto Strubing Muller, na curta e controversa indicação de Benjamin Vargas, nas últimas horas do Estado Novo, no retorno de João Alberto ao cargo e na prisão do titular do DFSP, coronel Menezes Cortes, na luta das facções políticas em torno da eleição de JK.

²²⁹ Tal intenção ficou clara na carta enviada por Kruel ao presidente da *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI), Herbert Moses, em resposta a um ofício desta entidade de classe felicitando o general pela sua nomeação para aquela alta função. Em sua resposta o chefe de polícia agradecia pelas considerações e falava em estabelecer entre o DFSP e a imprensa em geral a mais ampla, cordial e compreensiva cooperação.

ULTIMA HORA, Ruy Gomes de Almeida ao general Kruel: todo o apoio da Associação Comercial à ação da polícia, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1957, p.9

²³¹ Idem, p.9

²³⁴ O DIA, *O chefe de polícia aos jornalistas*, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1997, p.1

repressão ao crime!"²³⁵ etc. Mas a mesma imprensa que reproduzia ao pé da letra as falas enérgicas do chefe de polícia seria aquela que mais tarde o vincularia em algumas narrativas como o criador do "Esquadrão da Morte."

A verdade é que Kruel não tinha como saber a que ponto a sua relação com a imprensa se tornaria problemática no ano seguinte. A atuação da polícia de Kruel, que inicialmente era noticiada com certa boa vontade no final do ano de sua posse já era descrita, ao menos por alguns cronistas, como desarticulada, e contrastada com a astúcia do "gangster" carioca, que ambientado a geografia do terreno sempre escapava dos cercos.

Os problemas associados à chefia de polícia naquele momento não eram poucos. As "incertas", que eram as visitas surpresa que o chefe de polícia fez a algumas delegacias e distritos, revelou ao titular do DFSP as péssimas condições materiais em que a polícia da capital se encontrava.

Paralelamente a questão do crime nas ruas, havia a questão da corrupção dentro do órgão policial. Algumas das acusações atribuídas à cúpula da policia do período citado já haviam sido motivo de escândalos, processos e até comissões de inquérito anteriormente quando o DFSP estava sob outra chefia. Por exemplo, as acusações contra as delegacias especializadas.

A Delegacia de Costumes e Diversões (DCD) já havia sido alvo de denúncias durante a chefia de polícia de Batista Teixeira. A Delegacia de Economia Popular (DEP) da mesma forma já havia sido alvo de denúncias muito antes da gestão de Kruel. Ou seja, ainda que autores como Zuenir Ventura atribuam a Kruel muitas daquelas mazelas, as fontes reiteradas vezes demonstram que aqueles problemas eram anteriores à gestão do general. A criação do DFSP e a sua estrutura não sanearam a polícia e também não a tornaram infensa a tais pruridos.

Com o passar dos meses Kruel percebeu que não seria possível concretizar o arrazoado de promessas feitas anteriormente. E o que se nota, é que crescia dia a dia a insatisfação com aquela situação. Era uma insatisfação da imprensa com a polícia, da polícia com imprensa e da polícia com a justiça.

Entre 1951 e 1958, os jornais reproduziram várias queixas de agentes da polícia reclamando diretamente da Justiça. As queixas geralmente tratavam de uma alegada

²³⁵ ULTIMA HORA, *Programa de Kruel: sanear a polícia e criar xadrezes permanentes para vagabundos e desordeiros!*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1957, p.1

condescendência por parte da Justiça em relação aos marginas que diariamente eram levados para as delegacias nos distritos da capital. Em maio de 1951, lê-se no Diário carioca, por exemplo, que "o habeas corpus em profusão dificulta o trabalho repressivo". ²³⁶

Amaury Kruel diante da flagrante contrariedade com a situação no Rio, e não conseguindo solucionar as demandas que a cada dia se somavam as do dia anterior, continuou fazendo declarações polêmicas. Numa conferência na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, em 1958, disse para uma plateia de empresários que "a justiça prejudicava o trabalho da polícia."²³⁷

Na mesma época ele encaminhou uma proposta sugerindo a criação de "Tribunais de Instrução" na capital, sob a argumentação de que eles dariam mais celeridade aos processos e assim melhorariam substancialmente o trabalho e a eficiência da polícia. Em outra declaração, se reportando à pretendida iniciativa, afirmou que "muitos criminosos estão soltos por tolerância da Justiça e o remédio seria que a polícia tivesse também função julgadora."²³⁸

Amaury Kruel, na verdade, repetia antigas pretensões já identificadas na história da nossa polícia. O historiador Marcos Bretas, no livro *Ordem na Cidade*, ao abordar o impacto da repressão policial sobre a vadiagem em 1907, verificou que já naquela época as autoridades policiais "viam como excessiva a tolerância da justiça" em relação ao presos.²³⁹ O autor também apontou que já naquela época vários chefes de polícia manifestava-se "no sentido de serem instituídos tribunais especiais para contravenções".²⁴⁰

O noticiário policial de jornais como *Luta Democrática*, *O Dia* e *Ultima Hora*, realmente fazia crer que cidade estava completamente entregue aos marginais.

Quando Kruel assumiu a chefia de polícia, muitas eram as notícias sobre o marginal Wilson do Santos, o "Bitinha". Ao menos segundo a leitura da crônica especializada, era o marginal mais procurado da capital.

Em sua coluna no *Diário Carioca*, Timbaúba, criticava a inversão de valores, naquilo que entendia como um "endeusamento" do marginal. Ao comentar a paralisia do investigador Rivadávia Cavalcante, conseguida em confronto com um assaltante, escreveu que:

²³⁶ DIÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro, quinta-feira, 24 de maio de 1951, p. 8.

²³⁷ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, quarta-feira, 19 de março de 1958.

²³⁸ DIÁRIO DA NOITE, *Nos subterrâneos da "Cidade Maravilhosa" – Tribunais de Instrução*, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de julho de 1958, p.11.

²³⁹ BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.70

²⁴⁰ Idem. p. 82.

Continua o endeusamento de "Bitinha", o covarde matador. Com títulos, subtítulos sugestivos, manchetes impressionantes, descrições romanescas, fantasias de repórter novo, "Bitinha" é apresentado ao povo não como um marginal temido e sim como pobre vítima, um infeliz mais digno de pena que de punição. O atual inimigo público nº 1 do povo carioca é mostrado com filigranas de literatura barata, onde não se sabe o que mais admirar, se o proceder do jornalista, exibindo quem se tornou famoso pelos crimes praticados com sangue frio, ou o cinismo da marginal, procurando iludir quem ainda é novato na profissão. Enquanto "Bitinha" é cantado em prosa e verso: as das balas no corpo são mostradas como prova de resistência e audácia; sua vida é relatada em seus menores detalhes, com o fim de impressionar os leitores; sua coragem no alto dos morros e sempre de tocaia é narrada com abundância de minúcias — aqueles que sucumbiram ou ficaram inutilizados nas refregas contra o facínora são esquecidos, como se porventura não fossem dignos de atenção e cuidados especiais. 241

A indignação do artigo refletia a mesma das autoridades com uma situação para a qual todas as iniciativas do DFSP pareciam ter surtido pouco efeito.

Kruel, que ao assumir prometera acabar com o crime em quinze dias, estava começando a se ver acuado diante das notícias nada alvissareiras que faziam crer numa derrota completa daquele departamento frente à violência que os jornais diziam assolar a cidade.

A imprensa pressionava, a sociedade pressionava, e até o Presidente da República, diante do caso do mendigo queimado vivo numa praça, instou o chefe de polícia a resolver com celeridade aquela demanda:

Ao senhor chefe de polícia. Tendo chegado ao meu conhecimento que, em Copacabana, alguns rapazes derramaram álcool e puseram fogo em um pobre velho adormecido, peço ao Senhor Chefe de Polícia informar-me sobre a marcha das providências adotadas para apurar a responsabilidade dos culpados desse crime, um dos mais cruéis e infames jamais cometidos nessa cidade. (a)Juscelino Kubitscheck.²⁴²

Embora as falas de Kruel fizessem acreditar a alguns que a solução se daria em poucos dias, logo os jornais passaram a tomar as palavras do chefe de polícia como mera retórica.

²⁴¹ DIÁRIO CARIOCA, *Elogio do crime*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1957, 10

²⁴² CORREIO DA MANHA, Bárbaro assalto ao mendigo. O presidente Kubtscheck pede providências. Rio de Janeiro, sexta-feira, 11 de julho de 1958, p.1

QUADRO 3 – A polícia na época de surgimento do "Esquadrão da Morte"

Ano	Destaques da crônica policial na imprensa do Distrito Federal, 1949-1959	Noticiário sobre o DFSP e a corrupção na polícia	Policiais mortos com alguma repercussão na imprensa, 1949-1959	Turma, (sob a chefia de Eurípedes Malta) da Seção de Diligências Especiais e a identificação pela imprensa
1949/	Carne Seca Sete Declos - Crime do Sacopã (6 abr 1952) - Tumulto na Central do Brasil (2 jan. 1953) - Carne Crua (morto após espancamento em delegacia)	- Prisão do chefe de polícia, Geraldo Menezes Cortes (novembro de 1955).	- Nilton Omelas da Costa - Manoel Elias de Araújo - Augusto César Araújo de Oliveira (20 fev. 1951) - Sidney Rodrigues Hungria (jul. 1951) - Luciano Maciel (1952) - Raul de Campos Gay (1953) - Aprigio Virglio de Mendonça (nov. 1955) - Lázaro Montalvião (2 set 1956) - Antônio Maria Abel (Guarda Cívil, 1956). - Matias Antônio dos Santos (1956) - Ademar Correia da Silva (1956)	
1957	- Greve dos Martimos - Invasão do 5º DP por militares (out 1957) - Buck Jones - Bitinha - Mauro Guerra - "14 chefes de quadrilhas mortos" (DC 24 out 1957, p.1).	- Pressão dos Taxistas e Associações Comerciais sobre Chefia de Polícia - Boato sobre a demissão de Kruel (jul. 1957) - "Caixinha da Policia", denunciados por Edmar Morel (pai de Mário Morel) Rescala Bitar, delegado da DCD, pede demissão (out 1957).	Válter Pereira da Silva (18 de agosto de 1957)	- "Suicidas" - "Turna Suicida" - "policiais suicidas" - "TVRAMA"
1958	- Cabeleira - Crime do KM 39 da Rio-Petrópolis - Mendigo "Oberlander" Incendiado (jul.) - "Baile da Balança" (13 fev.) - Gangsters de pés descalços - Aida Jacob Curi	- Kruel: "A justiça prejudica o trabalho da polícia" (Kruel, 19 mar). - Kruel viaja para os EUA	- Eugênio Parada (2 de maio) - José Augusto de Melo, o <i>Melinho</i> (12 de mai). - Antônio Americano da Silva Rêgo (13 nov.)	."TVERAMA" - "Batalhão Suicida" - "Pelotão Suicida" - "Pelotão da Morte" - "Esquadrão Suicida"
1959	- Morte de Edgar Faria, 24 fev. 59 Diabo Louro, 7 mar, KM 39 da Rio Petrópolis "Crime do Russo" Caso Kruel vs Cortes, em 25 de jun.	- A "caiximha" da policia e o "Clube da Chantagem", denunciados por Mário Morel. - Amaury Kruel pede demissão à JK - CPI (DFSP)	- Oscar Vicente da Silva [§] (nov.)	

[Fonte: Elaborado pelo autor]

Às ocorrências registradas na rua se somavam os delitos motivados pela passionalidade das classes médias. O *jet set* parecia enfim descobrir a violência. Mais e mais comerciantes passaram a reclamar por seus prejuízos. A Delegacia de Roubo e Furtos parecia não poder fazer nada além daquilo já vinha fazendo sem muito sucesso: prender.

Concomitante aos problemas citados, outra demanda provocava grande insatisfação entre investigadores e detetives. Era o desamparo sentido pelas famílias dos policiais mortos ou condenados à invalidez por algum ferimento em serviço.

As reclamações cresceram ao longo da década e aos poucos as pequenas manifestações de desagrado foram sendo substituídas por tensas caçadas delinquentes e insubordinações. À profunda consternação que alguns casos provocaram deve ser ressaltado no entanto que vinha de antanho tal abandono.

Desde 1955 já se vislumbrava algumas iniciativas por parte de investigadores, detetives, comissários e delegados no sentido de viabilizar formas de unificar o discurso e institucionalizar uma representação que pudesse dar voz à classe policial. Foram representativos nesse sentido a atuação do *Clube dos Investigadores*, *Associação dos Escrivães de Polícia*, *Centro dos Detetives*, *Casa do Policial* e do *Centro de Comissários de Polícia*. Nessas associações, e em outras, os policiais do Distrito Federal procuravam atuar no sentido de viabilizar algumas pautas relacionadas aos seus interesses como categoria profissional.

Em 2 de maio de 1958, em meio a uma diligência no Morro do Cruzeiro, foi morto o investigador Eugênio Parada. O marginal Luís Bernardino da Silva Cardoso, o "Cabeleira" foi acusado pela morte do policial.

A morte do investigador alçou o morto ao *status*, de mártir, e o marginal ao posto de "inimigo público no 1" da cidade, por algumas semanas. "Cabeleira" escapou de todos os cercos e temendo ser assassinado se entregou à justiça, o que produziu grande insatisfação nos agentes do DFSP.²⁴³

Em 12 de maio de 1958, em Vigário Geral, foi morto José Augusto de Melo. O marginal Bartolomeu Pereira da Silva, o "Bartinho", foi responsabilizado pela assassinato. Numa reportagem sobre a morte do policial e ex-pracinha, lê-se:

²⁴³ Amado Ribeiro, repórter de polícia, havia coberto a caçada a *Cabeleira*.

Inicia-se uma Verdadeira Caçada

Depois do lutuoso acontecimento, diversas turmas saíram no encalço do assassino. Favelas e malocas estão sendo vasculhadas e estão fechadas as passagens para Meriti e Caxias. Os policiais querem evitar o que ocorreu com "*Cabeleira*", que assassinou o investigador Eugênio Parada, feriu outros policiais, indo entregar-se à Justiça fluminense.

De acordo com O Globo, assim que a notícia da morte do policial se espalhou:

(...) inúmeros policiais de todas as repartições do D.F.S.P. acorreram ao I.M.L. Uns o conheciam, outros não. Queriam todos ver o corpo, que só desceu para a capela principal daquele necrotério por volta das 13 horas. Tanto no Pátio externo do I.M.L. como nas esquinas próximo da Polícia Central, havia grupos comentando a morte de mais um colega. Estavam todos revoltados. Alguns policiais faziam severas criticas à Justiça e sugeriam medidas drásticas, alvitrando a chamada "greve branca" enquanto no dizer deles o Poder Judiciário continuasse a processá-los pelo fato de reagirem às agressões de conhecidos criminosos.(...)²⁴⁵

Em 13 de novembro de 1958, o investigador Antônio Americano da Silva Rego foi morto no Morro da Favela durante a diligência para prender José Carlos Guimarães, o "Falcão Negro".

Alguns jornais teatralizam o ocorrido e o acusado, "o frio matador", é citado em meio a uma fala atribuída ao chefe de polícia segundo a qual o assassino deveria ser pego vivo ou morto, e a lembrança da presença do filho pequeno que contemplava as flores que encobriam o rosto do pai morto no cumprimento do dever.²⁴⁶

Numa das portas do Instituto Médico Legal (IML), onde o investigador estava sendo velado, alguém havia afixado outro manifesto expondo a insatisfação da categoria.

A morte de Antônio Maria Abel, anos antes, já havia demonstrado o potencial de revolta que a morte de um colega poderia produzir.

²⁴⁴ O GLOBO, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1958, p. 6

²⁴⁵ O GLOBO, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1958, p. 6

²⁴⁶ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958, p.1.

QUADRO 4 – Mortes de policiais e de supostos bandidos com maior repercussão no *Ultima Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Luta Democrática* e *O Globo* (1957-1959)

	Policiais assassinados com repercussão na imprensa no período de formação do "Esquadrão" (1957-1959)	Assassinatos imputados ao "Esquadrão" na imprensa (1957-1959)	Prisões atribuídas a turma de policiais chefiados por Malta (1957-1959)
		Francisco Paulo dos Santos, o Francisquinho, 3 de agosto de 1957. Local: Favela do Esqueleto	Gilberto Vargas; Roberto Vargas; José Ênes, o Rei do Bodes; Fernando da Silva; Paulo Nascimento; Gustavo Padroeiro dos Santos, o Pernambuco; Jaci de Souza Castro, o Sabonete; Mozar Santa Rosa;
	Válter Pereira da Silva.18 de agosto de 1957. Acusado: ? Local: Chácara do Céu		
		Pedro José Lima, o Buck Jones, 4 de setembro de 1957. Local: Vila Isabel José da Silva, Marujo, 16 de outubro 1957. Local: Favela do Esqueleto José Felipe Maia, Zé (Zezinho) Pistoleiro, 14 de janeiro de 1958. Local: Estrada do Joá Edgard Faria de Oliveira. 25 de janeiro de 1958. Local: Jacarezinho	Natanael Ramos Castro, o Natal; Juarez Ribeiro de Carvalho; Itabiran de Souza, o Caôlho ²⁴⁷
	Eugênio Parada. 2 de maio de 1958. Acusado: Luiz Bernardino da Silva Cardoso, o <i>Cabeleira</i> . Local: Morro do Cruzeiro José Augusto de Melo, o Melinho. 12 de maio de 1958, Acusado: Bartolomeu Pereira da Silva, o Bartinho. Local: Vigário Geral Antônio Americano da Silva Rêgo, 13 de novembro de 1958 Acusado: Juventino Caetano dos Santos, Falcão Negro. Local: Morro da Favela		
		Jacques Jorand, o <i>Diabo Louro</i> 6 de março de 1959. Local: Curva do Cristo, km 39 da Rio Petrópolis	
	Oscar Vicente da Silva, 30 de outubro de 1959. Acusado: Manuel Caetano de Santana, o <i>Manuel Olhão</i> . Local: Curral da Éguas		

[Fonte: Elaborado pelo autor]

²⁴⁷ JORNAL DO BRASIL, *Três meses de atividades do Serviço de Diligências Especiais*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1958, 1°cad, p.12

As mortes de Eugênio Parada²⁴⁸, José Augusto de Melo e Antônio Americano²⁴⁹ produziram manifestações que, anônimos, explicitavam de maneira muito clara as inúmeras tensões e insatisfações vividas pela categoria (QUADRO 4).

A sanha por vingança e os arroubos de insubordinação cobertos pela imprensa, em 1958, foram também o indício de que algo na polícia do Distrito Federal, naquele momento, já ultrapassara a normalidade de um incorformismo meramente circunstancial.

_

"COLEGAS: Entre para ver outro colega estendido em cima da mesa fria! Entre e fique olhando o rosto de mais nosso companheiro assassinado por um facínora. Esse colega, meu companheiro, está mudo, não pode falar e se pudesse falar, perguntaria: ONDE ESTÃO OS NOSSOS 40%? Onde estão as nossas garantias? E as nossas famílias... As nossas esposas e os nossos filhos, depois da nossa morte vão receber um pecúlio de, no máximo, Cr\$ 1.500, 00 – Hum mil e quinhentos cruzeiros! Vão receber um pouco da migalha da miséria que recebemos!

Mais um companheiro se foi. Vamos somando porque amanhã será outro dia , amanhã irá mais outro cuja garantia certa, na polícia, É MORRER UM DIA SEM SABER COMO E POR QUE! Sejamos justos, colegas: Por que não reunimos numa só ASSOCIAÇÃO TODAS AS ASSOCIAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA, POLICIAIS E BUROCRATAS, PARA FAZER VALER A NOSSA FORÇA? A lei nos proíbe um sindicato. Fundemos uma FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES POLICIAIS! Seria, então todos por um, um por todos! O matador de "Americano" vi logo ser um novo herói nacional. A genitora dele vai ser entrevistada, vai ser filmada, vai ser chamada de mártir. E a mãe de "Americano"? Essa, coitada... vai ficar assim mesmo... E os nossos 25 anos sem exame médico, sem burocracia, sem democracia, se aquele ódio administrativo? E o aumento dos nossos vencimentos? Todos tem direito a alguma coisa, mas nós temos direito a nada! Medite companheiro! Os exemplos são muitos e a alguns políticos desmoralizados e negocistas, demos – nas urnas – a nossa resposta! Eles duvidaram da nossa força e tiveram o resultado. Garantimos a sociedade: garantimos a vida de todo mundo, e a sociedade e esses todo mundo não garantem a nossa vida! O que pedimos? O que desejamos? Um vencimento honesto e garantia para a nossa função! Um simples soldado de Polícia, depois de 25 anos de serviço, um Guarda-Municipal, é reformado, é aposentado e, imediatamente promovido a cabo e, no mesmo ato, promovido a sargento. Medida justa e humana - (Eles bem o merecem)- Mas que deve ser estendida a todos nós. A covardia muitos, o comodismo de outros, a indiferença de outros mais, tudo isso companheiro, nos enfraquece! A união faz a força, colegas! Depois, saberemos como lutar! A nossa arma será o direito, será a razão, será a força! Cf. DIÁRIO DA NOITE, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958, p. 3

²⁴⁸ "AOS SENHORES JUÍZES. Ontem, Excelências, foi o investigador Parada. Deixou Viúva e cinco filhos. Hoje, foi o investigador Melo. Deixou viúva e quatro filhos. Morreram nas mãos de facínoras e deixam as famílias na miséria. Enquanto os marginais são endeusados no rádio e na televisão, entrevistadas as genitoras desses bandidos, as viúvas dos policiais são esquecidas pela televisão, pelo rádio e revistas. E VV.Exas.? Não dão plantões aos domingos e feriados para a concessão de "habeas-corpus" a esses bandidos que assaltam, roubam e matam depois as suas vítimas? O investigador Melo, Excelências, esteve na guerra. Lutou e viveu. Morreu porém, nas mãos de uma bandido que vai ser cantado em glória. Os policiais, Excelências, arriscam suas vidas dia e noite, no inverno e no verão, com sol ou com chuva. E possuem garantias? E recebem um salário honesto? Honroso? NÃO! Vossas Excelências, tão liberais com o banditismo carioca, tomados de superexcitação jurídica, investem contra todos os policiais, falando da Lei. Ah, a Lei! A Lei, tipo anzol, Excelências? O anzol é direito, mas é torto! Até contra o único Chefe de Polícia apolítico que teve a Capital da República (General Amaury Kruel) Vossas Excelências fazem aeres comentários. Haja vista o que disse o Juiz Monjardim num almoço de congraçamento com os jornalistas credenciados no Fôro e os Magistrados. S. Exa., na euforia da publicidade, investiu contra o General Kruel. Mas, os policiais, doravante, saberão defender suas vidas. Enquanto esses policiais defendem a população, VV. Exas. Defendem o crime organizado, planejado, esquematizado, e são contra todos os projetos que modifiquem os homens-juízes! Exas., quando morre no cumprimento do dever um policial, sim, VV. Exas. Não aparecem, mas quando um policial mata um bandido, ai sim, VV.Exas. estão presentes. O Juiz Claudino Cruz quis uma lei especial contra os policiais. Nós sabemos quem é esse juiz. Cf. ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1958, p.8:

Em resposta aos assassinatos de policiais, passaram a ocorrer cada vez mais vinganças que mobilizavam vários grupos de agentes em busca do responsável. Os jornais mais uma vez perceberam o apelo sensacionalista das caçadas e deram muita visibilidade aquelas ações. Ao mesmo tempo percebe-se no período que anônimos punguistas começaram a ser alçados a um status que eles mesmos tinham dificuldade em reconhecer. Podemos dizer até que, de certa forma, o sensacionalismo da imprensa começava a descobrir o apelo comercial dos "grandes facínoras".

A tônica comum nos velórios e enterros de policiais era a publicização de várias reclamações da categoria e a instauração de um clima de revolta no qual o poder Judiciário geralmente era lembrado como punitivo apenas em relação a alguns policiais que eventualmente eram acusados por alguma morte no cumprimento das suas funções mas leniente quando se tratava de agir da mesma forma com os marginais. Note-se que essa crítica ao sistema judiciário ia exatamente ao encontro daquela formulada por Kruel.

De qualquer forma, a insatisfação da categoria era muito mais ampla e estava relacionada a muitos outros problemas além daqueles relacionados somente ao cotidiano funcional. O clima de incerteza em torno de como ficaria o funcionalismo público em geral após a mudança da capital também contribuía para a insatisfação dos agentes da polícia do antigo Distrito Federal.

No entanto as reiteradas ocorrências de mortes de policiais que possivelmente possuíam extensa rede de amizades na corporação, ao que parece, fez com que se retroalimentasse de maneira muito intensa o sentimento da vingança. Nessas ocasiões, cada policial vitimado em serviço parecia catalisar as insatisfações e dar visibilidade ao que em outras circunstâncias permaneceria velado.

Adriano Barbosa, numa reportagem para a *Mundo Ilustrado*, criticou o abandono institucional com o qual os agentes da polícia conviviam ao longo da sua perigosa rotina profissional. A queixa subsistiria ao DFSP e seria ouvida outras vezes nas décadas seguintes.

Os "gansgsters de pés descalços" surgiram nesse período... Eram egressos ou fugidos do *Serviço de Assistência aos Menores* (SAM).²⁵⁰A maioria deles era jovem, com pouco ou nenhum estudo, oriundos das muitas periferias da sociedade carioca. Jovens que no primeiro

-

²⁵⁰ BRASIL. O Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941. *Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1941, p.21338.

confronto com a polícia e uma eventual troca de tiros quase instantaneamente eram rotulados pelos jornais com alguma adjetivação que lhes inflava os feitos.

"Bartinho", considerado o "Êmulo de Cabeleira", talvez tenha sido o principal representante dessa "geração" de marginalizados cujas trajetórias foram marcadas pela violência. Responsabilizado pelo óbito do investigador José Augusto de Melo, "Bartinho" foi alvo da segunda grande caçada a um criminoso na gestão de Kruel. A imprensa tratou do assunto como se representasse uma forma de vitória da criminalidade sobre o DFSP. 252

A morte do investigador forneceu a "Bartinho" luz própria na imprensa local. Nas páginas do *Ultima Hora* o "gangster" ascendeu de marginal de pouca expressão a "inimigo público nº 1".

Numa edição da *Ultima Hora* na qual constava na capa uma foto de "Bartinho" no dia de sua prisão, intitulada "Bartinho foi preso e não perdeu a vida!" há uma frase atribuída a um delegado, irritado, que em telefonema para o chefe de polícia, teria dito: "General, não foi possível eliminar o homem".²⁵³ Não é possível aferir a veracidade da declaração mas o registro não deixa de ser interessante em razão do que já foi mencionado até aqui sobre a polícia e a imprensa no período.

A prisão ou a morte do "gangster" que durante algumas semanas era o "inimigo público nº1" levava invariavelmente a imprensa a rapidamente eleger o próximo elemento candidato a "inimigo público nº 1", reunindo numa mesma reportagem elementos narrativos pelos quais ficava bem clara a sua eleição, a sua periculosidade, o aparato repressivo mobilizado para prendê-lo e os traços que não deixavam de coloca-lo numa certa tradição do banditismo daquele período.

Mas Amaury Kruel não enfrentou problemas somente em relação à dificuldade de diminuir a violência e os assaltos pela cidade. Aliás, não seria o caso "Esquadrão da Morte" o responsável pela sua demissão.

Em outra frente, o chefe de policia enfrentava acusações de corrupção que atingiam o seu gabinete. As acusações que Mario Morel imputou à cúpula do DFSP foram feitas em um momento no qual as iniciativas do chefe de polícia para resolver o problema da criminalidade

²⁵¹ "Bartinho", na época com cerca de 20 anos, mulato, magro, franzino, cara de adolescente que pouco estampava no rosto a periculosidade que lhe era atribuída.

Esse aspecto do enfrentamento entre os "gangsters" e a polícia foi muito realçado nas páginas do UH na cobertura sobre o assunto.

²⁵³ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1958, p. 1.

na capital demonstravam não estarem surtindo o efeito esperado. Certamente a repercussão daquelas notícias atingiram Kruel mas mesmo assim entendemos que não foram, sozinhas, determinantes para a sua demissão.

A sua situação na chefia de polícia se agravou com os ataques cada vez mais frequentes do então deputado Geraldo de Menezes Côrtes à sua administração. Menezes Côrtes, coronel no tempo em que foi chefe de polícia, era antigo desafeto de Kruel e aproveitou o teor das denúncias formuladas por Morel para investir contra o chefe de polícia. Por causa das denuncias formuladas Morel foi processado pelo delegado Agnaldo Amado, antigo titular da Delegacia de Economia Popular e teve de prestar depoimento ao juiz Basileu Ribeiro Filho, da 4ª Vara Criminal.

Inicialmente as acusações do jornalista ao chefe de polícia ocorreram em torno da corrupção, ligando a atividade de algumas delegacias especializadas a uma espécie de clube no qual a polícia cobrava determinadas quantias para não atrapalharem tais atividades. Ao longo da série de denúncias que fez, Mário Morel acabou evocando uma expressão já utilizada pelo seu pai, Edmar Morel, em acusações similares sobre a corrupção na polícia, durante a gestão de Batista Teixeira. Na época, Edmar Morel acusava um esquema de extorsão operado por policiais lotados na Delegacia de Economia Popular (DEP) a inúmeros comerciantes da cidade. Era a "caixinha" da polícia.²⁵⁴ Conforme as novas denúncias contra a gestão de Amaury Kruel foram ganhando os jornais, se percebia que o esquema de corrupção continuava.

As acusações de Mário Morel à cúpula do DFSP produziram desconforto no Catete. O fato agravante foi a acusação de envolvimento do filho do chefe de polícia, Nei Kruel, homem do gabinete, como o principal elemento do chamado "Clube da Chantagem". A situação de Kruel aos poucos ia se tornando insustentável.

Foi criada uma *Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as acusações que pesam contra o Departamento Federal de Segurança Pública* (DFSP) em junho de 1959.²⁵⁵ O deputado Menezes Côrtes, foi um dos escolhidos para integrar a comissão. A partir daí as investidas de Côrtes contra o chefe de polícia se intensificaram.

²⁵⁴ ULTIMA HORA, *Cidade Aberta*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1957, 2°caderno, p.6.

A comissão foi criada pela Resolução nº 8/1959 a não concluiu os trabalhos. O autor da resolução foi o deputado foi Seixas Dória (UDN/SE) e a presidência coube ao deputado Alfredo Nasser (PSP/GO). Cf. Diário do Congresso Nacional, I, 12 de junho de 1959, p. 2941.

Em todas as reportagens em que Côrtes teceu críticas a chefia de polícia notamos que nenhuma cita o delegado Cecil Borer, que estava à disposição do gabinete. A questão é interessante.

Tendo sido, segundo algumas narrativas, um dos artífices da iniciativa que redundou no "Esquadrão da Morte, a figura de Cecil de Macedo Borer, não deve ser ignorada. Borer, baiano de Remanso estava na época em que Amaury Kruel assumira a chefia de polícia à disposição de seu gabinete. ²⁵⁶

Cecil Borer, que na juventude foi atleta, era um homem grande, chegando a integrar a equipe de arremesso de peso do Fluminense. Por volta de 1932 foi convocado para a recémcriada Polícia Especial, do chefe de policia João Alberto Lins de Barros, mas logo depois foi designado para a Polícia Secreta de Getúlio Vargas, integrando o Quadro Móvel. Em 1934, já estava no Palácio da Rua da Relação. Durante muitos anos Borer foi o chefe do Setor de Investigações Trabalhistas da Polícia Política.²⁵⁷

Na época do atentado a Carlos Lacerda, em Copacabana, Cecil Borer atuou como interrogador, integrando como representante civil, a República do Galeão. O delegado teve participação ativa na conspiração capitaneada pela UDN em 1955, que visava o impedimento de JK. Nos acontecimentos de 11 de novembro daquele ano foi preso juntamente com o chefe de polícia Geraldo de Menezes Côrtes, sendo colocado à disposição do gabinete da chefia de polícia onde Kruel o encontraria.²⁵⁸

O auge da tensão envolvendo a chefia de polícia, as acusações de corrupção e o deputado da União Democrática Nacional ocorreu em 26 de junho do mesmo ano. Menezes Côrtes, na qualidade de membro da comissão de inquérito, mas sem a determinação expressa da presidência da CPI, foi ao gabinete do chefe de polícia onde, segundo testemunhos, após breve altercação ocorreram agressões recíprocas apartadas rapidamente pelos presentes. No dia seguinte os jornais publicaram que Kruel havia dado um soco no deputado. Uma "bomba"! Para complicar a situação do chefe de polícia, o depoimento da sra. Lea Pereira Marques Maia Dias, que supostamente viu a agressão, incriminava Kruel. O chefe de policia, um general, agredira um parlamentar num regime democrático.

²⁵⁶ Pronuncia-se BoRÉ.

²⁵⁷ A revista *Mundo Ilustrado* em matéria inspirada chamou Borer de "Rasputin Tropical" na mesma edição o denominando o também de "ditador da DOPS" ou ainda de "o Diabo da Ordem Política Social", o que dá uma ideia do prestígio do homem da polícia política entre seus contemporâneos.

²⁵⁸ IMPRENSA POPULAR, Nova audiência no processo contra Prestes e a "IP", Rio de Janeiro, 18 maio 1957, p. 6;

Dias depois a reportagem da Ultima Hora descobriu que a sr^a. Lea Dias testemunha da suposta agressão do general ao coronel, ex-chefe de polícia e deputado Menezes Côrtes, era pessoa ligada a Cecil Borer, uma espécie de agente a serviço daquele desde a época em que era chefe da seção trabalhista da Ordem Política e Social.

Com revelação sobre o "dedo" de Borer na trama envolvendo Kruel e Menezes Côrtes, alguns jornais passaram a especular se a prisão do comerciante Carlos Sampaio, autor das denuncias que mais tarde foram confirmadas pelas investigações do jornalista Mário Morel, não teria sido "a primeira peça na maquiavélica maquinação que resultou na saída do responsável pelo DFSP".²⁵⁹

Em agosto do mesmo ano o processo sobre o incidente seria arquivado pelo Procurador Geral de Justiça, do Distrito Federal, Cândido de Oliveira Neto. ²⁶⁰ Apenas a sr^a. Lea Dias foi processada. A acusação: falso testemunho. O principal desdobramento do ocorrido foi o pedido de demissão feito por Amaury Kruel em carta levada a Juscelino Kubitischek pelo general, no mesmo dia. ²⁶¹

No ano seguinte a CPI foi encerrada sem concluir seus trabalhos. ²⁶²

Foi em meio a esse clima de insatisfação *intra corpore* somado ao aumento da sensação de criminalidade na cidade, noticiada todos os dias por jornais de todas as tendências e interesses, às pressões de associações de classe diversas, denúncias de corrupção envolvendo a cúpula do DFSP, além de alguns comissários e detetives, que a imprensa começou a dar espaço cada vez mais a uma expressão então recentemente publicada pela crônica policial daqueles dias: "Esquadrão da Morte".

²⁶⁰ ULTIMA HORA, *Arquivado o processo sobre o incidente Kruel x Côrtes*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1959, p.14

-

²⁵⁹ ULTIMA HORA, *Testemunha de acusação é falsa e trabalha para Meneses Côrtes*, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1959, p.14; JORNAL DO BRASIL, *Kruel negou soco e diz que "só aplicou uma gravata" no Deputado Meneses Côrtes*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1959, 1° cad., p.5

²⁶¹ ULTIMA HORA, Kruel esmurra o deputado Meneses Côrtes e pede demissão da polícia, rio de Janeiro, 26 de junho de 1959, p.4

Alguns deputados começaram a questionar se as investigações sobre a corrupção continuassem se não alcançariam a gestão de Menezes Côrtes na chefia de polícia. A suspeição parece ter minado parcialmente a força do deputado no interior da comissão, embora ele tenha permanecido na referida até o encerramento dos trabalhos.

3. 3 - As "muitas" mortes do "Esquadrão da Morte"

Cerca de três meses depois de assumir a chefia de polícia do Distrito Federal e não vendo se concretizarem as suas estimativas sobre a redução da criminalidade na cidade, Amaury Kruel articulou a composição de uma turma de policiais experientes transferida por "ato reservado" para atuar na Seção de Diligências Especiais, ligada ao seu gabinete. Somente o *Ultima Hora* e o *Jornal do Brasil* noticiaram sobre aquela deliberação. O *Ultima Hora* ao tratar da missão do grupo disse que era "a qualquer preço" prender os marginais assombravam a cidade.²⁶³

Dos nomes que a reportagem permitia identificar, sobressaia o de Malta. Eurípedes Malta de Sá, era um dos mais antigos e elogiados investigadores do Departamento Federal de Segurança Pública. Alagoano, nascido no município de Mata Grande, e membro da conhecida família Malta daquele estado, começou na polícia do Distrito Federal no final da década de 1920. Nos anos 30 e 40 atuou ao lado de nomes respeitados na polícia da carioca, como os comissários Manoel de Freitas Cesar Garcez, Manoel Vidal Martins, o "Martins Vidal" e Sílvio Terra Pereira. Em sua longa carreira, Malta havia sido o responsável pela prisão de marginais como "Paulo Carvoeiro", "Moleque 31" e "Sete Dedos", entre outros. 266

Pelo menos três vezes foi alvejado e quase morreu. Na última, depois prendeu o marginal que o baleou. Não o matou. Os casos de morte nos quais esteve diretamente envolvido são raros na crônica policial do período. Malta também foi subchefe da *Seção de Roubos e Furtos* e já atuara na Seção de Diligências Especiais em meados de 1956, onde por uma divergência, em torno do caso da falsificação de selos de consumo, com o comissário

_

²⁶³ Como a notícia não citava os nomes completos dos policiais e, pressupondo a partir do que já sabíamos, que o Malta citado se tratava de Eurípedes Malta de Sá, procuramos nos Boletins de Serviço, do Departamento Federal de Segurança Pública, eventuais comunicações nas quais aquele fosse mencionado. No Boletim de Serviço de 5 de setembro, constava um elogio individualizado a cinco dos sete agentes citados pelo UH no dia 28 de agosto. A Portaria nº 1001 elogiava Eurípedes Malta de Sá, Joaquim Barbosa da Silva, João de Deus Dorneles, Agenor Rondon, Reynaldo (Rinaldi) Correia da Rosa, Salvador Corrêa Gonçalves e Itagiba José de Oliveira. Numa comparação com os sobrenomes relacionados anteriormente pelo UH, notava-se a ausência de Luiz Araújo e Mario Ferreira Portela. Após identificar os nomes dos agentes envolvidos, seguimos os crimes imputados ou sobre os quais ocorria referência a algum dos nomes citados naquela noticia.

²⁶⁴ TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1950, p.7.

²⁶⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, *Designações e exonerações na justiça*, Distrito Federal, 14 de setembro de 1928, p.4

Durante a crise que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas, o delegado Silvio Terra Pereira foi nomeado por Paulo Torres, chefe de polícia na época, para proceder a inquérito policial na 2º D.P sobre o atentado a Carlos Lacerda no início de agosto, paralelamente ao IPM instaurado pela chamada "República do Galeão". O empenho do delegado que o antecedeu, Jorge Pastor, havia sido posto em dúvida pela oposição udenista.

Cícero Gomes Ribeiro, então chefe daquela seção, ganhou uma suspensão e uma transferência para o comissariado da Barra da Tijuca.²⁶⁷

O grupo era formado, além de Malta, por Joaquim Barbosa da Silva, João de Deus Dorneles, Angenor Rondon, Reynaldo (Rinaldi) Corrêa Rosa, Salvador Corrêa Gonçalves e Itagiba José de Oliveira. A reportagem do *Ultima Hora* citava Luiz Araújo e Mário Ferreira Portela mas na relação de um Boletim de Serviço, elogiando o grupo, publicado no início de setembro do mesmo ano não constam aqueles nomes.²⁶⁸

Não é possível afirmar muita coisa sobre as primeira atuações da turma liderada por Malta. Porém a narrativa "clássica" sobre o "Esquadrão da Morte" tende a ignorar essa anterioridade do início das atividades do grupo liderado por Malta, como também as diversas maneiras como o mesmo foi denominado até ser por fim reconhecido como tal.

A narrativa "clássica" sobre o assunto também insiste em atribuir a Amaury Kruel a criação do Serviço de Diligências Especiais (Ventura) ou Grupo de Diligências Especiais (Barbosa), às vezes mesmo, associando aquela ao surgimento do "Esquadrão da Morte".

O que as fontes revelam, porém, é que essa atribuição a Kruel não procede.

Na verdade, nem sequer existiu um "Serviço" ou "Grupo" de Diligências Especiais. O que existiu de fato, mas que ainda assim não fora criada por Amaury Kruel, foi a Seção de Diligências Especiais, vinculada ao gabinete do chefe de polícia.

A Seção foi criada pelo Decreto-Lei 37.008 e apareceu pela primeira vez no Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado em 8 de março de 1955.269

Durante a chefia de polícia de Polícia Menezes Côrtes, a recém-criada *Seção de Diligências Especiais* havia enfrentado com alguns êxitos o aumento de roubos a automóveis, após intensas investigações e a prisão dos responsáveis por aquelas ações.²⁷⁰ Posteriormente aquela seção passou a investigar outros casos, como algumas ocorrências de repercussão ou ainda a falsificação de selos.

²⁶⁷ CORREIO DA MANHÃ, *O caso dos selos falsos*. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1957, p.5

²⁶⁸ Portaria nº 1001. Boletim de Serviço do Departamento Federal de Segurança Pública, de 5 de setembro de 1957.

²⁶⁹ BRASIL. Decreto-Lei 37.008, de 8 de março de 1955. Regulamento Geral do Departamento de Segurança Pública,. Cf. art.9, item IV e o art. 14.

²⁷⁰ BRASIL. Decreto-Lei 37.008, de 8 de março de 1955.Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, 1955.

Portanto, quando Amaury Kruel assumiu a chefia de polícia, a Seção de Diligências Especiais já existia.

Outra questão suscitada pela narrativa "clássica" sobre o assunto, se refere à novidade do expediente de convocação de policiais para atuarem naquela seção. Malta e vários dos que estavam relacionados na turma anunciada pela imprensa já atuavam ou haviam atuado junto ao gabinete da chefia de polícia. Quando Kruel assumiu o cargo Malta havia sido transferido para o comissariado da Barra da Tijuca. O seu retorno, na verdade, poderia ser compreendido mais como um retorno as funções do que propriamente uma convocação excepcional para determinada missão. A imprensa entretanto não abordou em nenhum momento a questão por esse viés. A narrativa "clássica", provavelmente baseada naquela fonte, reproduz discurso semelhante à versão que os jornais publicizaram.

A denominação da turma de Malta como "Esquadrão da Morte" também encontra em autores e depoimentos distintos respostas diferentes para o seu surgimento. O historiador Robert Rose, por exemplo, aponta o repórter Amado Ribeiro como possível criador da expressão. O cotejo das fontes, no entanto, não nos permite endossar tão conviçção. Ao que parece a expressão "esquadrão da morte" ao ganhar as páginas de matutinos e vespertinos cariocas e fluminenses nos anos finais da década de 1950 de fato já devia ser de domínio público, repetido informalmente há pelo menos alguns meses. A paulatina mudança da denominação do grupo verificada nos jornais da cidade, entre 1957 e 1958, permitem a formulação esse entendimento.

O jornalista Henrique Bernardo declarou em uma entrevista que coube a ele e não a Amado Ribeiro a expressão. Amado não cita uma data ou uma matéria na qual fique patente o seu pioneirismo. Bernardo argumentou que nomeou o grupo ao longo de algumas reportagens sobre o assassinato do intrujão Karousos, em 1959.

Porém, nesse caso, haja vista ter ocorrido a primeira publicação da expressão "Esquadrão da Morte" em jornais nos quais nenhum dos dois jornalistas trabalhavam na época, deduzimos que a expressão já fosse mais antiga quando veio a público sua primeira enunciação em periódico. Possivelmente já circulava livremente entre a população mais diretamente atingida pelo temor do grupo e repórteres envolvidos com a crônica policial e em determinado momento foi enfim publicada, notadamente em duas notícias sobre os assassinatos de "Zé Pistoleiro" e seu comparsa.

Em todas as reportagens assinadas por Amado Ribeiro no Ultima Hora a que tivemos acesso, entre novembro de 1957 e março de 1958, não há nenhuma citação à expressão e sequer ao grupo de Malta ou a alguma circunstâncias envolvendo o grupo.²⁷¹ Embora inicialmente tivéssemos como certa encontrar a primeira citação ao "Esquadrão da Morte" no jornal de Samuel Wainer, com o passar do tempo foi verificado que não havia sido o *Ultima Hora* o primeiro periódico no qual apareceu a expressão.

O nome "Esquadrão da Morte", com tal sentido, vinculado a um grupo, de fato ou inventado, uma ficção, parece-nos que começou a se consolidar entre jornalistas e policiais somente no final de 1957, pois já nas primeiras menções nos levam a entender que a mesma já era conhecida informalmente. A essa constatação acrescente-se o fato que as primeiras aparições da expressão "esquadrão da morte" na imprensa carioca e fluminense, conotada conforme a definição anteriormente descrita, não surgiram para o público leitor pelo jornal de Samuel Wainer e sim em três de seus mais importantes concorrentes.²⁷²

A primeira citação da expressão "Esquadrão da Morte" pelo *Ultima Hora* só ocorreu na reportagem sobre a morte de *Diabo Louro*. Em nenhuma outra edição do mesmo jornal se encontra a expressão, seja no singular ou no plural, e também não foi encontrada até o presente momento nenhuma reportagem encimada pela assinatura do jornalista associando o seu nome à expressão. Assim, somos levados a entender que a tese da suposta autoria de Amado Ribeiro para a expressão "esquadrão da morte" é insustentável, a menos que se considere o depoimento do próprio reivindicando a paternidade da expressão para aquele caso.

Zuenir Ventura, no livro *Cidade Partida*, atribui a Cecil Borer o papel de coautor, da iniciativa de criação, com Amaury Kruel. Essa questão é possível, mas dificilmente provável. De fato, como já foi dito acima, as fontes sugerem que realmente, na época, o delegado da Polícia Política, estava lotado na sede do DFSP, na Rua da Relação, à disposição da chefia de polícia do Distrito Federal. Porém a associação de Borer ao "Esquadrão da Morte" e mesmo ao grupo de investigadores liderados pelo detetive Eurípedes Malta, não ocorre de maneira clara em nenhuma das reportagens cotejadas até o final da gestão de Amaury Kruel.

Não queremos, com isso, afirmar categoricamente que não possa ter de fato ocorrido aquela colaboração, mas acreditamos que nesse ponto a narrativa "clássica" reproduziu mais a

-

²⁷¹ Cf. ULTIMA HORA, *Transformado o Rio "Background" das História de Pavor*, Rio de Janeiro, quertafeira, 6 de novembro de 1957, p.1-7; ULTIMA HORA, *Ouro na Zona Sul*, Rio de Janeiro, 11 de março de 1958, p.3

²⁷² O GLOBO, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1958, p.3

cobertura jornalística produzida no início da década seguinte do que aquela que tratou do "Esquadrão da Morte" quando o fenômeno era somente mais uma notícia entre tantas nas páginas policiais.

A reportagem do Ultima Hora, entre 1960 e 1961, associou de fato a figura de Cecil Borer, ao "Esquadrão da Morte". Na ocasião, na Guanabara de Carlos Lacerda, o delegado havia assumido a titularidade da Delegacia de Vigilância e chegaram a surgir boatos de que ele teria inclusive convidado o detetive Perpétuo Freitas para liderar aquela inciativa. O detetive nunca confirmou o que disseram as reportagens. E, de fato, a figura de Perpétuo nunca se associou à do "Esquadrão da Morte". Um filme feito anos depois da morte do detetive, por exemplo, Perpétuo contra o Esquadrão da Morte dá pistas da memória que foi perpetuada sobre o famoso policial. Com Le Cocq, como veremos, a associação se manteve e se reforçou com o passar dos anos.

Outro ponto a ser enfrentado, em relação à narrativa "clássica" sobre o surgimento do "Esquadrão da Morte", é o que toca na questão das razões para a sua criação. Tanto Zuenir Ventura quanto Adriano Barbosa sugerem que o que ocorreu foi em parte devido ao esgarçamento e a completa desvirtuação do aparelho policial, envolvido em corrupção.

Em relação a Amaury Kruel, diferente do que acusa Zuenir Ventura, as fontes deixam claro que a corrupção não nasceu com a gestão do general na chefia de polícia, sendo mesmo algumas acusações idênticas sido formuladas durante gestões anteriores.²⁷³ Em março de 1957, durante a chefia de Batista Teixeira, ou seja, antes da assunção do cargo por Kruel, a Delegacia de Costumes e Diversões foi alvo de uma Comissão de Inquérito que pediu a demissão sumária de dezessete policiais entre investigadores, detetives e comissários.²⁷⁴

No entanto, ao insistir numa razão para o surgimento do "Esquadrão da Morte", algumas narrativas tendem a querer demonstrar em relação ao fenômeno alguma especificidade que o torne compreensível no bojo daquele contexto sócio histórico específico. Nesse caso, como em Zuenir Ventura, a corrupção durante a gestão Kruel tende a ser realçada em paralelo ao aumento exponencial da criminalidade ou da sensação de criminalidade entre

O Globo, Pede a Comissão de Inquérito a demissão de dezessete dos policiais implicados no jogo, Rio de Janeiro, 17 de março de 1957, p.10. A Comissão de Inquérito Administrativo, foi presidida pelo promotor Jefferson Machado de Góis Soares e composta pelo delegado Mario Ferreira de Lucena e o assistente jurídico do Ministério da Justiça Ademaro Molo. A Comissão foi formada em 12 de setembro de1956 or determinação do Ministro da Justiça, Nereu Ramos.

²⁷³ Na época o chefe de gabinete da chefia de polícia, Emerson de Lima, reportando a outro ocupante do cargo, Magessi Pereira. Já naquele inquérito se falava em "gibi" tal como posteriormente o faria Mário Morel nas acusações ao gabinete de Kruel. "Gibi" era o nome das listas no qual contava o nome de contraventores e policiais envolvidos no recebimento de propina.

maio de 1957 e 1959. Ventura acrescenta ainda o protagonismo das reclamações feitas pelos comerciários da cidade ao chefe de polícia como um fator importante para aquela tomada de decisão.

Realmente, como contam algumas narrativas, as associações de classe pressionaram a chefia de polícia por mais segurança. Foram até Kruel representantes da *Associação Comercial do Distrito Federal*, da *Associação dos Motoristas do Brasil*, do *Sindicato dos Condutores de Veículos* e do *Centro Beneficente dos Motoristas* pedir por uma solução para o problema do aumento dos assaltos em várias localidades.²⁷⁵

Mas a relação não era nova. Desde o início da década as associações de comerciantes, os *choffeurs* e representantes de diversos seguimentos da sociedade pressionavam as autoridades responsáveis pela segurança pública para resolverem o crescente problema dos assaltos à mão armada na capital.²⁷⁶

Mas talvez a questão mais difícil de ser aferida e sobre a qual a narrativa "clássica" fala com ênfase, mas sempre em linhas gerais e sem apresentar as fontes sobre as quais se baseiam aquelas informações, são as mortes atribuídas ao "Esquadrão da Morte" naqueles últimos anos da década de 1950.

Embora a menção ao fenômeno evoque a imagem de inúmeras mortes, corpos e desaparecimentos misteriosos, o que as fontes cotejadas, no entanto, nos permitem afirmar em relação à atividade do "Esquadrão da Morte" no tempo de Kruel é que na verdade qualquer citação a um número específico de crimes atribuídos a ação do grupo tratar-se-ia de mera ilação.

Os crimes imputados ao "Esquadrão da Morte", mesmo se somados àqueles cujos inquéritos não foram endossados pela consequência da instauração de um processo encaminhado a justiça, podem ser, grosso modo, considerados em número de seis. Apenas. E mesmo sobre esses não há clareza sobre a autoria.

A maior parte dos crimes atribuídos à turma de Malta ocorreu entre a segunda metade de 1957 e janeiro de 1958. Salvo a morte de Diabo Louro, em março de 1959, não há imputação que permita ver na atuação do grupo represália às mortes de Eugênio Parada, José Augusto de Melo e Antônio Americano (QUADRO 4).

²⁷⁵ O DIA, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1957, p.1

²⁷⁶ DIÁRIO DA NOITE, *Bonito!*, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1956, p.4; Diário da Noite, *Ronda Policial*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1956, p.10.

Tal constatação não nos deve impedir, no entanto, de compreender as reiteradas mortes de polícias naquela década como um dos vetores das tensões em curso na polícia da capital naquele momento. A morte de policiais em serviço sempre ocorreu, certamente, mas é visível que as mortes de policiais ocorridas ao longo daquela década ganharam uma dimensão muito mais ampla em alguns setores da polícia do Distrito Federal do que as anteriores.

O primeiro crime relacionado ao grupo de Malta identificado, data de 31 de agosto de 1957. Francisco Paulo dos Santos, o "Francisquinho", estava em seu barraco na Favela do Esqueleto, quando um barulho lhe chamou a atenção. Quando identificou a polícia, saiu pelos fundos tentando escapar. Foi visto e ao subir no telhado de um "barracão" vizinho foi executado com tiros na nuca e nos braços.²⁷⁷ Embora alguns jornais viessem a mencionar o caso posteriormente, não temos notícia de processo levado à justiça contra o grupo.

Em 4 de setembro de 1957, Pedro José de Lima, o "Buck Jones", foi assassinado na altura da Rua Petrocochino, num dos acessos que levam ao Morro do Pau da Bandeira, no bairro de Vila Isabel.²⁷⁸ Espalhada a notícia sobre a sua morte, as comunidades do Morro dos Macacos e do Morro do Pau da Bandeira foram em peso a casa de uma tia sua, onde o corpo foi velado, prestar a última homenagem àquele que era saudado como protetor.²⁷⁹

Alguns relatos diziam que "Buck Jones" expulsou vários malandros daquelas comunidades e com isso angariara tal admiração.²⁸⁰ Embora a polícia o considerasse "um perigoso assaltante" o pouco que foi possível saber sobre os crimes que lhe foram imputados pela imprensa não vão muito além da acusação "um homicídio e de várias tentativas". O assassinato de "Buck Jones", foi atribuído à sua resistência a prisão.²⁸¹ Tudo indica que o cerco foi feito a partir da delação de algum desafeto.

O caso "Buck Jones" permite a formulação de algumas considerações sobre o surgimento do "Esquadrão da Morte", pois sobre ele incide um dos poucos registros que envolvem Le Cocq com um crime na época relacionado ao emergente fenômeno. Na verdade

²⁷⁷ DIÁRIO CARIOCA, *Policiais acusados na morte do assaltante*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1957, 10.

²⁷⁸ DIÁRIO CARIOCA, *Policiais esperavam "Buck Jones" há um mês*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de setembro de 1957, p.10..

²⁷⁹ LUTA DEMOCRÁTICA, Antes de ser bandido foi "sheriff" amador. Chora o morro sobre o corpo de "buck Jones", Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1957, p.1-2

²⁸⁰ A autoria da morte de *Buck Jones* chegou a ser atribuída a Le Cocq por um jornal numa das poucas menções ao já então detetive na imprensa até aquela data. Nenhuma das primeiras reportagens sobre o assassinato de Buck Jones o detetive é sequer citado. Cf. ULTIMA HORA, *Marreca (matador da companheira) condenado novamente: quatorze meses*, Rio de Janeiro, 22 de março de 1959, p.8

²⁸¹ O GLOBO, "Buck Jones" liquidado a metralhadora, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1957, p.3

a fonte jornalística não associou o nome de Le Cocq naqueles primeiros anos ao "Esquadrão...".

"Sivuca" em depoimento ao repórter Octávio Ribeiro, o "Pena Branca", no livro *Barra Pesada*, conta que quem matou o marginal foi o detetive, numa troca de tiros após um cerco policial.²⁸² Essa narrativa se diluiu na crônica policial daqueles anos iniciais do "Esquadrão da Morte" e à turma de Eurípedes Malta foi imputado o delito. Notícia do Diário Carioca, leva ao mesmo entendimento. No entanto, a morte de "Buck Jones" teve a autoria imputada ao grupo até o seu fim.

Em nenhum relato da época da gestão Kruel encontramos a figura de Le Cocq relacionada com o grupo de Malta ou mesmo com a atuação da *Seção de Diligências Especiais* ou da *Turma Volante Especial de Repressão aos Assaltos a Mão Armada*, nome que chegou a circular em alguns periódicos ainda em 1957 (QUADRO 5).

"Sivuca", em *Bandido bom é bandido morto*, cita uma ocasião, em novembro de 1957, que Amaury Kruel teria chamado Le Cocq e lhe dado a missão de capturar o traficante "Tião Capeta" e sua quadrilha, mas se isso ocorreu a imprensa não deu destaque a nenhum encontro do detetive com o então chefe de polícia da capital. No mesmo relato, o autor, ex-polícia especial, detetive e delegado, diz que como havia a necessidade de uma equipe para o trabalho, os policiais Euclides Nascimento, Ivo Americano, "Jacaré", "Cartola", "Guaíba", entre outros, foram convocados para a missão. "Sivuca" não dá detalhes sobre o fato mas devemos informar que os agentes citados eram naquele ano ainda da Polícia Especial, só vindo a se tornar detetives com a extinção daquela corporação em 21 de abril de 1960 e a reintegração de parte de seu efetivo nos órgãos federais ou nas polícias da Guanabara.

Na data citada pelo autor, apenas Le Cocq era detetive. A Polícia Especial não fazia investigação. Era um "choque" e, portanto, ao que nos parece, não cabia aquele tipo de missão que, geralmente, era confiada às turmas da *Delegacia de Vigilância e Captura*.

Não queremos com isso, entretanto, dizer que a possibilidade não existisse. A polícia constantemente improvisava e mesmo a relação da polícia civil, *tout court*, com a polícia política permitia a cessão de agentes de uma para a outra sem muitas formalidades além e

FERREIRA, José Guilherme Godinho. *Bandido bom é bandido morto*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Gráficos Villeth Ed, 2005, p. 41.

-

²⁸² RIBEIRO, Octávio. *Barra Pesada*. Rio de Janeiro: Codecri [Coleção Edições do Pasquim. vol. XII], [1977], p.189.

mera convocação. Ainda "Sivuca", ao se referir a um caso ocorrido em janeiro de 1961, fala de uma convocação para trabalhar na Divisão de Ordem Política e Social (DOPS):

Há menos de uma semana, Euclides, eu e o "Guaíba", tomamos conhecimento de que o nosso companheiro "Reco-Reco" estava detido ali e proibido de receber visitas. Plantamos o maior "bunda lelê e para desespero dos "caguas", só saímos de lá depois de conversarmos com o "Reco" e ouvirmos do Inspetor Vasconcelos, a promessa de que ele seria liberado ainda naquela tarde. E agora uma semana depois, voltamos ao DOPS pra cumprir uma missão (...).

Nesse caso, considerando que as questões operacionais da polícia nem sempre seguiam o trâmite esperado, em relação à segmentação de funções, pessoal especializado e competências, é possível que em algum momento a referida missão com integrantes da PE sob a liderança de Le Cocq em 1957 possa ter ocorrido. De qualquer forma, salvo esses dois casos, a figura do detetive praticamente não aparece no noticiário policial durante a chefia de polícia de Kruel.

Em 16 de outubro de 1957, José da Silva, o "Marujo", foi assassinado na rua Brasil, da antiga Favela do Esqueleto, também conhecida como Bairro da Graça e, mais tarde, batizada pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, de Vila São Jorge.

No grande destaque que a Luta Democrática deu ao caso lia-se na edição do dia seguinte, ocupando toda a parte superior da primeira página: "Prossegue a caça aos criminosos para a limpeza da cidade. Mais um bandido morto a tiros pela polícia." Algumas palavras do título permitem entrever o que estava em curso na cidade. A reportagem relaciona explicitamente o ocorrido com algumas falas de Kruel no tocante solucionar o problema da criminalidade na cidade. José da Silva era descrito como o "autor de vários crimes de morte". ²⁸⁵

Consta que estando em companhia de "Rei dos Bodes" e "Bainaninho" o marginal se defrontou com uma turma da Delegacia de Vigilância. Os demais fugiram mas "Marujo" teria preferido enfrentar os policiais tombando instantes depois com o corpo crivado de balas.

Nessa época, "Bitinha", enfrentava o rival Plínio, que já começava a despontar como o próximo "inimigo público n°1" da sociedade carioca e o investigador Valter Pereira da Silva havia sido assassinado recentemente na Chácara do Céu.²⁸⁶

-

²⁸⁴ Idem, p. 53-54.

²⁸⁵ LUTA DEMOCRÁTICA, *Prossegue a caça aos criminosos para a limpeza da cidade*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1957, p.1

²⁸⁶ DIÁRIO CARIOCA, *Mais quadrilhas*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1957, p.10

O próximo cadáver que seria atribuído ao grupo de Malta foi o de José Neves o "Zé (Zezinho) Pistoleiro". Segundo o que foi publicado, "Zezinho Pistoleiro" e um outro, teriam sido mortos na madrugada entre os dias 13 e 14 de janeiro de 1958 no loteamento *Parque Balneário*, na Estrada do Joá.²⁸⁷ A reportagem menciona Malta, ainda que sua lotação seja citada não como sendo a *Seção de Diligências Especiais* (SDE) e sim a *Delegacia de Vigilância*. Sobre o morto, embora fosse descrito como sendo um "elemento de péssimos antecedentes" a reportagem não detalha a extensão dos mesmos. A polícia chegou a cogitar a hipótese de um confronto entre quadrilhas mas a versão foi desconsiderada posteriormente.

Foram as reportagens sobre esse crime, nos jornais *Luta Democrática* e *Tribuna da Imprensa* do dia 15 de janeiro de 1958, que afirmaram pela primeira vez o nome "Esquadrão da Morte" na imprensa.

Em 25 de fevereiro de 1958, ocorreu a morte do motorista da TV Tupi, Edgar Faria de Oliveira, que mais tarde levaria o grupo de Malta aos tribunais. Segundo a denúncia ele foi assassinado na Favela do Jacarezinho, num dos acessos pelo Cachambi, enquanto assistia outros jogarem cartas próximo a um botequim.

Ao caso de Edgar Faria se seguiu o de Jacques Jorand, o "Diabo Louro". Jorand foi encontrado morto na rodovia Rio-Petrópolis, ao lado de outros cadáveres em 11 de março de 1959. O caso repercutiu na imprensa. A mãe do morto acusou explicitamente a Malta como o executor de seu filho. As investigações duraram alguns meses e foi constatado que "Diabo Louro" havia sido posto em liberdade recentemente e que logo em seguida desaparecera somente vindo a ser encontrado na chamada *Curva do Cristo*, naquela rodovia.

Concomitante aos desdobramentos do caso envolvendo os corpos encontrado na Curva do Cristo, na Rio-Petrópolis, a turma de Malta já estava sendo arrolada no processo referente à morte de Edgar Faria.

Note-se que há um intervalo entre as morte de Edgar Faria e "Diabo Louro" e somente nesse ínterim é que ocorreram as morte dos investigadores Eugênio Parada, José Augusto de Melo e Antônio Americano da Silva. Também há no *Jornal do Brasil*, numa edição do início de 1958, notícia sobre o desempenho do Serviço de Diligência Especiais (sic) naqueles últimos três meses, no qual consta um relação de onze nomes de marginais presos pela turma de Eurípedes Malta.

...

²⁸⁷ TRIBUNA DA IMPRENSA, *Polícia fuzilou bandidos no Joá*, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1958, p.6

A *Tribuna da Imprensa* desde 1958 estava francamente contra Kruel e a cobertura do incidente com Côrtes demonstra claramente o seu partido.

O *Ultima Hora* queria as manchetes e logo após as primeiras citações ao "Esquadrão da Morte" em outros periódicos o jornal passaria a reproduzir a expressão à exaustão.

A primeira constatação ao verificarmos a crônica policial da época nos jornais da capital é a certeza de que o "Esquadrão da Morte" não nasceu com a alcunha que o celebrizou, sendo antes o grupo que daria origem ao fenômeno denominado por vários outros nomes. Não é possível identificar as razões pela qual um dentre tantos nomes permaneceu mas o fenômeno certamente prosperou (QUADRO 5).

No *Ultima Hora* a primeira menção ao "Esquadrão da Morte", aparece na reportagem que a mãe do *Diabo Louro*, Dulcinéia Jorand, em depoimento para a reportagem menciona a expressão e vincula à polícia, dizendo que: "Foi o detetive Malta, chefe do famigerado 'Esquadrão da Morte', da polícia, quem mandou matar meu filho".

Na mesma reportagem lê-se: "Jacques Jorand, o Diabo Louro, foi (...) assassinado pelo famoso 'Esquadrão da Morte', da polícia (...)". Aqui a adjetivação não deixa dúvida quanto a anterioridade da expressão em relação a sua reprodução no corpo daquela reportagem.

No *Diário Carioca*, de 13 de março de 1959, novamente a expressão "esquadrão da morte" é encontrada numa reportagem sobre o andamento do crime da Rio-Petrópolis.²⁸⁹ A acusação feita pela mãe do marginal estabelecia um elo entre a expressão e a polícia do Distrito Federal.

O *Diário de Notícias*, em 17 de março de 1959, além daquela ocorrida na Rio-Petrópolis, falou em outras execuções e polemizou ao sugerir que se estava a sociedade testemunhando a emergência de um "novo sistema penal" criado pela polícia da Capital.

Em 9 de maio de 1959, o *Diário Carioca*²⁹⁰ novamente citou o "esquadrão da morte" embora dessa vez a expressão tenha ganhado a primeira página.

²⁸⁸ ULTIMA HORA, *Mãe do "Diabo Louro" afirma: "policiais mataram meu filho por dez mil cruzeiros*, Rio de Janeiro, de 12 de março de 1959, p.6

²⁸⁹ DIARIO CARIOCA, Rio de Janeiro, 13 de março de 1959, p. 10

²⁹⁰ DIARIO CARIOCA, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1959, p. 1

FIGURA 4 - De cima para baixo: Eurípedes Malta de Sá, Salvador Corrêa Gonçalves, Itagiba José de Oliveira e João de Deus Dorneles.



[Fonte: ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, terça-feira, 19 de maio de 1959, p.8]

O *Diário da Noite*, de 4 de julho de 1959, onde foi abordada a saída do general Amaury Kruel da chefia do DFSP, cita a expressão.²⁹¹ Acompanhando as reportagens de 1957 até 1960 se identifica nas séries cotejadas a importância do jornalista Amado Ribeiro na construção da narrativa sobre os "gangsters de pés descalços", por exemplo, mas a sua produção especificamente sobre o "Esquadrão da Morte" terá mais volume na década de 1960.

A primeira referência ao "Esquadrão da Morte", em *O Globo*, ocorreu na coluna *O Show da Cidade*, de Henrique Pongetti. A crônica intitulada *Júri na Madrugada*, é de 20 de janeiro de 1958, portanto cerca de um ano antes do que fora citado anteriormente. Nela Pongetti dizia que começava "a ser péssimo negócio a profissão de 'gangster' no Rio de Janeiro" pois a polícia organizou "um esquadrão executor conhecido na roda do crime como 'Esquadrão da Morte'.

A crônica é curta mas bastante elucidativa. Pongetti ao falar sobre o "Esquadrão da Morte" deixa implícito que os fatos aos quais ele se vincula já eram notórios. Entendemos, no entanto, que a "fama" do "Esquadrão da Morte" nesse primeiro momento deve ser relativizada.

Poucos foram os vespertinos e matutinos que exploraram a expressão nos meses seguintes aos primeiros registros conotados tal como apontado anteriormente. Mesmo após as suas primeiras inserções na crônica policial da imprensa do Distrito Federal, e mesmo do Estado do Rio, as fontes revelam que a atividade visível do "Esquadrão da Morte" continuou pouco noticiada.

Foi a partir a morte de Edgar Faria de Oliveira, em 26 de fevereiro de 1958, que a Seção de Diligências Especiais, do gabinete da chefia de policia da capital, ganhou notoriedade. A repercussão do caso, associada ao posterior inquérito e processo de que foram alvo os envolvidos, deu visibilidade aos acusados e projetou de vez a expressão "Esquadrão da Morte" sobre o grupo. Ficaram conhecidos então, além de Eurípedes Malta de Sá, Itagiba José de Oliveira, Salvador Corrêa Gonçalves e João de Deus Dorneles.

²⁹¹ DIÁRIO DA NOITE, *O veneno das especialidades no organismo da polícia "*São Paulo, 4 de julho de 1959, p. 4

A Portaria nº 1.001 de 4 de setembro de 1957, publicada no Boletim de Serviço, do Departamento Federal de Segurança Pública revela um elogio individualizado a cinco dos policiais citados no 28 de mês anterior pela reportagem do *Ultima Hora*.²⁹²

Numa comparação da lista que consta no Boletim de Serviço, do Departamento federal de Segurança Pública, com os nomes relacionados pelo *Ultima Hora* nota-se a presença naquela de Salvador Corrêa Gonçalves e Agenor Rondon e a ausência nesta dos investigadores Luiz Araújo e Mário Ferreira Portela.

O rodízio talvez tenha ocorrido por causa da cessão de investigadores e detetives para alguma especializada ou subseção. No caso do investigador Portela ao longo de 1958 ele aparece lotado na 4ª Subseção de Vigilância, na Invernada de Olaria, integrando uma das turmas chefiadas pelo detetive Fernando Milton dos Santos, o "Manga", que empreendeu diversas diligências na Favela do Cruzeiro, no bairro da Penha, na caçada a "Cabeleira".

A maior parte dos nomes relacionados ao grupo citado na reportagem da *Ultima Hora* corresponde àquele que o gabinete da chefia de polícia relacionara em sua Portaria. A data do elogio é próxima a da morte do bandido Francisco Paulo dos Santos, o "Francisquinho".

A Portaria nº 1.161, em nome do chefe de polícia, deu publicidade a um novo elogio ao mesmo grupo de policiais. O motivo, nesse caso, foi a prisão de Jacy de Lima e Souza.²⁹³ A crônica policial da época atribuiu a Jacy a alcunha de "Sabonete". Consta na referida Portaria a seguinte redação: "O chefe de polícia (...) resolve elogiar os investigadores (...) por terem, mais uma vez, correspondido à confiança dos seus superiores (...)".

Na mesma Portaria, ao final do elogio, é mencionado um ato (GCP/5.852-57) que possivelmente é o "ato reservado" mencionado pela reportagem do *Ultima Hora* que, entre os dias 26 e 27 de agosto de 1957, teria formalizado, por assim dizer, a constituição daquela turma de policiais atuando no SDE.²⁹⁴ As letras antes da numeração significariam "Gabinete do Chefe de Polícia". Os jornais, no entanto, não foram muito além das notícias sobre a referida reunião. A referida reportagem nomeou o grupo de "Suicidas" e em seguida, de "Turma Suicida".

Portaria nº 1.161, de 19 de outubro de 1957. Cf. BOLETIM DE SERVIÇO DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA, nº 241, de 20 de outubro de 1957, p. 2

²⁹² Boletim de Serviço do Departamento Federal de Segurança. nº 203, 5 de setembro de 1957, p. 1.

De acordo com uma informação obtida de funcionário da polícia, é muito provável que o conteúdo, a ata, por assim dizer, da referida reunião tenha se perdido ou mesmo sequer escrita, haja vista o teor do assunto e da deliberação atribuídos ao àquela.

QUADRO 5 – Chefias de polícia e respostas ao crime

Chefia de Policia do Distrito Federal (1944-1959)	Grupos e milicias	Iniciativas
Nelson de Melo (ago. 1943 - jul. 1944)	- "Esquadrões Vermelhos" (Chicago, EUA) ¹²	- Criação do Departamento Federal de Segurança Pública
Coriolano de Góes (pd. 1944 - mar 1945)	ad H. Schware Commendation	9 4
João Alberto (mar a out 1945)	- "Sindicato da Morte" (Casemiro Afonso de Melo, acusado de crimes em alagoas e no Rio, absolvido.)	
Benjamim Vargas (29 out 1945)		
Ribeiro da Costa (out 1945 - jan. 1946)		
Pereira Lira (jul. Dez 1946)		- Objects to the state of the s
Lima Câmara (dez 1946-jan. 1951)	- "Policia Preta".	 "Comandos Policiais" Novas instalações da Seção de Imprensa do DFSP
Ciro Riopardense de Resende (fev dez 1952)	- "Sindicato do Crime" (São Cristóvão, Distrito Federal)	
Armando Ancora (dez 1952 - ago. 1954)	- "Sindicato da Morte" (MG)	
Paulo Torres (ago. 1954)		
Menezes Côrtes (ago. 1954 – nov. 1955)		Regulamento Geral do DFSP Seção de Diligências Especiais Reajustamento dos limites de alguns Distritos Policiais
Batista Teixeira (mterino)		- Centralização de alguns serviços
Magessi Pereira (nov. 1955 - set 1956)		- Descentralização de alguns serviços
Batista Teixeira (set 1956-mai. 1957)		- 'Esquadrão de Choque", da Policia Especial
Amaury Kruel (mai. 1957)	- "Quadrilha da Morte"	- Reaparelhamento da Polícia (O Globo, 4 nov. 1957, p.12) - Ampliação da oferta de xadrezes - Tribunais de Polícia - Subseções de Vigilância - A Invernada de Olaria" - Remarelhamento de órgãos políciais
		- "Juizados de Instrução"
Crisanto de Miranda		 Desativação as Subseções de Vigilância
Luís Ignácio Jacques Junior		- Reativação as Subseções de Vigilância

[Fonte: Elaborado pelo autor]

Na *Ultima Hora* de outubro de 1957, lê-se: "os componentes da *Turma Volante do Serviço de Diligencias Especiais* do gabinete do chefe de policia (...)". ²⁹⁵ O grupo liderado por Malta, no entanto, aparece apenas em quatro ou cinco reportagens do ano de 1957 sob aquele nome. Não encontramos nas Portarias, publicadas no Boletim de Serviço do Departamento Federal de Segurança Pública, nenhuma referência que sustentasse a suposição de que fosse o nome oficial daquela turma de policiais destacada para operar no âmbito do SDE.

No jornal *Ultima Hora*, em 1958, Malta é descrito como "policial famoso" e, em seguida, como "componente do 'Pelotão suicida', especializado em 'suicidar' marginais.²⁹⁶ A reportagem trata de outro assunto mas é interessante perceber que uma vez mencionado o antigo policial, o cronista evoca imediatamente aspectos da atividade que Malta desenvolvia naquele momento. "Batalhão Suicida' teria entrado em ação: Fuzilados os gangsters com vinte e quatro tiros".²⁹⁷

A notícia apresentava o "Batalhão suicida" ao leitor. O texto falava de rumores de que os cadáveres encontrados num loteamento da Estrada do Joá teriam sido obra de um "Batalhão Suicida criado recentemente". A iniciativa teria como desdobramento a formação de um grupo da polícia para conter a "onda de assalto" que assolava a cidade. Não consta na reportagem o nome de Malta nem de nenhum dos seus companheiros.

Em novembro de 1958, em outro jornal, intitulada, "Sob o signo da bala" lê-se que os "choques entre a Lei e o crime recomeçaram sob o signo da bala, orientados pelo detetive Malta, sua metralhadora e os componentes do famoso Batalhão Suicida."²⁹⁸

A publicação, teceu inúmeras criticas a Amaury Kruel, lembrando a sua determinação de que os policiais respondessem a tiros ao menor sinal de resistência. O texto aponta que a iniciativa provocou o aumento de morte entre os agentes da polícia, pois a bandidagem local sabendo da presença daqueles nos morros escolhe o momento e o local mais propício para agir. A reportagem também fazia uma crítica ao presidente:

O que se torna um tanto esquisito é que entre os auxiliares do sr. Kubitschek até agora não tenha surgido entre uma viagem e outra, alguém capaz de adverti-lo de que a lei das selvas, adotada festivamente pelo general Kruel, não prestigia nenhum governo. Nem mesmo um governo cuja preocupação seja a mudança para a nova capital, num sítio onde não há morros nem favelas por enquanto. ²⁹⁹

²⁹⁵ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1957, p 7,

²⁹⁶ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1958, p. 16

²⁹⁷ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1958, p.1

²⁹⁸ VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1958, p. 11

²⁹⁹ VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1958, p. 11

O fato é que as expressões transitaram no noticiário policial durante alguns meses, nos quais ocorreram umas poucas vezes. Na revista *Mundo Ilustrado*, o jornalista Haroldo Holanda fala em "Pelotão Suicida" e mais adiante em "pelotão da morte". No texto o jornalista afirma que o general decretou a pena de morte no Brasil, já se encontrando ela em plena execução e, apesar de tantos apelos:

De nada adiantaram editoriais os mais enérgicos dos jornais de maior prestígio do país, condenando a barbaridade da missão confiada ao Serviço de Diligências Especiais. O mecanismo da morte, sob a sigla SDE, continuou funcionando nos corredores do edifício da rua da Relação. Nenhuma oportunidade de defesa é oferecida aos marginais que ganharam celebridade na crônica policial da cidade. À violência responde a Polícia com violência. 300

A reportagem tratava do assassinato do motorista da TV Tupi, Edgard Farias de Oliveira. No entanto os mesmo jornais já haviam noticiado outros casos cujas suspeitas incidiam sobre a turma chefiada por Malta. As suspeitas vinham na época embaladas por outros nomes e foram se misturando nas notas e reportagens sobre as mortes de alguns elementos.

Os registros jornalísticos mais antigos da expressão "Esquadrão da Morte" encontrados na imprensa carioca e fluminense, no período em estudo, foram localizados nas edições de a *Luta Democrática* e da *Tribuna da Imprensa* do dia 15 de janeiro de 1958. ³⁰¹ Ambas as reportagens também se referem aos corpos "crivados de balas" de diversos calibres encontrados numa localidade do Parque Balneário, no Joá. Da mesma maneira que ocorrera com as informações contidas em alguns registros posteriores daquela ocorrência, fica-se com a impressão de que aquela expressão já possuía alguma notoriedade, ao menos entre os profissionais da cobertura policial (QUADRO 6).

Assim o "Esquadrão Suicida" ganhou algum destaque no enfrentamento dos chamados "Gangsters de Pés Descalços", chegando mesmo a constar de algumas reportagens com algum destaque. A expressão antecedeu a que marcaria o grupo de Malta na crônica policial sobre o período: "Esquadrão da Morte".

Na *Ultima Hora*, uma pequena nota, localizada na parte inferior da primeira página, intitulada, "Esquadrão Suicida no combate ao crime", fala de uma "terrível guerra estabelecida no Distrito Federal entre a Polícia e os chamados 'gangsters' de pés descalços",

³⁰⁰ MUNDO ILUSTRADO, Rio de Janeiro, nº12, 19 de março de 1958, p.8

³⁰¹ TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1957, 6; A LUTA DEMOCRÁTICA, Rio de Janeiro, de 15 de janeiro de 1957, p. 1

retratados esses últimos como "sombrios delinquentes formados nos morros".³⁰² São citadas as mortes dos investigadores Eugênio Parada, José Augusto de Melo e Antônio Americano e acrescenta que os "agentes da lei formaram agora um 'esquadrão suicida' para dar combate ao bandido." ³⁰³

A primeira reportagem com destaque para a expressão saiu no *Ultima hora* em novembro de 1958 e, como em outras reportagens, inclusive naqueles que fazem algum tipo de referencia, mesmo quando em relação ao "Esquadrão da Morte", a leitura leva a se imaginar que ou a expressão fosse no momento de sua publicação, conhecida, ou mesmo que Malta e a turma de policias com quem atuava desfrutavam de alguma notoriedade na imprensa.³⁰⁴

A expressão "esquadrão suicida", principalmente entre os anos de 1950 e 1952, é encontrada muito associada ao jargão da cobertura dos campeonatos de futebol. No Distrito Federal foram encontrados, principalmente em *A Noite* e *Diário da Noite*, alguns casos nos quais a mesma é atribuída em momentos diferentes aos times do Botafogo, Vasco e Flamengo, no sentido de time determinado a vencer custe o que custar.

O termo "Esquadrão Suicida", como expressão com a qual a imprensa nomeava àquela turma de policiais do SDE, chegou mesmo a coexistir com "Esquadrão da Morte" mas, notadamente, após a diligência que culminou com a morte de Edgar Faria, desapareceu, sendo definitivamente substituída por aquela com a qual se consolidou o fenômeno.

O pesquisador César Nardelli Cambraia, analisou a mudança no léxico do uso da expressão "esquadrão da morte" para "grupo de extermínio", identificou como sendo no jornal *Ultima Hora*, edição de 9 de março de 1959, a primeira ocorrência da expressão. O pesquisador percebeu, no entanto que algumas adjetivações no relato jornalístico analisado denotava ser a expressão conhecida anteriormente àquela publicação.³⁰⁵

Realmente não é possível se distanciar muito da hipótese de a expressão já circular informalmente mesmo antes das primeiras ocorrências encontradas nos jornais *Luta Democrática* e *Tribuna da Imprensa*. E se a expressão podia ser anterior ao registro pela imprensa, teria o grupo assim alcunhado tê-lo sido sempre por àquela? Se não, como

.

³⁰² ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1958, p. 1

³⁰³ Idem

³⁰⁴ ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1958, p. 10

³⁰⁵ CAMBRAIA, César Nardelli. *Da lexicologia social a uma lexicologia sócio histórica: caminhos possíveis*. In Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-188, jan./jun. 2013

identificar no tempo o percurso daquele referente, o objeto real responsável por algumas das ocorrências a ele atribuídas, sem poder contar com uma mesma expressão a ser procurada?

Instaurada a dúvida, as perguntas que dela advieram levaram a procura da identificação do momento de formação da turma de policiais a partir da pesquisa em torno do seu nome mais conhecido e em algumas reportagens direta ou indiretamente apontado como o seu líder.

Pelas poucas entrevistas que deu à imprensa após ir para a reserva, Kruel, que no auge da crise na chefia de polícia deixou o cargo nos ombros de dezenas de policiais, saudado como um benfeitor da classe, nunca aceitou a relação de seu nome com a criação de um "Esquadrão da Morte". 306

Pensar na possibilidade de Borer ter participado da deliberação em torno da iniciativa poderia reforçar os argumentos em torno da afirmação de permanências e continuidades das quais já falamos, mas a verdade é que não há elementos de prova que venham a atestar a participação do delegado naquela iniciativa. Mas mesmo carecendo de alguns elementos, pensar a participação conjunta de Amaury Kruel, Eurípedes Malta de Sá e Cecil Borer no surgimento do fenômeno é "Esquadrão da Morte" é significativo.

Eram todos homens oriundos das décadas de 1930 e de certa forma traziam na sua experiência algo daquele autoritarismo tantas vezes testemunhado na história da polícia carioca. Talvez se possa diferenciar, e até se deva, a atuação da "Pega-Boi", de Mário Limoeiro, da atuação da Turma Volante Especial de Repressão aos Assaltos à Mão Armada, de Amaury Kruel, mas razões há para considerá-las como o eco de uma mesma discricionariedade que ainda permanecia entranhada na cultura da policial, nas práticas repressivas violadoras da cidadania e na conduta de vários de seus agentes.

Sobre as referidas práticas, Paulo Sérgio Pinheiro advoga que:

Durante toda a República no Brasil, as práticas repressivas dos aparelhos do Estado e das classes dominantes estiveram caracterizadas por um alto nível de ilegalidade, independentemente da vigência ou não das garantias constitucionais. Para os pobres, miseráveis e indigentes que sempre constituem a maioria da população podemos falar de um ininterrupto regime de exceção paralelo, sobrevivendo às formas de regime, autoritário ou constitucional (...) Nas fases de autoritarismo efetivo (...) a necessidade de ajustar as contradições no interior dos grupos no poder" justificou a intensificação da repressão política de maneira a assegurar o controle "sem participação das classes populares, derrubando as fronteiras entre o exercício da

³⁰⁶ DIÁRIO CARIOCA, *Kruel sai da polícia carregados nos braços*, Rio de Janeiro, terças-fera, 30 de junho de 1959, p.1.

repressão política e da repressão comum. Os organismo responsáveis por essa repressão passam a agir , sem limites (...)³⁰⁷

Ainda segundo o autor, quanto a questão da violência associada a permanência do autoritarismo:

além do arbítrio do Estado, na sociedade prevalece o que chamamos de 'autoritarismo socialmente implantado' (...) Um conjunto de práticas autoritárias, de grande continuidade, que perpassa toda a estrutura social e que é diretamente dependente dos sistemas hierárquicos historicamente predominantes, assegurando uma assimetria entre dominadores e dominados. Esses sistemas são interiorizados por todos os grupos sociais e reproduzidos regularmente através do funcionamento ilegal dos aparelhos de Estado, da criminalização da dissidência, cristalizando-se na efetiva inexistência de garantia dos direitos mais elementares.³⁰⁸

Sob outro enfoque mas, de certa forma, corroborando parcialmente as teses de Pinheiro, Luiz Eduardo Soares diz:

A história do Brasil tem sido pródiga em preservar a continuidade de dois fenômenos exorbitantes e interrelacionados, independentemente de regimes políticos: o racismo estrutural, que transporta os quatro séculos de escravidão até nossos dias pelo canal das desigualdades, e a violência policial, que devolve a desigualdade ao leito arcaico e vil da escravidão. 309

Assim, discordamos da narrativa "clássica" sobre o "Esquadrão da Morte" naquilo que ela realça sobre sua excepcionalidade. Acreditamos que embora sob certos aspectos, haja elementos na sua constituição que assim pudessem ser considerados, reforçar a leitura da excepcionalidade talvez signifique privar o olhar da capacidade de perceber as muitas permanências que cercam a atuação policial contemporânea.

Do mesmo modo, não vemos o "Esquadrão da Morte" como uma excepcionalidade no rol das soluções autoritárias as quais recorreram ao longo da história diversas administrações da polícia da capital. Devemos lembrar que mesmo na época em que já havia tido relativa divulgação pela imprensa o fenômeno era apenas mais um dentre tantos outros que o Rio e o Brasil conheceram.

³⁰⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição In Revista USP, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991, p.48

³⁰⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

SOARES, Luiz Eduardo. *A democracia depende do que faremos com as polícias*. Disponível em: http://www.luizeduardosoares.com/?p=1249 Acesso 20 abr. 2015

QUADRO 6 - Nomes atribuídos ao grupo de Malta até "Esquadrão da Morte"*

ANO	MËS	Ultima Hora	Diário Carioca	Correio da Manhă	Diário de Notícias	Tribuna da Imprensa	Jornal do Brasil	Luta Democrática	O Globo
1957	AGO						"Suicidas" "Turma Suicida", 29/8, p.12		"policiais suicidas" (28/8, p.3)
	IUO	"Patrulha Volante"; "Turma Volante do Serviço de Dülgências"; 910, p.§					ida";	"Turma Volante", 9/10, p.1	4ſ
1958	JAN					"Esquadrão da Morte", 15/1, p.6		"Esquadrão da Morte", 15/1, p.1-2	"Esquadrão da Morte", 20/1, p.3
	ABR	"Pelotão suicida"346, 9/4, p.16		"Esquadrão da Morte", 8/4, p. ∑		Western Astronomy			
	NOV	Esquadrão Suicida", 17/11, p.1, 2ºed.; Esquadrão Suicida", 20/11, p.10							
1959	MAR	Esquadrão da Morta", 12.3, p.6 OBS: Não identificamos indício d autoria de AmadoRibeico ou Henrique Bernardo.	'Esquadrão da Morte'', 13/3, p.10		"Esquadrão da Morte", 17/3, p.				

[Fonte: elaborado pelo autor.]

^{*} Na reportagem do DIÁRIO DA NOITE, "Sabonete" vai ficar um bom tempo na prisão, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1957, p.6, aparece "TVERAMA", "Turma Volante Especial de Repressão aos Assaltos a Mão Armada". A revista Mundo Ilustrado, nº12 de 19 de março de 1958, p.11, cita a expressão "pelotão suicida", e o nome de Eurípedes Malta.

O que fez o "Esquadrão da Morte" prosperar como rotina a ser imitada é difícil de avaliar. Temos a história. A história da polícia no tempo ajuda a entender a emergência do "Esquadrão da Morte" mas provavelmente não pode dar uma resposta unívoca sobre o fenômeno.

Paulo Sérgio Pinheiro, define o fenômeno "Esquadrão da Morte" como um caso de "vigilantismo" policial que "pode ocorrer quando a polícia percebe a ausência de controles legais ou quando o regime encoraja abusos ou quando pretende ignora-los, de modo a manter o *status quo*, preservar um regime autocrático ou debelar rapidamente uma crise política." ³¹⁰ Para o autor seria geralmente a mistura daquelas motivações a causa da pratica do que denomina de "justiçar brutal e efetivo que desconhece clemência ou moderação". ³¹¹

Michel Misse, na sua reflexão sobre a tese da "acumulação social da violência", viu no fenômeno uma forma de "resolução de problemas" surgida "no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Solução que depois, ainda segundo o autor, se tornou mundialmente conhecida e "ganhou o nome de "Esquadrão da Morte". 312

Talvez possamos compreender o fenômeno "Esquadrão da Morte" como uma exacerbação daquilo que Marcos Bretas denominou de "tribunal das ruas". Se o historiador concebe o referido tribunal como uma instância pela qual "o povo interfere diretamente, sem a representação dos doutores em leis" não vemos problema em ver a exacerbação de tal discricionariedade se tornar a concretização da frase atribuída a Pedro Aleixo, que diante do AI-5 dissera que seu medo era que aquele poder ilimitado chegasse ao guarda da esquina. Anos antes do referido ato, nos parece, o "guarda da esquina" já auferira a si mesmo, há tempos, aquele poder.

Não foram as mortes de "Francisquinho", "Marujo", "Buck Jones" e "Diabo Louro" que levaram Malta e seus comandados ao tribunal e sim a do motorista da TV Tupi, Edgard Farias de Oliveira. A vítima não era um criminoso, era um trabalhador. Os policiais alegaram inocência mas a TV Tupi era a grande emissora de televisão da época e a imprensa não tolerou o "engano".

³¹⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise Política*. O caso das polícias militares, In: Violência Brasileira. São Paulo: Brasileinse, 1982, p.71.

³¹¹ Idem, p.70

³¹² MISSE, Michel. *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. In: Civitas. Porto Alegre, v. 8, nº 3, p. 371-385, set.-dez,. 2008, p. 374-375.

³¹³ BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1997, p.114.

O processo no qual foram acusados Eurípedes Malta de Sá, Itagiba José de Oliveira, João de Deus Dorneles e Salvador Correa Gonçalves foi para o I Tribunal do Juri pela iniciativa do promotor Maurilio Bruno. Em 13 de novembro de 1959 o juiz Sousa Neto desclassificou a acusação de homicídio para lesão corporal seguida de morte.

O processo foi remetido para uma Vara singular até que em 11 de julho de 1960 a 2ª Câmara Criminal mandou os acusados a júri, aceitando as alegações da promotoria, segundo os artigos 12, parágrafo 2°, e 322, por assassinato.

Quanto ao "Esquadrão da Morte", ou melhor, sobre Malta, Dorneles, Salvador e Itagiba, em 38 de maio de 1961, o processo retornou ao I Tribunal do Juri, então sob a presidência do juiz Roberto Talavera Bruce.

Em 30 de maio Malta foi absolvido. Ao final do julgamento, sob a argumentação da negativa de autoria, todos os policiais acusados foram inocentados e retornaram as suas funções. Uns ficaram na polícia do nascente Estado da Guanabara, outros foram para a incipiente Polícia Federal, como Eurípedes Malta de Sá. No final da década Malta se aposentou da polícia, abriu um restaurante na Barra da Tijuca, o denominou de "Coqs Bar" e viveu em relativo anonimato até 1986, quando veio a falecer.

Olhando retrospectivamente vemos que um homicídio, um inquérito e um processo puseram fim ao primeiro "Esquadrão da Morte". Mas, como bem disse Adriano Barbosa, o "chamado Esquadrão da Morte estava extinto, fisicamente, mas ficara a filosofia, a mentalidade das execuções sumárias, aglutinando grupos, até agora indefinidos, mas apontados como compostos de policias."

Se pensarmos na razão pela qual a turma de Malta respondeu somente pelo assassinato do motorista da TV Tupi no processo no qual foram todos absolvidos, talvez a fala de Celso Nascimento, advogado da família de Edgar Faria de Oliveira, possa servir como uma hipótese que em nenhum momento devamos descartar:

Antes, ação ilegal do "pelotão da morte" não repercutia porque eles vinham fuzilando conhecidos e desalmados desordeiros procurados pela justiça. Mesmo assim não podemos concordar com estes métodos. Temos uma justiça organizada, temos leis. Não podemos concordar de modo nenhum com um organismo constituído de uns poucos homens que podem decidir sobre a vida e a morte de outros homens.³¹⁴

³¹⁴ MUNDO ILUSTRADO, *A ordem é matar*, Rio de Janeiro, 19 de março de 1968, p.11

De todo modo é bom lembrar que o fenômeno não surgiu como "Esquadrão da Morte". Antes da expressão se consolidar, a turma de Malta foi conhecida como "Suicidas", "Turma Suicida", "Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão Armada" (TVRAMA), "Turma Volante Especial de Repressão aos Assaltos à Mão Armada" (TVERAMA), "Batalhão Suicida", "Pelotão Suicida", "Patrulha Suicida" e "Esquadrão Suicida". Eis, em síntese, os rudimentos de uma genealogia do fenômeno "Esquadrão da Morte".

Pode-se pensar também que quando sobre aquela turma de policiais pesou a acusação do arbítrio, sobre a vida ou a morte de delinquentes e marginalizados, uma certa moralidade nada estranha ao cotidiano da polícia do período, pareceu, ao menos assim fez parecer a imprensa sensacionalista da época, atravessar um rubicão. Virou uma marca, se tornou uma "metáfora", indicou um caminho, expôs uma atmosfera, um hábito...

Mas a verdade é que a turma de policiais liderados por Eurípedes Malta atuou por pouco tempo. Menos de dois anos e uns poucos casos com repercussão na imprensa. Sobre quantos cadáveres produziu, além do de Edgar Faria, provavelmente nunca se saberá. Talvez a imprensa tenha aumentado algumas de suas façanhas ou talvez as histórias sobre o fenômeno tenham sido realmente as que contaram.

No entanto, mesmo no que não diz, a imprensa revela algo daquela iniciativa. A polícia sob Kruel, Borer, Itagiba, Malta, Dorneles, Gonçalves e outros, não foi mais ou menos violenta ou arbitrária do que a polícia de Mário Limoeiro, Filinto Müller, "Coice de Mula" ou "Tranca Rua". Talvez a polícia, da qual fizeram parte aqueles homens, tenha apenas manifestado no fenômeno do "Esquadrão da Morte" velhos e reiterados hábitos. De qualquer forma, podemos pensar que são ainda mais temíveis os muitos "Esquadrões da Morte" sobre os quais nunca ouviremos falar, mais até do que aqueles sobre os quais já sabemos alguma coisa.

CAPÍTULO 4

"ESQUADRÃO DA MORTE": DA "INVERNADA" AOS "HOMENS DE OURO"

> Tá lá o corpo/ Estendido no chão/ Em vez de rosto uma foto/ De um gol/ Em vez de reza/ Uma praga de alguém/ E um silêncio/ Servindo de amém.../ (...) O bar mais perto/ Depressa lotou/ Malandro junto/ Com trabalhador/ Um homem subiu/ Na mesa do bar/ E fez discurso/ Pra vereador.../ Sem pressa foi cada um/ Pro seu lado/ Pensando numa mulher/ Ou no time/ Olhei o corpo no chão/ E fechei/ Minha janela/ De frente pro crime.../ (...)

- De Frente Pro Crime, de João Bosco e Aldir Blanc

O meu medo é que este poder ilimitado chegue ao guarda da esquina.
- Pedro Aleixo, ex-vice-presidente, na assinatura do AI-5³¹⁵

-

³¹⁵ MARKUN, Paulo; RODRIGUES, Ernesto. *A máfia manda flores*: Mariel, o fim de um mito. 1ªed. São Paulo: 1981, p. 13 (Passado e Presente, 24)

Quando Brasília foi fundada, em 21 de abril de 1960, o antigo Distrito Federal se tornou Estado da Guanabara. Com a mudança da antiga capital para o Planalto Central toda a estrutura das forças policiais da antiga sede do governo federal passou para alçada jurídica e executiva do novo estado.

Tudo se deu como previra a lei A Lei n.º 3.752 sancionada pela Presidência da República em 14 de abril de 1960 e conhecida como Lei San Tiago Dantas. Em 5 de dezembro, José Sette Câmara, governador transitório, transferiu o governo do novo estado para Carlos Lacerda, seu primeiro governador eleito.

O antigo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), pelo Decreto 14 de 27, de maio de 1960, foi transformado em Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP), o que perdurou até a reestruturação do órgão, em janeiro de 1963, quando foi criada a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, que extinguiu o cargo de chefe de polícia e criou o de secretário de segurança pública.

A nova estrutura da secretaria teve como principal inovação a Superintendência de Polícia Judiciária. A ela ficaram submetidos todas as repartições responsáveis pela repressão, investigação e instauração de inquéritos. A Superintendência de Polícia Judiciária tinha como célula básica a delegacia distrital.

O coronel Gustavo Borges foi o primeiro secretário de segurança do estado. Newton Marques Cruz, o último chefe de polícia, foi nomeado o primeiro superintendente da Polícia Judiciária. A Polícia Militar ficou subordinada ao governador do estado, através da Secretaria de Segurança Pública, de certa forma mantendo a estrutura paralela que havia entre a polícia civil e a militar em relação à figura do antigo chefe de polícia.

Em meados de 1963 uma mudança nos termos da transferência do antigo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) para o Estado da Guanabara provocou a ira de Carlos Lacerda. O presidente João Goulart resolveu proporcionar a todos os funcionários da antiga capital a possibilidade de optar entre permanecer vinculados ao serviço do novo estado ou voltar a se reintegrar à União como funcionários federais.

Conforme foram se confirmando as centenas de solicitações de reintegração ao serviço federal, alguns setores da segurança pública da Guanabara logo se viram em polvorosa com a possibilidade iminente de um colapso daquele serviço. Ainda que parcela expressiva do

O então governador José Sette Câmara, por decreto, transformou o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) foi transformado em Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP) em 27 de maio de 1960. Cf. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, sábado, 28 de maio de 1960, p.7.

contingente da extinta Polícia Especial tenha migrado para complementar o efetivo da Delegacia de Vigilância, em funções de detetive, a perda de policiais experientes foi muito sentida pelo Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP), que substituíra o antigo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).

As notícias da época revelam um certo clima de desorientação vivido pela polícia guanabarina nos primeiros anos do Estado da Guanabara. ³¹⁷ A chamada "crise dos optantes" durou quase metade do período do governo de Carlos Lacerda e o governador reagiu em termo duros contra aquela medida, indo em determinado momento ao Supremo Tribunal Federal questionar a legalidade do decreto que a instituíra.

Esse foi apenas mais um dos inúmeros problemas enfrentados pela administração do governador Carlos Lacerda em relação à segurança pública. Desde que assumiu o cargo a sua administração sofrera inúmeras acusações da imprensa, notadamente do Ultima Hora, sobre ilícitos e violências cometidos pela polícia da Guanabara. Dois casos tiveram ampla repercussão na imprensa do estado. O primeiro, foi o caso do assassinato de mendigos no Rio da Guarda, para o qual foi até criada um Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias, e teve na figura de Pedro Saturnino, o "Tranca Rua", o "Coice de Mula", da época. Na ocasião, depois de uma ampla campanha da imprensa contra a polícia de Lacerda a conclusão do inquérito absolveu o governo, atribuindo quase todo o ônus a José Mota, como o articulador da iniciativa.³¹⁸

O outro escândalo que atingiu a polícia guanabarina nos primeiros anos, logo após a criação do estado, foi o caso que envolveu a Invernada de Olaria em graves acusações de tortura a um advogado e sua companheira. Ambas as polêmicas fustigaram os ânimos da polícia da Guanabara e aumentaram ainda mais o clima de insegurança descrito pelos jornais da cidade. O reflexo dessa situação pode ser medido pelo fato de no seu primeiro ano no governo da Guanabara, Carlos Lacerda teve sete chefes de polícia ocupando o cargo. Foram eles o general Sizeno Sarmento, o coronel Barrros Nunes, o jurista Hélio Tornaghi, Ferreira Antunes, Segadas Viana, Eugênio Sigaud e Newton Marques Cruz. Assim, de certo modo repetia-se no novo estado uma rotina que não era estranha à polícia do antigo Distrito Federal.

O Globo, *Era de José Mota a ordem de extermínio de mendigos*, Rio de Janeiro, 4 de Março de 1963, Geral, p.3.

-

³¹⁷ A Reclassificação dos funcionários da polícia vinha sendo debatida desde meados da década anterior. Com a sua implementação, entre outras providências, os investigadores extranumerários e membros da extinta Polícia Especial passaram a integrar a carreira de detetive.

Em meio a tudo isso a imprensa alertava sobre o aumento da criminalidade. Os primeiros anos do Estado da Guanabara foram os de marginais como "Mineirinho", "Micuçu", "Cabeleira", "Caveirinha", "Mino", "Cara de Cavalo", entre outros, que em momentos distintos pareciam estar ao mesmo tempo em todos os lugares da cidade, a se considerar o espaço que tinham na crônica policial do período. Nenhum deles viveu mais do que alguns breves momentos da triste fama que a imprensa lhes fazia parecer possuir. Até novembro de 1964 a maioria deles já haviam sido morta em confronto com a polícia.

4. 1 - A Invernada de Olaria e o "auto de resistência" no Estado da Guanabara

A Invernada de Olaria foi uma subseção de vigilância ligada à Delegacia de Vigilância. Ganhou fama entre os marginais pela dureza de seus agentes no trato com os presos. A sua origem funcional se articula com a necessidade de policiar áreas mais distantes do centro e com a escassez de cárceres na antiga capital.

Embora alguns jornais tenham atribuído a criação da Invernada de Olaria a Amaury Kruel, na verdade muito antes da sua gestão à frente da polícia da antiga capital, algumas organizações sociais da área da Leopoldina, notadamente de Olaria, já haviam reivindicado junto ao então chefe de polícia, Batista Teixeira, uma solução para o aumento de roubos e assaltos naquela jurisdição.

Na época foi feito um contingenciamento por parte de alguns pequenos comerciantes da região que mobilizados pagaram todos os custos da construção de uma delegacia no terreno doado pela Polícia Militar. Embora a bibliografia não costume relacionar ambas as realizações, tal iniciativa viabilizou o que mais tarde, já então sob a chefia de Amaury Kruel seria conhecida como a 4ª Subseção de Vigilância, ou ainda, a tristemente conhecida Invernada de Olaria. Na verdade as subseções, como secções da Delegacia de Vigilância, já eram conhecidas desde o tempo do delegado Francisco de Paula Pinto, o idealizador da Delegacia de Economia Popular, da qual foi seu primeiro titular.³¹⁹

O problema da escassez de carceragens não era novo, assim como não era nova a questão das péssimas condições das mesmas. Juntamente com a estrutura da união a Guanabara também herdara um enorme passivo.³²⁰

³¹⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS, Faleceu o delegado Paula Pinto, terça-feira, 17 de novembro de 1953, p.2

³²⁰ As incertas eram visitas feitas sem aviso, de surpresa.

Ainda na época de Amaury Kruel, o delegado Olavo de Campos Pinto, que dirigia a Delegacia de Vigilância, principal especializada do Distrito Federal, havia sintetizado da seguinte maneira a situação:

(...) hoje, neste momento, só aqui na Vigilância, estamos com mais de 100 homens presos em uma sala que não tem três metros por quatro, homens qualificados desde "averiguações" até "assassinatos", sem um lugar para manda-los. Contando com os que ocupam as celas dos distritos policiais, o número sobe a 1.128. São homens que estão à disposição da justiça, outros com suas penas já definidas e, no entanto, permanecem, porque a Penitenciária está lotada, não podendo receber os que viriam (condenados) do Presídio, que por sua vez não pode receber os que estão no Depósito de Presos, já que houve a vaga dos que deveriam estar na Penitenciária. Resultado: um ladrão é julgado. O juiz dá-lhe a pena de dois anos para ser tirada em Colônia Agropecuária. Nós não temos Colônia. O homem é solto com "liberdade vigiada". Agora pergunto: quem irá vigiar esse homem? 321

O plano que visava reduzir a criminalidade e reduzir o déficit de cárceres na cidade aprovado pelo chefe de polícia naquela época consistia em duas frentes: primeiro a criação de cinco subseções de vigilância que dariam cobertura ao policiamento em áreas pouco cobertas pela DV e, segundo, na construção de novo presídio que pudesse absorver parte da população carcerária da capital.

Na época o antigo Presídio Militar da Ilha de Bom Jesus chegou ser cogitado como uma opção viável para servir de depósito provisório de presos, consoante expressão utilizada pelas autoridades na época, até a construção de um novo presídio. Porém, a proximidade com a Cidade Universitária, atraiu muitas críticas para a proposição daquela iniciativa.

As Subseções de Vigilância (SSV) foram (re)criadas em julho de 1957. A Portaria 855 indicava que a iniciativa visava apenas o maior rendimento do policiamento preventivo da capital. Posteriormente seriam extintas em 17 de julho de 1959 e novamente restabelecidas pelo chefe de polícia Luís Ignácio Jacques Júnior, em 6 de janeiro de 1960.³²² Mas, já 1962, as subseções seriam outra vez extintas.³²³

O exemplo da extinção e restabelecimento e nova extinção das subseções reflete as idas e vindas administrativas do órgão policial e as injunções políticas as quais se via desde a sua fundação atada a policia da capital. Na Guanabara não foi diferente.

³²² Portaria n°23 de 6 de janeiro de 1960. Cf. BOLETIM DE SERVIÇO DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, Ano XVII, N°5, quinta-feira, 7 de janeiro de 1960, p. 1

³²¹ REVISTA DA SEMANA, Depósito de presos, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1957, p.38.

³²³ A NOITE, Subseções de vigilância: chefe do DESP extingue, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1962, p.7

Caso análogo pode ser verificado no movimento de centralização e descentralização dos serviços, ora vinculando-os as delegacias especializadas, ora desvinculando-os e concedendo mais autonomia às distritais. As rotinas operacionais a cada chefia se viam com grande possibilidade de sofrer algum tipo de alteração. É possível que essa inconstância tenha contribuído para a ineficiência do policiamento e para as propostas eventuais de solução de problemas, que aqui nomeamos de iniciativas *ad hoc*.

As cinco subseções estavam subordinadas à Delegacia de Vigilância e abarcavam as seguintes jurisdições distritais: 1ª Subseção de Vigilância, na Zona Sul, compreendendo 1º Distrito (Gávea), 2º Distrito (Copacabana), 3º Distrito (Botafogo), 4º Distrito (Catete) e o Comissariado da Barra³²⁴; a 2ª Subseção de Vigilância, na Zona Norte, o 14º Distrito (Rio Comprido), 15º Distrito (Engenho Velho), 17º Distrito (Tijuca), 18º Distrito (Vila Isabel); a 3ª Subseção de Vigilância, nos subúrbios da central, o 19º Distrito (Engenho Novo), 22º Distrito (Meier), 23º Distrito (Encantado), 24º Distrito (Madureira); a 4ª Subseção de Vigilância, subúrbios da Leopoldina, o 16º Distrito (São Cristóvão), 20º Distrito (Bonsucesso), 21º Distrito (Penha), 30º Distrito (Ilhas da Baía de Guanabara); 5ª Subseção de Vigilância, Zona Rural, o 25º Distrito (Marechal Hermes), 26º Distrito (Jacarepaguá), 27º Distrito (Bangu), 28º Distrito (Campo Grande), 29º Distrito (Santa Cruz) e o Comissariado de Anchieta.

Sob a gestão de Kruel, em 14 de outubro de 1957, a 4ª Subseção de Vigilância foi (re)inaugurada. Construída em uma área que pertencera à Polícia Militar na região que dava nome ao local, na rua Paranapanema, a Invernada de Olaria, sob a chefia do detetive Fernando Milton dos Santos, o "Manga", logo passaria a significar um lugar de policiais duros e dispostos a tudo contra a criminalidade.³²⁵

O cronista de polícia do jornal Diário Carioca, Epitácio Timbaúba, entusiasta da iniciativa, ao comentar o resultado alcançado pelas subseções, escreveu:

O resultado da medida, em boa hora tomada pelo general Amaury Kruel, já surtiu os melhores efeitos. Os chefes de quadrilhas, que viviam a implantar o terror e a espalhar sangue pela sua passagem, ou se encontram presos, esperando a decisão da justiça ou sucumbiram na luta que travaram contra os agentes da autoridade encarregados de detê-los e seus comparsas, ou procuraram outro ambiente (...)³²⁶

O Comissariado da Barra e o Comissariado de Anchieta eram recentes pois não constam na reforma proporcionada pelo Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de Março de 1944, que criou o DFSP, e nem no Decreto nº 37.008, de 8 de Março de 1955, que aprovou o seu Regulamento Geral, quando o chefe de polícia era Geraldo de Menezes Côrtes.

No final do século XIX o local se tornou um abatedouro de gado que, em 1910, daria origem a um campo de boiada conhecido como Invernada de Olaria. A Polícia Militar mais tarde ficaria responsável pela área, mantendo no local guarnição, um centro de treinamento e Serviço de Cães da corporação. Atualmente o local é ocupado pelo 16º Batalhão *Polícia Militar*.

³²⁶ DIÁRIO CARIOCA, Mais uma vez, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1957, p. 1.

A crônica policial da capital logo reconheceu o impacto positivo das subseções no combate à criminalidade. Tal percepção, entretanto, durou pouco tempo e mais uma vez uma iniciativa *ad hoc* da polícia carioca redundou em um novo elemento de repressão e violência. O que se pode pensar, analisando retrospectivamente a história daquela subseção, é que a imagem da Invernada de Olaria que ficaria marcada na memória sobre a polícia carioca está muito mais associada a sua reinauguração sob o governo de Carlos Lacerda, e outro contexto político, do que ao que se falou sobre a Invernada na década anterior.

Embora o jornalista José Amaral Argolo chame a atenção para a caçada e o assassinato do "Mineirinho", em abril de 1962, o que de fato representou uma inflexão no sentido da percepção da imprensa sobre aquela subseção foi a acusação sofrida pela Invernada de Olaria no rumoroso caso das torturas impingidas ao advogado Clodomir Santos Moraes nas suas dependências.³²⁷

O caso envolvia as acusações de torturas praticadas naquela subseção contra o Clodomir Morais e Célia Lima, em dezembro de 1962. Clodomir era advogado e antigo militante do Partido Comunista. A prisão ocorrera por motivos políticos, baseada na Lei de Segurança Nacional.

O caso ganhou os jornais em 1963. A repercussão foi tanta que a polícia da Guanabara teve de ver aqueles procedimentos investigados por uma CPI instalada pela Assembleia Legislativa. A cobertura sensacionalista do *Ultima Hora*, em torno de tudo que atingisse negativamente a administração de Carlos Lacerda, muito se utilizou das acusações feitas à polícia da Guanabara no caso Clodomir, que por semanas ocupou as páginas do jornal.

As acusações eram gravíssimas e envolviam vários agentes da Invernada de Olaria. Nos depoimentos, foram relatados choques elétricos, sevícias sexuais e espancamentos. Narrados os fatos sem se nomear os sujeitos daquela ação bem se poderia pensar nas carceragens da Polícia Especial na década de 1930.

O caso Clodomir expôs a truculência da Invernada para toda a população. O governador ameaçou os agentes de demissão e a polícia mais uma vez se convulsionou, dessa vez sob a ameaça de uma greve em apoio aos homens da Invernada. Embora aquela subseção já fosse desde a década anterior conhecida como "Casa do Diabo", em algumas rodas, o caso Clodomir serviu para popularizar ainda mais a fama do lugar.

³²⁷ ARGOLO, José Amaral. Sparsae. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 43.

Com o golpe de 1964, a Invernada de Olaria passaria de vez a ser associada às ações da polícia política a serviço do regime militar e a integrar a narrativa mais ampla da história brasileira sobre a ruptura ocorrida no país naquele ano. Por todo o período que se seguiu, a Invernada de Olaria foi deixando de ser uma simples subseção da polícia e passou a ser considerada como mais um lugar dentre tantos lugares acusados de serem centros de tortura, tendo sido inclusive arrolada em lista da *Comissão Estadual da Verdade do Rio* (CEV-RJ) que a identificou como um dos locais de tortura durante a ditadura civil-militar no estado.³²⁸

Também foi nessa época que ocorreu uma mudança significativa na forma como seriam registradas as mortes envolvendo a policia do estado. É possível que a medida tenha sido motivada pelo alto índice de inquéritos abertos anualmente envolvendo policiais que respondiam a inquérito por suspeita de autoria de homicídio.

A iniciativa partiu do secretário de segurança pública, coronel Gustavo Borges, e do superintendente da Polícia Judiciária, Paulo Sales Guerra. O delegado Eros de Moura Estevão, contou, em depoimento a um jornal, que foi o redator da "norma, inicialmente codificada como NSV-SS-003 B". A referida norma, respaldada pelo artigo 292, do Código de Processo Penal, deu à polícia do Estado da Guanabara a possibilidade de matar sem que seus agentes viessem a ser processados e presos pela justiça.³²⁹

A norma NSV-SS-003 B foi publicada no Boletim de Serviço, da Secretaria de Segurança Pública, em janeiro de 1964, como Ordem de serviço "N" – SPJ – N° 41, de 17 de janeiro de 1964.

Nasceu ali o "auto de resistência". 330

Sérgio Verani em, *Assassinatos em nome da lei*, cita a Ordem de Serviço "N", nº 803, de 2 de outubro de 1969, como sendo aquela a data de criação do referido procedimento administrativo.³³¹ Desde a publicação do seu livro, em 1996, tem sido a data e a ordem de serviço, apontados pelo autor, tidos como sendo a origem do "auto de resistência".³³² Uma rápida pesquisa na internet permite a constatação dessa afirmação. Todos os trabalhos que tem

³²⁸ OLIVEIRA, Flávia. *Comissão da Verdade lista pontos de repressão da ditadura no estado*. In: O GLOBO, Blog, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2015.

³²⁹ JORNAL DO BRASIL, Polícia captura homem suspeito da morte da francesa, Rio de Janeiro, sexta-feira, 11 de fevereiro de 1966, p. 16.

³³⁰ BOLETIM DE SERVIÇO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA. *Ordem de serviço "N" – SPJ – Nº 41*, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964, Ano V – nº 12.

³³¹ VERANI, Sérgio. *Assassinatos em nome da lei -* Uma prática ideológica do Direito Penal. Rio de Janeiro: Alderbarã, 1996.

³³² A tese de Livre Docência em Direito Penal foi defendida pelo autor em 1988.

tratado do assunto "auto de resistência", nos últimos anos, invariavelmente se reportam ao marco citado por Verani.

A nossa pesquisa, no entanto, verificou que a Ordem de Serviço citada por Verani havia na verdade reproduzido no objetivo outra editada alguns anos antes. O autor na verdade deu pistas importante para que chegássemos até aquela. Uma comparação dos textos revela, sem sombra de dúvidas, que Ordem de Serviço apontada por Sérgio Verani é, nitidamente, uma reedição daquela, tendo a "Ordem de serviço "N" – SPJ – N° 41", editada em janeiro de 1964, pela dicção, considerandos e objetivo, clara precedência sobre a que ele cita em seu livro.³³³

Assim, é possível concluir que, tal como o "Esquadrão da Morte", não é o "auto de resistência" uma criação do aparelho repressivo do regime instaurado com o golpe civilmilitar ocorrido em 1964.

Essa afirmação suscita duas ponderações que tanto servem para a reflexão sobre o fenômeno objeto dessa pesquisa, o "Esquadrão da Morte", como para a reflexão sobre o "auto de resistência", lembrando o que Carlos Fico denominou de "eventos traumáticos".

Em relação a ambos parece existir quase a obrigatoriedade de relacioná-los de alguma maneira como sendo iniciativas da ditadura. Não afirmar sobre aqueles assuntos nesse sentido é como se não nos dispuséssemos a aceitar a própria história, ainda que uma história dada e muito vinculada ao afeto, oriundo da experiência de quem viveu durante a ditadura, e noutro momento escreveu sobre ela.

Certamente que tanto o "Esquadrão da Morte", em suas práticas, quanto o "auto de resistência", foram em algum momento instrumentalizados por agentes do regime quando isso lhes pareceu conveniente. Alguns policiais, antes vinculados à subseção de Olaria, por exemplo, como Lincoln Monteiro que matou José Rodrigues da Cruz, o "Paraibinha", foram os primeiros e se valer desse expediente para se livrarem de possíveis imputações de homicídio.³³⁴

Em outra frente, não ignoramos também que as práticas e os homicídios atribuídos ao "Esquadrão da Morte" ganharam com aquela norma certamente uma conveniente aliada.

٠

³³³ Cf. ANEXO.

³³⁴ CORREIO DA MANHÃ, Morto "Paraibinha" num encontro com a polícia, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de setembro de 1964, p. 10; O GLOBO, "Paraíba" morre com dois tiros no peito em luta com a polícia, Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1964, Geral, p. 14; O GLOBO, Juiz manda arquivar o inquérito sobre a morte de "Paraíba", Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1964, Geral, p.13.

4. 2 – Le Cocq e o renascimento do "Esquadrão da Morte"

A morte de Milton Le Cocq, tão significativa para a perpetuação do "mito" em torno do "Esquadrão da Morte", ocorreu quando a antiga capital já dera lugar ao Estado da Guanabara, na noite de 27 de agosto de 1964.

Na versão mais difundida, alguns policiais à paisana observavam uma mulher que saia de um ponto de apostas de Jogo do Bicho na favela que se eternizou como Favela do Esqueleto. A má iluminação borrava a nitidez do ambiente mas os policiais viram uma mulher caminhar em direção ao Largo do Maracanã e a seguiram. Era Lair Dias da Silva. Os quatro policiais estavam em um fusca. Eram Hermenegildo dos Santos, o "Jacaré", Anibal Beckman dos Santos, o *Cartola*, Milton Le Cocq d'Oliveira, o "Gringo", e o jovem Hélio Vigio, recentemente designado para a Delegacia de Vigilância e Capturas do Estado da Guanabara.

Outra versão aponta que estavam presentes naquela diligência "Cartola", José Guilherme Godinho Ferreira, o "Sivuca" e Hélio Ghuayba Nunes, o "Guaíba", além, claro, de Le Cocq. ³³⁶ A campana havia sido montada por causa de uma informação que chegara à Seção de Vigilância sobre um bandido que havia meses importunava os negócios da contravenção naquela região.

A certa altura notaram que a mulher se dirigiu a um homem que estava no banco traseiro de um taxi que ali a aguardava. A mulher, no entanto, já havia percebido a movimentação da polícia que a seguia e logo que entregou algo ao passageiro gritou que a polícia estava chegando. O taxi acelerou e teve início a perseguição. Na direção do Volkswagen estava "Cartola", que segundo "Sivuca", era um péssimo motorista.³³⁷

Consta que o motorista do taxi, José Ferreira Júnior impediu várias vezes a ultrapassagem pelos policiais e rapidamente a perseguição ganhou a Teodoro da Silva, em Vila Isabel. Na altura da rua Emília Sampaio, no Grajaú, os veículos emparelharam e o Volkswagen com os policiais conseguiu forçar o taxi em fuga a parar.

.

A Vila São Jorge chegou a ter cerca de 8 mil barracos no auge. Residiram na comunidade entre 16 e 25 mil pessoas. A ocupação ocorrera às margens do Rio Joana em meio às instalações de um inacabado hospital que ali seria construído. Veio de tal circunstância o apelido "Favela do Esqueleto" pelo qual o lugar ficou conhecido.

³³⁶ ULTIMA HORA, terça-feira, 1 de setembro de 1964, p. 7.

FERREIRA, José Guilherme Godinho. *Bandido bom é bandido morto*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Gráficos Villeth Ed, 2005.

Foi tudo muito rápido. Saltando veloz do taxi "Cara de Cavalo" disparou a sua colt 45 várias vezes em direção ao veículo no qual estavam os policiais. "Cartola" procurou se proteger.

Le Cocq mal saíra do Fusca logo tombara com um balaço no peito. Segundo depoimento de "Sivuca", não teve tempo de fazer uso de sua arma. "Jacaré" e Hélio Vígio apertados no veículo tentavam responder aos tiros que vinham do taxi.

"Cara de Cavalo" não sabia dirigir e correu. Continuou disparando enquanto fugia. "Cartola" fora atingido sem gravidade³³⁸. "Jacaré" e Vigio em desespero tentaram reanimar Le Cocq. Era tarde. Le Cocq estava morto.³³⁹ "Cara de Cavalo" sumiu na noite sem se dar conta de que naquele momento tornara-se o "inimigo público nº 1" da vez.

A notícia da morte do detetive Milton Le Cocq rapidamente se espalhou pelas delegacias da Guanabara. Foi um alvoroço. As informações eram desencontradas. Instaurouse uma confusão na Delegacia de Vigilância.

Diversas viaturas rumaram para o Grajaú. O local em pouco tempo foi tomado por uma multidão de agentes do Departamento Estadual de Segurança Pública e repórteres. As juras de vingança já podiam ser ouvidas entre os lamentos de tristeza e a consternação que tomou conta de todos diante do fato consumado.

"Sivuca" no livro *Barra Pesada*³⁴⁰ conta outra história. Segundo ele a versão de que na ocasião "Cara de Cavalo" estava assaltando um bicheiro teria sido inventada pela imprensa. Naquela noite Le Cocq teria ido para aquela diligência nas imediações da Favela do Esqueleto com "Cartola", "Jacaré" e Hélio Vígio pois aqueles eram o único policiais disponíveis naquela noite no plantão da Delegacia de Vigilância. "Sivuca" conta que "Jacaré" estava "doente, em tratamento" e que teria sido melhor que Hélio Vígio, mesmo ainda inexperiente, mas sendo melhor motorista, tivesse dirigido, ao invés de "Cartola".

No trajeto perceberam a mulher de "Cara de Cavalo" atravessando uma rua e indo em direção a um taxi. Era um velho Chevrolet, conduzido pelo conhecido motorista de quadrilheiros, o "Ferreira" ou "Ferreirinha".

Os policiais então seguiram o carro e na rua Teodoro da Silva, "Cartola" resolveram no cruzamento fechar o taxi, forçando que parasse. Um tiroteio tomou o lugar. "Cara de

³³⁸ Cf. BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte*. Um mal necessário?, 2ªedição. Rio de Janeiro: Editora Mandarino, 1971.; MONTEIRO, José. *Alguns casos de polícia*. Rio de Janeiro: Ed. Nosso Brasil, 1978.

³³⁹ Algumas notícias insinuam que o detetive ainda fora encaminhado com vida para o hospital.

³⁴⁰ RIBEIRO, Octávio. Barra Pesada. São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p.214.

Cavalo", com a sua colt, uma 45, mirou os passageiros do Fusca. Le Cocq saiu pela porta do carona e mal teve tempo de sacar a sua arma. Caiu fulminado. "Jacaré" e Vígio responderam aos disparos enquanto procuravam se proteger no banco traseiro do carro. O taxista do bandido, o conhecido "Ferreirinha", permaneceu abaixado tentando se proteger. "Cara de Cavalo", em desespero se pôs a correr.

Alguns jornais apontaram o contraventor "Nando" como sendo o responsável pelo pedido de auxílio que teria motivado aquela diligência. Foi dito que Nando, assim como outros contraventores tinha proteção da polícia. Segundo os mesmos relatos, a "estia" garantia a limpeza.³⁴¹ As reportagens de *O Globo* parecem endossar a versão de que "Cara de Cavalo" estava naquele local recebendo dinheiro de um bicheiro de nome "Nonô", mas em relação ao referido pormenor novamente as narrativas divergem.

As versões sobre os momentos seguintes ao tiroteio entre Hélio Vígio, "Jacaré", "Cartola" e Le Cocq com "Cara de Cavalo" divergem em alguns detalhes. Algumas notícias da época falaram que os policiais tentaram levar o seu líder para o Hospital Souza Aguiar. Essas mesmas notícias falam na prisão do taxista Ferreira. Também se escreveu que uma grande multidão se aglomerou no local para ver o corpo de Le Cocq no local do crime.

O fato é que o "Ferreirinha" foi levado sob custódia, certamente conduzido por algum policial. Notícia em O Globo de 28 de agosto de 1964 confirma a condução do cúmplice de "Cara de Cavalo" até ao 20° DP. Alguns relatos parecem considerar que diante da possibilidade de o cúmplice de "Cara de Cavalo" evadir-se do local da ocorrência pode ter ocorrido alguma demora em levar Le Cocq para o Hospital Souza Aguiar. Mas tudo isso, na verdade, pertence a um conjunto de especulações que circularam pela imprensa nos dias que se seguiram à morte de Le Cocq. No entanto, parece improvável que tal demora tenha ocorrido. O próprio alarido que a notícia do óbito do detetive provocou é sinal de que Le Cocq já estava morto.

O jornalista Antônio Carlos Fon em uma reportagem intitulada "Façam o jogo, Senhores!", publicada em 1976, apresenta uma versão segundo a qual as circunstâncias que levaram à morte de Le Cocq estavam relacionadas com o comprometimento de alguns policiais com a contravenção.³⁴²

Propina cuja divisão, no caso, se expressava na divisão de cada delegacia especializada em zonas pelas quais se tonava responsável. O expediente era comum mas nem sempre isso garantia a acomodação de todos os interesses. Os atritos no meio policial eram conhecidos pela imprensa.

³⁴² O FLUMINENSE, sexta-feira, 12 de março de 1976, p. 10.

FIGURA 5 - Cara de Cavalo em foto para a polícia tirada no ano de 1963

[Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, sábado, 29 de agosto de 1964, p. 5.]

Para Fon, naquela noite, o detetive e seus companheiros, longe de estarem no cumprimento do dever, estariam na realidade defendendo os interesses do bicheiro Castor de Andrade, na época já um dos principais nomes da contravenção carioca e fluminense, ao lado de Manoel da Silva Abreu, o "Zica", Armando Fernandes Gonçalves Bastos, o "Fernandinho", Ângelo Maria Longa, o "Tio Patinhas" e Natalino José do Nascimento, o "Natal", entre outros.

O jornal Diário de Notícias, em sua edição de 30 de agosto de 1964, estampou a manchete "Polícia investiga o jogo-do-bicho urdindo trama para matar Le Cocq", na qual dizia que o que ocorreu foi o desdobramento de um plano para o assassinato do detetive.³⁴⁴

³⁴³ Ângelo Maria Longa faleceu em março de 1986, no Rio de Janeiro. No seu enterro, no Cemitério do Caju, além da Cúpula do Jogo do Bicho na cidade, chamou a atenção da imprensa a presença do ex-policial exintegrante da "Turma da Pesada" da DV e ex-"Homem de Ouro", Anibal Beckman dos Santos, o Cartola.

-

Antônio Carlos Fon diz que Castor de Andrade cansado de sofrer com os achaques efetuados por *Cara de Cavalo* aos seus "pontos" de apostas naquela região pedira que a "policia" resolvesse o problema. Fon conta que a morte de Le Cocq no confronto com *Cara de Cavalo* tornou o contraventor um eterno devedor da polícia, chegando ao ponto de emprestar a lancha de um dos seus sobrinhos para a fuga do ex-policial *Mariel Moryscotte Araújo* de *Mattos* do Presídio da Ilha Grande na década de 1970. O autor da reportagem não aprofunda a questão mas a premissa é interessante e não fugiria da lógica de algumas relações estabelecidas entre a polícia e a contravenção eventualmente registrada pela crônica do jornalismo policial. A interpretação de Fon para aquela ocorrência deve ter sido inspirada pela leitura de algumas hipóteses elencadas no calor da

Segundo a reportagem, o contato feito pelo "cachorrinho" com Le Cocq, comunicando a presença de "Cara de Cavalo" nas imediações da Favela do Esqueleto, sugeriria que naquela noite o marginal receberia dinheiro resultante do achacamento a um bicheiro daquela região. Ainda segundo a reportagem, a presença da mulher que fora seguida conduzindo os policiais até ele, a "fuga" do bandido no taxi Chevrolet, placa GB-40-17-03, e por fim a perseguição, tudo teria sido premeditado visando a eliminação do detetive. Segundo essa versão, o dinheiro recebido por "Cara de Cavalo" na realidade não provinha de achacamento e sim de parcela do pagamento previamente combinado pela eliminação de Le Cocq.

Outro relato, de certo modo complementar ao anterior, no qual é sugerido que teria ocorrido um encontro posterior de "Cara de Cavalo" com um bicheiro para o recebimento de 500 mil cruzeiros e mais uma caixa de munição calibre 45 para a sua *colt* como pagamento integral pelo assassinato do detetive também parece carecer de fundamento.

Entre tantos boatos, se especulou que a ação de "Cara de Cavalo" teve relação com o protagonismo de Le Cocq no episódio no ocorrera a morte do bandido José Afonso de Jesus, o "Mino", em agosto de 1962, no Morro do Barro Vermelho. Nessa versão, a morte do detetive no confronto com "Cara de Cavalo" teria sido parte, na verdade, de um acerto de contas entre bandidos relacionados a "Mino", com o propósito de vingá-lo.

Amado Ribeiro, na edição da Ultima Hora do dia 31 daquele fatídico mês, contou que quando os policiais foram em diligência para as imediações da Vila São Jorge, antiga Favela do Esqueleto, estavam à procura de uma mulher que supostamente os indicaria o esconderijo de José Rodrigues da Cruz, o "Paraíba", ou "Paraibinha", bandido que atuava na zona sul e que havia assaltado recentemente na Vista Chinesa e na Mesa do Imperador, e sobre o qual pesava a acusação de um assassinato.³⁴⁵

hora pelos repórteres de polícia de alguns jornais matutinos e vespertinos que deram ampla cobertura ao caso nas semanas seguintes publicaram extensas reportagens enquanto quase toda a polícia da cidade caçava "Cara de Cavalo".

Adotamos para o nome Ultima Hora a grafia sem acento estabelecida pelo seu fundador, Samuel Wainer. Essa opção para nome do jornal tem sido ignorada por vários autores que trataram direta ou indiretamente da história do periódico. O repórter Pinheiro Júnior, que trabalhou na redação do UH nos anos 50 e 60 do século XX, foi ao que sabemos o primeiro a descrever para o grande público o processo de elaboração da marca e a sua grafia bem como o sentido (feminino) formulado por Wainer e realizado pelo desenhista e diagramador argentino-paraguaio Andrés Guevara. A descrição dessa deliberação está resumida no livro *A Ultima Hora como ela era...* Publicado por Pinheiro Júnior em 2011, pela Mauad Editora.

FIGURA 6 - Polícia promete dez bandidos por cada policial morto

CHACINA PARA VINGAR ASSASSINATO DE LE COCQ DEZ BANDIDOS POR UM POLICIAL MORTO



[Fonte: ULTIMA HORA, sábado, 29 de agosto de 1964, p. 10.]

Em todo caso, se algumas notícias levavam o leitor a ver em "Cara de Cavalo" um achacador de bicheiros, atuante nos locais de apontamento do jogo-do-bicho na cidade, outras, no entanto, insistiam na tese de que o bandido seria aliado dos bicheiros.³⁴⁶

Como se pode inferir a partir do exposto, se em uma versão "Cara de Cavalo" era um inimigo da contravenção, em outras, conforme faziam parecer algumas notícias, o inimigo era Le Cocq.

A questão da conexão entre a contravenção e o episódio que resultou na morte de Le Cocq foi apenas um dentre inúmeros boatos, nunca provados, envolvendo "Cara de Cavalo". Foi dito que ocorrera inclusive uma reunião dos chefes do Jogo do Bicho onde os contraventores demonstraram muita preocupação com a repercussão do caso. Temiam o endurecimento da atuação da Delegacia de Costumes e Diversões diante da notícia de um suposto conluio de bicheiros visando a morte do detetive.

Com efeito, a notoriedade do bandido fez com que jogadores de toda a cidade apostassem aos milhares no grupo do cavalo e a crônica dos jornais não deixou passar essa oportunidade. E não deu outra: cavalo: 9543.³⁴⁷ Assim, além de terem de arcar com desconfiança da polícia em relação a sua participação na eliminação de Le Cocq, os bicheiros da cidade tiveram que pagar o prêmio a milhares de apostadores que jogaram no "cavalo".

Nos dias seguintes à morte de Le Cocq muita coisa foi vista, dita e escrita sobre a figura de "Cara de Cavalo". Muitos factoides foram produzidos e publicados sem que, no entanto, se pudesse saber ao certo o que de fato era notícia pautada em investigação séria, responsável, ou apenas interessado sensacionalismo da imprensa. Os ânimos na polícia se exaltaram por toda a cidade. A polícia prendeu sem considerações maiores ao que dizia a lei. Poder-se-ia mesmo dizer que a ideia de cidadania não existe quando a lei é do cão. As redações queriam furos a todo custo e as manchetes que encheram a crônica policial dos jornais do Estado da Guanabara naqueles dias permitem uma vaga ideia da sanha persecutória que norteou as ações da polícia naqueles dias.

Milton Le Cocq d'Oliveira era casado com d. Alice. Havia sido da Polícia Especial, do Esquadrão de Motociclistas, daquela corporação. Saiu da PE em 1952 e ingressou, por concurso, na carreira de detetive no mesmo ano. Tinha 43 anos quando foi morto. Não teve

³⁴⁶ DIÁRIO CARIOCA, sábado, 5 de setembro de 1964, p. 2.

³⁴⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, domingo, 13 de setembro de 1964, p. 14.

filhos. Ainda que fosse um policial entre milhares de outros, o impacto de sua morte na polícia foi grande.

A imprensa noticiou que cerca de 1500 pessoas foram ao enterro. O detetive foi sepultado no Cemitério do Caju, em 28 de agosto. Acompanharam o enterro de Milton Le Cocq diversas autoridades da área da segurança pública e da política. Entre outros, o secretário de segurança do Estado da Guanabara, o coronel Gustavo Eugênio de Oliveira Borges, o ex-chefe de policiamento ostensivo do estado, coronel Ardovino Barbosa, e o superintendente da Polícia Judiciária, Paulo Sales Guerra.

O clima era de consternação e revolta. O advogado Milton Sales disse que "a Lei é violada quando se mata um cidadão, mas é destruída quando um policial é assassinado". E completou: "a Lei fora destruída com a morte de Le Cocq não havendo razão para que os bandidos não tenham o mesmo fim." Alguns jornais citaram uma carta, que havia sido afixada próximo ao caixão. Assinada por um "João Ninguém", o texto parecia sintetizar o espírito da polícia naquele momento:

Hoje você já não pode ler esta carta. Nós, policiais, compreendemos o seu silêncio que fala aquilo que muitos não querem escutar. Desta vez foi você, e, amanhã será outro, enquanto tivermos juízes que, em entrevistas a jornais, tvs, rádio e etc, dão pareceres "jurídicos" afirmando que o bandido que mata o policial age em legítima defesa. E o facínora "Cabeleira", que matou dois detetives, que baleou um guarda municipal e um soldado da Polícia Militar, foi absolvido pelo júri do Estado da Guanabara porque "agiu em legítima defesa"? Mas, Le Cocq, esteja certo de uma verdade: seus companheiros - seus velhos companheiros - que estão chorando, seguirão o exemplo dado pelo corajoso, valorosos e íntegro general Amauri Kruel, nosso amigo, como seu e como de todos nós. Dez por um, compreende Le Cocq? Esperamos que alguns jornais, agora, digam a verdade: trabalhamos com sol e chuva, dia e noite, no inverno e no verão, e perdemos, com o recente "aumento" de vencimentos, 65 por cento (risco de vida e adicionais). Trabalhamos no anonimato, enquanto a cidade dorme; trabalhamos sem cobertura de televisão, sem entrevistas e sem demagogia. Você, Le Cocq, trabalhava um mínimo de 14 horas por dia, defendendo o povo, a sociedade, a família, enquanto os bandidos profissionais, que fazem do crime uma profissão, certa e rendosa, conseguem absolvições, "porque mataram policiais em legítima defesa"!!! Seus companheiros, aqueles que foram e que ficaram, continuam unidos. As mães, viúvas e filhos dos policiais assassinados, unidos, estão chorando a partida de mais um que, anonimamente, trabalhava muito. No dia de Natal, dia de Ano Bom, carnaval, dias de agitação, enfrentando a morte no silêncio da noite, dentro da noite, enquanto a cidade dorme. Espere Le Cocq. Tudo depende do tempo que os tempos não fazem esquecer. Amanhã será outro dia. Você estava sendo processado por ter defendido a sociedade, na vida de um pai de família, da sanha de uma bandido que vivia matando e roubando. O bandido morreu e vocês, com outros companheiros foram para o banco dos réus, banco dos "bandidos policiais". Precisamos de algo mais que reformas agrárias e bancárias: reforma de alguns homens da justiça, já e já. Deus, Le Cocq. "João Ninguém"³⁴⁹

JORNAL DO BRASIL, sabado, 29 de agosto de 1904, p. 13.

349 LUTA DEMOCRÁTICA, *Polícia quer "Cara de Cavalo"*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1964, p.2

2.

³⁴⁸ JORNAL DO BRASIL, sábado, 29 de agosto de 1964, p. 13.

Do enterro a polícia partiu para a caçada!

4. 3 – "Cara de Cavalo" e o mito do "inimigo público nº 1"

A idade de "Cara de Cavalo", na época da morte de Le Cocq, é questão controversa. Alguns jornais apontam que Manuel nascera em 1941.³⁵⁰ O jornalista Pedro Hudson em seu livro *Cara de Cavalo* publicado em novembro de 1964 sugere que ele tinha 25 anos. Zuenir Ventura no seu *Cidade Partida* afirma que ele teria 22. Em entrevista, publicada em *O Globo* em setembro de 1964, o ex-bandido "Rei dos Bodes", supostamente jurado de morte por "Cara de Cavalo" por uma desinteligência ocorrida em 1958 é apresentado como tendo 31 anos. Considerando um depoimento de d. Nilcina Moreira, mãe dele, sugerindo ser José Enes "tão jovem quanto ele" tender-se-ia considerar 23 a 25 como a idade mais provável de "Cara de Cavalo" naquele ano.³⁵¹

Pedro Hudson conta que o apelido "Cara de Cavalo" foi dado a Manuel Moreira pela polícia. Outra história diz que na primeira metade dos anos 50 ele teria frequentado o Morro de Santo Antônio e que como costumava brincar nas dependências do quartel da Polícia Especial, onde inclusive conhecera Le Cocq, teria sido ali que ganhara o apelido. Convém aqui uma observação. A reportagem é de setembro de 1964, portando posterior a súbita notoriedade do marginal nas manchetes dos jornais e por isso talvez não passe de uma invenção do cronista para adicionar ainda mais tragédia onde já havia em demasia.

"Cara de Cavalo" atuava preferencialmente na região da Central do Brasil. Evitava a jurisdições perigosas como a da Invernada. Eventualmente ia para os bairros de Quintino e Piedade, onde era bastante conhecido, esperar as coisas acalmarem quando algo dava errado.

³⁵¹ Em 3 de setembro de 1964 o jornal Ultima Hora divulgou na sua edição de quinta-feira, cintado um boletim da Polinter, uma ficha de Manuel Moreira e que estaria sendo enviada para todos os estados. Os dados relacionados na ficha atribuem a Cara de Cavalo a idade de 22 anos, 1,72 de altura, cor morena, registro geral na Penitenciária 156.567. A mesma ficha, porém, descreve seus pais como sendo Luiz de Andrade e Vatice de Andrade. A idade atribuída a *Cara de Cavalo* por Zuenir Ventura em seu livro parece calcada em tal informação.

_

³⁵⁰ ULTIMA HORA, terça-feira, 1 de setembro de 1964, p. 7.

Pedro Hudson conta que o apelido Cara de Cavalo foi dado a Manuel na seguinte circunstância por um jornalista numa delegacia. Manuel teria sido levado para averiguação. O lance tinha sido uma tentativa de assalto a um taxista. Manuel ainda não andava armado mas o cúmplice estava e foram ambos para o Distrito serem submetidos a interrogatório. Na ocasião, já no Distrito, um repórter teria olhado para Manuel e perguntado para ele: "Você aí, seu *Cara de Cavalo...* o que há?" Manuel não respondeu. Prestados os esclarecimentos foi enquadrado apenas por vadiagem. No dia seguinte, na hora da soltura ouviu um policial dizer a outro: "- Pode tirar o *Cara de Cavalo*". HUDSON, Pedro. *Cara de Cavalo*. Rio de Janeiro: Edições do Val HB Editor, 1964, p. 37.

³⁵³ ULTIMA HORA, sábado, 12 de setembro de 1964, p. 6.

Algumas vezes foi para a averiguação na *Delegacia de Vigilância*, na Avenida Marechal Floriano.³⁵⁴

Na época da morte de Le Cocq, o agente mais conhecido da polícia da Guanabara era o detetive Perpétuo Freitas da Silva, o "Cabra", ou "Índio". Perpétuo tinha fama de caçador de bandidos e conhecia como poucos as ruas e vielas da Favela do Esqueleto e da Mangueira. Contam que tinha uma extensa rede de "cachorrinhos". Havia trabalhado com Le Cocq em algumas ocasiões, como na prisão de "Mineirinho". Tinham métodos diferentes e turmas diferentes mas, ao que pudemos averiguar se respeitavam. Alguns depoimentos contam que seu vedetismo não era bem visto pelo pessoal da Invernada de Olaria. Na Favela do Esqueleto fez nome. Foi o organizador e supervisor do primeiro Posto Policial instalado naquela comunidade.

Mas Perpétuo não era o único problema que "Cara de Cavalo" devia evitar, se não quisesse ser preso pela policia da Guanabara. Havia a "Turma da Pesada" da Delegacia de Vigilância, liderada por Milton Le Cocq, formada por "Sivuca", "Guaíba", Euclides Nascimento, Ivo Americano, "Cartola" e "Jacaré" entre outros. A Invernada de Olaria, também impunha medo. Chefiada desde sua criação por agentes como o detetive Fernando Milton dos Santos, o "Manga", João Martinho Neto, Rosauro Fraga da Silva, Humberto de Matos e Lincoln Monteiro, a Invernada era o terror da bandidagem na época.

Agora com Le Cocq morto a polícia da Guanabara queria a qualquer custo pegar "Cara de Cavalo". Notícias contam que Perpétuo disse que prenderia o bandido e que o levaria preso para ser julgado pela justiça. Certamente que para a polícia da época ainda estava viva a lembrança da morte de Eugênio Parada. Em meio a caçada que a polícia havia iniciado para vingar o policial morto, "Cabeleira", responsabilizado pela autoria, se entregou.

Segundo é possível averiguar, somente algumas vezes "Cara de Cavalo" se envolveu mais seriamente com a polícia. Por culpa de Zulmira. Ciúmes. Pedro Hudson conta que numa discussão com Manuel, por causa de suas outras mulheres, Zulmira fez um escândalo na área do malandro e o xingou com todos os nomes e até uns que inventara, "abriu o dicionário". A confusão foi tamanha que ambos, ele e Zulmira, foram conduzidos até o Distrito. Como Manuel ainda não tinha "nome" a rotina era a de sempre. Ele colocado numa sala com outros e Zulmira para outra sala. Passaram a noite no distrito e, pela manhã, quando foi liberado, Zulmira não estava mais lá. Manuel conhecia o procedimento. Logo que chegava era posto em uma sala com outros detidos e aguardava. Talvez fosse interrogado, talvez se esquecessem dele. Quando saia um detido para a sala de interrogatório logo se escutava alguma coisa. Geralmente quando o detido era conhecido ou alvo de alguma suspeita era "habilmente interrogado", na expressão consagrada pela crônica policial do período. Às vezes se ouvia o som de alguma ambulância chegando ao Distrito Policial. Manuel já havia estado em algumas delegacias. Os interrogatórios costumavam ser duros. Na base da borracha, da bofetada, do "banjo", que era uma espécie de palmatória. Manuel aguentava o tranco. Questionar a autoridade seria pior. Sujara algumas vezes os dedos na tinta preta para identificação. Durante muito tempo Manuel não havia ido muito além da vadiagem.

No caso de "Cara de Cavalo", a intenção atribuída a Perpétuo, verdadeira ou não, pode ter parecido para alguns policias como um tipo de provocação, de vedetismo. Quando Perpétuo, se dirigiu para a Favela do Esqueleto para se encontrar com um dos seus "cachorrinhos" alguns policias talvez imaginassem que ele poderia ter alguma informação sobre o paradeiro de "Cara de Cavalo" ou, pior, que faria algum acerto com o bandido para entrega-lo incólume à justiça.

Assim, no dia 1 de setembro de 1964, na Favela do Esqueleto, após uma discussão numa birosca, o detetive Perpétuo Freitas, foi assassinado pelo jovem policial Jorge Galante Gomes, lotado na Invernada de Olaria.

Em menos de uma semana a policia carioca perdera seus dois mais famosos policias em atividade. Para alguns, de certa forma, as mortes estavam relacionadas. Para outros não havia relação entre os casos. Dir-se-ia que a morte de Le Cocq de certa forma provocara indiretamente a morte de Perpétuo.

Os jornais deram ampla cobertura ao caso, rivalizando nos primeiros dias com a cobertura dada a caçada ao "Cara de Cavalo".

Não há consenso sobre o estopim da discussão que redundou na morte de Perpétuo. Consta que estando numa birosca no interior da favela conversando foi interpelado de maneira que considerou grosseira por Jorge Galante, que não conhecia, e que dera um tapa no recémchegado que em se seguida deu-lhe um tiro no peito. Em todos os relatos, no entanto, Perpétuo fora imobilizado pelo companheiro de Galante, o também detetive Moisés Pereira de Castro e somente depois teria sido alvejado pelo tiro.

Sivuca, no seu livro *Bandido Bom é Bandido morto*, insinua que Perpétuo teria bebido demais e naquele dia extrapolou de suas prerrogativas ao agredir Galante.³⁵⁵ Assim, para "Sivuca", a situação fugiu do controle e Galante, para defender-se, atirou e matou o detetive.³⁵⁶

A notícia do incidente entre os policiais rapidamente se espalhou pela cidade. No Hospital Souza Aguiar, depois de confirmada a morte de Perpétuo, o secretário de segurança da Guanabara, Gustavo Borges, determinou a suspensão imediata de todas as diligências a procura de "Cara de Cavalo", o que de fato não ocorreu.

2

³⁵⁵ FERREIRA, José Guilherme Godinho. Bandido bom é bandido morto... p. 97-98.

³⁵⁶ Castro e Galante foram processados pela morte de Perpétuo. Foram condenados no primeiro julgamento, recorreram, e alguns anos depois foram absolvidos.

Perpétuo Freitas da Silva foi sepultado no dia 2 de setembro de 1964, no Cemitério de Inhaúma. Tinha 45 anos. Era casado com d. Hilda Ribeiro da Silva. Deixou três filhos: Teresa, Fábio e Aramis. Antes de entrar para a polícia serviu ao exército. Entrou para a polícia em 1939, como Guarda Civil.

Além de policial Perpétuo atuara também como jornalista. Escreveu a coluna *Radar Policial* para a extinta Gazeta de Notícias e na época de sua morte era colaborador do programa *A cidade contra o crime*, na Rádio *Globo*.

Perpétuo também já havia tentado entrar para a política, se candidatando a vereador em outubro de 1954, ocasião na qual se envolvera em franco embate com o Chefe de Polícia do Distrito Federal, coronel Menezes Cortes e fora demitido. A justiça o trouxe novamente para a polícia e desde então esteve envolvido na solução de vários casos polêmicos, como o do Assalto ao Trem Pagador, do qual se sobressaiu a figura de Sebastião de Sousa, o "Tião Medonho".

O enterro de Perpétuo mobilizou além de várias autoridades, a exemplo do de Le Cocq dias antes, um cortejo de cerca de cinco mil pessoas que se deslocaram até o cemitério para se despedir daquele que o repórter Amado Ribeiro chamou, em uma reportagem, de "O Anjo da Favela".

A morte de Perpétuo de certa forma evidenciou uma divergência entre orientações e condutas no interior da polícia do Estado da Guanabara.

Durante o velório de Perpétuo, o veterano policial Eurípedes Malta de Sá, disse:

A polícia está fraquejando e dando campo de ação para os bandidos. Não há planejamento nas 'blitzes'. Existe uma guerra surda entre policiais novos, contra a cancha, a eficiência da velha guarda. Assim vai morrer muita gente. ³⁵⁷

Os ânimos se acirravam. *O Jornal do Brasil*, em um editorial intitulado de "Histeria Policial", diagnosticava toda aquela situação:

Diante da população estarrecida a Polícia da Guanabara, que devia guardar a vida dos cariocas, começou a matar a si própria. Numa espécie de trágica roleta paulista dispara contra si mesma as armas que porta para defender a sociedade. Os facínoras perseguidos escapam, enquanto os perseguidores se assassinam. 358

³⁵⁸ JORNAL DO BRASIL, quinta-feira, de 3 de setembro de 1964.

³⁵⁷ ULTIMA HORA, quinta-feira, 3 de setembro de 1964, p.10.

Já nos primeiros dias da caçada a "Cara de Cavalo" vários suspeitos e bandidos de pouca expressão foram encontrados mortos pela cidade com várias perfurações por tiros. Entre os foragidos mais conhecidos da cidade, a primeira vítima da sanha de vingança da polícia da Guanabara foi José Rodrigues da Cruz, o "Paraíba" ou "Paraibinha", algoz na Vista chinesa e na Mesa do Imperador e terror dos turistas na Zona Sul.

No dia 31 de agosto "Paraíba" foi assassinado com oito tiros na rua Maria Eugênia, no Humaitá.³⁵⁹ Sabemos pelos jornais que o sétimo cadáver teria sido de Francisco Januário de Carvalho, o "Chico Diabo". Francisco havia sido preso na noite de 29 de agosto por uma turma da delegacia de Roubos e Furtos. Daquela especializada foi transferido para a Delegacia de Vigilância e Capturas. Nada foi constatado contra ele mas horas depois apareceu metralhado na Avenida Radial Oeste, próximo a uma das entrada para a Favela do Esqueleto.³⁶⁰

Ao longo de setembro daquele ano dezenas de marginais foram justiçados e seus corpos encontrados pelas ruas, vielas e arrabaldes da Guanabara e do Estado do Rio no rastro sanguinário da caçada a "Cara de Cavalo". Naqueles dias de fúria, clamores por serenidade não foram ouvidos.

Por todo aquele mês "Cara de Cavalo" foi o "inimigo público nº 1" da Guanabara.

A imprensa procurou a todo custo manter a caçada ao marginal na pauta. Um jornal noticiou que advogado Celso Nascimento havia solicitado à 20ª Vara Criminal a relação de processos envolvendo Manuel Moreira. À imprensa, o juiz João Claudino disse que naquela Vara Criminal havia seis processos contra Manuel Moreira. Um assombro. Posteriormente a informação foi retificada. Tratar-se-ia, na verdade, de seis processos de fato mas contra homônimos. Nenhum deles era de fato contra Manuel Moreira, o "Cara de Cavalo". 361

O juiz José Monjardim Filho, da 3ª Vara Criminal, com quem Celso Nascimento teria entrado em entendimento para viabilizar uma suposta apresentação de "Cara de Cavalo", comunicara ao advogado que o 20º Distrito reconhecia como crimes imputados a Manuel Moreira, além do assassinato de Milton Le Cocq de Oliveira, somente o praticado contra Demócrito Bezerra de Sousa, o "Foca", na Favela do Esqueleto, em 26 de junho de 1964.³⁶²

³⁶⁰ ULTIMA HORA, sexta-feira, 18 de setembro de 1964, p. 7.

³⁵⁹ ULTIMA HORA, terça-feira, 1 de setembro de 1964, p. 7.

³⁶¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, quarta-feira, 9 de setembro de 1964, p. 9.

³⁶² DIÁRIO DE NOTÍCIAS, sexta-feira, 11 de setembro de 1964, p. 9.

O governador Carlos Lacerda, em determinado momento resolveu entrar na caçada, vindo a protagonizar uma cena inusitada, ao se fazer presente numa das diligências a procura do marginal. O deputado Telêmaco Gonçalves Maia, do Partido Republicano, chegou a insinuar que a assunção do comando de uma diligência policial pelo próprio governador do estado implicava na necessária exoneração do Secretário de Segurança Pública da Guanabara, o coronel Eugênio Gustavo de Oliveira Borges. Outro deputado, Frederico Trotta, do Partido Trabalhista Brasileiro, fez um apelo ao governador para que ordenasse o fim da caçada ao bandido. Mas naquela altura dos acontecimentos, em que o próprio governador endossava aquela caçada, pouco se ouviu dos muitos apelos por sobriedade.

Os cadáveres continuaram sendo encontrados em várias localidades da cidade.

4. 4 - A polícia desorientada e o rito da vingança

Em meio a tantas notícias desencontradas a boataria sobre o paradeiro de "Cara de Cavalo" se multiplicava enquanto duraram as diligências empreendidas pela polícia. Turmas de policias partiam de várias delegacias para todos os cantos da Guanabara e do Estado do Rio.

A certa altura dos acontecimentos o bandido era visto ora caminhando pela Vila São Jorge, sua Favela do Esqueleto, ora na rua Mariz e Barros, altura da Praça da Bandeira, rezando na Igreja de Santa Teresinha. Alguns informantes, conhecidos como "cachorrinhos" da polícia, disseram tê-lo visto em Niterói e para lá se dirigiram novas diligências. Nova informação chegava em alguma delegacia e logo seguiam turmas de policiais em diligência para a Favela Nova Brasília e para outras localidades.

Também diziam ter visto "Cara de Cavalo" caminhando pela Praça Alberto Torres em Vigário Geral. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, o bandido José Antônio da Silva, o "Bob Nélson", ao ser preso, após intensa troca de tiros com investigadores da Delegacia de Furtos e Roubos daquela capital, declarou ao delegado Raul Machado que havia pertencido ao bando de "Cara de Cavalo" e que o bandido estaria em solo mineiro pronto para se entregar às autoridades do estado pois não confiava na polícia da Guanabara.³⁶⁵

-

³⁶³ A atitude de Carlos Lacerda não foi propriamente uma novidade. O governador já havia manifestado atitude semelhante durante o caso do navio Alentes, quando o apreendera.

O responsável direto pela polícia civil da do Estado da Guanabara após a mais recente reorganização das polícias era o Superintendente da Polícia Judiciária, Paulo Sales Guerra.

JORNAL DO BRASIL, sexta-feira, 18 de setembro de 1964, 1º caderno.

Nada foi confirmado sobre a informação de "Bob Nélson".

Naqueles dias de fúria, muitos "Caras de Cavalo" foram vistos pelas ruas, na Guanabara e no Estado do Rio. 366

Participaram da caçada a "Cara de Cavalo" policiais de várias delegacias especializadas da Guanabara, do Estado do Rio e até mesmo agentes de outros estados, que vieram para a cidade em solidariedade a Le Cocq. As diligências tiveram início no dia seguinte à divulgação da notícia no final de agosto e prosseguiram durante todo o mês de setembro sem que nenhuma turma da Delegacia de Vigilância e Capturas, da Invernada de Olaria e demais Subseções de Vigilância tivessem alguma informação segura sobre o paradeiro do bandido. Somente no início de outubro é que "a maré mudou".

A "Turma da Pesada" obtivera a informação de que "Cara de Cavalo" estivera em Duque de Caxias e que depois fora para São João de Meriti. Os policiais foram para Três Rios, no Estado do Rio e a partir daquela cidade, sob a orientação do delegado Sérgio Rodrigues³⁶⁷, rumaram para Minas Gerais. Segundo uma informação divulgada após a morte do marginal a sua localização foi fruto de uma investigação que começou em Juiz de Fora, Minas Gerais, com Antônio de Souza Pinto, o "Carioca", suposto marido de uma prima de Manuel Moreira, que teria fornecido aos policiais o endereço do esconderijo do marginal.

Até então "Cara de Cavalo" teria ficado escondido num armazém em São João de Meriti mas já havia saído do local. Ao que parece "Cara de Cavalo" mudara diversas vezes de esconderijo nas semanas que antecederam a sua ida para Cabo Frio. A rapidez dos deslocamentos do marginal de um esconderijo para outro serviu de desculpas para que os policiais em diligência não comunicassem com antecedência os delegados das jurisdições pelas quais passavam as diligências.

.

³⁶⁶ Em Ultima Hora de terça-feira, 6 de outubro, lê-se na página 9 que detetives da 3ª Subseção de Vigilância prenderam no morro Santa Marta o marginal Johane Campos Santana, de 22 anos, que desde que morrera Le Cocq, sem se dar conta do perigo que corria, estava se identificando como "Cara de Cavalo" para aterrorizar e roubar comerciantes nos morros do Sossego, Macedo Sobrinho e Praia do Pinto. Em Niterói o homem se aproximava e dizia rispidamente: "- Sou "Cara de Cavalo" e não conto até dois para matar. Vamos, passe a grana". Após serem mobilizadas turmas de três delegacias a policia finalmente prendeu o marginal no Morro da Engenhoca. Era Antônio Dias de Alencar, de 21 anos, também "Cara de Cavalo" que em interrogatório confessou ter sido o autor de diversos assaltos³⁶⁶. Policiais da 3ª Subseção de Vigilância prenderam em Botafogo Joane Campos de Santana, de 22 anos, marginal conhecido como "Ator", que a cerca de um mês passara a utilizar o apelido de "Cara de Cavalo" para extorquir dinheiro dos birosqueiros do morro Santa Marta. O marginal, no entanto, não havia tomado conhecimento da morte de "Cara de Cavalo" em Cabo Frio e voltou a agir na comunidade como vinha fazendo. Denunciado e preso, Joane não se conformava com a "mancada" que dera.

Apesar de inúmeras divergências quanto a nomes, parentescos, trajeto e datas entre os relatos sobre como se chegou ao esconderijo de "Cara de Cavalo", a figura e a importância do delegado Sérgio Rodrigues estão presentes em todas os que foram cotejadas.

Em Duque de Caxias um marginal de nome Joel, que havia sido preso, teria indicado Cabo Frio como o provável destino de "Cara de Cavalo". Segundo alguns depoimentos, sabendo que o marginal estaria naquela cidade por sugestão de Vanilda Alves. Vilma conseguira como favor da amiga Vanilda, que "Cara de Cavalo" ficasse alguns dias na casa dos pais desta.

Ele e Vilma ficariam na casa dos pais de Vanilda, Pedro Januário, de 64 anos e Clotilde Alves da Costa, de 62, em Cabo Frio. Nilton Alves, irmão de Vanilda, foi localizado no Jacarezinho e revelou o endereço.

No que pode ter sido o detalhe que possibilitou aos agentes do Departamento Estadual de Segurança Pública localizar o marginal, se aventou com a possibilidade de Vanilda e "Cara de Cavalo" terem combinado o seu plano de fuga para o sítio em Saco de Fora na frente do irmão daquela, um tal de Nilton Luís Alves. Conforme essa linha de investigação, Nilton Luís Alves, "amaciado" pela turma em diligência entregou o serviço. Era uma pista. Os detalhes que orientaram a decisão daquela diligência para Cabo Frio naquela madrugada na verdade dificilmente serão conhecidos em sua totalidade.

Em 3 de outubro de 1964, sábado, por volta de 4 horas da manhã, consta que diversos carros chegaram ao pequeno sítio em Cabo Frio. A crônica policial diz que participavam da caravana o delegado Sérgio Rodrigues, de Três Rios, os comissários Luís Cláudio, Manoel Ribeiro da polícia fluminense, os policiais cariocas José Guilherme Godinho Ferreira, o "Sivuca", Teixeira, Ivo Americano Alves de Brito, Dumas, Joel Crespo, Hélio Vigio, "Jacaré", "Cartola", Fortunato de Sousa, o "Chocolate", Alexandre Dumas, "Guaíba", Mariano, o "Paulista", Euclides Nascimento, o "Garotão", Armando, "Maneco", Jaime de Lima, Valdemar Garcia, Adailton Chaves.

Sivuca diz em *Barra Pesada* que os repórteres Amado Ribeiro e Anver Bilate, da *Ultima Hora*, chegaram com eles aquela localidade. Ao amanhecer chegaram José Lahud, Vitor Combo, Djalma Vieira, enviados pelo jornal *A Luta Democrática*.

A polícia anunciou o cerco. Repórteres disseram que após anunciado o cerco os velhos e a companheira de "Cara de Cavalo" saíram da casa, permanecendo no interior da mesma

apenas o marginal.³⁶⁸ Alguém teria gritado um desafio. Seguiu-se um intenso tiroteio e depois só havia silêncio e o cadáver de "Cara de Cavalo" estirado no chão.

Mais tiros foram ouvidos. Ao que consta, os velhos não se feriram, embora estivessem muito assustados com tudo aquilo. A necropsia constatou 61 perfurações no cadáver do marginal, mas os números divergem de acordo com a fonte.³⁶⁹

A caçada a "Cara de Cavalo" durou 37 dias. Embora a comoção e os brados de vingança no cemitério tenham sido contundentes, a verdade é que a caçada começou na noite em que Le Cocq morreu. Na ausência de boa investigação e sob a pressão desenfreada da concorrência cada jornal diariamente pretendeu publicar um "furo".

Do que se publicou talvez quase nada fora a expressão da verdade. "Cara de Cavalo" talvez apenas se escondesse, talvez apenas fugisse, talvez apenas estivesse assustado com tudo aquilo que deliberadamente ou não desencadeara. Não se sabe o que "Cara de Cavalo" pensou sobre aquilo tudo, pois diferente de "Carne Seca", de "Mineirinho", de "Cabeleira", ele não deu entrevista no auge da súbita fama alcançada no mundo do crime.

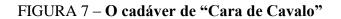
Em face da brutalidade envolvendo a morte do marginal e da repercussão negativa do caso, foi instaurado um inquérito para serem apuradas as responsabilidades. Logo no início de sua instauração era explícita a pouca vontade de se indicar culpados.

O Secretário de Segurança Pública fluminense, o major Paulo Biar, manteve na função o delegado Sérgio Rodrigues, um dos investigados, até o final do inquérito policial-administrativo sobre o assassinato de "Cara de Cavalo".

O jornalista Pedro Hudson diz que *Paulista* matou *Cara de Cavalo* com um tiro na testa. José Guilherme Godinho Ferreira, o *Sivuca*, no livro *Barra Pesada*, de Octávio Ribeiro, e no seu *Bandido bom é bandido morto*, diz que o marginal foi alvejado por uma rajada de metralhadora. Contra a afirmação de Pedro Hudson se poderia contrapor a notícia da perícia feita pelo Instituto Pereira Faustino, de Niterói, divulgada na edição de 7 de outubro de 1964 do jornal *Ultima Hora* na qual se lê: "nenhum tiro no coração; nenhum na testa (...)". O mesmo relatório pericial, no entanto informava terem sido identificados no corpo 56 tiros quando a maioria dos relatos posteriores afirmaram terem sido 61 no total.

.

³⁶⁸ Os repórteres de *A Luta Democrática* dizem terem visto ferimentos à bala no rosto de Cara de Cavalo, sem que algum o tenha deformado. Curiosamente, entre outas informações fornecidas, os repórteres dizem que havia num dos bolsos da vítima um exemplar de *A Luta Democrática* do último dia 2.





[Fonte: O CRUZEIRO, *Encontro fatal em Cabo Frio*, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1964, p.18-C]

O inquérito foi presidido inicialmente pelos delegados Jorge Bretz, de Cabo Frio, e Alberto Sodré, então diretor da Polícia Civil do Estado do Rio. Em declaração a imprensa, o representante da Polícia Civil carioca, deputado Fioravante Fraga, disse que:

> A morte desse elemento foi um bem para a sociedade e um exemplo para os demais bandidos. Lamentaria sim se outro policial ou chefe de família houvesse com ele morrido. Estou absolutamente solidário com as pessoas que o eliminaram. A elas os meus parabéns. 370

No mesmo diapasão declarou o ex-delegado, então deputado, Amil Ney Reichaid:

Estou aqui para prestar a minha homenagem a esses bravos policiais a quem defenderei de qualquer maneira. Lamento ser deputado e não ter podido participar dessa diligência com os companheiros de Le Cocq. Não posso compreender que alguém, de bom senso, venha solicitar qualquer medida punitiva para esses agentes da Lei, extraordinários policiais e amigos magníficos que tem dedicado suas vidas inteiramente na defesa da Sociedade, não só da Guanabara como também do Estado do Rio. (...) É preciso acabar com esse sentimentalismo piegas. 371

Em 9 novembro de 1964, Urbano Carriello, delegado da Delegacia de Homicídios do Estado do Rio, encaminhou para a justiça da cidade de Cabo Frio o processo sobre a morte de Manuel Moreira. Todos os policiais acusados de envolvimento com a morte de "Cara de Cavalo" foram inocentados. No volumoso inquérito o delegado esclarecera que "não ficando caracterizado o individualismo, não existem prova de que esse ou aquele policial eliminou o bandido".372

Em dezembro de 1964 ocorreu um remanejamento na polícia do Estado da Guanabara e vários dos agentes que participaram da caçada a "Cara de Cavalo" foram transferidos para outros distritos. Um jornal citando a fala de alguns policiais chegou a anunciar: "Mataram o Esquadrão da Morte".373

O mito surgido com a morte de Le Cocq foi institucionalizado pela Scuderie Detetive Le Cocq. Todas as arbitrariedades ocorridas ao longo dos dias que durou a caçada e o brutal assassinato do marginal Cara de Cavalo expressaram de maneira alarmante a crescente violência policial do período, consolidando a narrativa do "Esquadrão da Morte" e associando em definitivo o nome de Le Cocq àquele sinistro grupo.

³⁷² TRIBUNA DA IMPRENSA, terça-feira, 10 de novembro de 1964, p. 4.

³⁷³ ULTIMA HORA, Detetives transferido acusam: Mataram o Esquadrão da Morte, Rio de Janeiro, quartafeira, 9 de dezembro de 1964, p.8.

³⁷⁰ ULTIMA HORA, Polícia inteira disputa a "glória" da execução de Cara-de-Cavalo, Rio de Janeiro, terçafeira, 6 de outubro de 1964, p.9.

³⁷¹ ULTIMA HORA, Polícia inteira disputa a "glória" da execução de Cara-de-Cavalo, Rio de Janeiro, terçafeira, 6 de outubro de 1964, p.9.

Considerando que a morte de Milton Le Cocq e seus desdobramentos incidem sobre o que aqui denominamos de "consolidação" das narrativas sobre o fenômeno "Esquadrão da Morte", convém aqui suscitar uma questão e deixa-la em aberto para futuras investigações sobre o objeto alvo dessa pesquisa.

Uma questão...

Embora há muito se tenha se consolidado o entendimento sobre a culpabilidade de "Cara de Cavalo" na morte de Le Cocq, duas declarações de "Sivuca" permitem alguma especulação sobre o que de fato ocorreu naquela noite de 27 de agosto de 1964.

Em depoimento ao jornalista Octávio Ribeiro, no livro *Barra Pesada*, publicado em 1977, "Sivuca" confirmou que Hélio Vigio e Anibal Beckman, o "Cartola", estavam no banco de traseiro do fusca que perseguia o táxi com "Cara de Cavalo" e, em meio ao tiroteio, mesmo não tendo condições de saírem do carro atiraram contra o bandido. Nesse relato, Sivuca, conta que um dos tiros dado pelos detetives "deve ter acertado nas costas" de Le Cocq³⁷⁴.

No seu livro *Bandido bom é bandido morto*, publicado em 2005, o ex-delegado e um dos fundadores da *Scuderie*, reitera o que havia dito à Octávio Ribeiro década antes, dizendo que também "um projétil calibre 9 mm havia alcançado" as costas de Le Cocq naquele fatídico dia.³⁷⁵ O outro projétil encontrado pela necropsia foi de uma 45. Descobrimos que a imprensa da época citou apenas brevemente a ida de alguns agentes ao hospital ao qual fora encaminhado o detetive para se certificarem da autoria do assassinato de Le Cocq.

Entretanto, mesmo que "Sivuca" em ambas declarações, tenha salientado que, ao receber o suposto tiro nas costas, Le Cocq "já estava morto", não há como ignorar que naquela noite de 27 de agosto de 1964, havia, (as questões suscitadas por Sivuca reforçam esse entendimento) ainda que momentaneamente, dúvidas em relação ao protagonismo de "Cara de Cavalo" como o autor do tiro que matou o detetive da Delegacia de Vigilância. ³⁷⁶

A importância dessa observação se relaciona com as bases do próprio "mito" construído em torno de Le Cocq e daqueles fatos, ou dito de outra maneira, daquilo que foi contado nas mais variadas narrativas sobre o que aconteceu.

Deve ser considerada aqui a hipótese da conveniência naquele momento de se vir a atribuir o peso da morte de Le Cocq ao pouco conhecido marginal e não a um erro, sem a

-

³⁷⁴ RIBEIRO, Octávio. Barra Pesada...p.214

FERREIRA, José Guilherme Godinho. *Bandido bom é bandido morto*: crônicas policiais. Rio de Janeiro: Gráficos Villeth Ed, 2005, p.94

³⁷⁶ Idem.

menor intenção, de um colega. Nesse sentido, Le Cocq precisava ter sido assassinado por "Cara de Cavalo" e o marginal precisava ser caçado e morto, para que fosse completado o ciclo completo da vingança. Outra história, naquelas circunstâncias, não seria de modo algum aceitável.

O jornalista José Carlos Oliveira, em uma crônica publicada no Jornal do Brasil, talvez tenha sido quem melhor definiu o absurdo de tudo que ocorrera.³⁷⁷ Muita gente matou ao longo daquele mês e uma semana, período que durou a vingativa caçada empreendida pelos amigos de Le Cocq ao "inimigo público nº 1" da Guanabara, naquele momento, mas no fim, de fato, a verdade é que somente "Cara de Cavalo" foi punido.

A partir de sua morte Le Cocq virou uma lenda da polícia carioca. A memória que a *Scuderie* procuraria perpetuar sobre ele seria a de um líder para os polícias da cidade e, mais do que isso, o símbolo de uma época, onde a criminalidade era reprimida com a morte.

4. 5 – A Scuderie Detetive Le Cocq e os "Homens de Ouro"

Após a morte de Le Cocq, no ano seguinte foi fundada, em 27 de agosto de 1965, a *Scuderie Detetive Le Cocq*. O objetivo inicial, segundo Sivuca, diferentemente de outras versões, foi o de ajudar a d. Alice Leila Abuyaghi Le Cocq d'Oliveira, esposa de Le Cocq, que tal como as esposas daqueles policiais vitimados no tempo de Amaury Kruel tinha de lidar com o descaso do estado para com as famílias de policiais vitimados em serviço. Ao que parece, a situação permanecia muito semelhante. Pouco mudara.

A *Scuderie* havia sido fundada por Euclides Nascimento, o "Garotão", Hélio Ghauyba Nunes, o "Guaíba", João dos Santos Cardoso, o "João da Feira", Luiz Mariano, Euvaldo, Afonso Solano, Ivo "Americano", Adailton Chaves, Luiz Marques, Antônio Lopes, Manoel Bitencour, Joel Crespo e José Guiherme Godinho Ferreira, o "Sivuca". A primeira sede foi no Andaraí, indo em 1971 para rua Paula Ramos 101, no Rio Comprido. A *Scuderie* rapidamente aumentou o seu quadro de associados, com advogados, jornalistas, empresários e policiais.

Euclides Nascimento foi seu primeiro presidente e a presidência de honra coube ao jornalista David Nasser, muito chegado ao grupo e à Le Cocq. Segundo conta Sivuca, em *Bandido bom é bandido morto*, considerando que d. Alice recebia "jamais poderia concluir a obra de sua casa e esta foi a razão principal para que nos levou a fundar a '*Scuderie Detetive*

..

³⁷⁷ JORNAL DO BRASIL, quarta-feira, 7 de outubro de 1964, p. 3.

Le Cocq."³⁷⁸ A essa alegada motivação para a criação da entidade a imprensa associou outra e em poucos meses a *Scuderie* era vista como uma espécie de institucionalização do "Esquadrão da Morte."

Que os jornais fizessem tal associação era praticamente inevitável. Muitos dos membros da *Scuderie* eram, como Le Cocq, oriundos da extinta Polícia Especial, e haviam feito parte do Esquadrão de Motociclistas. As iniciais eram demasiadamente evocativas do fenômeno "Esquadrão da Morte" para que a crônica policial não se incumbisse de sedimentar em suas páginas a relação.

Inicialmente a fundação da *Scuderie* teve pouca atenção da imprensa, mas a partir de 1968, com o aparecimento de alguns cartazes (com frases ameaçadoras acompanhadas do desenho de uma caveira com duas tíbias cruzadas) sobre os cadáveres de vítimas do "Esquadrão da Morte", a associação passou a ser mais diretamente associada como tendo vínculo com tais crimes, apesar dos protestos de seu presidente, Euclides Nascimento. A "filosofia" vocalizada em altos brados na mídia por alguns associados ("Bandido bom é bandido morto") também colaborou para aquele clima de suspeição.

A referida vinculação, feita principalmente pela imprensa, entre a *Scuderie* e o "Esquadrão da Morte", no entanto, não impediu que em novembro de 1969 alguns de seus membros fossem recrutados pelo secretario de segurança da época, general Luís de França Oliveira para integrar o *Grupo Especial de Combate à Delinquência em Geral*, cujos membros rapidamente ficaram conhecidos como "Homens de Ouro" da polícia carioca.³⁷⁹

O grupo em sua formação definitiva se compunha de 12 policiais, "escolhidos entre os melhores" agentes da força policial do estado. Foram recrutados por causa de uma onda de assaltos a taxistas pela cidade, praticados pela "Gang da Bandeira 2". 380 Como a polícia não estava conseguindo identificar e prender seus integrantes, o Secretário de Segurança resolveu "inovar" e convocou a equipe.

A portaria criando o grupo foi publicada em 14 de novembro de 1969.³⁸¹ Os 12 "Homens de Ouro" foram Euclides Nascimento, Hélio G. Nunes, Humberto de Matos, Anibal

³⁷⁸ FERREIRA, José Guilherme Godinho. *Bandido bom é bandido morto: crônicas policiais*. Rio de Janeiro: Gráficos Villeth Ed. 2005, p.94

³⁷⁹ Vale lembrar que havia passado nos cinemas brasileiros algum tempo antes o filme *7 Homens de Ouro*, de Marco Vicario, produzido na Itália em 1965.

³⁸⁰ ARGOLO, José Amaral; BARBOSA, Gabriel Collares (Org.). *Luiz Carlos Sarmento*: crônicas de uma Cidade Maravilhosa. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 48

Portaria Nº 1331 de 12 de novembro de 1969. Cf. BOLETIM DE SERVIÇO. Secretaria de Segurança Pública, Ano X, Nº 216, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de novembro de 1969.

Beckman, o "Cartola", Elinto Pires, Nils Kaufman, Jaime de Lima, Sivuca, Vigmar Ribeiro Gonçalves, Lincoln Monteiro, Nélson Duarte e Mariel Moryscotte.³⁸² O grupo atuou sob o comando geral do superintendente de polícia de segurança, general Gentil João Barbato e foi supervisionado pelo delegado de polícia, Godofredo César de Matos e, coordenado, pelo delegado Odilon Castelões Moreira César.

O grupo era muito heterogêneo e com o passar dos meses as próprias autoridades se deram conta de que o êxito fora apenas uma impressão parcial, talvez até amplificada em demasia pela imprensa. Logo surgiram suspeitas e denúncias de corrupção envolvendo alguns de seus membros.

Cada um dos "Homens de Ouro" agia com relativa independência e podia atuar entre distritos ou jurisdições, quase sem fronteiras. A "carta branca" dada pelo secretário de segurança publica talvez tenha sido também uma carta branca para algo daquela discricionariedade da qual falamos anteriormente.

Foram num crescendo as suspeitas, as denuncias e os processos que recaíram sobre vários de seus membros. Logo se revelaram algumas atividades extraoficiais e a imagem dos "Homens de Ouro" como iniciativa do poder público foi adquirindo paulatinamente uma conotação que o assemelhava ao "Esquadrão da Morte".

"Sivuca", falando sobre o grupo em *Barra Pesada*, não demonstra entusiasmo pela iniciativa. A leitura de seu depoimento parece insinuar que as liberdades concedidas ao grupo provocaram vaidades e mesmo por parte da polícia a acolhida em alguns distritos não era, em alguns casos, facilitada aos componentes da equipe. Outros disseram que isso não acontecia.

Passaram a ocorrer as mortes em confronto e mais adiante os inquéritos contra membros do grupo. As acusações iam desde extorsão até a suspeitas de enriquecimento ilícito. O grupo, individualmente, conseguiu alguns bons resultados no combate a criminalidade mas as denuncias não cessaram e o grupo foi desfeito no início da década seguinte. Na época da extinção do grupo, ao justificar as razões para aquela decisão o secretário de segurança apenas disse que os componentes da equipe "cumpriram à risca as missões que lhes foram designadas." 385

³⁸⁴ O GLOBO, Acabaram os "Homens de Ouro", Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1970, p.18.;

³⁸² A grafia do nome de Mariel varia e nem mesmo ele assinava sempre da mesma maneira seu nome.

³⁸³ RIBEIRO, Octávio. Barra Pesada...p.265.

³⁸⁵ JORNAL DO BRASIL, Gen. França dissolve os "especiais", terça-feira, 11 de agosto de '970, 1º cad.

A Invernada de Olaria, o "mito" em torno do detetive Le Cocq e a *Scuderie* incorporaram, cada um ao seu modo, o fenômeno "Esquadrão da Morte", seja pela persuasão da imprensa ou por algo mais misterioso que envolve a maneira como a sociedade se apropria de alguns temas e assuntos e os ressignifica lhes prolongando a existência e os reincorporando em outras manifestações.

Seja pelos equívocos dos homens ou pelas circunstâncias das sociedades, nas quais surgiram, os vários exemplos de discricionariedade verificados na história da polícia carioca desde a "Pega-Boi" de Limoeiro até a curta empreitada da Turma Volante Especial de Repressão aos Assaltos a Mão Armada, do tempo de Amaury Kruel e chegando aos "Homens de Ouro", revelam uma continuidade espantosa, que ainda podemos ver na ação policial noticiada pela imprensa nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do "Esquadrão da Morte", inserida no tempo, nos faz perceber que o fenômeno na história da polícia pode muito bem ser compreendido como mais uma dentre tantas iniciativas *ad hoc* para se resolver um problema de segurança pública, sempre de forma improvisada, circunstancial, discricionária e na maior parte das vezes autoritária, num sentido que não distingue o cidadão do criminoso.

Talvez a metáfora do "tribunal das ruas" possa abarcar também essa polícia que está de certo modos jogada nas ruas, convivendo entre os que prende e muitas vezes atravessando uma linha imaginária onde o lícito e o ilícito se confundem e a marginalidade e a lei não são mais distinguíveis para nenhum dos envolvidos.

O recuo ao tempo da "Pega-Boi" de Mário Limoeiro, ao tempo da Polícia Especial, ao tempo dos "Comandos Policiais", revela como vem de longe e como aquelas rotinas se reatualizaram no tempo e levaram os homens aos mesmos descaminhos que outrora.

O "Esquadrão da Morte" só foi uma novidade no mistério que até hoje cerca a simples pronúncia do nome. Mas ficou na memória da sociedade e se espalhou para além das fronteiras da cidade do Rio. Ganhou o Brasil e virou, de certa forma, uma marca.

A trajetória de Malta, Itagiba, Gonçalves e Dorneles, na época da chefia de policia pelo general Amaury Kruel, não gravitou em torno do que veio a se transformar o "Esquadrão da Morte". Processados e absolvidos, cada um seguiu sua vida.

A morte de Milton Le Cocq, no entanto, sedimentou um mito em torno do referido detetive e fez renascer o "Esquadrão da Morte" de uma maneira mais crua e explícita, facilmente identificável no corpo de "Cara de Cavalo" crivado de balas.

Na noite da morte do detetive, podemos inferir que inúmeros agentes da policia carioca fizeram uma promessa silenciosa, segundo qual para cada policial morto dez marginais pagariam com a própria vida. Desde então o nome de Le Cocq e a caçada a "Cara de Cavalo" tem sido constantemente associados à narrativa do "Esquadrão da Morte".

O assassinato do marginal reiterou um ritual e o anunciou para toda a sociedade.

O fenômeno "Esquadrão da Morte" se difundiu rapidamente... No final da década de 1960 quase toda chacina ou cadáver abandonado eram creditados ao "Esquadrão", embora de fato fosse difícil em muito casos comprovar tal imputação.

Embora alguns membros da *Scuderie* não escondessem a sua "filosofia" sobre o trato com marginais ("Bandido bom é bandido morto!") os indícios não permitem outro juízo (embora entendamos que a imprensa o considerou demasiado conveniente) senão considerar equivocado ver *Scuderie* e "Esquadrão..." como sinônimos.

Assim, pelo que nos foi possível avaliar após tão longa incursão na história da polícia carioca no tempo, é que as violências policiais não tinham anteriormente tão presentes o componente da vingança.

Certamente em toda a história da polícia, como vimos, possivelmente alguma ocorreu, fosse diante da resistência feroz de um capoeira ou do vexame sofrido por integrante das forças policiais no confronto com algum malandro, etc.

No entanto, ainda que ocasionalmente ocorressem tais vinganças praticadas por agentes da polícia, as mesmas não se constituíam no que popularmente passou a ser atribuído a ação do "Esquadrão da Morte".

O vínculo ao regime ditatorial instaurado em 1964 também coube ao fenômeno em algumas narrativas, embora como demonstramos ele seja anterior. Não há no entanto como não ver a conveniência de incluí-lo nas narrativas mais amplas que denunciavam as arbitrariedades e o ambiente persecutório da ditadura. O "Esquadrão da Morte" fornecia na sua composição original, pautada pela narrativa "clássica" a (in)conveniência de ter sido idealizada por um general (Kruel), um homem da polícia política (Borer) e um remanecente da polícia de Filinto (Malta).

Porém, inserido em perspectiva histórica, o fenômeno se dissipa e perde alguns traços da excepcionalidade que algumas narrativas pretenderam lhe imputar. Assim, o "Esquadrão da Morte" expôs com a sua emergência as tensões de um tempo, a imprensa de um tempo, a sociedade de um tempo, o bandido de um tempo, a justiça de um tempo e a polícia de tempo. Sobreviveu à década de sua progenitura e adentrou nas seguintes e, de certa forma, está por aí até hoje.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Documentos oficiais

Boletim de Serviço do Departamento Federal de Segurança Pública, Boletim de Serviço da Secretaria de Segurança do Estado da Guanabara, Diário do Congresso Nacional, Código de Processo Penal, Diário Oficial da União, Coleção de Leis do Brasil

Jornais

Ultima Hora, Correio da Manhã, Jornal do Brasil Diário de Notícias, Diário da Noite, Luta Democrática, Crítica, A Noite, Diário Carioca, O Imparcial, A Manhã, Imprensa Popular, A Rua, O Pasquim, Jornal EX, O Dia, O Globo, O Jornal, Tribuna da Imprensa, Lanterna, O Radical, Correio da Noite, A Batalha, A Nação, Vanguarda, Democracia, O Imparcial, A Gazeta de Notícias, O Fluminense, Voz Operária

Revistas

Flan, O Cruzeiro, Mundo Ilustrado, Opinião, Veja, Revista da Semana, O Malho, Fon-Fon

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Memória serve para quê? Uma análise "do que deve ser esquecido" e "do que pode ser lembrado" na História*. Xiv Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO, 19 a 23 de julho de 2010. (Simpósio)

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.

ALONSO, Annibal Martins. *Organização Policial*. História, legislação, administração. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959, p. 58.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue*: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47), p.16

ARGOLO José Amaral. As luminárias do medo: jornalismo e violência no Rio de Janeiro. In: Revista PJ: BR, 2003.

_______Sparsae. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

______; BARBOSA, Gabriel Collares (Org.). Luiz Carlos Sarmento: crônicas de uma Cidade Maravilhosa. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BAYLEY, David H.. *Padrões de policiamento*: uma análise internacional comparativa. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: EDUSP, 2002.

BARBOSA, Adriano. Esquadrão da Morte: Um mal necessário? Rio de Janeiro: Editora Mandarino, 1971.
; MONTEIRO, José. <i>Violência</i> - Do Esquadrão ao Mão Branca. Rio de Janeiro: Jaguaribe, 1980.
BARRETO, Afonso Henriques de Lima. <i>Diário do Hospício: o cemitério dos vivos</i> . Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988 (Biblioteca Carioca, v.8), p. 197.
BARROS, José D'Assunção. <i>O Campo da História:</i> Especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
BASTOS NETO, Osvaldo. <i>Introdução à segurança pública como segurança social</i> : uma hermenêutica do crime. Salvador: 2006.
BERNARDO, Henrique. Esquadrão da Morte. Guanabara: Edibrás, 1963.
<i>Mineirinho</i> - Um erro de todos nós. Guanabara: Edibrás, 1962.
BICUDO, Hélio Pereira. <i>Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros</i> . São Paulo: Editora Paulinas, 1988.
Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem. São Paulo: Moderna, 1994 (Coleção Polêmica)
BOJUNGA, Cláudio. JK: o artista do impossível, Rio de Janeiro: Objetiva, 2010
BRETAS, Marcos Luiz. <i>Ordem na cidade</i> : o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997
A guerra das ruas: o povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
; PONCIONI, Paula. <i>A cultura policial e o policial civil carioca</i> . IN: PANDOLFI, Dulce Chaves [et al.]. Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro In: Acervo. Rio de Janeiro, v.15, nº 1, p. 7-22, jan/jun 2002
; ROSEMBERG, André. <i>A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas</i> . Topoi, Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173, jan./jun. 2013.
; "Policiar a Cidade Republicana". In: LEMGRUBER, Julita (coord.) <i>A Instituição Policial</i> , Revista da OAB, julho de 1985, p. 47-60.

CARR, Edward E. *A Revolução Bolchevique (1917-1923)*. Porto: Edições Afrontamento, 1984, vol. 3

CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*: A Polícia da era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CAMARGO, Aspásia et alli. *Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC-FGV,UFF, 1986.

CAMPBELL, Bruce B. *Death Squads*: Definition, Problems, and Historical context. In: CAMPBELL, Bruce B.; BRENNER, Arthur D (eds.). Death Squads in Global Perspective, Murder with deniability, New York: St Martin's Press, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

CARVALHO, Luiz *Maklouf de. Cobras Criadas* - A história de David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CASOY, Ilana. Serial Killer: louco ou cruel? - 6.ed.- São Paulo: Madras, 2004.

CAVALCANTI, Sandra. *A escalada da insegurança*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque* (1808-1964): a História contada por jornais e jornalista. v.1, Rio de Janeiro: Record, 2001.

CLÈRE, Marcel Le. *História Breve da Polícia*. Portugal, Lisboa: Editorial Verbo, 1965. (Colecção Histórias Breves)

COELHO, Edmundo Campos. A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*: o poder militar na América Latina. Tradução: A Veiga Fialho -. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, Astorige. *Correinha, o caçador de bandidos, líder do verdadeiro Esquadrão da Morte* - l^a. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2005.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Conceituação do Poder de Polícia*. In: Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo, nº 17, abril, 1985.

______ *Polícia e poder de polícia*. In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 162:10-34, out./dez. 1985.

DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco F. M.. *A República bossa nova*: a democracia populista: 1954-1964, São Paulo: Atual, 1991

DONNICI, Virgílio Luiz. *A Criminalidade no Brasil*: meio milênio de repressão, Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984, p.188.

FAUSTO, Bóris. Crime e Cotidiano. Criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e Segurança*: Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos históricos-sociais. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Alfa Ômega, 1974. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, Série: 1ª, Sociologia v.3)

FERREIRA, José Guilherme Godinho. *Bandido bom é bandido morto*: crônicas policiais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráficos Villeth Ed. 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente: Desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, 2000, p 111.

FRENCH, John. *Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos*: a questão social como caso de polícia, 1920-1964. In LARA, Sílvia e MENDONÇA, Joseli (org.). *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 379-416.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro. Varia História, Belo Horizonte, 2012, p. 44.

FILHO, Aziz; FILHO, Francisco Alves (Org). *Paraíso Armado*: interpretação da violência no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Garçoni, 2003

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOUVEIA, Cândido Álvaro de. *A Reforma da Polícia Civil do Distrito Federal* In Revista de Direito Administrativo, v.1, nº1, janeiro, 1945, p. 320-30.

GUIMARAES, Alberto Passos. *As classes perigosas*: Banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. *A Chancela do Crime*: A verdadeira história do Esquadrão da Morte. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições LTDA, 1978

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Trad. Francisco de castro Azevedo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUDSON, Pedro. Cara de Cavalo. Rio de Janeiro: Edições do Val HB Editor, 1964.

HUGGINS, Martha Knisely. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. - São Paulo: Cortez, 1998

_____. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 60, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S0103-49792010000300007&lng=pt&nrm=iso Acesso em 29 out. 2013.

KAHN, Tulio. Velha e Nova Polícia. Editora Sicurezza, 2002.

LACOUTURE, J. *A História Imediata*. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216/41.

LANGGUTH, A. J. A *Face Oculta do Terror*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Documentos de História Contemporânea) v. 75

LAZZARINI, Álvaro. *Limites do poder de polícia*. Justitia, São Paulo, v. 57, n. 170, p. 73-85, abr./jun. 1995.

LEMOS, Silbert dos Santos. O Negro Sabará. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

LOPES, Adérito. *O Esquadrão da Morte*: São Paulo 1968-1971. Portugal/ Lisboa: Prelo Editora, 1973.

LOPES, Tim; CHINEN, Rivaldo. *Terror Policial*: A verdade sobre Fleury, Mariel, Raul CCC *Careca, Bandido da Luz Vermelha e o submundo*. São Paulo: Global, 1980.

LOUZEIRO, José. Lúcio Flávio: o passageiro da agonia. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARKUN, Paulo; RODRIGUES, Ernesto. *A máfia manda flores*: Mariel, o fim de um mito. 1ªed. São Paulo: 1981, p. 13 (Passado e Presente, 24)

<u>;</u> HAMILTON, Duda. 1961 - o Brasil Entre a Ditadura e a Guerra Civil. Editora: Benvirá, 2011.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999. (Tese de Doutorado em Sociologia)

_____. Tradições do banditismo urbano no Rio: invenção ou acumulação social. In: MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: Civitas. Porto Alegre, v. 8, nº 3, p. 371-385, set.-dez,. 2008, p. 374.

MOLICA, Fernando. 50 Anos de Crimes. Rio de Janeiro: Record, 2007. (Coleção Jornalismo Investigativo)

MONTEIRO, José. Alguns casos de polícia. Rio de Janeiro: Ed. Nosso Brasil, 1978.

NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d., p.33-34.

OLIVEIRA, Flávia. *Comissão da Verdade lista pontos de repressão da ditadura no estado*. In: O GLOBO, Blog, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2015. Disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/flavia-oliveira/post/comissao-da-verdade-lista-pontos-de-repressao-da-ditadura-no-estado.html Acesso em 10 set. 2015.

OLIVEIRA, José Carlos. *O Rio é assim*: a crônica de uma cidade (1953-1984), organizador Jason Tércio.- Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*: Cultura brasileira e indústria cultural - 2ªed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1988

PAIXÃO, Antônio Luiz. Uma Saga Carcerária. Temas IMESC. Sociedade, Direito, Saúde. São Paulo, v. 2, n.2, dez/1985. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: O'DONNEL, G. e outros A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas: São Paulo, Vértice, 1988, p. 168/99. _; BEATO F., Claudio C. Crimes, vítimas e policiais. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 233-248, maio de 1997. PEREIRA, Armando. Bandidos e favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você Editora, 1984 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Debates, 2006. PINHEIRO JÚNIOR, José Alves. A Última Hora (como ela era) – História de uma convulsão jornalística contada por um atuante repórter do jornal de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da Ilusão. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. Violência e Cultura In: LAMOURNIER, Bolivar; WEFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victoria. (Org.) Direito, cidadania e participação. São Paulo: T.A.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. Trad. Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. p. 19.

REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional:* a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____ 200 Anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ideorama, 2008.

RIBEIRO, Amado; PINHEIRO JÚNIOR, José Alves. *Esquadrão da Morte*. Brasília: Editora de Brasília , 1969.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? Revista Ciberlegenda, UFF, nº 8, 2002.

RIBEIRO, Octávio. *Barra Pesada*. Rio de Janeiro: Codecri [Coleção Edições do Pasquim. vol. XII], [s.d.].

ROBIN, Marie Monique. Los Escuadrones de la Muerte: La escuela francesa. Editorial Sudamericana, 2004.

ROSE, Robert S. [Robert Sterling Rose] *The Unpast*. A violência das elites e o controle social no Brasil de 1954-2000, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ROULIEN, Ubirajara Moura. O Globo, *Os três pecados do general*. Repórter de Crime., O, Rio de Janeiro, 17 de setembros de 2010. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2010/09/17/reporter-veterano-conta-como-corrupcao-se-criou-na-policia-do-rio-325178.asp Acesso em 20 set. 2015.

SALEM, Marcos David. *História da Polícia no Rio de Janeiro* – 1808 a 1930: Uma instituição a serviço das classes dominantes. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris: 2007. p. xvii- xviii

SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O Feixe e o Prisma*: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, v. 1.

SIQUEIRA, Carla. *A novidade que faltava*: sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954). ECO-PÓS-v.8, n.2, ago-dez, 2005, p.46

SOUZA, Percival de. *A Maior Violência do Mundo (Baixada Fluminense, Rio de Janeiro)*. São Paulo: Traço Editora,, 1980.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Organização, Simone Faury Dib, Neusa Cardim da Silva; colaboração, Kalina Rita Oliveira da Silva, Rosane Lopes Machado – 2. ed. rev. atual. e ampl. - Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VERANI, Sérgio. Assassinatos em nome da lei (Uma prática ideológica do Direito Penal) – Rio. Editora Aldebarã. 1996.

_____ Assassinatos em nome da lei: Uma prática ideológica do Direito Penal. Tese (Livre Docência em Direito Penal)- Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, março de 1988.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*: memórias de um repórter. 8ªed.Rio de Janeiro: Record, 1988,

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre um universo*. Tradução: Tomas Rosa Bueno -. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZALUAR, Alba. *A máquina da revolta. Organizações populares e o significado da pobreza.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

A - Ordem de Serviço "N" – SPJ – Nº 41, de 17 de janeiro de 1964.



Fonte: Boletim de Serviço

Sexta-feira 21 Superintendência de Polícia Judiciária Atos do Superintendente ORDENS DE SERVICO "P" DE 10 DE NOVEMBRO DE 1969 Nº 963 — O Superintendente de Policia Judiciária, de acôrdo com o disposto no art. 41 do Decreto-lei p. 100-69, Beselve. Resolve: Remover, por permuta, os servido

78: DP: Gurda Civil Jomar Gonçalves de Bouza, matr. 116.006, 25, DP. 194 DP: Dettive Olavo Dias dos Santos, matr. 59,991, da D.V.-N.

Decention of the Control of the Cont

D. V. — Norte:
Deterive Didier Mey Pacheco, matr.
117,231, da 194 DP.
D.V. — Sul:
Transfer de Delicit

1.117.231, da 31° D.V. — Sul:
D.V. — Sul:
Escrivão de Policia Adonias Alves
de Souza, matr. 141.578, da 37° DP
N° 964 — O Superintendente de
Policia Judiciária, de acôrdo com o
atribulções e tendo em vista o que
consta do Mdo. 2.323-69,
Resolve:
Remover o servidor da C.T.C. à
disposição, Américo Sorrentino Nunes
inapa 16.437 da 33° DP, para a 7°
DP.

DP.

Nº 965 — O Superintendente de
Policia Judiciária, de acôrdo com o
isposto no Decreto 1.198 (POGAPEfo de 31 de dezembro de 1968 e tenio en vista o que consta do Decreto
P" nº 3.354, publicado no BOE de
4.11.69,
Resolve:
Designar o servidor, titular de F.G.

Resolve:
Designar o servidor, titular de F G
Carlos Baíão, Inspetor de Viação
natr. nº 87.018, para ter exercício
a S.E.Z. da 4º DP.
Nº 966 — O Superintendente de

a S.E.Z. da 49 DP.

N° 966 — O Superintendente de

olicia Judiciária, de acôrdo com o
isposto no Decreto 1.198 (POGAPE
) de 31 de dezembro de 1963 e ten
o em vista o que consta do Mdo.
380-69 — 14° DP.
Resolve:

Remover o servidor Sebastião de
liveira, Trabalhador, matr. 12.078.

\$ S.E.Z. da 33° DIP. para igual

\$ 36 da 14° DP., cancelando e
rescendo o lugar nas respectivas

L.P. O G.

Nº 967 — O Superintendente de ilícia Judiciária, de acôrdo com o 300sto no Decreto 1.198 (POGAPE-de 1968) de 31 de dezembro de 1968 e tenem vista o que consta do Mdo. 360-69 — 14º DP., Resolve:
Remover o servidor Samuel Ale-de 1968 de 1969 de 1968 e tenem vista a imperiosa necessidade serviço.

Resolve:

Resolve:

Superintendencia

de Administração e Serviços

Atos do Superintendente

Atos do Superintendente

de Administração e Serviços

Atos do Superintendente

Atos do Superintendente

CRIDENS DE SERVIÇO "P" DE

20 DE NOVEMBRO DE 1969

Nº 147 — O Superintendente de

cla Judiciária, de acórdo com o Administração e Serviços, usando de

solo no Decreto 1.188 — ...

APPE-26, de 31 de dezembro de

tendo em vista o que consta do pro
cesso nº 09-193.226-69, resolve:

Ado. 511-69 — 304 DP.

Resolve:

(*) Republicado no Suplemento do

(*) Republicado no Suplemento do

BOLETIM DE SERVIÇO

12ª Delegacia Policial

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1969

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13. DE 12
DE NOVEMBRO DE 1963
O Bacharel Aloysio, Cesar Fernandes, Delegado Titular da Décima Segunda Delegado Titular da Décima Segunda Delegado Titular da Décima Segunda Delegado Policial, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Elogiar os servidores: Guarda Civil Joel Carneiro da Costa, matrícula nº 123.196, Deteive João Agostinho Tavares, matrícula nº 67.948 e o Motorista Joaquim Roque da Costa, matrícula nº 53.783, os quais, em quatro dias de diligências ininterruptas em fim de semana, com prejuízo de suas horas de folga, conseguiram capturar o estellonatário Sebastião Alves Bandeira, já condenado pela Justiça e atualmente respondendo a vários inquéritos de estelionato.
O bom éxito do trabalho dos policiais, merece ser consignado neste elogio como exemplo para os componentes da classe policial, do que valem o esforço e a dedicação ao serviço.

Superintendência

r o servidor Reinaldo dos (*) Republicado no Suplemento do ereira, Comissário de Policia B.S. nº 223, de 22.11.68.

matricula nv 1.116.941, do 5.1. da Deleganda de Transtio para mensal de Carlantio para de Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Delegando de proportiva de Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Delegando de Santo de Sunta de Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Delegando de Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Delegando de Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Delegando de Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Carlando e acrescendo o lugar nus receitado e Carlando e competendo e competendo

pela importância de NCrS 300,00 (Trezenteos cruzeiros novos) a ser descontada em (10) dez prestações mensais de NCrS 30,00 (trinta cruzeiros novos), visto como ficou apurado ser o responsável por danos causados à viatura nº de ordem 6,158 6-158.

Nº 151 — O Superintendente de Administração e Serviços, usando de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 69-738.716-69,

resolve:
responsabilizar, de acôrdo com o art. 199, parágrafo 1º do Decreto-lei nº 100-69, o motorista, nível — João Batista Louro, matricula nº 100.696, pela importância de NCrs 234,76 (duzentos e trinta e quatro cruzeiros novos e setenta e seis centavos) a ser descontada em (9) nove prestações mensais de NCrs 26,09 (vinte e seis cruzeiros novos e nove centavos), visto coom ficou apurado ser o responsável por danos causados à viatura nº de ordem 3-625. c seis cruzeiros novos e nove centavos), visto coom ficou apurado ser o responsável por danos causados a viatura nº de ordem 3-625.

Departamento de Administração
Despachos do Diretor

Nº 09-731.471-65 — Juvenal Carvalho — Detetive — Matricula nº 1.686.303.

Nº 09-731.471-65 — Juvenal Carvalho — Detetive — Matricula nº 1.656.366.

Deuzir de Oliveira Carvalho — Matricula nº 1.1680.004.

Prancisco Altivo Machado — Matricula nº 1.741.584.

Hélio Pereira — Matricula nº 1.868.493.

Nº 09-731.846-65 — Walter Barroso Pereira — Detetive — Matricula nº 1.868.493.

Novembro de 1969 3

Agentes de Policia Federal;
Ajomar Gomes da Silva — Matricula nº 1.935.838.
Benjamim Peixoto Neves — Matricula nº 1.657.045.
Carlos Alberto de Brito — Matricula nº 1.741.170.
Dionisio Alves Pimenta — Matricula nº 1.698.340.
Evaristo Mendes Filho — Matricula nº 1.741.682.

Fernando Fernandes de Oliveira — Matrícula nº 1.784.868. Frederico Rosa — Matrícula nº

Gaspar Navarro de Andrade — Matricula nº 1.657.231. Irandy de Palva — Matricula nº 1.867.885. Nero de Araújo — Matricula nº 1.657.155.

Agentes Auxiliares de Policia Federal:

| Partir de 29-5-69. | Hello Felent | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.898.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.493. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.893. | 1.888.

Fonte: Boletim de Serviço